



PELA SUBVERSÃO DO QUOTIDIANO

«NÃO FOI PARA MORRER
QUE NOS NASCEMOS»
O MOVIMENTO
ECOLÓGICO DO PORTO
(1974-1982)

BRUNO MADEIRA

«NÃO FOI PARA MORRER
QUE NOS NASCEMOS»*
O MOVIMENTO ECOLÓGICO
DO PORTO (1974-1982)

BRUNO MADEIRA

* SENA, Jorge de - «A Morte, o Espaço, a Eternidade».

Título: «Não foi para morrer que nós nascemos». O Movimento Ecológico do Porto (1974-1982)

Autor: Bruno Madeira

Fotografia da capa: *Alternativa*, n.º 2, Abril. Porto: Grupo de Intervenção Ecológica do Porto, 1976, p. 1

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

FLUP – Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Edições Afrontamento, Lda. | Rua Costa Cabral, 859 | 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

N.º edição: 1825

ISBN: 978-972-36-1605-7 (Edições Afrontamento)

ISBN: 978-989-8351-78-4 (CITCEM)

Depósito legal: 432972/17

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. | Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

comercial@companhiadasartes.pt

DOI: 10.21747/9789898351784/mad

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	11
1. A GÊNESE DO AMBIENTALISMO E O QUE SOBRE ELA SE ESCREVEU	21
2. DO MEP AO GAIEP, 1974-1975	41
2.1. O Movimento Ecológico Português	44
2.2. 40 Anos de Ecologia a Partir do Porto	47
3. ‘NUCLEAR NÃO, OBRIGADO!’	57
3.1. Os primórdios da Energia Nuclear em Portugal	59
3.2. Campanha para uma Moratória Nuclear	60
3.3. O debate torna-se público	61
3.4. A Alternativa	63
3.5. Ferrel: o povo sai à rua contra a energia nuclear	65
3.6. O debate alarga-se	67
3.7. O Festival «Pela Vida e Contra o Nuclear» e o nascimento de <i>A Urtiga</i>	69
3.8. As perspectivas que o Festival abriu e o que o movimento conseguiu realizar	74
3.9. O aprofundar das dissensões e o fim da primeira vaga antinuclear em Portugal	77
3.10. Os Festivais Ecológicos de Miranda do Douro	79
4. DA TEORIA À PRÁTICA NA IMPRENSA ECOLOGISTA PORTUENSE	83
4.1. Macrobiótica, Modos de Vida Alternativos, Filosofias e Terapias Orientais	85
4.1.1. Macrobiótica e Filosofias Alimentares	85
4.1.2. A Cooperativa Pirâmide	89
4.1.3. Modos de Vida Alternativos e Contracultura	91
4.2. Antagonismo Cidade-Campo e Antagonismo Agricultura Química-Agricultura Biológica	96
4.2.1. O que se escreveu	96
4.2.2. O Centro de Renascimento Rural	100
4.3. Energias Alternativas e Utopias Urbanísticas	104
4.4. Poluições, Conservação da Natureza	109
4.5. Anti-militarismo e Objecção de Consciência	111
4.5.1. O que se escreveu	111
4.5.2. Associação Livre dos Objectores e Objectoras de Consciência	113
CONCLUSÕES	115
FONTES E BIBLIOGRAFIA	127
ANEXOS	137

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – A análise do mundo e da sociedade e a proposta de alternativas	139
Anexo 2 – Proposta de protecção para os rios portugueses	141
Anexo 3 – Sobre a luta da população de Ferrel contra a instalação de uma central nuclear	143
Anexo 4 – A ecologia, a sociedade, o poder político e o que deve ser a Alternativa	146
Anexo 5 – A filosofia alimentar macrobiótica	148
Anexo 6 – Relato de uma experiência na Escola Superior de Belas-Artes do Porto	151
Anexo 7 – O nascimento da Cooperativa Pirâmide	153
Anexo 8 – Sobre a luta antinuclear	154
Anexo 9 – Sobre as opções energéticas para Portugal	156
Anexo 10 – Sobre a instalação de uma central nuclear em Ferrel	160
Anexo 11 – O nascimento de <i>A Urtiga</i>	164
Anexo 12 – Relato do 1.º Festival Pela Vida e Contra o Nuclear	166
Anexo 13 – Cronologia da luta antinuclear em Portugal (1974-1977)	169
Anexo 14 – Relato sobre a Quarta Coordenadora Ecológica Nacional	172
Anexo 15 – A filosofia alimentar macrobiótica II	175
Anexo 16 – Sobre o que entendiam ser a ecologia	177
Anexo 17 – A dimensão mental e espiritual da consciência ecológica	178
Anexo 18 – Coordenação por um Dia Internacional Antinuclear	180
Anexo 19 – O lançamento de Renascimento Rural	181
Anexo 20 – Ecologia e movimento operário e sindical	183
Anexo 21 – Renascimento Rural	186
Anexo 22 – A filosofia alimentar macrobiótica III	188
Anexo 23 – Sobre a luta antinuclear e a posição do Partido Popular Monárquico	190
Anexo 24 – Fusão da Alternativa e de <i>A Urtiga</i>	192
Anexo 25 – Balanço de José Carlos Marques da sua experiência ecológica em Portugal antes de voltar a emigrar (1979)	194
Anexo 26 – Notas biobibliográficas	196

LISTA DE SIGLAS

ALOOC	Associação Livre de Objectores e Objectoras de Consciência
ASDI	Associação Social Democrata Independente
CALCAN	Comissão de Apoio à Luta Contra a Central Nuclear
CDS	Centro Democrático Social
CEEN	Comissão de Estudos de Energia Nuclear
CLAPA	Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela
CNA	Comissão Nacional do Ambiente
CPE	Companhia Portuguesa de Electricidade
CRP	Constituição da República Portuguesa
EDP	Energias de Portugal
ENPE	Encontro Nacional de Política Energética
ESBAP	Escola Superior de Belas-Artes do Porto
EUA	Estados Unidos da América
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAC	Grupo de Acção Cultural – Vozes na Luta
GAIEP	Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto
GEOTA	Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
ISA	Instituto Superior de Agronomia
IST	Instituto Superior Técnico
JCM	José Carlos Marques
JEN	Junta de Energia Nuclear
LPN	Liga para a Protecção da Natureza
MEP	Movimento Ecológico Português
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MFA	Movimento das Forças Armadas
NON	Grupo Não à Opção Nuclear
NPEPVS	Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PC	Partido Comunista
PCP	Partido Comunista Português
PPM	Partido Popular Monárquico
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal Alemã
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SEDES	Associação para o Desenvolvimento Económico e Social
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UDP	União Democrática Popular
UEDS	União da Esquerda para a Democracia Socialista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PREFÁCIO

JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES

Alterações climáticas, contaminação do ar, da água, dos solos e dos alimentos, doenças degenerativas em verdadeiras epidemias como o cancro e outras que têm em grande parte como causa a má qualidade do ambiente em que vivemos, a deflorestação ou, entre nós, a vaga recorrente de incêndios estivais ditos «floretais» (o que arde na verdade, quase sempre, não são «florestas» mas matos e matas) – os problemas relacionados com o ambiente e o património natural estão hoje reconhecida-mente na primeira linha de urgência e gravidade, quer no plano nacional quer no plano internacional.

Coisa diferente é que sejam de facto encarados, na ação, com a premência que exigiriam, pelas sociedades, governos e instituições nacionais e internacionais.

Urgência e gravidade justificam que um trabalho de história contemporânea, que recorre a fontes escritas mas também a fontes orais, possa ser visto como de primeira importância. O reconhecimento público dos problemas do ambiente e do património natural deveria pois ter como consequência idêntico reconhecimento, por parte do público instruído e atento, quanto ao mérito deste trabalho de Bruno Madeira. Acresce que a qualidade da investigação feita e da sua expressão no texto, a relativa novidade de uma pesquisa que incide sobre uma década (1974-1985, sobretudo 1974-1982) a respeito da qual pouco existe escrito sobre os movimentos sociais em Portugal no domínio do ambiente e da natureza, e sobre uma área geográfica, o Norte, sobretudo o Porto e região, praticamente ausente dos poucos trabalhos que versam o tema, tornarão este livro indispensável a quem queira regressar ao assunto, ainda que à escala nacional.

As muitas pistas e interrogações que o trabalho suscita, quer no âmbito dos testemunhos, quer no dos factos, quer no das interpretações destes, quer ainda no do debate e análise das questões de fundo a que apelam as várias vertentes do tema (filosóficas, éticas, políticas, pragmáticas ou de ação), apontam para que este livro se torne um incentivo para pesquisas complementares. Se é certo que na década estudada os movimentos interventivos não tiveram o reconhecimento público que talvez merecessem, tendo sido tão subestimados como então foram os próprios problemas que procuravam enfrentar, a importância destes não escapa hoje a ninguém. O que deveria ser suficiente para fazer incidir um novo foco de atenção sobre o contributo pioneiro e corajoso que os grupos informais, associações, movimentos e cidadãos aqui estudados trouxeram ao país. Não para os exaltar mas para enfrentar com seriedade os erros que denunciaram.

Algumas personalidades, algumas fontes, alguns escritos sobre a história do movimento ecoambiental em Portugal tendem a considerar, ou dar a entender, que só em meados dos anos 1980 surgiu em Portugal «gente séria» no domínio da intervenção ecológica e ambiental – na década anterior há quem não veja senão ou sobretudo folclore, ou voluntarismo, ou romantismo ou radicalismo (hoje dir-se-ia talvez «fundamentalismo», acusação muito usada por quem não tem outros argumentos). A leitura deste livro revela bem a injustiça e incompreensão de tais juízos – e até por vezes a sua leviandade.

A maior lacuna que o trabalho de Bruno Madeira vem ajudar a preencher é a que resulta da subestimação do carácter internacional e mundial da cultura, da mentalidade e do posicionamento dos grupos e movimentos portugueses nele referidos. É certo que quase todos os que abordaram este

tema referem equivalentes estrangeiros e autores de outras línguas que não a nossa que teriam influenciado esses grupos. Mas escapa-lhes em geral que os grupos portugueses referidos se inscreveram no grande arco histórico universal que então fez tremer os alicerces estabelecidos das sociedades modernas e atraiu multidões para a possibilidade de alternativas: o movimento da contracultura, por um lado, e, por outro lado, por vezes entrelaçados e indiscerníveis, os movimentos de contestação do sistema industrial vigente (fosse ele capitalista e liberal ou coletivista e totalitário). Ora isso é bem identificado neste trabalho.

O relevo desse caráter de rutura, que nas décadas seguintes viria a ser absorvida e controlada pelos grandes sistemas que sentiram o perigo que os ameaçava, está hoje mais oculto, tornando mais opaca a percepção do caráter inovador e pioneiro das intervenções aqui analisadas. No entanto, a parte mais «assimilável» do seu contributo está hoje omnipresente no «mainstream», no sistema dominante (muitas vezes cloroformizada, é certo). Os aspetos mais originais e profundos do acervo dos movimentos de rutura, esses – que a feliz antologia de documentos que encerra este livro bem ilustra – continuam presentes e atuantes, embora muitos não os saibam identificar, em movimentos como a permacultura, a luta de base contra as alterações climáticas, contra os alimentos transgénicos, ou a favor das energias renováveis suaves, da agricultura biológica, da alimentação saudável, e tantos outros.

Este trabalho desenvolveu-se mais ou menos pela mesma ocasião (2014) em que um pequeno grupo (três intervenientes nos acontecimentos nele descritos, Jacinto Rodrigues, Franklim Pereira e o autor destas linhas, e Rosa Oliveira e Ana Caldas) promovia no Porto, com o apoio da Fundação Escultor José Rodrigues e da Campo Aberto – associação de defesa do ambiente, uma série de atividades evocativas dessa década e das suas repercussões até hoje. Na série se incluíram alguns debates, uma exposição visual e escritos colocados na internet¹. Nesse clima veio a revelar-se o interesse que mostraram pelo tema o Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e o Mestrando, hoje Mestre e Doutorando, Bruno Madeira, bem como o CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», da FLUP. Aproveitando a ocasião que me abre este prefácio, a todos agradeço vivamente a atenção, cuidado e capacidade que aplicaram a este assunto.

Uma parte da investigação assentou em fontes orais sob a forma de entrevistas. Nela tomei parte, uma parte que sinto desproporcionada, lamentando a brevidade de alguns outros testemunhos e a impossibilidade de terem sido ouvidas mais algumas pessoas. Sei que tal se explica por razões fortuitas e longe de mim qualquer sombra de crítica ao autor neste particular. Pelo contrário, a Bruno Madeira fico devedor da enorme gentileza, atenção, cuidado e competência que sempre encontrei nos contactos que com ele tive.

E agradeço por fim o convite que me fez para escrever este prefácio.

Águas Santas, 16 de janeiro de 2017

¹ <http://www.campoaberto.pt/?p=1711036>, <http://www.campoaberto.pt/?p=1468513>, <http://jacintorodrigues.blogspot.pt>.

INTRODUÇÃO

Na memória colectiva o início do movimento ecológico em Portugal parece estar sempre associado ao aparecimento da Quercus e, de certa forma, do Partido Ecologista Os Verdes. A esta distância, e para aqueles que não tenham vivido esses tempos, até o projecto de nuclearização do país parece nunca ter existido, muito menos está presente a ideia de uma intensa luta ter sido travada contra essa intenção afirmada por vários governos da República.

Consultada a escassa bibliografia que aborda, ainda que de forma muito sintética, a história do movimento ecologista português na segunda metade da década de setenta do século XX, ficamos com uma sensação de estarmos perante uma paralisante ausência de fontes e de realizações desses grupos pioneiros – exceptuando, claro está, a luta movida contra a energia nuclear e a construção da primeira central em Ferrel, Peniche.

Contudo, cedo nos apercebemos que um dos principais problemas dessas resenhas históricas é o de quererem encarar esses primeiros colectivos ecologistas como movimentos sociais, no sentido clássico do termo. E, assim, através do contacto com as fontes, entendemos que a investigação teria de olhar à produção teórica e às realizações concretas destes movimentos não exclusivamente sob essa óptica, mas, sobretudo, sob a perspectiva de um movimento contra-cultural, em sintonia com o que, no resto do Mundo, se vinha verificando.

Por outro lado, vivemos num tempo em que a defesa do meio ambiente se tornou, aparentemente, consensual. O discurso ecologista foi incorporado por empresas, por governos e existe até o conceito de empreendedorismo verde. A defesa do Ambiente vende, é elemento que distingue consumos. O esforço essencial de conservação da nossa casa comum foi também transferido, pela narrativa oficial, para o indivíduo que deve optar por produtos ecologicamente responsáveis, que deve separar o lixo, que deve reduzir o consumo de produtos à base de plástico e que é onerado por uma nova fiscalidade verde.

A luta pela harmonia das sociedades humanas com o mundo que habitam passou das ruas, salvo raras excepções, para os gabinetes ministeriais. As próprias organizações conservacionistas e ambientalistas abdicaram da rua e têm hoje uma intervenção perfeitamente institucionalizada. O questionamento do sistema económico, do modelo de produção e da distribuição populacional entre mundo rural e urbano ficou lá atrás. Hoje, todos os actores associados à defesa ambiental procuram cooperar e o sistema industrial não é mais visto como o primeiro inimigo da Natureza. Mas nem sempre assim foi. Há quarenta anos, em Portugal, o discurso era outro.

O facto de se comemorar essa data justifica também a escolha deste tema. Em 2014, quando iniciámos a investigação, assinalavam-se os quarenta anos do nascimento do Movimento Ecológico Português. Em 2015, os quarenta anos da génese do primeiro movimento ecologista portuense – que motivou, inclusive, uma exposição comemorativa na Fundação Escultor José Rodrigues, no Porto. Em 2016, passam também quarenta anos sobre o levantamento da população de Ferrel contra o projecto governamental de instalar nessa localidade penicheira a primeira central nuclear do país, recusa e luta popular que marcam o início da mediatização da discussão dos problemas ambientais e que culminou na derrota da opção nuclear para Portugal. Mas 2016 marca também os quarenta anos de aprovação da Constituição da República Portuguesa que consagrou, no seu artigo 66.º, o direito

«a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender»², assim como, no artigo 41.º, o direito à objecção de consciência.

Contudo, e não menosprezando a importância destas efemérides, o motivo de maior pertinência académica desta investigação passa pela ausência de estudos históricos sobre a primeira vaga do ecologismo português, ainda que neste caso nos centremos, sobretudo, na realidade portuense e dela resultante. Mesmo sobre o ambientalismo em Portugal, o único trabalho de longo fôlego é o da autoria de Luís Humberto Teixeira e centra-se, sobretudo, na dimensão partidária que a ecologia fez nascer ou que, pelo menos, tentou. Contam-se, noutros campos do saber, uma tese de licenciatura em Sociologia, de Maria Eugénia Rodrigues, apresentada em 1995 à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, uma dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, de Rui Manuel do Nascimento Lima Ramos, apresentada em 2005 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e uma obra da jornalista Helena Geraldês sobre o percurso de José Correia da Cunha e da participação de Portugal na Conferência de Estocolmo de 1972.

Por outro lado, nos vários textos consultados, nunca vimos a dimensão cultural ser abordada. Nesses trabalhos procura-se sempre resumir a actividade típica de um movimento social e a sua institucionalização, quer em partidos, quer numa associação nacional como a Quercus. Contudo, a dimensão cultural e filosófica permite estudar também estes grupos como movimentos culturais ou, melhor, movimentos contra-culturais.

Ainda no campo da pertinência académica do objecto de estudo escolhido, entendemos que desenvolver um projecto de investigação sobre os quarenta anos de ecologia a partir do Porto cumpre a dupla função social que deve caber ao trabalho em história contemporânea: analisar, interpretar e dar a conhecer o passado e *intervir* sobre o tempo presente através da abordagem de temas que interessem à sociedade em que nos inserimos – ainda que entendamos que a investigação histórica não se pode ater apenas àquilo que é considerado válido pelo *todo* social.

Entendemos também ser fundamental o desenvolvimento de trabalhos de história social aplicados à Revolução de Abril e aos primeiros anos de vida democrática no nosso país. A historiografia tem privilegiado, naturalmente com algumas excepções, uma análise centrada nos actores políticos, militares e institucionais e descurado o estudo do papel fundamental desempenhado pelos organismos de cariz popular em todo esse processo, a sua capacidade de organização e a multiplicidade de formas que essa intervenção popular assumiu. No fundo, consideramos que, para conhecer e compreender a história e a natureza do processo revolucionário e de *normalização democrática*, se impõe um maior conhecimento e compreensão do papel que o povo assumiu.

Assim, procuraremos fazer um enquadramento dos antecedentes históricos e ideológicos que marcaram o Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto, o pensamento estrangeiro que o influenciou, as práticas nacionais que o antecederam, o percurso de vida de alguns dos seus principais

² Constituição da República Portuguesa, 1976. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf> [consultado em 5 de Fevereiro de 2016].

animadores, as actividades editoriais a que se associou, o que defendeu, o que concretizou e as várias formas de actuação que dele resultaram.

Naturalmente, as principais fontes para esse trabalho residem na documentação produzida pelo Grupo, revistas, colecções de livros e folhetos, bem como nas entrevistas a elementos que fizeram parte da história destes primeiros anos de luta ecológica em Portugal. Mas, como vimos afirmando, não se buscarão apenas os registos reivindicativos, interessam-nos também as propostas do Grupo, ou de elementos a ele ligados, em relação ao país, à sociedade e ao quotidiano.

Numa perspectiva de complementaridade optou-se ainda por consultar o suplemento *Pela Vida* do jornal regional *Gazeta das Caldas*, cuja existência esteve sempre profundamente ligada à revista *A Urtiga*, ao Centro de Renascimento Rural e a José Carlos Marques. Procurou-se também fazer um estudo de todas as fontes bibliográficas sobre o nuclear, a favor e contra, e das obras estrangeiras que, no período em causa, foram sendo publicadas. A incidência de trabalhos editados sobre temas ecológicos permite também aferir da importância que o mundo editorial começava a consagrar ao tema. Neste enquadramento foram também fundamentais os textos de Afonso Cautela, quer antes quer depois do 25 de Abril de 1974.

Para um estudo mais apurado das lutas ecológicas na segunda metade da década de setenta do século XX, teria ainda sido fundamental a consulta dos jornais diários. Aí, poderíamos ter encarado a fonte com uma malha mais larga e com outras categorias de análise, entendendo as lutas pelo saneamento básico, pela água potável, por habitações com condições de salubridade, contra a proliferação de lixos e lixeiras nos espaços residenciais e por mais transportes públicos como reivindicações ecologistas, ainda que os seus proponentes não tivessem essa noção e que os movimentos ecologistas não tivessem desempenhado qualquer papel. Contudo, não sendo esse o objectivo da nossa investigação, esse trabalho ficou por fazer. Embora, cremos, pudesse ter revelado muito.

Por fim, ao partir para uma investigação sobre os primeiros anos de ecologismo no Porto, e no país, temos de ter em consideração o contexto político, social, económico e cultural que Portugal vivia. Saído de quarenta e oito anos de ditadura e tendo-a vivido sob as mais duras condições, o povo português estava, como é natural, mais voltado para lutas em torno de objectivos materiais, de conquista de direitos como a habitação, o salário mínimo, a educação ou a saúde. Partindo de um nível de vida tão baixo, reivindicações não-materiais, como ocorriam pelo mundo ocidental de então, estavam longe de figurar no topo das prioridades populares e dos seus movimentos sociais, sindicais ou políticos.

Neste sentido, e na abordagem às fontes e à problemática, consideramos serem estas as questões pertinentes a colocar durante a investigação:

1. Como nasce? Porque nasce? Quem o faz nascer?

À primeira pergunta, a resposta 'por preocupações ambientais' é demasiado óbvia. Colocamo-la no sentido de elencarmos as preocupações enunciadas pelos movimentos e associações nos seus textos organizadores e fundacionais e da resposta que se propõem dar-lhes. Com a segunda questão

procuramos dirigir-nos ao contexto, nacional e internacional, em que estas organizações surgem e ao modo como são criadas e o papel que almejam ter na sociedade portuguesa. A última pergunta prende-se com a evidência que os textos analisados nos fizeram sentir de que estes movimentos nascem, cada um deles e em grande medida, devido à acção de um activista mais empenhado ou de um grupo restrito de pessoas preocupadas com a problemática da relação entre o Homem e o Meio Ambiente.

2. Movimento ou movimentos, que caminhos?

Importa-nos perceber se podemos falar num movimento ecologista português estabelecido sob um conjunto de princípios, de organização e de acção unificadores ou se, por outro lado, estamos perante uma causa ecologista fragmentada em torno de diversas organizações, projectos, ideias e acções nem sempre convergentes. Por outro lado, queremos também perceber como se vão afirmando as diversas formas de ambientalismo e protecção da natureza. Embora no GAIEP todas as sensibilidades convivessem sadamente, queremos analisar aquelas que, por facilidade de trabalho, enumeramos como as três vias que emanaram do GAIEP – o conservacionismo do NPEPVS, as experiências e utopias de Jacinto Rodrigues e o projecto de Renascimento Rural que captou grande número dos membros do Grupo.

3. Que influências?

Pretendemos, nas diversas cronologias e variações, traçar as influências que ajudaram a ir definindo, a cada momento, o ecologismo português. Os textos que deram à estampa sob a forma de revistas, de comunicados ou de livros serão, naturalmente, a forma privilegiada de alcançar esse objectivo. Porque, ainda que os ambientalistas portugueses tenham também eles desenvolvido pensamento na área, todos temos de ir beber a várias fontes para formar as nossas próprias concepções do mundo. Por exemplo, nos casos de José Carlos Marques e de Jacinto Rodrigues, a tomada de consciência ambiental e as influências ideológicas foram apreendidas em França, onde ambos estiveram exilados. Numa fase posterior, mais associada à macrobiótica, ao renascimento rural e aos modos de vida alternativos, terão grande influência de pessoas como, por exemplo, Michio Kushi ou Lanza del Vasto.

No fundo, e sendo este ponto transversal a todo o trabalho de investigação, trata-se de pôr em perspectiva o ambientalismo português e de o situar no contexto internacional pelo qual foi influenciado e de cujo mosaico fez parte.

4. Grupos estruturados ou inorgânicos? Como se articulavam os vários projectos e iniciativas?

À primeira vista parece evidente que a estruturação do movimento associativo ambientalista só terá começado a girar-se a partir do nascimento da Quercus. Assim, na primeira fase da ecologia por-

tuguesa as associações tendem a ser bastante inorgânicas. Não obstante esta afirmação, importa tentar perceber se se desenvolveram processos de liderança e de estruturas organizativas, por mais espontâneos ou informais que possam ter sido.

A isto soma-se o intuito de perceber e sistematizar o processo de irradiação do GAIEP para novos projectos, grupos ou iniciativas e como é que se articulavam também entre si. Mais, associados aos grupos e publicações apareciam produtos biológicos ou de terapia. Por norma eram produzidos no país e havia uma teia de contactos com cooperativas de produção ou pequenos produtores que importa também, dentro do possível, compreender.

5. Movimento de massas ou de uma elite?

Antes de mais, devemos esclarecer que aqui elite é utilizado no sentido de elite intelectual ou de um grupo restrito de activistas esclarecidos sobre as consequências que o tipo de crescimento económico verificado até aí e a interacção do Homem com o meio ambiente teriam, e tinham já nesse tempo, efeitos nefastos sobre a natureza e sobre o futuro da própria humanidade. A partir daqui, procurar-se-á caracterizar o *carácter de massas* de cada uma destas organizações e a sua capacidade de atrair as camadas populares para o seu seio e para a reivindicação da defesa ambiental. No fundo, tentar-se-á compreender se a sociedade portuguesa, ainda empenhada na luta por *paz, pão, habitação, saúde e educação*, se sentiu impelida também a participar nos processos de reivindicação ambiental ou se, como no caso da população de Ferrel, esse apoio se verificou apenas quando determinada comunidade local enfrentava uma ameaça palpável ao seu bem-estar, decorrente de políticas ambientais ou de comportamentos ambientais de indivíduos ou empresas que pusessem em causa a sua qualidade de vida. Ou seja, terão conseguido alcançar os mesmos graus de adesão iniciativas como as de Ferrel ou de luta contra a poluição do Alviela e experiências como o Renascimento Rural em Lagos? Seriam as várias publicações ecologistas acessíveis à maioria das pessoas?

6. Grande e pequenas realizações:

Tem-se também por objetivo fazer um levantamento, tão exaustivo quanto possível, de todas as iniciativas promovidas pelas várias organizações ambientalistas portuenses, ou a elas ligadas.

7. A questão energética/nuclear:

A política energética e a opção governamental pela energia nuclear foram o grande dinamismo da mobilização ambientalista da segunda metade da década de 70 do século XX. É a dimensão que mais aproxima estes grupos de um movimento social. Por outro lado, motivou vasta produção teórica sobre as vantagens ou desvantagens da opção nuclear, consoante o lado da barricada, e outra tanta sobre as alternativas energéticas, começando-se a falar sobre as renováveis. Ninguém se alheou desta discussão central e, por isso, merecerá grande atenção no nosso trabalho.

8. Alternativas e utopias:

Pretendemos perceber quais foram as principais propostas de transformação colectiva e individual e em que coordenadas filosóficas, ideológicas e práticas assentavam. Tal como a energia nuclear, entendemos que esta será o outro aspecto central a desenvolver no nosso projecto de investigação.

9. Relações com outras associações, partidos e Governo. Políticas oficiais de preservação e defesa do ambiente:

Pretendemos perceber se havia e, a haver, em que bases funcionavam as relações com outras associações, partidos ou instituições oficiais. Por outro lado, queremos perceber quão importante era a questão do apartidarismo, característica do ambientalismo *puro*. Ao nível das relações institucionais, procurar-se-á estabelecer, se houver, as diferenças de abordagem dos conservacionistas e de outras tendências ecologistas.

A dimensão institucional e partidária será também tida em conta. Contudo, o facto de haver já um bom trabalho sobre esse aspecto de Luís Humberto Teixeira e o de tomarmos a opção de estudar os grupos ecologistas fazem com que esta questão não tenha maior centralidade na nossa investigação.

Para responder a estas questões decidimos estruturar o nosso trabalho em cinco capítulos. O primeiro – *A génese do ecologismo e o que sobre ele se escreveu* – corresponde a um exercício de conjugação do Estado da Arte sobre a investigação acerca do ambientalismo português e a contextualização histórica, fundada na bibliografia, desse mesmo movimento ambientalista. Desse modo, faremos uma breve resenha histórica das preocupações com o Meio Ambiente, numa linha cronológica que a bibliografia consultada faz recuar até ao século XIII e que traremos até ao século XX, sendo, obviamente, este o que mais nos interessa e sobre o qual recai o essencial da nossa análise. No fundo, procuramos compreender como, no mundo e no país, se processou a evolução de legislação tendente à defesa da natureza, ao conceito científico de ecologia – formulado no século XIX –, ao nascer do debate conservacionista nas várias organizações políticas mundiais, à formulação de uma ideologia ecologista, crítica do sistema produtivista, da sociedade de consumo, radical e com características organizativas e reivindicativas próprias de um movimento social de novo tipo. E, também com bastante relevância, perceber quais terão sido os contributos teóricos essenciais ao ecologismo português, as bases e exemplos em que este assentou ou quis assentar e as mundividências que captaram e que, em Portugal, quiseram pôr em prática.

No segundo capítulo – *Do Movimento Ecológico Português ao Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto (1974-1975)* – procura-se expor, sinteticamente, o contexto revolucionário vivido após o 25 de Abril no sentido de assim se fazer um enquadramento correcto do ambiente em que o ecologismo português nasceu e se desenvolveu. Daí passamos para a fundação do Movimento Ecológico Português (MEP), em Maio de 1974, e traçamos aquilo que foram as suas primeiras propostas, o que defendia, como via o mundo e o país, quem o animava, as suas primeiras iniciativas públicas e o que conseguiu concretizar no período enunciado no título. Relacionado com o Movimento Ecológico

Português surge José Carlos Marques, figura central no ambientalismo português, e portuense, da segunda metade de setenta. Aborda-se a sua acção cívica em Portugal antes do 25 de Abril – Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal, Afrontamento e Confronto –, o seu exílio e como nele descobriu, em Paris, a ecologia, o seu regresso a Portugal e as suas ligações ao MEP e a Afonso Cautela. Depois, regressado ao Porto, o lançamento da colecção *Viver é Preciso* (Outubro de 1974) que, juntamente com o boletim *Frente Ecológica* (MEP, 1975), deu expressão editorial às reivindicações ecológicas radicais e fez a defesa de uma ruptura total com os modelos de produção, de consumo, de sociedade e de vida individual existentes no mundo ocidental e capitalista. Daí, rapidamente, se evoluiu, na cidade do Porto, para as primeiras reuniões tendentes à formação de um grupo ecologista. Seguimos, através da análise das circulares/cartas internas do Grupo e das entrevistas aos principais intervenientes, o desenvolvimento destes contactos, dos documentos de apoio à discussão nas reuniões, à formação de uma visão interna minimamente coesa. Por fim, acompanhamos ainda a primeira acção pública do Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto, a sua decisão de passar a editar uma revista e o processo de discussão e de preparação em torno do que esta deveria ser.

No terceiro capítulo – *'Nuclear não, obrigado!'* – abordamos aquela que foi a principal discussão em que o ecologismo português se envolveu e a que, simultaneamente, maior envolvimento popular teve. Traçamos a história da energia nuclear em Portugal entre 1952 e 1974 e, depois do 25 de Abril, relevamos a importância que o Movimento Ecológico Português, a colecção *Viver é Preciso*, lançada por José Carlos Marques, e a 'Campanha para uma Moratória Nuclear' tiveram no arranque da discussão pública do tema no nosso país. Um debate que se abre, claramente, em 1975 e que conduz a uma multiplicação de opiniões.

Discute-se o papel e a natureza do I Encontro Nacional de Política Energética, em Novembro de 1975, no Porto, e da participação do Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto nessa reunião. Centrando a nossa análise com o que no Porto, ou que daí irradiou, se fez contra a energia nuclear, procuramos realçar ainda a importância de publicações como a *Alternativa* ou *A Urtiga* na definição das posições ecologistas contra o nuclear e na apresentação de soluções alternativas. Assim, apresentamos aquelas que consideramos serem as principais linhas de força da argumentação dos que eram contra a opção energética nuclear para o país e da argumentação dos que eram a favor. Procura-se também evidenciar o papel dos movimentos ecologistas, dos técnicos e académicos, dos partidos e do povo de Ferrel nesta discussão. Luta contra o nuclear que teve o seu momento mais alto no *Festival Pela Vida e Contra o Nuclear*, iniciativa que se procura acompanhar com o maior rigor descritivo.

Por outro lado, o êxito do Festival abriu um conjunto de amplas perspectivas de fortalecimento e de coordenação de trabalho entre os diversos grupos ecologistas portugueses. Além do acompanhamento dessas perspectivas, procuramos dar uma imagem de como funcionavam, à época, os referidos grupos e de como as expectativas se revelaram goradas. Por fim, seguimos o prosseguimento da luta antinuclear em Portugal que vai culminar no Festival de Miranda do Douro e no acentuar das dissensões entre os colectivos ambientalistas e estará na génese na percepção, por velhos e novos ecologistas, da necessidade de instituir um novo tipo de ecologismo.

Contudo, e apesar de na bibliografia existente isso pouco perpassar, a verdade é que o movimento ecologista português desse período não se distinguiu apenas pela luta contra o nuclear. A prolífica produção editorial associada aos diversos grupos com alguma ligação ao Porto incidiu sobre uma grande multiplicidade de temáticas. No quarto capítulo – *Da teoria à prática na imprensa ecologista portuense* – reflectimos e expomos essa análise das formulações teóricas ou ideológicas em campo, procurando sempre demonstrar a que realizações concretas conduziu a produção intelectual dos ambientalistas do Porto.

Como é natural, dada a oposição ao nuclear e a defesa da aposta estratégica no estudo e desenvolvimento de fontes de energias renováveis e não poluentes, encontramos nas publicações ecologistas estudadas uma incidência considerável desse tema. Sobretudo através da apresentação de exemplos experimentais que ocorriam no país ou no mundo. A par desta proposta energética alternativa surgia, normalmente, associada uma ideia de reformulação radical e utópica da sociedade. Procuramos, assim, discutir e demonstrar essas propostas revolucionárias. Parte desta reformulação da sociedade passava pela resolução da antagonismo cidade-campo.

Por outro lado, a mundividência destes grupos ecologistas portugueses da segunda metade do século XX era ainda composta, em grande medida, por concepções ligadas à macrobiótica, às terapias, filosofias e espiritualidades orientais e às teorizações alternativas da psiquiatria, da medicina e da educação. São, de resto, estas as questões que mais peso representam nas publicações periódicas do movimento e, assim sendo, consagramos-lhe também parte considerável da nossa atenção neste quarto capítulo, privilegiando sempre os textos produzidos por autores nacionais.

Por fim, este quarto capítulo engloba ainda a produção teórica ecologista sobre o antimilitarismo e sobre a objecção de consciência. Uma preocupação e reivindicação que vai ganhando, progressivamente, importância no pensamento destes grupos e publicações.

1.

A GÊNESE DO AMBIENTALISMO E O QUE SOBRE ELA SE ESCREVEU

Não nos interessando apenas fazer um relato da sucessão de episódios ou datas que marcaram os primeiros anos do ecologismo portuense, mas sim acrescentar-lhe uma reflexão sobre as propostas, modelos organizacionais, tipo de iniciativas empreendidas e ideologias subjacentes, procurámos numa bibliografia diversificada e plural o conjunto de elementos que nos permitisse alcançar os objectivos de investigação a que nos propusemos. Assim, os textos consultados correspondem a diferentes cronologias e perspectivas sobre a ecologia.

Iola Campos afirma³ que as primeiras leis tendentes à protecção ambiental surgiram no Oriente no século XIII. Acrescenta ainda que *De Re Metallica*, de Georgius Agricola, e *The Compleat Angler*, de Izaak Walton – de 1556 e 1640, respectivamente – são as «primeiras obras escritas a incluir preocupações ambientais»⁴. Vítor Nogueira⁵, por seu lado, aponta o utilitarismo, conceptualizado por Jeremy Bentham no final do século XVIII, como outra das influências que confluíram na formação do pensamento ecológico. Esta corrente filosófica opôs-se ao absoluto antropocentrismo de Descartes e abriu espaço à defesa da Natureza e ao questionar do pensamento que consagrava a hegemonia humana sobre o meio natural.

Sobre a história do ambientalismo, na obra *Sociologia Ambiental*⁶ é defendido que uma nova concepção sobre a natureza é forjada no final do século XVIII e no início do século XIX pelo movimento cultural do romantismo e pela filosofia idealista de Friedrich Schelling. De acordo com os autores, a natureza é devolvida, novamente, à esfera do divino. Deste modo, o romantismo e o idealismo de Schelling vêm romper com a teoria cartesiana que produziu um rigoroso «antropocentrismo, capaz de reconhecer quase todos os direitos ao homem e nenhum à natureza»⁷, e atribuem ao Homem a *obrigação* de respeitar a natureza e de se enquadrar nas suas regras e desígnios e capacitando a natureza de um papel místico e totalizante. No campo científico, destacam a importância da divulgação da teoria evolucionista de Charles Darwin e, sobretudo, o trabalho do biólogo alemão Ernst Haeckel. Em *Generelle Morphologie der Organismen* (1866), Haeckel cunha, pela primeira vez, a palavra ecologia e começa a defini-la como ciência. A evolução da ecologia enquanto ciência levou à sua autonomização e à criação interna de especializações, assim como à criação de associações que se lhe dedicavam. A primeira, a *British Ecological Society*, nasce em 1913.

Na mesma obra, referem-se ainda os escritos de J. Rousseau por apelarem ao respeito pela «ordem natural das coisas»⁸. É, contudo, na viragem do século XVIII que os autores consideram que se processa uma mudança radical da concepção da Natureza com o aparecimento da filosofia e da mundividência subjacentes ao romantismo: «assim, já no *Sturm und Drang*, um movimento estético-literário que antecipa de forma exasperada temas românticos [...], a natureza é vista como uma totalidade em perene movimento, de que o homem está rodeado, sem que lhe seja possível penetrá-la a

³ CAMPOS, 2012: 4.

⁴ CAMPOS, 2012: 4.

⁵ NOGUEIRA, 2000: 28.

⁶ MELA & BELLONI & DAVICO, 2001: 37-38.

⁷ NOGUEIRA, 2000: 20.

⁸ NOGUEIRA, 2000: 37.

fundo»⁹. Deste modo, a ruptura com o antropocentrismo e o racionalismo cartesianos teria sido produzida pelo romantismo e pela filosofia idealista, de que Friedrich Schelling foi, muito provavelmente, o maior expoente.

Também no século XVIII, surge «a difusão da pintura paisagística, da poesia naturalista e da literatura de viagens, bem como a evolução da jardinagem, [...] para o jardim informal (em que os cuidados ministrados às plantas servem unicamente para organizar material retirado da natureza e considerado com respeito)»¹⁰.

Ainda no campo das influências, o autor marxista Guy Biolat considera que a génese da ecologia está no naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck e na sua *filosofia zoológica*, de 1809. No mesmo sentido, aponta ainda Alexander von Humboldt, Henry de Candolle, Adolf Engler – «que, a partir de 1850, foram os fundadores da geografia botânica»¹¹ – e Charles Darwin.

Contudo, o conceito de *ecologia*, só seria formalizado, enquanto tal, em 1866, pelo biólogo alemão Ernst Haeckel na obra *Generelle Morphologie der Organismen*. Sobre a filosofia introduzida por Haeckel, Viriato Soromenho-Marques adverte:

Já na acepção original do conceito podemos encontrar uma tensão entre dois significados e/ou interpretações possíveis. Por um lado, numa concepção restrita, a ecologia estudaria a relação entre os organismos e o meio físico envolvente, de acordo com a aplicação de métodos quantitativos capazes de traçar com um grau de rigor apreciável o valor e amplitude das trocas e vectores de interacção. Mas, por outro lado, como integrar neste contexto o lugar específico do homem? Como integrar este animal histórico e inquieto na escala de equilíbrios e ciclos temporais longos da biosfera?»¹²

Como o autor afirma e a história demonstra, a resposta da ecologia só seria dada no século XX, sobretudo, como veremos, na sua segunda metade.

Héctor Ricardo Leis recua até à viragem do século XIX para dar conta da primeira oposição no seio do ecologismo: o diferendo entre preservacionistas e conservacionistas, dirigidos por John Muir e Gifford Pinchot, respectivamente: «Inspirados em Muir, os preservacionistas adoptavam posições mais radicais, buscando preservar as áreas virgens de qualquer uso, permitindo nelas apenas actividades recreativas ou educacionais. Guiados por Pinchot, os conservacionistas tinham uma atitude mais moderada, pretendendo que os recursos naturais fossem explorados de um modo racional que os protegesse de sua degradação»¹³. Resumindo a contenda: os preservacionistas defendiam que a natureza ainda virgem deveria estar interdita, a partir desse momento, a qualquer actividade produtiva ou comercial; os conservacionistas adoptavam uma postura de defesa ambiental mais moderada, advogando a harmonização da protecção da natureza com as necessidades de desenvolvimento – não des-

⁹ NOGUEIRA, 2000: 39.

¹⁰ NOGUEIRA, 2000: 40.

¹¹ BIOLAT, 1977.

¹² SOROMENHO-MARQUES, 1994: 15.

¹³ LEIS, 1999: 64.

regrado – da humanidade, postura que leva o autor a considerar que «Pinchot foi, em certa forma, precursor do que hoje se conhece como desenvolvimento sustentável»¹⁴.

Ainda que este debate possa ter alastrado à Europa, é nos EUA que se inicia e que produzirá mais rapidamente efeitos. Em 1872, é formado o Parque Natural de Yellowstone – o primeiro da história. Seguem-se, até 1899 e sempre nos Estados Unidos, os parques naturais de Yosemite, General Grant, Sequoia e Mount Rainier. Por exemplo, o primeiro parque natural francês, Vanoise, só seria criado em 1963 – noventa e um anos depois! Antes, na Suíça, havia sido criado, em 1914, o Parque Nacional dos Alpes – o primeiro em solo europeu. Pascal Acot destaca, neste último quartel do século XIX, mais dois marcos importantes relativos à conservação da natureza, à escala mundial. O primeiro situa-se em 1883 e refere-se ao primeiro acordo internacional sobre a protecção das focas do mar de Behring e o segundo, em 1895, a realização de uma convenção internacional para a protecção das aves benéficas à agricultura.

Acot, na sua *História da Ecologia*, dá mais atenção aos desenvolvimentos do ambientalismo na Europa e destaca a importância do suíço Paul Sarasin no início do século XX. Sarasin ficou responsável pela organização do I Encontro Internacional para a Protecção da Natureza, conseguindo reunir, a partir de Agosto de 1910, um comité permanente em Basileia que deveria organizar o Encontro:

*Procurou-se junto aos ministérios das Relações Exteriores de todos os Estados encorajar qualquer acção a favor da protecção da natureza e de designar delegados, visando a uma futura grande reunião internacional sobre a questão. Essa reunião ocorreu em Berna, em 1913. Dezanove países ali estavam representados. A Conferência de Berna constituiu uma comissão consultiva permanente para a protecção da natureza, presidida por Paul Sarasin e com sede em Basileia. A Primeira Guerra Mundial pôs fim à sua actividade*¹⁵.

Se, nos países em que foram sendo adoptadas, as pontuais medidas proteccionistas surtiram o efeito desejado, não se pode falar, ainda, de um movimento ecologista, nem nada que a isso se assemelhe. Para o encontrarmos teremos de esperar pela segunda metade do século XX. Isto porque os desafios e dificuldades levantados pela I Guerra Mundial, a Grande Depressão e a II Guerra Mundial vão relegar as preocupações com a protecção e/ou preservação da Natureza para o fim da lista de prioridades dos diversos governos.

Em 1946, depois da paralisia motivada pela II Guerra Mundial, realiza-se a Conferência para a Protecção Internacional da Natureza. E, «em 1948, uma conferência internacional reuniu-se em Fontainebleau, sob a égide da UNESCO e do governo francês para criar a União para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN)»¹⁶.

Três anos depois do fim da II Guerra Mundial, em 1948, por iniciativa da Unesco e do governo francês, realizou-se uma conferência internacional com vista à criação da União para a Conservação

¹⁴ LEIS, 1999: 65.

¹⁵ ACOT, 1990: 163-164.

¹⁶ ACOT, 1990: 166.

da Natureza e dos seus Recursos (UICN). Dez anos depois, um grupo de cientistas americanos criou o Comité para a Informação Nuclear, «cujo objectivo era revelar o secretismo do programa governamental de armamento e alertar os seus concidadãos para os perigos de novos testes nucleares e da energia nuclear»¹⁷. Emerge assim, sob a aura da argumentação científica, a contestação ao nuclear que se haveria de tornar a grande bandeira dos movimentos pacifistas e ecologistas dos anos 1960 e 1970. Primeiro contra os testes das armas nucleares e, depois, contra a utilização do átomo pacífico para fins energéticos.

A publicação, em 1962, de *Silent Spring*, da norte-americana Rachel Carson, trouxe ao grande público o conhecimento da ameaça que representava o uso crescente de pesticidas e adubos químicos na agricultura. Esta preocupação evoluirá para a recusa, pelos ambientalistas, da moderna agricultura química e para a apresentação de alternativas, nomeadamente a agricultura biológica. Ainda relativamente à agricultura, surgirão críticas à fome no mundo, relacionando-a também com a sobrepopulação, e propostas de uma organização mundial alternativa da agricultura e da produção que lhe pusessem um fim. Estas propostas são, sobretudo, inspiradas nos escritos dos agrónomos Josué de Castro e René Dumont.

Ainda de acordo com Leis, esta divisão na forma de encarar a defesa do meio ambiente caracterizará o ecologismo até aos anos 1970, defendendo que «após a Segunda Guerra Mundial, [...] as diversas posições do ambientalismo apareceram encarnadas concretamente em actores sociais provenientes de cada um dos diferentes sectores da sociedade»¹⁸, embora caracterizando a primeira metade do século XX como um período de relativa estagnação da causa ambiental.

Em parte significativa do terceiro quartel do século XX, o debate ambientalista passa a ser protagonizado por académicos e cientistas atraídos para a causa ecológica e que se tornam os seus principais dinamizadores. Assim, «a comunidade académica acabou construindo sua principal tese, desses anos, juntando os pólos do debate em um consenso limitacionista único»¹⁹. Chegava-se à «teoria do crescimento zero», que Héctor Leis diz ser comum tanto aos ambientalistas radicais como aos reformistas.

O resultado deste ascendente do meio académico sobre a causa verde parece ser a fundação do Clube de Roma, em 1968. Tratava-se de uma associação composta por cientistas, políticos e empresários que se dedicavam à discussão da resolução dos problemas ambientais à escala mundial. Era um grupo moderado e que encomendou e publicou numerosos estudos sobre a temática ecológica, entre eles o célebre *Os Limites do Crescimento*, em 1972, que fazia a apologia da teoria do crescimento zero. Também em 1972, pouco depois da publicação de *Os Limites do Crescimento*, realizava-se a Conferência de Estocolmo. Este foi, para Acot, o momento que lançou definitiva e eficazmente a cooperação internacional nas questões ecológicas. Reconhece-lhe, ainda assim, um alcance político menor do que aquele que poderia ter tido devido à não participação da URSS e de outros países socialistas, «em vir-

¹⁷ WORSTER, 1994: 346.

¹⁸ LEIS, 1999: 66.

¹⁹ LEIS, 1999: 82.

tude de uma resolução adoptada quando da XXVI sessão da Assembleia Geral da ONU, que levava a afastar a RDA da Conferência, ao mesmo tempo em que autorizava a da RFA»²⁰.

Como, mais do que as instituições ou políticas oficiais nos interessa, sobretudo, a história do ambientalismo enquanto movimento social e contracultural, parece-nos da maior relevância para a compreensão da génese desse fenómeno a seguinte descrição de Dominique Simonnet:

Os primeiros militantes do Ecologismo vieram de todos os horizontes: membros dos comités de defesa, que se multiplicam nos países ocidentais, antigas associações para a protecção do mundo selvagem, grupos antimilitaristas, excrescências dos comités americanos contra a guerra do Vietname... Uns tinham tentado empreendimentos comunitários, ou o regresso à terra; outros tinham participado na organização do festival pop de Woodstock. Vivido Berkeley ou o Maio de 68. Lido Henry David Thoreau, Rachel Carson, Paul Goodman, Ivan Illich, René Dumont ou Pierre Fournier. Condenavam a utilização de desfolhantes, os ensaios nucleares, a caça à baleia, a influência das sociedades multinacionais, a exploração do Terceiro Mundo...²¹.

Para este tipo de análise do fenómeno ambientalista parecem ter sido da maior importância as críticas dos ecologistas marxistas e libertários aos pressupostos em que assentaram os relatórios do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo. Neste caldo de influências sociais, políticas e culturais, surge também a crítica ambientalista do produtivismo, do consumismo, do crescimento exponencial e do papel nefasto da tecnologia e que vai entroncar na crise económica que assolou o mundo capitalista nos anos 1970. Esse modelo económico do pós-II Guerra Mundial, período que Eric Hobsbawm apelidou de Era do Ouro²², continha já em si, de acordo com o mesmo autor, os germes da sua derrocada²³. Michel Beaud, que identifica também vários elementos que faziam já prenunciar a crise das décadas de 1970 e 1980, decorrente do choque petrolífero, descreve assim os anos 1970: «afrouxamento do crescimento, subida do desemprego, aumento da inflação, baixa do poder de compra dos trabalhadores; incerteza, inquietação, angústia latente»²⁴. O autor francês refere ainda os efeitos poluentes deste modelo produtivista e como os seus principais afectados – «agricultores, pescadores, amigos da natureza e habitantes»²⁵ – se organizaram para combater a poluição.

Embora a crise do petróleo só se tenha manifestado em Outubro de 1973, com a redução dos fornecimentos e aumento dos preços do barril de crude por parte da OPEP, Beaud faz uma breve cronologia dos acontecimentos que a possibilitaram e que, conclui-se, vinham já de trás, sobretudo dos anos 1960. Mais, «a «crise» do petróleo nos países produtores de petróleo em 1973, assim como os efeitos em larga escala da seca no Sahel, sacudiram severamente o Norte na tomada de consciência de

²⁰ ACOT, 1990: 167.

²¹ SIMONNET, 1981: 7-8.

²² HOBBSAWM, 2011: 225-392.

²³ HOBBSAWM, 2011: 404.

²⁴ BEAUD, 1992: 259.

²⁵ BEAUD, 1992: 262.

que os recursos naturais não são infinitamente exploráveis»²⁶. Michel Bosquet considera que não foram apenas os limites ecológicos do crescimento que originaram a crise dos anos 70, apenas agravaram os seus impactos económicos, mas sim a forma de exploração e modelo de desenvolvimento capitalista baseados na procura crescente e incessante do lucro. E se, no plano teórico, a acumulação capitalista é infinita, a finitude dos recursos naturais da Terra inviabilizam a teoria. Assim, é reivindicação dos ecologistas, embora matizada de diferentes formas do ponto de vista político e económico, um novo modelo de sociedade, de produção e de consumo que tenham em linha de conta, e como principal preocupação, a preservação dos recursos terrestres²⁷.

Por outro lado, Hobsbawm destaca que «a tragédia histórica das Décadas de Crise deveu-se ao facto de a produção dispensar seres humanos a uma velocidade visivelmente superior àquela a que a economia de mercado gerava novos empregos para eles»²⁸. Como também nota o historiador inglês, a alternativa que começava, no plano teórico, a ganhar peso em relação ao modelo keynesiano, predominante desde o final da II Guerra Mundial, era o ultraliberalismo económico e que, no final dos anos 1980, haveria já de organizar e controlar as principais economias do mundo capitalista.

Este quadro de recessão, de regressão dos direitos sociais, de aumento do desemprego e de inflação leva Michel Bosquet a afirmar que «o capitalismo do crescimento morreu»²⁹. Morte que, a partir daí, justificaria uma busca incessante de alternativas que lhe pudessem suceder. A institucionalização do ambientalismo, sobretudo na década de 80, haveria de alterar esta perspectiva *revolucionária*. Em 1974, com a candidatura de René Dumont à presidência da República francesa, o programa ambientalista seria, pela primeira vez, levado a votos e serviria de inspiração aos ecologistas espalhados pelo mundo.

Perante tudo isto, não é surpreendente que Michel Cuisin afirme, em 1971, que «a Ecologia é uma ciência que está na moda e, desde há alguns anos, fala-se mesmo dela nos jornais e nos meios governamentais»³⁰. Contudo, numa perspectiva mais radical, Humberto da Cruz³¹ – acompanhado também, por exemplo, por Guy Biolat³² ou por Michel Bosquet³³ – contrapunha que:

sem duvidar dos efeitos positivos pontuais desta situação [integração de preocupações ecológicas nos programas governamentais na sequência da Conferência de Estocolmo'72], a nossa posição não pode deixar de ser céptica quando verificamos que grande parte desses programas se perdem no aspecto publicitário, como resposta necessária às preocupações profundas de alguns sectores da população, estando na prática subordinados a anacrónicas políticas produtivistas ao serviço

²⁶ BRAIDOTTI et al., 2000: 126.

²⁷ BOSQUET, 1978: 7.

²⁸ HOBSBAWM, 2011: 406.

²⁹ BOSQUET, 1978: 9.

³⁰ CUISIN, 1981.

³¹ Professor Jubilado da Universidade Complutense de Madrid e fundador da secção espanhola dos Amigos da Terra.

³² BIOLAT, 1977.

³³ BOSQUET, 1976.

*das mesmas minorias que controlam o desenvolvimento mundial com base na lógica do lucro a curto prazo*³⁴.

Ao longo da obra que vimos referenciando, Humberto da Cruz demonstra-se partidário da posição que entende que a solução do problema ecológico não se encontrará no seio do sistema capitalista – mais uma vez tal como Bosquet ou Biolat. Advoga, antes, que só num sistema socialista autogestionário se poderá encontrar um modelo produtivo, populacional e de desenvolvimento que salvguarde o meio ambiente e que, simultaneamente, garanta a felicidade e a realização a todos os indivíduos.

Já John A. Hannigan, salienta que «o «Earth Day 1970» representa o início do movimento ambiental moderno. [...] O que mais notabilizou o Earth Day, contudo, foi a sua exigência simbólica de ser o «Dia primeiro» do ambientalismo, uma interpretação que foi amplamente adoptada pelos meios de comunicação americanos, e que atribuiu à questão ambiental reconhecimento imediato e generalizado»³⁵. Este primeiro Dia Mundial da Terra realizou-se a 22 de Abril de 1970, por iniciativa do Senador americano Gaylord Nelson, e nele participou quase meio milhão de americanos. Importa também referir que, nos EUA, havia nascido, entretanto, o World Wild Fund (1961), os Friends of the Earth (1969) e, já depois do primeiro Dia Mundial da Terra, a Greenpeace (1971).

A afirmação definitiva da causa verde a partir do final dos anos 60 ter-se-á ficado a dever, ainda de acordo com Leis, a um «forte e mais amplo apelo moral que permitiu-lhe ganhar maior diversidade, dinamismo e apoio popular do que nunca antes»³⁶. A isto somar-se-ia a dimensão global das preocupações ecológicas como factor explicativo para a rápida e crescente disseminação pelo mundo de organizações de defesa da natureza e do meio ambiente.

Cruz aponta o caso francês para dizer que «na senda da grande explosão do Maio de 68, grande número de militantes políticos e sindicais, desiludidos com a prática das suas organizações, orientaram-se para os diversos movimentos autónomos que tinham a virtude de afrontar problemas reais em lugar de dedicar-se à recuperação do sistema ou ao estéril debate grupuscular»³⁷. Esses desiludidos, como os classifica Humberto da Cruz, encontrariam no movimento ecologista um espaço privilegiado de acção e conferir-lhe-iam experiência política e social. Mais, a esse nascente movimento social ir-se-ão aproximando, ainda de acordo com o autor, «movimentos médicos e terapeutas partidários de uma abordagem não consumista dos problemas de saúde; vegetarianos e macrobióticos, partidários de uma alimentação mais sadia; clubes ciclistas, defensores de uma forma de transporte não poluente; clubes de campismo e montanhismo, grupos excursionistas, etc.»³⁸, o que terá dotado o movimento de uma amplitude de conhecimentos, propostas, experiências e áreas de actuação.

³⁴ CRUZ, 1985: 8.

³⁵ HANNIGAN, 2000: 15.

³⁶ LEIS, 1999: 105.

³⁷ CRUZ, 1985: 60.

³⁸ CRUZ, 1985: 60-61.

Dominique Simonnet defende mesmo que, provavelmente, o ambientalismo não teria crescido como cresceu se não fossem as centrais nucleares³⁹. Esta foi uma hipótese que o autor verificou em França e que, olhando para o ecologismo português da primeira vaga (1974-1982), se confirma igualmente no nosso país.

Fazendo um Estado da Arte da sociologia ambiental, Hannigan aponta quatro elementos explicativos para o elevar da consciência ecológica e para o crescimento, em número e em activistas, dos movimentos ambientalistas a partir do final dos anos 60: «a reflexão da hipótese; a tese pós-materialista; a tese da nova classe média; e a abordagem do encerramento político/regulador»⁴⁰.

A «reflexão da hipótese» remete para a constatação da evidente degradação ambiental, sobretudo após a II Guerra Mundial e a partir dos anos 1960, e significa que a reacção massificada dos anos 1970 foi motivada por essa mesma constatação e reflexão decorrente.

A «tese pós-materialista» defende que a preocupação ambiental surgiria nas sociedades industriais mais avançadas e nas quais as necessidades materiais estariam já supridas, abrindo espaço à reivindicação de um amplo conjunto de valores ligados ao *ser* — e já não ao *ter* —, tal como um meio ambiente e natureza saudáveis. Há, contudo, objecções a esta teoria baseadas na constatação de que o *despertar* ambientalista foi um fenómeno à escala mundial, e não apenas uma particularidade das nações ocidentais mais desenvolvidas — algo a que o caso português parece dar razão.

A «tese da nova classe média» é, diz-nos Hannigan, «companheira da tese pós-materialista, mas realça mais a localização social daqueles que adoptam uma ética ambiental»⁴¹, sendo os activistas da defesa ecológica provenientes, maioritariamente, deste estrato social.

A «abordagem do encerramento político/regulador» sugere que as tensões registadas nos países ocidentais nessa época podem ter tido uma contribuição decisiva para esta tomada de consciência ambiental.

Por fim, o autor norte-americano realça ainda a importância crucial da comunicação social para esta tomada de consciência colectiva — Luísa Schmidt conclui o mesmo para o caso nacional⁴² — para a urgência da resolução dos problemas ambientais, até porque, «sem a cobertura dos meios de comunicação social, é pouco provável que problemas antigos, entrem na área do discurso político ou venham a fazer parte do processo político»⁴³. Hannigan assenta esta afirmação no facto de ter aumentado a atenção mediática dada às questões ecológicas na viragem dos anos 1960 e de estas se terem tornado uma das categorias principais, ou de destaque, nas grelhas informativas dos órgãos noticiosos dos EUA e do Reino Unido. Para esta atenção mediática não terá sido despiendo o facto de terem eclodido nesta década as primeiras contestações contra as experiências nucleares, a publicação, em Setembro de 1962, da obra *Silent Spring*, de Rachel Carson, e a maré negra provocada pelo aci-

³⁹ SIMONNET, 1981: 120-121.

⁴⁰ HANNIGAN, 2000: 36.

⁴¹ HANNIGAN, 2000: 40.

⁴² SCHMIDT, 1999; SCHMIDT, 2001; SCHMIDT, 2003.

⁴³ HANNIGAN, 2000: 79.

dente do petroleiro Torrey Canyon ao largo das costas do Reino Unido e de França, com efeitos, sobretudo, para a segunda.

Héctor Ricardo Leis entende que, na sua emergência como movimento social, o ambientalismo é apolítico porque quando trazido para a agenda mediática não o é por qualquer ideologia pré-existente, mas sim por uma convergência de vontades que elaboraram as ideias verdes sem estarem à esquerda ou à direita. Esta conclusão parece-nos ser mais motivada pela realidade norte-americana – mais estudada pelo autor brasileiro – do que pelo evoluir dos acontecimentos, a partir do Maio de 68, na Europa, como os trabalhos de Humberto da Cruz ou de Dominique Simonnet, por exemplo, comprovam. Ainda quanto à caracterização da política verde, Héctor Ricardo Leis remete para Charlene Spretnak e Fritjof Capra para a caracterizar em «quatro princípios básicos: ecologia, responsabilidade ou justiça social, democracia direta ou participativa [...] e não-violência»⁴⁴. Dito por outras palavras, mas indo ao encontro destes quatro princípios básicos, Pascal Acot afirma que «o conjunto das posições dos ecólogos desenha a imagem de uma sociedade participativa, convivível, fraterna, caridosa, descentralizada e com perfil de baixo consumo»⁴⁵.

Se, como vimos, para a história e teorização da ecologia e do movimento ecologista internacional, na cronologia em que a nossa investigação incide, existe vasta bibliografia, para a primeira vaga do ambientalismo português não se verifica situação análoga. Ao mesmo tempo que a escassa investigação sobre as raízes do movimento ecologista português torna a investigação mais aliciante e pertinente do ponto de vista académico, significa também que temos de saber aproveitar o melhor possível os trabalhos existentes e, sobretudo, agarrar as fontes, numerosas, que até hoje não foram analisadas pelos investigadores que se dedicaram a esta temática.

Genericamente, o estudo do movimento ambientalista em Portugal está ainda, quase exclusivamente, ligado à Sociologia. Além da Sociologia, há também abordagens da Filosofia, das Ciências da Comunicação, do Direito, da Política Comparada e até da Literatura. Além disto podemos ainda encontrar algumas sínteses históricas dispersas por artigos e comunicações científicas de Viriato Soromenho-Marques, Luísa Schmidt, Luís Humberto Teixeira, J. Gil Nave ou Maria Eugénia Rodrigues e um capítulo de António Eloy em *Portugal 20 Anos de Democracia*, obra coordenada por António Reis⁴⁶.

Na sua tese de Doutoramento, Rui Manuel Ramos procura analisar as práticas discursivas do ambientalismo nos *media* escritos, em manuais escolares e em outros suportes escritos de consumo massificado num período cronológico posterior a qualquer um dos que equacionamos no nosso trabalho⁴⁷. Ambientalismo que é neste caso tido como o discurso quer de movimentos sociais, associações de defesa do ambiente e organismos/instituições públicas. Para desenvolver a sua investigação, o autor sentiu a necessidade de, à laia de introdução, fazer um levantamento histórico do pensamento ecologista, em Portugal e no mundo, e das várias organizações de defesa ambiental nacionais, o qual

⁴⁴ LEIS, 1999: 119.

⁴⁵ ACOT, 1990: 172.

⁴⁶ ELOY, 1996.

⁴⁷ RAMOS, 2005.

se nos revelou útil. Ainda no âmbito das Ciências da Comunicação destacamos *Ambiente no Ecrã*⁴⁸ e o trabalho de projecto de Mestrado de Iola Campos⁴⁹. A primeira obra incide, sobretudo, sobre o papel que o ambiente teve na RTP, fazendo ainda uma categorização temática das questões ambientais tratadas no pequeno ecrã pelo canal público de televisão. A segunda, abarcando uma cronologia mais recente, é aqui mencionada pela breve resenha histórica que faz da cobertura mediática internacional do ambiente.

No âmbito da Sociologia do Direito, Madalena Duarte produziu uma Dissertação de Mestrado⁵⁰, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em que, além de uma abordagem histórica do movimento ambientalista nacional e internacional e da teoria dos movimentos sociais e políticos, estuda o uso do direito pelos grupos ecologistas e a consagração de direitos relativos à preservação, defesa e usufruto da natureza e do ambiente, assim como as várias acções legais e programáticas que pautaram a actuação dos diversos Governos Provisórios e Constitucionais.

No âmbito da Filosofia, da Cultura e da Literatura, devemos ainda destacar a obra coordenada por Cristina Beckert⁵¹ que reúne o conjunto das comunicações apresentadas à iniciativa do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa subordinada ao tema *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa*, entre as quais encontramos uma interessante, sucinta e bem sistematizada síntese sobre a história dos primeiros anos do ambientalismo da autoria de Viriato Soromenho-Marques⁵².

No que toca às obras relacionadas com a história da ideia ecologista no nosso país e mais no âmbito do conservacionismo, Nuno Gomes Oliveira faz-nos recuar ao início do século XIX para conhecermos o percurso de «José Bonifácio de Andrada e Silva, que pode ser considerado, simultaneamente, o primeiro silvicultor e o primeiro ecologista português e brasileiro»⁵³. Andrada e Silva nasceu em 1768, formou-se em Coimbra e, em 1788, ingressava já na Academia Real das Ciências de Lisboa. Em 1801, foi nomeado Intendente-Geral das Minas e Metais do Reino e, um ano depois, atribuíram-lhe ainda os bosques. Será lembrado, no campo da preservação da Natureza, sobretudo, pela sua obra publicada em 1815: *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*.

Mansinho e Schmidt também afirmam que «a tradição florestal de protecção da natureza [...] vem-nos do século XIX com Andrada e Silva»⁵⁴. Viriato Soromenho-Marques, além de reafirmar o papel de charneira na protecção e aumento das áreas florestais ou de bosque, indica ainda outro precursor, o abade Correia da Serra. Este último era um naturalista que foi fundador, juntamente com o duque de Lafões, da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ainda sobre Andrada e Silva, Soromenho-Marques releva a importância que para ele terá tido o contacto pessoal com Alexander von Hum-

⁴⁸ SCHMIDT, 2003.

⁴⁹ CAMPOS, 2012.

⁵⁰ DUARTE, 2007.

⁵¹ BECKERT, 2001.

⁵² SOROMENHO-MARQUES, 2001.

⁵³ OLIVEIRA, 2011: 10.

⁵⁴ MANSINHO & SCHMIDT, 1994: 447.

boldt, Abraham Werner e o conde de Burgsdorff, nomes que inspiraram o pensamento ecológico, antecipando-o em vários anos, devido às suas preocupações e propostas.

Bruno Ribeiro Tavares⁵⁵ refere, ainda para a primeira metade do século XIX, a responsabilização, na Constituição liberal de 1822, das Câmaras Municipais pela plantação de árvores nos solos municipais e nos baldios.

Em Cendufe nasce, em Dezembro de 1868, Manuel António Gomes que ficaria conhecido como «Padre Himalaya», e que conclui o seminário, em Braga, no ano de 1891. É nessa altura que, de acordo com Jacinto Rodrigues⁵⁶, inicia os seus estudos solares e naturopatas. Parte para França em 1899 e, um ano depois, monta aí o seu primeiro forno solar. Entre avanços e recuos, e entre Portugal e França, consegue, em 1905, obter a patente para a sua máquina solar – o Pyrheliophoro. Um ano antes apresentara-a já, com sucesso e reconhecimento, na Exposição de St. Louis, E.U.A. Defende, em 1913, na Real Academia de Ciências, a utilização das marés como forma de gerar energia para a capital do país. Em 1917, propõe que se utilize a água dos rios para gerar electricidade. Entre 1920 e 1922, bate-se pela construção de três barragens no Tejo e pelo incentivo à florestação. Por todo este pioneirismo no desenvolvimento e defesa das energias alternativas que, à excepção da hidroeléctrica, só viriam a ser seriamente encaradas quase um século depois, e pelo empenho demonstrado noutras questões políticas e sociais do seu tempo, Jacinto Rodrigues considera que a «proposta do padre Himalaya é uma autêntica *eco-utopia* [...]. Há uma filosofia de sustentabilidade e uma estratégia de descentralização que recupera os valores históricos e naturais do património paisagístico de Lisboa»⁵⁷.

Entretanto, no Porto, outra faceta do conservacionismo – a ornitologia – vai-se desenvolvendo. Pela mão de ingleses residentes na cidade, com William Tait à cabeça, a diversidade e valia ornitológica do estuário do Douro são internacionalmente reconhecidas. Sobre esta temática, William Tait publicou, em 1887, artigos na revista *Íbis* e, em 1924, a obra *The Birds of Portugal*, chegando também a corresponder-se com Charles Darwin. Seguindo o escrito de Nuno Gomes de Oliveira⁵⁸, na casa Tait outros seguirão, de forma amadora, os estudos ornitológicos e botânicos. Ainda no Porto e em torno da ornitologia, o prof. Santos Júnior, da Faculdade de Ciências, funda, em 1965, a Sociedade Portuguesa de Ornitologia. Isto dez anos depois de, no Mindelo, ter sido criada uma Reserva Ornitológica.

Seria preciso esperar por 1948 – com a criação da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) – para termos a primeira organização portuguesa com objectivos declarados de conservação da natureza. Criada por iniciativa de Carlos Baeta Neves, professor do Instituto Superior de Agronomia, teria, mais tarde, um importante papel na criação dos Parques Naturais da Peneda-Gerês (1971), da Arrábida (1976) e do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (1988) e das Reservas Naturais do Estuário do Sado (1980) e da Serra da Malcata (1981). De acordo com Maria Eugénia Rodrigues, é «a única organização fundada no período salazarista que ainda hoje [1995] ocupa um lugar de destaque no

⁵⁵ TAVARES, 2013.

⁵⁶ RODRIGUES, 1999.

⁵⁷ RODRIGUES, 1999: 163.

⁵⁸ OLIVEIRA, 2011.

movimento associativo português»⁵⁹. Sobre esta organização, importa ainda realçar a dissertação de mestrado de Iria Vaz⁶⁰. Os dados recolhidos sobre a LPN permitem-nos afirmar, com relativa segurança, que a sua intervenção privilegiou quase sempre a via institucional e a tónica conservacionista, quer antes quer após o 25 de Abril de 1974. Assim, tal como afirma Rui Manuel Ramos, somos levados a crer que, «durante o Estado Novo, o movimento associativo de ambiente não teve qualquer visibilidade»⁶¹.

Pedro Pereira Neto relativiza o aparecimento tardio de uma associação com estes propósitos em Portugal dizendo que, para este atraso, «contribuiu, sobretudo, o contexto político de ditadura, designadamente o efeito nefasto a ela associado ao nível da organização ambiental da sociedade civil [...]». Por outro lado, admitindo que a intensificação do ambientalismo se encontra associada à industrialização, importa ter em conta que Portugal apenas se industrializou a partir de 1950»⁶².

Ainda na esfera institucional e no âmbito da preparação da participação portuguesa na Conferência de Estocolmo de 1972, o Governo liderado por Marcello Caetano criou, em Junho de 1971, a Comissão Nacional do Ambiente (CNA) que, entre outras iniciativas, produziu o programa *Há só uma Terra*, transmitido na RTP, e organizou pela primeira vez em Portugal, em Junho de 1973, as comemorações do Dia Mundial do Ambiente. Sobre a actuação da CNA antes do 25 de Abril de 1974, a participação portuguesa na Conferência de Estocolmo de 1972 e o percurso José Correia da Cunha remetemos para o livro da jornalista Helena Galdes⁶³.

Ainda no período do Estado Novo, mas como raiz do que viria a ser o ambientalismo português, a viragem dos anos 1960 coincide com a chegada de Afonso Cautela – nome maior do ecologismo português – à redacção do jornal *Século Ilustrado*, ficando a coordenar os seus *Cadernos*. No prefácio ao livro *O Suicídio da Humanidade*, terceiro volume dessa colecção, dirá, em Abril de 1970, que «estamos muito mais próximos de um suicídio colectivo e de uma total destruição do que os distraídos ou optimistas supõem e do que as guerras locais e semilocais deixam perceber»⁶⁴. Sobre a série de publicações coordenada por Cautela, M. E. Rodrigues afirma:

a publicação, em 1970, dos 'Cadernos do Século' coordenados por Afonso Cautela constitui uma iniciativa que merece registo pelo alerta que representou em termos públicos, e por constituir uma tentativa de alargamento do entendimento da ecologia, ao divulgá-la como ideia progressista e socialmente relevante (ultrapassando a visão de 'conservação da natureza'). Alguns dos artigos aí publicados – considerados pelo seu autor muito radicais para a época – tinham títulos como 'O Mundo contra a Fome'; 'Etapas para o ano 2000'; 'O Suicídio da Humanidade' [...]»⁶⁵.

⁵⁹ RODRIGUES, 1995: 8.

⁶⁰ VAZ, 2000.

⁶¹ RAMOS, 2005: 50.

⁶² NETO, 2006.

⁶³ GERALDES, 2011.

⁶⁴ CAUTELA, Afonso – *Para uma Política Planetária*. Disponível on-line em: URL:[http://www. http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/planet%E1ria.htm](http://www.catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/planet%E1ria.htm). Consultado em 2015-01-10.

⁶⁵ RODRIGUES, 1998: 8-9.

Embora nas obras analisadas – sendo particularmente relevantes as de M. E. Rodrigues, já citada, e as de Luís Humberto Teixeira⁶⁶ e J. Gil Nave⁶⁷ – se encontrem poucas referências a protestos eminentemente ambientais durante o Estado Novo, uma investigação mais aturada poderia, possivelmente, encontrar mais incidências. Isto, claro, se seguirmos o pensamento de Manuel González Molina e de Juan Martínez Alier:

devemos entender como lutas ecologistas muitos dos conflitos sociais que ocorreram na indústria para defender a saúde no trabalho, contra as doenças industriais, e também muitos dos conflitos populares urbanos, para conseguir rendas mais baixas, contra a aglomeração, que é causadora da tuberculose, para dispor de água, contra enfermidades diarreicas, mesmo a cólera, a favor de espaços verdes. Isto não significa que estes movimentos históricos utilizem a linguagem da ecologia científica⁶⁸.

Maria Eugénia Rodrigues dá nota de casos de contaminação das terras e arrozais do Baixo Vouga e das águas do rio Alviela pelas fábricas existentes nessas duas regiões. A essa poluição correspondeu o protesto das populações afectadas nos anos 1940 e 1950, respectivamente. Luís Humberto Teixeira, na obra já citada, aprofunda o relato sobre a luta do povo de Pernes, nas margens do Alviela. Em 1957, a população envia um abaixo-assinado endereçado a Salazar, «na qual se propunha transportar até à Assembleia Nacional garrações de água contaminada pelas descargas diárias das fábricas de curtumes no rio – algo que concretizou em Janeiro de 1970»⁶⁹. O exemplo de longos anos de luta das populações do Alviela culminaria, depois do 25 de Abril, na criação da Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela (CLAPA), que viria a ter uma intervenção bastante considerável.

Em *Ambiente no Ecrã*⁷⁰, Luísa Schmidt dá conta que o programa *Há só uma Terra* emitiu programas em que se abordavam os casos concretos de poluição no Barreiro, no Tejo, no Sado, na Linha do Estoril, no Algarve e na lagoa de Óbidos. É, contudo, em *O Homem da Mala de Estocolmo*⁷¹, de Helena Geraldes, que nos surgem mais exemplos de casos de poluição no Portugal do Estado Novo. Em primeiro lugar, a autora afirma que «a imposição do pinheiro nos baldios gerou acesa revolta entre as populações que utilizavam aqueles terrenos»⁷². Evoca também o episódio, em 1971, em que o ar de Vila Franca de Xira ficou coberto por uma nuvem de fuligem expelida pela chaminé de uma fábrica da Empresa Nacional de Moagem e dos casos de morte de peixes que se registavam diariamente no Mondego devido aos insecticidas e herbicidas empregues na agricultura. Ainda em Vila Franca de Xira⁷³, numa área que se estendia até Sacavém, as populações locais começaram a assistir à

⁶⁶ TEIXEIRA, 2011.

⁶⁷ NAVE, 2000.

⁶⁸ GONZALEZ DE MOLINA & MARTINEZ ALIER, 1993: 42 [Tradução nossa].

⁶⁹ TEIXEIRA, 2011: 94.

⁷⁰ SCHMIDT, 2003.

⁷¹ GERALDES, 2011.

⁷² GERALDES, 2011: 28.

⁷³ FERNANDES & MONTEIRO, 1975: 41.

contínua diminuição dos *stocks* de peixe existentes no Tejo e à diminuição das espécies devido também ao despejo de efluentes não tratados pelas fábricas de cimento, cerveja e outras, que entretanto ali se foram fixando.

A obra de Helena Geraldês refere outros exemplos de poluição. Relevamos apenas mais um, que suscitou uma forte mobilização popular: em 1971, a população de Runa, Torres Vedras, queixa-se ao Governo da poluição do rio Sizandro, «causada pelo lançamento de efluentes sem tratamento de uma fábrica de bagaço»⁷⁴. J. de Almeida Fernandes e J. D. Calejo Monteiro, fazendo eco de um estudo publicado pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial demonstram que «só no ano de 1970 o povo português suportou um encargo de um milhão e duzentos mil contos, decorrentes dos prejuízos causados pela poluição das águas de origem industrial»⁷⁵. Postos assim os números, fica bem patente a dimensão do problema que o país enfrentava ao nível da poluição dos seus rios e da total falta de controlo sobre aquilo que era despejado tanto nos cursos de água doce como no mar – efluentes urbanos e industriais.

Ainda no campo conservacionista, importa não esquecer, como destaca Soromenho-Marques⁷⁶, o contributo dos arquitectos paisagistas. Em 1941, o arquitecto Francisco Caldeira Cabral vê oficialmente reconhecido o Curso Livre de Arquitectura Paisagista que, entretanto, introduzira no ISA. Caldeira Cabral teria como discípulos, seguindo o arrolamento de Soromenho-Marques, Manuel Azevedo Coutinho, Edgar Fontes, Gonçalo Ribeiro Telles, Álvaro Dentinho, Manuel Sousa da Câmara e Fernando Pessoa. Assim, Caldeira Cabral e os seus seguidores defendem, através da arquitectura paisagista, «uma concepção holística, capaz de integrar ciências da natureza e ciências sociais, num contexto de transformação prática, mas esclarecida, do ambiente natural»⁷⁷.

Apesar destes tímidos passos, o ambientalismo só eclodirá em Portugal após o 25 de Abril de 1974. Ainda assim, nasce com poucos anos de atraso face ao movimento ecologista moderno à escala global – tal como se pode ver comparando com os dados apresentados anteriormente e que apontam para os finais dos anos 1960 e início dos anos 1970 como marcos de grande crescimento das associações e da consciência ambientalistas. Para o germinar do ambientalismo português parece ter sido determinante a influência exercida pelas experiências e pensamento vindos de França, bastas vezes trazidos por indivíduos portugueses que viviam nesse país exilados e que vivenciaram essas mesmas experiências.

O lançamento da ecologia enquanto movimento social em Portugal fica a dever-se a Afonso Cautela. Sob a sua égide nasce o Movimento Ecológico Português (MEP), em 1974, cuja primeira reunião, tendente à sua formação, ocorre a 16 de Maio, na Cooperativa Unimave, em Lisboa. A 27 de Julho, e novamente na Cooperativa Unimave, realiza-se a reunião em que é discutido e aprovado o Manifesto do MEP. MEP que é considerado, por M.E. Rodrigues:

⁷⁴ GERALDES, 2011: 106.

⁷⁵ FERNANDES & MONTEIRO, 1975: 42.

⁷⁶ SOROMENHO-MARQUES, 2005: 115-116.

⁷⁷ SOROMENHO-MARQUES, 2005: 116.

a mais significativa associação ecologista deste período, [...] orientada para as 'críticas ao industrialismo e à ideologia da sociedade de consumo'; para 'a revolta contra os sistemas alienantes e dominadores'; para o combate à 'proliferação incontrolável de poluentes e de resíduos industriais', etc., etc. (manifesto do MEP, Lisboa, 27 de Julho de 1974). Minada por clivagens internas (no seu seio pontuavam correntes como os 'macrobióticos', 'antinuclearistas', 'não-violentos', 'vegetarianos', 'conservacionistas'), e bloqueios organizativos (os órgãos de gestão nunca seriam eleitos, funcionando tão somente o Grupo Coordenador, estrutura de carácter provisório) esta organização não viria nunca a concretizar o desejo de abrir caminho à 'grande frente' ecológica⁷⁸.

Apesar das referências fugidias ao MEP e, sobretudo, ao génio de Afonso Cautela, muito pouco está ainda estudado sobre esta primeira experiência ecologista no nosso país. Isto apesar da existência de fontes que o permitem, tal como o boletim *Frente Ecológica*, as obras e textos da autoria de Afonso Cautela e a organização, por este último, de vários *blogues*⁷⁹ em que reuniu imensa informação sobre o seu trajecto, sobre o MEP e sobre as suas reflexões em torno da ecologia e do ambientalismo português.

No Porto, os primeiros passos são dados, igualmente, a partir de 1974 e por iniciativa de José Carlos Marques. Falamos do início da publicação da colecção *Viver é Preciso*, organizada por Marques, e que divulgou uma linha do pensamento ecológico, sobretudo francês, que guiará outros movimentos ambientalistas em que José Carlos Marques estará envolvido, tais como o Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto (GAIEP), o Renascimento Rural (Lagos) e a revista *Urtiga*.

Contudo, e tal como para o caso do MEP e de Afonso Cautela, as referências, sempre fugidias, ao GAIEP e a José Carlos Marques tendem a inserir-se numa narrativa que procura demonstrar o divisionismo reinante na primeira vaga do ambientalismo português. Esta divisão e percursos erráticos dos seus principais animadores servem também para contrapor ao caminho de institucionalização do ecologismo que viria a dar origem a organizações como a QUERCUS e o GEOTA. Na construção desta narrativa da história do ambientalismo português os maiores contributos têm vindo de autores como Viriato Soromenho-Marques ou Luís Humberto Teixeira, por exemplo. Independentemente dos pontos de vista, também para o caso português e mesmo sobre a luta contra o nuclear a maioria destes textos continuam a *ignorar* um conjunto largo de fontes produzidas pelos próprios movimentos e seus actores.

Como avisadamente nota M. E. Rodrigues,

seria em torno da luta anti-nuclear que o mais forte protesto popular surgiria, após o rearranjo político-militar que teve lugar com o 25 de Novembro de 75. A inversão que a partir daí se verificou introduziu no espírito de muitos dos activistas e militantes mais empenhados na causa revolucionária, uma pesada sensação de descrença. Mas, ao longo dos anos de 76 e 77, ressurgiu alguma animação em torno da luta contra a central nuclear que, entretanto, o governo projectava instalar na povoação de Ferrel.

⁷⁸ RODRIGUES, 1995: 10.

⁷⁹ <http://catbox.info>.

*Na sequência de tal movimentação, foram particularmente activos o grupo ‘Viver é Preciso’ (Porto e Lagos) e o jornal ‘Gazeta das Caldas’ (Caldas da Rainha) que, em Julho de 1976, divulgou o manifesto ‘Somos Todos Moradores de Ferrel’. Os ambientalistas continuavam, porém, a revelar no seu discurso alguns aspectos do radicalismo político e ideológico que ainda dominava a sociedade portuguesa no seu conjunto*⁸⁰.

Apesar das dificuldades de entendimento, que os actores do movimento ambientalista e os investigadores que se dedicaram ao estudo dos primeiros anos do ecologismo português realçam, foram-se envidando esforços no sentido de juntar os vários grupos com o intuito de construir uma proposta minimamente consensual. Para Maria Inês Mansinho e Luísa Schmidt a realização, em 1976, do 1.º Congresso Nacional do Ambiente «era o primeiro sinal de uma preocupação ainda dispersa e pouco corporizada sobre os problemas do ambiente que começavam a despontar: a degradação urbana, o impacto da construção de barragens, a eucaliptização. São estes os principais problemas que estão na origem dos diversos estudos aplicados do final da década de 70 e princípios dos anos 80»⁸¹. Outros encontros nacionais se seguirão, de que destacamos, pela importância e conteúdo da discussão, os realizados na Foz do Arelho (1984) e em Tróia (1985). Sobre estes dois encontros nacionais registam-se a obra já citada de Luís Humberto Teixeira e o texto de Viriato Soromenho-Marques incluído em *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa*⁸², que fazem um balanço interessante sobre estes dois encontros nacionais e sobre as perspectivas de evolução do movimento que neles estiveram em discussão.

Sendo o nosso objecto de estudo os primeiros anos de associativismo ambientalista a partir do Porto, não podemos negligenciar a actividade que os ecologistas iam desenvolvendo no resto do país, sobretudo em Lisboa e que, certamente, teriam também impacto e influência no e do movimento portuense. Assim, seguiremos as palavras de Maria Eugénia Rodrigues⁸³ para enumerar as principais realizações da causa verde em Portugal nos seus primeiros anos e que passa por iniciativas de protesto pelo desarmamento – como as ocorridas no Dia Mundial Antinuclear. A autora destaca ainda a importância do Festival *Pela Vida e Contra o Nuclear*, realizado em Janeiro de 1978 em Ferrel e que terá contado com a presença de 2000 pessoas. Ainda no campo da luta contra a energia nuclear, releva a iniciativa, em Outubro de 1979, dos autarcas das Câmaras Municipais de Figueira de Castelo Rodrigo, de Almeida, do Sabugal e de Pinhel – assim como do edil de Salamanca – de alertar o Governo e as populações contra as intenções do Governo castelhano de instalar uma central nuclear junto à fronteira com Portugal. Em 1980, e ainda de acordo com Maria Eugénia Rodrigues, as principais realizações dos ecologistas portugueses terão sido a realização do *Festival da Primavera* no Parque Eduardo VII, a ocupação simbólica do jardim da Fundação Gulbenkian no Dia Mundial Antinuclear e a Marcha da Juventude Pela Paz. Por fim, em Agosto de 1982, realizou-se o II Festival Eco-

⁸⁰ RODRIGUES, 1995: 11.

⁸¹ MANSINHO & SCHMIDT, 1994: 477.

⁸² SOROMENHO-MARQUES, 2001.

⁸³ RODRIGUES, 1995: 13-14.

lógico, em Miranda do Douro, estando-se à espera de sucesso idêntico ao verificado em Ferrel. Contudo, a afluência de pessoas ficou aquém das expectativas dos organizadores do Festival.

Assim, e concluindo esta análise, sai reforçada a necessidade e pertinência de mais estudos históricos que estudem as numerosas fontes que os vários grupos foram produzindo e se possa elaborar uma história mais completa destes primeiros anos de ambientalismo no nosso país. Isto porque, e atentando mais ao movimento portuense, a primeira vaga de ecologismo não é só marcada pelo divisionismo, pelas dificuldades de articulação de trabalho do movimento e por esse marco único que foi o «I Festival pela Vida e Contra o Nuclear». As fontes evidenciam um conjunto largo de outras propostas, iniciativas e tentativas de alargamento da união dos grupos que vão para além da visão mais comumente divulgada na bibliografia existente.

2.

DO MEP AO GAIEP,
1974-1975

E eis que chegamos ao 25 de Abril. Depois de quarenta e oito anos amordaçado, e ao contrário das indicações dadas pelo Movimento dos Capitães, o povo das grandes cidades inundou as ruas logo nas manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio de 1974, cumprindo-se a *velha* máxima dos que já não conseguem governar como governavam e dos que já não querem ser governados como eram. Esmagados, silenciados e, alguns, até mortos, directa ou indirectamente, pelo Estado Novo, os portugueses decidiram, naquele momento, deixar de ser um sujeito passivo no definir dos acontecimentos que definiam as suas vidas, tomando nas suas mãos a construção do Portugal democrático – a partir de certa altura, o objectivo é já o da construção de um Portugal socialista. Cremos que será justo inferir que a participação popular marcará o ritmo e a direcção, pelo menos até ao 25 de Novembro de 1975, do processo revolucionário. Em Novembro de 1975 a opção tendente à edificação de uma via socialista – e ainda que esta tenha ficado consagrada na Constituição da República Portuguesa – e de uma democracia directa, assente nos órgãos de base do poder popular, é derrotada e é posto um ponto final no Processo Revolucionário em Curso (PREC). O rumo dos acontecimentos entre o 25 de Abril de 1974 e o período da *normalização constitucional* faz-nos acompanhar Raquel Varela quando esta afirma que «a democracia, nos termos em que se consolidou em Portugal, foi o resultado da luta de classes, da revolução e da contra-revolução, mas não foi o seu resultado inevitável»⁸⁴.

PREC que, naturalmente, assumiu diversas facetas e dimensões. Simultaneamente expressão e sustentáculo da Aliança Povo-MFA – assim como influenciador fortíssimo das suas resoluções – surgem Cooperativas Agrícolas, Colectividades (Recreativas, Culturais ou Desportivas), Comissões de Trabalhadores, Comissões de Rendeiros, Comissões de Moradores e Sindicatos livres, assim como Assembleias de Estudantes, de Bairro ou de Freguesia, entre muitas outras formas de organização tendentes à construção de uma democracia directa e popular. «A generalização de formas de participação popular e da politização das relações sociais foi o elemento que distinguiu o processo de transição»⁸⁵, marcado por greves, manifestações, comícios, formação de órgãos de poder popular nos bairros e nos locais de trabalho, a ocupação e a autogestão de casas, propriedades agrícolas e empresas. No fundo, as pessoas procuravam resolver os seus próprios problemas, organizando-se – mais ou menos espontaneamente – e constituindo-se como travão ou acelerador das decisões políticas, quer ao nível dos Governos Provisórios, quer ao nível do poder local democrático que então nascia. E nessa altura havia uma sensação de urgência que se traduzia em acções colectivas que irrompiam um pouco por todo o país – Palacios Cerezales, na obra já citada, defende ainda que qualquer análise das mobilizações sociais não pode ignorar elementos fundamentais como a relação dos cidadãos com o Estado, a própria noção de cidadania e o papel do protesto numa sociedade democrática. No PREC, a sensação de que tudo era possível conduz a uma catarse colectiva de libertação e à confiança na capacidade de resolução de todos, ou da maioria, dos problemas populares. Assim,

é certo que os movimentos populares não foram, neste aspecto como noutros, homogéneos. Foi um período em que se debateram as virtualidades e os limites recíprocos da legalidade democrá-

⁸⁴ VARELA, 2014a: 246.

⁸⁵ PALACIOS CEREZALES, 2003: 19.

tica (que possibilitava a consolidação gradual) e da legalidade revolucionária (que propunha o assalto global ao poder e a transformação radical do Estado). Se muitos movimentos populares se pautaram pela legalidade democrática, outros, talvez a maioria, pautaram-se pela legalidade revolucionária. Isto não significa que os movimentos populares não tenham recorrido ao Estado para consolidar os resultados das suas lutas, legalizando-os. Só que o fizeram mais nos termos de uma legalidade de ruptura do que nos termos de uma legalidade de continuidade⁸⁶.

É nestes tempos de grande conflito social, económico e político que o ambientalismo português, enquanto movimento social, irá nascer. Fará parte, sobretudo depois do 25 de Novembro de 1975, do quadro reivindicativo que vimos traçando, será tributário de outras lutas que se vão desenrolando, mantendo sempre uma certa distanciação face aos actores do processo revolucionário, sobretudo dos actores políticos. Esta manifestação de equidistância política e um ideário que punha como principais objectivos bens, maioritariamente, imateriais e futuros quando os problemas populares impunham que a agenda política fosse, sobretudo, marcada pelas necessidades materiais e imediatas, conduziu, cremos nós, a uma menor receptividade e aplicabilidade concreta das propostas ecologistas junto das massas populares e do poder político.

2.1. O MOVIMENTO ECOLÓGICO PORTUGUÊS

Em dias consecutivos, a defesa do ambiente em Portugal dá passos no sentido da institucionalização e no germinar do ambientalismo enquanto movimento social – a primeira via teria, como veremos, mais sucesso prático do que a segunda.

A 15 de Maio de 1974, pelo Decreto-Lei n.º 206/74, é criada pelo I Governo Provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos, a Subsecretaria de Estado do Ambiente. A pasta foi entregue ao arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, que se havia destacado, ainda durante o Estado Novo, ao identificar, na televisão, os efeitos devastadores das cheias de Lisboa de 1967 com o deficiente, ou até mesmo inexistente, ordenamento do território na capital portuguesa.

No dia seguinte, a 16 de Maio, reúne-se pela primeira vez, em Lisboa, na Cooperativa UNIMAVE, a Comissão Organizadora do Movimento Ecológico. A fundação formal do Movimento Ecológico Português (MEP) ocorreu a 27 de Julho de 1974, novamente em reunião na Cooperativa UNIMAVE, sendo também elaborado nesse encontro o seu Manifesto. Estes pioneiros do ecologismo português foram Jacinto Vieira, Domingos Janeiro, Taciano Zuzarte, Paulino Magalhães, José Gomes Ribeiro e, figura mais conhecida e destacada, Afonso Cautela. Nessa reunião estiveram ainda presentes representantes da UNIMAVE, da Associação Vegetariana, da Sociedade Portuguesa de Naturologia e da Defesa do Consumidor.

No seu Manifesto, o MEP propõe-se a:

⁸⁶ SANTOS, 1999: 32-33.

*agrupar movimentos, indivíduos e grupos [...]; abrir caminho às alternativas eco-táticas e eco-estratégicas [...]; colocar no justo lugar a noção de apropriação da natureza pelo homem [...], reafirmando a complementaridade do homem e do ambiente; defender o progresso e, por isso, criticar as mitologias do ‘progresso’ e do ‘bem-estar material’ [...] e denunciar a inviabilidade e o perigo das falsas soluções propostas pelo industrialismo e pelos ideólogos tecnocratas; proclamar a necessidade de politização dos fenómenos sócio-económicos quotidianos e imediatos [...] – saúde, salubridade, água pura, ar livre, silêncio, paisagem, espécies animais e vegetais, cidade, condições de trabalho, cultura, publicidade, sexualidade, procriação, suicídio*⁸⁷.

No mencionado documento pode ainda ler-se a denúncia do produtivismo, do novo colonialismo que desloca as indústrias mais poluentes para os países subdesenvolvidos e que prossegue com a depredação dos seus recursos naturais, a concentração urbana causada pelos sistemas económicos produtivistas e industrialistas e «as manobras reformistas e parcialistas – ‘leis antipoluição’, ‘campanhas de protecção do ambiente’ e similares – [...] as quais tentam ocultar ou dar como recuperáveis e benéficas as graves anomalias do sistema económico em questão»⁸⁸.

Deste modo, com a exposição anterior, é possível compreender que o MEP tinha no seu âmago um leque tão variado de intenções e propostas quanto a variedade dos seus membros. O Movimento era composto por indivíduos cujas preocupações e características ideológicas iam da ecologia radical ao conservacionismo, passando pelas opções macrobiótica ou vegetariana, o antinuclear e a não-violência. Em 1981, em artigo publicado no *Jornal de Notícias*, Arsénio Mota afirmou mesmo que era «um leque de tendências tão vasto, que abarcaria a esquerda radical, a esquerda moderada, o centro e a direita»⁸⁹. Esta realidade, como seria expectável, conduziu a várias dissensões internas, ao enfraquecimento da capacidade de intervenção e à efemeridade do MEP, que se extinguiria em 1979.

A radicalidade da contestação e da crítica ao sistema vigente e o tipo de linguagem empregue nas publicações do MEP e do próprio Afonso Cautela levam a que J. Gil Nave afirme que «a mobilização em torno de problemas de poluição concretos fosse considerado inútil, ilusório, e mesmo perigoso, no que significava uma “estratégia de reacção ao sintoma”, cujo imediatismo “arriscava distrair o militante ecológico da contestação fundamental à civilização industrial”»⁹⁰.

Não obstante a radicalidade, heterodoxia e dissensões internas que hoje lhe possam ser atribuídas pelos investigadores e pelos pensadores que sobre ele escrevem, a verdade é que o MEP conseguiu ser, pelo menos durante algum tempo, a primeira e única organização ambientalista portuguesa com implantação em todo o território. Nesse sentido, realizou, logo a 9 e 10 de Novembro de 1974, o seu primeiro encontro nacional, na Figueira da Foz. Dessa reunião, as fontes apontam-nos apenas uma intervenção, proferida por José Carlos Marques, a propósito da campanha do Movimento a favor de uma moratória nuclear – iniciativa empreendida antes ainda de qualquer governo tornar pública a

⁸⁷ MOVIMENTO ECOLÓGICO PORTUGUÊS – *Manifesto do Movimento Ecológico Português*. 27 de Julho de 1974. Disponível *on-line* em: <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/documento-1.htm> . Consultado em 17 de Abril de 2015.

⁸⁸ MOVIMENTO ECOLÓGICO PORTUGUÊS – *Manifesto do Movimento Ecológico Português*. 27 de Julho de 1974. Disponível *on-line* em: <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/documento-1.htm> . Consultado em 17 de Abril de 2015.

⁸⁹ MOTA, Arsénio – *Como Vai o Movimento Ecológico Português?* 7 de Março de 1981. Disponível *on-line* em: <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/mota-1.htm> . Consultado em 13 de Maio de 2015.

⁹⁰ NAVE, 2000: 123. [Tradução nossa].

intenção de abraçar a via nuclear em Portugal. O teor do texto será abordado com maior profundidade no terceiro capítulo, dedicado à luta contra a energia nuclear no nosso país.

Em 1975, o MEP lança o periódico *Frente Ecológica*, jornal que, até 1977, teve 14 números publicados. É no sentido deste incremento de actividade que se enquadra um texto inédito de Afonso Cautela, datado de 25 de Julho de 1975 – e por si alocado, entretanto, no blog *Ecologia em Diálogo* – em que faz uma análise da *missão da vanguarda ecológica* e um conjunto de recomendações ao poder político-militar – convém aqui recordar que o país se encontrava no auge do Processo Revolucionário em Curso. Intitulado «O Contributo do Movimento Ecológico», o artigo, nunca publicado, sugeria aos órgãos de governação do país que fomentassem a criação de agrocomunidades dinamizadas pela Secretaria de Estado do Ambiente, que desenvolvessem uma política de planeamento regional e de ordenamento do território que descentralizasse, despovoasse e descongestionasse as zonas urbanas e que, ao mesmo tempo, promovesse o repovoamento dos campos, e que, entre outras medidas, implementassem medidas tendentes ao aumento e generalização das práticas de agricultura biológica⁹¹.

Não sendo central na nossa investigação, deve reconhecer-se a relevância da actividade do MEP em diversas frentes. Destacamos, por exemplo, a realização, em Março de 1976, da primeira campanha contra o ruído, desenvolvida pelo Núcleo de Portalegre do MEP. Sobre esta iniciativa, Cautela ressaltou: «mas note-se [...] o seu carácter ainda elitista, incapaz de concitar as massas»⁹². No número 7 de *Frente Ecológica*, cuja grande chamada de capa é «Contra o Suicídio Nuclear», encontramos, na lista de membros do corpo redactorial ou dos núcleos de difusão do jornal, cinco elementos do grande Porto. Nesse número são ainda dados à estampa artigos sobre: a importância e a necessidade da apanha do sargaço, da selecção dos lixos, da obtenção e utilização de estrume animal e da introdução da cultura da soja – «Riqueza natural por explorar»; «Em Defesa do Solo Português»; o ciclo ecologista organizado pelo MEP sob a óptica do Núcleo de Portalegre; «4 Mil Anos de Cosmologia Taoísta no Esgoto da Sociedade Ocidental»; «A Comunidade de L'Arche: 'Alternativa Ecológica à Violência'», por Gonçalo Cabral que colaborará também em alguns números da colecção *Viver é Preciso* e de *A Urtiga*.

Noutro inédito, datado de 20 de Março de 1977 e intitulado «Enquanto o M.E.P. repousa em paz...», Afonso Cautela faz um balanço muito crítico dos (quase) três anos de funcionamento do Movimento Ecológico Português. Embora só se dissolvesse definitivamente em 1979, é em 1977 que cessa, na prática, a sua actividade. Neste texto, Cautela, de forma irónica e até cáustica, afirma: «cómico é que, num país com 8 milhões [...], a defesa ecológica tenha 250 mândios que levam a sério esta brincadeira de resistir à maciça destruição do que nos resta»⁹³. Mais, refere-se ao próprio Movimento como uma organização adormecida desde o nascimento e alvo do desinteresse generalizado da população, «que tem preferido [...] outras alegrias, eleições e greves»⁹⁴.

⁹¹ CAUTELA, Afonso – *O Contributo do Movimento Ecológico*. Disponível on-line em: <http://catbox.info/big-bang/ecologiaem-dialogo/abril-4.htm> [consultado em 4/10/2015].

⁹² CAUTELA, 1977: 313.

⁹³ CAUTELA, Afonso – *Enquanto o M.E.P. repousa em paz*. Disponível on-line em: <http://catbox.info/big-bang/ecologiaem-dialogo/mep-1.htm> [consultado em 4/10/2015].

⁹⁴ CAUTELA, Afonso – *Enquanto o M.E.P. repousa em paz*. Disponível on-line em: <http://catbox.info/big-bang/ecologiaem-dialogo/mep-1.htm> [consultado em 4/10/2015].

2.2. 40 ANOS DE ECOLOGIA A PARTIR DO PORTO

Se em Lisboa, com o MEP, os primeiros ecologistas estavam, sobretudo, ligados à imprensa e, no que as fontes nos permitem depreender, não tinham passado pelo exílio – não obstante o conhecimento do que lá fora se escrevia e fazia ao nível do ambientalismo, como comprovam as traduções e escritos de Afonso Cautela, no Porto, o primeiro impulso do ecologismo partirá de homens que estiveram exilados e que lá fora apreenderam os princípios fundamentais da luta e da ideia ecológicas.

Na cidade do Porto, a primeira referência à causa ecológica, segundo Franklim Pereira, surge na manifestação do 1.º de Maio de 1974. Nela «apareceu um grupo de pessoas [...] com uma bandeira a dizer 'A nossa revolução é verde'. Um grupo pequeno, para aí vinte ou trinta pessoas, o que naquela altura era admirável»⁹⁵. Não havendo mais nenhuma referência a esse episódio e a quem o protagonizou, não se pode aqui aventar quem o promoveu e qual a evolução que se verificou nesse grupo, se é que lhe estava inerente algum grau de organização ou de formalidade.

As fontes e os testemunhos recolhidos parecem, isso sim, ser unânimes na atribuição da *responsabilidade* pelo aparecimento do ecologismo na cidade ao retorno de dois exilados: José Carlos Marques e Jacinto Rodrigues. Em relação ao primeiro, Viriato Soromenho-Marques diz ser «a figura que, em minha opinião, melhor condensa esse voluntarismo tenaz, generoso e persistente [da primeira vaga do ambientalismo português], mas ao mesmo tempo roçando o quixotismo, é a de José Carlos Costa Marques, um publicista de formação filosófica, com o percurso mais irrequieto e nomádico do associativismo português»⁹⁶. No mesmo sentido, conflui Vítor Nogueira ao apodar de ecos do romantismo ambientalista internacional uma das iniciativas editoriais de José Carlos Marques, os *Cadernos de Ecologia e Sociedade*⁹⁷. Por outro lado, João Freire e Maria Alexandre Lousada consideram essa mesma publicação, assim como a generalidade da colecção *Viver é Preciso*, como as publicações mais inovadoras do período em estudo⁹⁸.

A referida colecção foi, e é, coordenada por José Carlos Marques e publicada pelas Edições Afrontamento. Marques esteve voluntariamente exilado de 1969 a 1974, neste período esteve em Paris, entre 1969 e 1971, no Brasil e em Bruxelas. Antes do exílio, intervirá já no Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal, chegando a ser director do seu boletim⁹⁹, e na Cooperativa Cultural Confronto¹⁰⁰. Foi em França que, diz, se deu a sua «descoberta da questão ecológica [...] em 1969»¹⁰¹, consciência que foi amadurecendo e aprofundando até ao seu regresso a Portugal, em Junho de 1974. Depois dele, inicialmente, fixa-se em Paço d'Arcos, onde também vivia Afonso Cautela, e colabora com o Movimento Ecológico Português, ainda que, como afirma, defendesse um outro modelo de organização

⁹⁵ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

⁹⁶ SOROMENHO-MARQUES, 2001: 121.

⁹⁷ NOGUEIRA, 2000: 61.

⁹⁸ FREIRE & LOUSADA, 2003: 100.

⁹⁹ LIMA, 2012.

¹⁰⁰ COELHO, 2010.

¹⁰¹ Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

para o movimento ambientalista – entendia que devia ser «uma constelação de grupos e de iniciativas e que teria uma filosofia federadora e bastante autónoma»¹⁰². Ou seja, diferente da dimensão mais centralizadora e homogénea que, de certa forma, estava subjacente ao projecto de âmbito nacional do MEP.

Entretanto regressado ao Porto, de onde é natural, inicia, a partir de Outubro de 1974, a publicação da colecção *Viver é Preciso*. O primeiro número é uma tradução de uma obra do engenheiro agrónomo Claude Aubert, *Alimentos, Saúde e Agricultura*. Apesar de a sua publicação ter coincidido com o fim da ditadura e com o regresso de JCM ao Porto, a verdade é que não dependeu deles. A tradução estava pronta em 1973 e «poderia ter perfeitamente sido publicado sem o 25 de Abril ter acontecido porque era um livro que não tinha carácter político acutilante. [...] Era um livro sobre agricultura biológica, mas que ao mesmo tempo, através do prefácio e dos anexos, tinha uma espécie de panorâmica mais ampla»¹⁰³. Assim, sob o signo da agricultura biológica, ganha expressão editorial a defesa ecológica radicada na cidade do Porto.

Na introdução à colecção, actualizada e revista na segunda edição de *Industrialização da Agricultura, Salvação ou Suicídio da Humanidade?*, José Carlos Marques, à época sob o pseudónimo A. Faia, defende que «essa ideologia [do progresso ilimitado], positivista, racionalista, cartesiana, aqui com roupagens «democráticas», mais além sob a terminologia «marxista», adiante ainda disfarçada de luta contra o «subdesenvolvimento» e a «miséria», começa porém a mostrar sintomas claros de desagregação, corroída pelos factos»¹⁰⁴. Deste modo, logo de início, o movimento ecologista portuense, afirma a equidistância e a recusa dos modelos capitalista e socialista soviético – ambos tidos como sistemas produtivistas e incompatíveis com o ideário e soluções propostas pelos ambientalistas. Como veremos esta é uma análise que será, progressivamente, aprofundada e vincada. Por outro lado, também nesta reflexão os ecologistas portugueses acompanham o pensamento desenvolvido no estrangeiro, sobretudo em França.

José Carlos Marques conclui esta introdução com outra advertência chave: «na verdade, é da vida e da morte de cada um de nós, e de todos, que se trata»¹⁰⁵. Na linha de René Dumont, em *Utopia ou Morte!*, e de tantos outros teóricos do ecologismo, o futuro é apresentado, em inúmeros textos, como apocalíptico no caso do prosseguimento do modelo produtivista-consumista. A esse apocalipse só a utopia ecologista se apresenta como alternativa séria, devendo ser posta em prática no imediato a fim de evitar a destruição do planeta.

Também em 1974, nasce, no Porto, o Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem [NPEPVS], englobando pessoas associadas à tentativa de criação, ainda antes do 25 de Abril, do já referido Clube dos Amigos da Natureza. Este Núcleo, eminentemente conservacionista, teve em Nuno Gomes Oliveira – actual director do Parque Biológico de Gaia – o seu principal animador e publicou uma folha no semanário quinzenal *O Lavrador*, distribuído com *O Comércio do Porto*. De

¹⁰² Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

¹⁰³ Entrevista a José Carlos Marques, 15 de Março de 2015.

¹⁰⁴ AUBERT, 1974b: 92.

¹⁰⁵ AUBERT, 1974b: 94.

acordo com Nuno Gomes Oliveira¹⁰⁶, *O Lavrador* tinha uma tiragem de 10.000 exemplares, fazendo da folha do NPEPVS a maior publicação ambientalista do norte do país – ao contrário da colecção *Viver é Preciso* que «tinha tiragens pequenas e era para elites culturais»¹⁰⁷ ou da *Alternativa* que nunca teve uma tiragem superior aos 1.000 exemplares.

Não obstante, o interesse que teríamos em aprofundar o estudo sobre o NPEPVS e a sua folha quinzenal, a verdade é que o material do Núcleo não está catalogado e disponível para consulta, nem se conseguiu encontrar o referido quinzenário *O Lavrador*. Assim, não podemos sequer saber em que períodos se publicou a referida folha do Núcleo, nem ter uma ideia mais concreta do seu pensamento e propostas.

No que toca à colecção *Viver é Preciso*, em Abril e Junho de 1975 saem mais dois números¹⁰⁸. O segundo número volta a incidir sobre a temática agrícola e consiste numa colectânea de textos estrangeiros, maioritariamente franceses, sobre experiências de agricultura biológica, orgânica ou ecologicamente sustentável que pretende servir de alerta e, de certa forma, de guia de boas práticas agrícolas. E, se a agricultura biológica está em plena ordem do dia, deve reconhecer-se que é, sobretudo, a colecção dirigida por José Carlos Marques que introduz no nosso país a preocupação com esse tipo de práticas que, de resto, atravessará todo o período cronológico em estudo e levará, juntamente com outras coordenadas ideológicas, ao encetar da experiência de Renascimento Rural.

O terceiro número é a tradução de uma obra de Pierre Pizon – autor ciclicamente citado e mencionado nos vários órgãos de imprensa ambientalista com ligações ao Porto – acerca da energia nuclear.

De acordo com a documentação consultada e com as entrevistas realizadas, é também por esta altura que se começa a preparar, no Porto, o lançamento de um movimento ecologista de base local, indo, assim, ao encontro da concepção de movimento ambientalista de José Carlos Marques. Consciente das rasteiras que a memória, volvidos tantos anos, pode passar, Marques diz ter a recordação – algo «brumosa»¹⁰⁹ – de que a primeira reunião em que se encontraram pessoas e grupos com sensibilidade ambiental se terá devido, de alguma forma, ao Partido Popular Monárquico [PPM], ou a alguém a ele ligado. Ainda de acordo com a mesma fonte, essa reunião terá ocorrido numa residência universitária situada na rua Álvares Cabral e ao encontro terão ocorrido entre 20 a 30 pessoas. Embora não conseguindo afiançar a data deste primeiro encontro – talvez ainda no final de 1974, seguramente em 1975 –, a verdade é que lhe atribui o mérito de fazer com que pessoas que não se conheciam travassem contacto e começassem a tentar desenvolver trabalho conjunto.

Segura é a existência de uma carta enviada por JCM aos demais interessados na constituição de um grupo ecologista portuense. Datada de 16 de Setembro de 1975, refere diligências no sentido da realização de acções de formação sobre os problemas ambientais e convoca, a fim do aprofundamento dessas diligências, para uma nova reunião. O documento refere ainda que nos primeiros encontros

¹⁰⁶ Entrevista a Nuno Gomes Oliveira, 13 de Abril de 2015.

¹⁰⁷ Entrevista a Nuno Gomes Oliveira, 13 de Abril de 2015.

¹⁰⁸ DUCHET, R.; RODALE, R.; MESSE, J. L. – *China, Estados Unidos, Terceiro Mundo: a agricultura numa perspectiva ecológica*; PIZON, Pierre – *O Átomo Pacífico*.

¹⁰⁹ Entrevista a José Carlos Marques, 15 de Março de 2015.

estiveram presentes elementos ligados ao Movimento Ecológico Português, à colecção *Viver é Preciso*, ao Núcleo de Estudo e Protecção da Vida Selvagem e ao Movimento de Intervenção para o Equilíbrio do Homem e do Meio Ambiente. Fica assim patente a diversidade de sensibilidades presentes no grupo inicial, à qual devemos somar a presença de A. Jacinto Rodrigues e de alunos seus da Escola Superior de Belas-Artes do Porto que haviam, autonomamente, empreendido já a discussão e experimentação em torno de alternativas de construção e de aproveitamento de energias suaves.

A ordem de trabalhos proposta, para a reunião convocada a 16 de Setembro, era a seguinte:

- «– viabilidade de intervenção no Congresso de Política Energética, a realizar ao que parece no Porto em Outubro próximo;
- organização de debates públicos;
- organização de um ciclo de filmes sobre natureza;
- outras acções»¹¹⁰.

Essa reunião teve lugar a 21 de Setembro e logo a 24 desse mês segue nova carta, também assinada por José Carlos Marques; agora em nome do Grupo de Intervenção Ecológica. Nela dá-se conta das conclusões do encontro de 21 de Setembro: organização de cinco ou seis sessões «(com apoio de textos, filmes, diapositivos e outros meios), no interior do grupo, de introdução à compreensão dos problemas ecológicos, numa perspectiva global, com o objectivo de homogeneizar minimamente a perspectiva do grupo e de encontrar uma linha básica de actuação futura»¹¹¹. A primeira fase desse esforço de organização e homogeneização – necessidade compreensível tendo em conta a diversidade de sensibilidades no seio do grupo – iniciar-se-ia a 28 de Setembro, prosseguiria a 5 de Outubro e encerraria a 12 de Outubro, perfazendo três Domingos consecutivos de reuniões do Grupo.

Bem-sucedido esse primeiro arranque, prossegue a carta de 24 de Setembro, entrar-se-ia no estádio seguinte: o contacto e intervenção junto de comissões de moradores, comissões de trabalhadores e outras colectividades ou organizações populares no sentido de contribuir para a resolução, sob uma perspectiva ecológica, de problemas habitacionais, energéticos, sanitários, da escassez de espaços verdes e da poluição causada por unidades industriais. Propunham-se ainda, nesta segunda fase de actuação do Grupo, intervir «na luta»¹¹² à ciência, tecnologia e modelo de desenvolvimento dominantes, assim como à apresentação de alternativas.

O documento aventa ainda um possível terceiro estádio que seria consignado ao estabelecimento de «uma relação entre as intervenções em áreas urbanas e em áreas rurais, nomeadamente no

¹¹⁰ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta de José Carlos Marques para os membros do Grupo de Intervenção Ecológica*. Porto, 16.09.1975. [dactilografado]. Embora aqui, e doravante, surja sempre referido como pertencente a José Carlos Marques, o citado arquivo foi elaborado e mantido durante largos anos por José Valentim Brandão Costa.

¹¹¹ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta de José Carlos Marques para os membros do Grupo de Intervenção Ecológica*. Porto, 24.09.1975. [dactilografado].

¹¹² Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta de José Carlos Marques para os membros do Grupo de Intervenção Ecológica*. Porto, 24.09.1975. [dactilografado].

que respeita à agrobiologia, às relações cidade-campo, etc.»¹¹³. Resta ainda acrescentar que nesta fase de organização do Grupo há uma lista com dezasseis membros com a informação em dia.

Este plano de desenvolvimento das actividades permite-nos perceber a lógica inerente ao Grupo; em primeiro lugar, é sentida a necessidade premente do estudo e do debate internos de forma a poderem chegar a uma proposta coerente que unisse as diversas sensibilidades. Concluída essa fase, passariam à intervenção prática externa em torno de problemas locais concretos e em articulação com outros movimentos sociais coevos e de maior implementação no terreno.

Em carta de 1 de Outubro de 1975 convoca-se para a participação na sessão de 5 Outubro. A discussão a travar nesse encontro deveria ter por base dois textos: *Para um novo modelo de sociedade socialista em Portugal* e *Porquê a agricultura biológica?*, «não perdendo de vista que se pretende preparar uma futura intervenção junto de colectividades em relação a problemas concretos»¹¹⁴.

No primeiro dos textos mencionados anteriormente, não assinado, começam por se evidenciar as contradições existentes nas sociedades humanas: detentores do capital e/ou meios de produção/trabalhadores; cidade/campo; trabalho intelectual/trabalho manual; decisão/execução; dirigentes/base; homem/natureza. Assim, «para resolver estas contradições é necessária também uma política socialista que consiga gerir harmoniosamente as relações da sociedade com o ecossistema em geral»¹¹⁵. A planificação económica socialista deveria ter em conta os cuidados a ter com a produção alimentar e com a demografia. O documento elenca, de seguida, as duas opções possíveis para a inadiável transformação sócio-económica das sociedades humanas e da sua relação com o Meio Ambiente.

A primeira opção é baseada num crescimento económico assente no tecnicismo, considerando o autor do texto que «esta lógica não entra em ruptura com o sistema, com o modelo das sociedades actuais»¹¹⁶.

A segunda opção recai sobre uma alternativa socialista de sociedade, garante de um desenvolvimento em harmonia com a natureza. Esta alternativa deveria alterar os pressupostos da produção e do consumo, condição, tida como primeira, para a socialização das relações e dos meios de produção. O documento realça ainda a inexistência de neutralidade na tecnologia, sobretudo no sistema capitalista. Este último teria causado:

- «– o desaparecimento de matérias-primas;
- a destruição de espécies naturais e as implicações desses grupos na cadeia geral do ecossistema;
- as poluições atmosféricas e hidrosféricas;
- o crescimento demográfico face aos esgotamentos das potencialidades actuais dos recursos alimentares e energéticos mais vulgarmente utilizados»¹¹⁷.

¹¹³ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta de José Carlos Marques para os membros do Grupo de Intervenção Ecológica*. Porto, 24.09.1975. [dactilografado].

¹¹⁴ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta de José Carlos Marques para os membros do Grupo de Intervenção Ecológica*. Porto, 01.10.1975. [dactilografado].

¹¹⁵ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Para um novo modelo de sociedade socialista em Portugal*. [dactilografado].

¹¹⁶ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Para um novo modelo de sociedade socialista em Portugal*. [dactilografado].

¹¹⁷ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Para um novo modelo de sociedade socialista em Portugal*. [dactilografado].

A evidenciação e compreensão crescentes destes factos pelas populações colocavam, no seu entendimento, em primeiro plano a necessidade de uma eco-política que respondesse eficazmente aos estragos causados à natureza pelo capitalismo produtivista.

Por conseguinte, a consciência dos impactos ambientais dos modelos desenvolvimentistas – que podiam, no limite, levar à extinção da própria espécie humana – devia dar lugar a uma completa alteração dos quadros ideológicos existentes. Importa aqui lembrar que, no pensamento ecologista, tanto o modelo de produção e consumo capitalista como o soviético se encaixavam na lógica desenvolvimentista. Assim, seria urgente rever os princípios subjacentes à tecnologia, ao urbanismo, à relação cidade-campo e ao binómio produção-consumo.

Contudo, advertem, «em Portugal, há sectores políticos que referenciando-se à ideologia socialista crêem que a questão do ‘desenvolvimento’ do país se resolve apenas pela institucionalização duma maior igualdade na distribuição de bens»¹¹⁸. Distanciam-se deste modo da maioria das opções políticas, partidárias ou não, defensoras do socialismo durante o PREC e evidenciam a originalidade da alternativa que propõem. Ora, segundo a perspectiva ecologista aqui expressa, esse esforço para a alteração da lógica distributiva do Estado seria pífio perante a dimensão das necessidades em questão. Seguindo a mesma lógica, as nacionalizações, *per se*, não resolviam, ao contrário da linha de pensamento dominante entre a esquerda socialista portuguesa, o essencial do problema das relações de produção, da racionalidade do modelo de produção e da necessidade de libertação nacional das *cadeias* do imperialismo económico e político. Exemplificam a anterior asserção com o caso do Bloco de Leste em que, na sua opinião, a colectivização dos meios de produção não resolveu as contradições cidade/campo e trabalho intelectual/trabalho manual. Além de apontarem ainda ao modelo do socialismo soviético uma excessiva burocratização das relações de produção e de todo o Estado, o que teria gerado uma nova casta de privilegiados e a criação da contradição dirigentes/dirigidos.

Por isso, preconizam que o socialismo português deve colectivizar os meios de produção e entregá-los ao controlo operário; não criando, assim, uma relação burocratizada entre operariado e aparelho de Estado, afirmando que «para que isso se realize é necessária *uma constante relação dialéctica entre os dirigentes e a base. Isto só é possível pela politização de todas as relações na sociedade através duma revolução cultural capaz de impor uma revolucionarização constante*»¹¹⁹.

A este quadro ideológico genérico, mas ainda assim bastante significativo, juntam-se propostas mais concretas que apontam para a necessidade de uma gestão ecológica da produção industrial e agrícola, a qual deveria fazer uso das, então, mais recentes e eficientes técnicas agro-biológicas. Assim como a importância do estudo e desenvolvimento de mecanismos rentáveis de aproveitamento da energia solar, maremotriz, eólica, orgânica e geotérmica. E, por fim, o recurso, na maior medida do possível, a materiais simples, recicláveis e disponíveis em abundância no país.

¹¹⁸ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Para um novo modelo de sociedade socialista em Portugal*. [dactilografado].

¹¹⁹ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Para um novo modelo de sociedade socialista em Portugal*. [dactilografado].

O longo texto – que aqui, pela sua importância doutrinária, analisámos – encerra com uma explicitação simples e em bases científicas de vários conceitos biológicos e ambientais associados à ecologia e com uma listagem de bibliografia introdutória à moderna problemática ecológica.

O segundo documento que deveria servir de base à discussão na reunião de 5 de Outubro de 1975, *Porquê a agricultura biológica?*, é composto de breves notas de introdução ao tema e aos seus conceitos e técnicas elementares. Nele se afirma que «a agricultura biológica não é nem um vestígio do passado, nem um luxo reservado às pessoas ricas. É, pelo contrário, uma técnica moderna, ao alcance de todos e praticada por um número crescente de agricultores»¹²⁰. Este documento de apoio é composto, essencialmente, por traduções de excertos de publicações francesas sobre agricultura biológica ou orgânica.

No início do mês de Outubro de 1975 surge nova carta, impossível de datar com precisão, a convocar para outra reunião do Grupo. Nela se informa que nesse encontro se iria reflectir sobre a proposta feita por uma brigada do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no sentido de ser dado «apoio informativo e prático a um projecto de habitação colectiva à luz de coordenadas ecológicas: utilização de alternativas energéticas não poluentes, reciclagem de materiais, combinação do cultivo agrícola com actividades industriais, resolução de questões de esgotos e lixos em bases correctas, problemas de saúde, pedagógicos e institucionais»¹²¹.

Recordando as quatro fases de desenvolvimento do trabalho, enunciadas na carta de 24 de Setembro, poderíamos concluir pela precocidade deste contacto e vontade de intervenção pelo facto do Grupo se encontrar ainda, aparentemente, no primeiro estágio – o de discussão, reflexão e definição de uma perspectiva homogénea a adoptar colectivamente. Contudo, e sem que tenhamos nenhuma informação que o confirme, este contacto poderá ser também explicado pela participação activa de Jacinto Rodrigues no GAIEP e no SAAL.

Na referida carta informam-se ainda os membros do Grupo de que se encontrava em fase de arranque um centro de documentação constituído por livros, revistas e outros documentos – a maioria, sabemos, pertencia ao espólio pessoal de José Carlos Marques.

Em carta de 9 de Outubro, faz-se uma breve conclusão da reunião de 5 de Outubro. Nela visualizou-se e discutiu-se um filme sobre o equilíbrio entre o Homem e o Meio Ambiente. Nas linhas deste documento, embora seja ressalvada a riqueza do diálogo tido nessa sessão, classifica-se a conversa como desorganizada, consideração que é atribuída ao facto de o tema ser muito lato. Para que as reuniões seguintes fossem mais organizadas e produtivas decidiu-se que as próximas quatro sessões seriam de quatro temas distintos e mais específicos nas abordagens a fazer: energia; urbanismo; agro-biologia e alimentos; medicina e saúde. A primeira dessas sessões, marcada para 12 de Outubro de 1975, seria dedicada à energia. Esta escolha, argumentam, fica a dever-se à proximidade do Encontro Nacional sobre Política Energética (ENPE)¹²².

¹²⁰ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Porquê a agricultura biológica?* [dactilografado].

¹²¹ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 10.1975. [dactilografado].

¹²² Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 09.10.1975. [dactilografado].

A 21 de Outubro, novamente sob a forma de carta, ficamos a saber que, pelo menos temporariamente, a brigada SAAL que havia contactado o GAIEP desistiu do projecto de intervenção conjunto proposto. Os motivos dessa desistência não são explanados.

Por outro lado, informa o mesmo texto, na reunião de 12 de Outubro decidiu-se que o grupo, «para uma fase inicial de formação-intervenção»¹²³, se dividiria em quatro subgrupos (que não punham em causa o prosseguimento das reuniões plenárias): Habitat – a cargo de Dirceu Graça; Energia – a cargo de José Valentim Costa; Agrobiologia – a cargo de Margarida Vieira; Saúde e Medicina – a cargo de José Carlos Marques.

Em anexo a esta carta seguia ainda uma folha-inquérito. Esta deveria ser preenchida pelos membros do Grupo com a declaração da disponibilidade de tempo e a tarefa que cada um preferia ter na organização das várias actividades e serviços do GAIEP.

Por fim, a 21 de Outubro, é ainda dada a nota de que continuava em aberto a participação do Grupo no ENPE e no congresso do Movimento Ecológico Português.

A participação no ENPE, ficamos a saber em carta de 3 de Novembro de 1975, seria discutida e definida em reunião a ocorrer a 9 de Novembro. Essa reunião plenária deveria ainda servir para planear outras acções externas e para coordenar o trabalho dos subgrupos, entretanto, formados¹²⁴.

O ENPE, realizado entre 14 e 16 de Novembro na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), seria mesmo ocasião para o primeiro acto público do GAIEP. Além das várias reuniões realizadas para preparar essa participação, devemos ainda destacar a elaboração de um comunicado que nele foi distribuído e a existência de um documento interno sobre as centrais nucleares e o seu impacto na saúde pública¹²⁵. Num capítulo dedicado à luta ecologista contra a instalação de centrais nucleares em Portugal trataremos mais aprofundadamente esta participação e estes documentos.

Em carta de meados de Novembro de 1975, mais uma vez é-nos impossível datar com precisão, dá-se conta do balanço efectuado em reunião anterior acerca dos mais recentes meses de funcionamento do GAIEP. Analisada a participação no ENPE e considerada a criação dos subgrupos temáticos como um obstáculo ao trabalho do Grupo, decidiu-se:

- «– manter uma reunião semanal [...];
- prosseguir a estruturação do centro de documentação [...];
- preparar a realização de um fim-de-semana intensivo com colóquios, filmes e exposições;
- preparar outras intervenções do grupo;
- difundir os documentos já publicados»¹²⁶.

¹²³ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 09.10.1975. [dactilografado].

¹²⁴ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 03.11.1975. [dactilografado].

¹²⁵ Arquivo particular de José Carlos Marques – *As Centrais Nucleares: Uma Ameaça à Saúde Pública*. Porto, 1975. [dactilografado].

¹²⁶ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 11.1975. [dactilografado].

Também de balanço e de definição de linhas de actuação futuras é a carta enviada aos membros do GAIEP a 12 de Dezembro de 1975. Aí é dito que «o nosso grupo que se reuniu em torno de preocupações e perspectivas que são claras para todos, tem tido no entanto dificuldades em fixar um projecto prático concreto capaz de traduzir na acção as suas perspectivas comuns»¹²⁷.

No sentido de debelar as dificuldades identificadas e de dotar o GAIEP de uma maior capacidade de intervenção, decidiram, em reunião anterior, centrar os esforços dos elementos do Grupo na construção de um «pequeno jornal ou boletim, o qual seria centrado sobre uma atenção actualizada aos factos correntes e escrito numa linguagem tão acessível quanto possível»¹²⁸. A opção pelo boletim informativo surge também em linha com a prática da maioria dos grupos ecologistas espalhados pelo mundo e encetada também em 1975, como vimos, pelo MEP com o seu *Frente Ecológica*.

Adverte-se, contudo, para que o jornal do GAIEP não seja entendido como um fim em si mesmo e para a necessidade de serem encetadas ou prosseguidas outras actividades, como: «sessões públicas, encontros e colóquios, estímulo e apoio a grupos de pesquisa ou experimentais, informação e propaganda»¹²⁹. Deste modo, o objectivo era que o jornal passasse a funcionar como eixo aglutinador das várias iniciativas e acções do Grupo.

Na mesma carta afirma-se ainda que esta iniciativa editorial permitia também que os vários membros do GAIEP vissem as suas preferências e características pessoais reflectidas no trabalho a desempenhar na organização. Assim, exemplifica-se no referido documento, os que tivessem mais propensão para actividades de mobilização e de contacto externo poderiam difundir o jornal e organizar grupos de difusão e discussão do mesmo, devendo depois dar conta ao Grupo do *feedback* recebido nesses encontros e iniciativas. Por outro lado, àqueles a quem interessasse mais a reflexão, a experimentação e o trabalho interno caberiam tarefas de pesquisa de artigos e recortes de jornal pertinentes e a tradução dos que estivessem em língua estrangeira para efeitos de publicação no boletim.

A todos se garantia a participação na reunião semanal do Colectivo de Redacção, antecipando-se também a necessidade de formação de um grupo mais restrito, a funcionar como equipa técnica, e sobre o qual recairiam as tarefas de «coordenação da redacção, administração, produção gráfica e organização da difusão»¹³⁰.

Findo o ano de 1975, e mais de um ano de iniciativas ecologistas a partir da cidade do Porto, os documentos consultados dão a ideia de algum dinamismo organizacional do GAIEP, pelo menos ao nível interno. Mais, a documentação indica também uma forte diversidade na composição do Grupo, o que vai ao encontro dos testemunhos orais recolhidos. Todos eles, sem excepção, garantem que essa

¹²⁷ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 12.12.1975. [dactilografado].

¹²⁸ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 12.12.1975. [dactilografado].

¹²⁹ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 12.12.1975. [dactilografado].

¹³⁰ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 12.12.1975. [dactilografado].

pluralidade de opiniões e sensibilidades não constituiu qualquer obstáculo ao funcionamento do grupo, não obstante a documentação denotar também uma certa dificuldade em cristalizar uma posição conjunta, em torno dos objectivos comuns aceites por todos, que possibilitasse uma actuação concreta do Grupo.

Apesar da aparente unidade interna, manifestar-se-iam as várias sensibilidades em grupos bem estruturados no seio do Grupo? Para Nuno Gomes Oliveira, membro do NPEPVS e do GAIEP, «a maioria [dos membros do NPEPVS] não participava [no GAIEP]. Não havia grupos muito definidos, havia meia-dúzia de pessoas, uma dúzia de pessoas»¹³¹. José Carlos Marques afirma que «não o senti [ao GAIEP] como um grupo de grupos. Mas, na verdade, estava lá o Nuno Gomes Oliveira que estava ligado ao NPEPVS. Estava o professor Jacinto Rodrigues que, ele próprio, tinha formado uma espécie de grupo de alunos dedicado a estas questões na escola da Belas-Artes. [...] Não sei que distinção pode haver entre os alunos dele e o GAIEP. Se calhar não havia nenhuma, os que mais se interessavam eram os do GAIEP, os que mais faziam, os que mais trabalhavam»¹³².

Outra característica deste grupo – que podemos considerar como localista e autonomista – era a afirmação da sua equidistância em relação aos partidos. Posição que permitia também apresentar a nova ideia ecológica pela sua originalidade. Assim, Leonardo Verde recorda que, «embora todos nós fôssemos de um ou outro grupo político, o GAIEP era suprapartidário. Na reunião inicial estavam lá militantes do PC, do MES e de outros grupos de extrema-esquerda, e técnicos cuja única preocupação eram as questões ambientais e que na altura nenhum partido as defendia ou sequer as reflectia»¹³³. Por outro lado, Franklim Pereira afirma que a «ideia do anticapitalismo estava muito envolvida no ecologismo do Porto daquela altura. [...] nós nunca tivemos nada a ver com partidos políticos. Éramos, sim, difusamente anarquistas ou anarquizantes. Não pugnávamos pelo domínio de nenhum partido mas sabíamos que de alguma maneira uma sociedade menos capitalista deveria dar mais apoio a todas as propostas ecologistas»¹³⁴.

¹³¹ Entrevista a Nuno Gomes Oliveira, 13 de Abril de 2015.

¹³² Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

¹³³ Entrevista a Leonardo Verde, 7 de Abril de 2015.

¹³⁴ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

3.

‘NUCLEAR NÃO,
OBRIGADO!’

3.1. OS PRIMÓRDIOS DA ENERGIA NUCLEAR EM PORTUGAL

Em Outubro de 1952, por despacho, o Ministério da Educação Nacional cria a Comissão Nacional de Estudos de Energia Nuclear (CEEN). Nesse mesmo mês são criados os Centros de Estudos de Física Nuclear (IPO-Lisboa), de Estudos de Química Nuclear (Instituto Superior Técnico) e de Estudos de Química Nuclear e Radioquímica (Faculdade de Ciências de Coimbra). O esforço de criação de centros de investigação não se ficaria por aqui e, até Novembro de 1953, seriam criados mais cinco.

A 29 de Março de 1954, a CEEN ganha existência legal. No mesmo diploma é ainda criada a Junta de Energia Nuclear (JEN), tutelada directamente pelo Presidente do Conselho de Ministros. Aliás, a importância que era atribuída ao estudo do nuclear é atestada pelo facto de Oliveira Salazar ter estado presente e feito uma intervenção na cerimónia de instalação da JEN, realizada a 5 de Abril de 1954.

Jaime da Costa Oliveira – que tem o relato mais completo sobre a história da JEN que encontramos – estabelece quatro fases nos vinte e cinco anos de existência da Junta de Energia Nuclear:

- «– Instalação (1954-1961) [...];
- Consolidação (1961-1967) [...];
- Maturidade (1967-1973) [...];
- Desmembramento (1973-1979)»¹³⁵.

No primeiro período, até 1959, seriam ainda criados mais cinco centros de investigação, passando o país a dispor de onze centros de estudos sobre o Nuclear e as suas aplicações ‘pácificas’, repartidos pelas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto.

O compromisso do Estado Novo com a avaliação das potencialidades que a energia nuclear poderia trazer ao país aprofunda-se com a adesão, em 1957, à Agência Europeia de Energia Nuclear, da OCDE. No ano seguinte, em 1958, é criada a Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares.

Também ao nível do audiovisual, o caminho começa a ser preparado para a inclusão do nuclear no plano energético nacional. Na sua investigação, Luísa Schmidt conclui que «no conjunto dos programas sobre o mundo energético [exibidos na RTP], o nuclear recolhe a maior fatia»¹³⁶. Realça ainda que, até ao fim da década de sessenta, os programas televisivos sobre o nuclear divulgavam, sobretudo, uma visão positiva e esperançosa relativamente a esse tipo de energia. Nesse conjunto destaca os programas *ABC – A Energia Atómica ao Serviço*, *A Era da Energia Nuclear*, *Conquista do Átomo*, *Século XX*, *Enciclopédia e Relatório do Progresso*¹³⁷. Esta transmissão de programas sobre a energia e o nuclear começa em 1957 e 1958, com dois curtos filmes norte-americanos sobre experiências nucleares.

¹³⁵ OLIVEIRA, 2002: 19-20.

¹³⁶ SCHMIDT, 2003: 275.

¹³⁷ SCHMIDT, 2003: 232.

Contudo, o principal passo nesta matéria foi dado, em 1961, com a inauguração do primeiro reactor nuclear português. Instalado às portas de Lisboa, em Sacavém, o reactor custou um milhão de dólares, em parte patrocinados pelo programa *Atoms for Peace*, do governo dos Estados Unidos da América. A proximidade que Oliveira Salazar foi estabelecendo com esse país, nesta como noutras matérias, deu frutos e Portugal conseguiu o apoio americano para esta empreitada. Teve, ainda assim, de assinar uma declaração comprometendo-se a só utilizar o reactor de Sacavém para fins pacíficos. Mais, «o reactor foi construído exclusivamente para fins de investigação científica, e assim se manteve até hoje»¹³⁸.

Em 1968, o Governo português encomenda à JEN um estudo sobre a viabilidade da programação de uma central nuclear de produção de energia eléctrica em Portugal. Numa publicação dos Amigos da Terra, é afirmado que «desde 1969 que Ferrel estava na calha [para receber a primeira central nuclear portuguesa] e a fase de qualificação tinha tido início em 1974»¹³⁹. Apesar de todo o apoio inicial, Jaime da Costa Oliveira defende que a JEN começou a ser relegada para segundo plano em 1973, posição confirmada em Março de 1974, quando sai da tutela da Presidência do Conselho de Ministros e é incorporada no Ministério da Indústria e Energia¹⁴⁰.

3.2. CAMPANHA PARA UMA MORATÓRIA NUCLEAR

Até ao 25 de Abril, contudo, não se ouvira ainda sinal de protesto contra a opção pelo nuclear que se foi cozinhando nas últimas décadas do Estado Novo. A democracia e a liberdade, assim como o surgimento do primeiro movimento ambientalista português, permitiram que, logo em 1974, essa opção começasse a ser questionada e contestada.

Embora saibamos que a *Campanha para uma Moratória Nuclear* tenha sido lançada antes, a documentação consultada remete-nos para a intervenção proferida por José Carlos Marques no I Encontro em Portugal do Movimento Ecológico – realizado na Figueira da Foz, a 9 e 10 de Novembro de 1974 – em que essa *Campanha* lançada pelo MEP é abordada.

José Carlos Marques começa por classificar, suportando-se em diversos estudos existentes, a poluição radioactiva como a mais perigosa que então existia. Passa, depois, a fazer uma breve síntese das lutas e documentos produzidos por aqueles que, no Ocidente, vinham combatendo a energia nuclear. Documentos esses que apontavam «inequivocamente para uma decisão imperiosa: a moratória nuclear, ou seja, a interrupção da execução do programa nuclear em benefício de uma controversia e de um debate em que seja dado a conhecer amplamente ao público o ponto de vista da radiobiologia»¹⁴¹.

¹³⁸ ANDRADE: 2011.

¹³⁹ AMIGOS DA TERRA, 1987: 75.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, 2002: 23.

¹⁴¹ MARQUES, José Carlos – *Campanha para uma Moratória Nuclear*. Disponível online: <http://catbox.info/big-banf/ecologiaemdialogo/documento-4.htm>. Consultado em 4 de Outubro de 2015.

A crítica ao nuclear não se fica pelos aspectos biológicos e ambientais, também a sua performance económica é posta em causa. Socorrendo-se de vários artigos internacionais, José Carlos Marques afirma que o saldo das centrais nucleares, entre energia consumida e produzida, é negativo.

Relacionando a discussão sobre a energia nuclear com o momento de profundas transformações que o país vivia, José Carlos Marques conclui que «numa época de tão profundas promessas democráticas como a que o nosso país atravessa, mal seria se um assunto de tanta magnitude fosse deixado à decisão unilateral de industriais e técnicos, sem audição da população e sem controvérsia nos meios de comunicação»¹⁴².

3.3. O DEBATE TORNA-SE PÚBLICO

Em Fevereiro de 1975, a Secretaria de Estado da Indústria e Energia, chefiada pelo Eng. Torres Campos, do III Governo Provisório, dá por aberto o debate sobre a energia nuclear no nosso país. Ainda nesse mês, é denunciado o projecto de construção de uma central nuclear em Portugal no II Encontro Nacional do MEP. Quatro meses depois, em Junho de 1975, foi publicado o terceiro número da colecção *Viver é Preciso* – o primeiro consagrado à energia nuclear. Consistiu na tradução da obra *O Átomo e a História*, de Pierre Pizon. Neste trabalho, Pizon escreve uma extensa história do átomo e das suas aplicações no mundo, recuando até às suas origens, que situa entre 1895 e 1913.

Contudo, parece-nos mais pertinente reflectir aqui sobre os três textos portugueses incluídos neste terceiro volume da colecção *Viver é Preciso*. Um deles é a intervenção de José Carlos Marques no I Encontro do MEP, já analisado anteriormente. Antes ainda surge *Advertência*, nota assinada por A. Faia – pseudónimo de José Carlos Marques –, em que se defende não ser «objectivo da colecção [...] limitar-se à denúncia da energia nuclear. Tão importante quanto essa tarefa se nos afigura divulgar *as alternativas* para o estado de coisas existente»¹⁴³. Para dar seguimento a este intento, informam-se os leitores que nos próximos números se dará espaço à divulgação e explicitação das alternativas energéticas não-poluentes e das suas virtuosidades. Apesar do peso que se queria dar às *alternativas*, «não é apenas o tipo de fontes de energia que está em causa. É também todo um sistema, o sistema ultra-industrialista que caracteriza a actual fase histórica da humanidade, independentemente dos regimes políticos e das ideologias que defendem e impõem esse ultra-industrialismo»¹⁴⁴.

Ora, nas duas citações atrás apresentadas surgem as três principais linhas de força, como veremos, associadas à luta dos movimentos ecologistas portugueses contra a energia nuclear. Além da crítica biológica, ambiental e económica à própria energia, há o entendimento de que a contestação não se pode cingir a essa fonte e que há a necessidade premente de apresentar e demonstrar as potencialidades das alternativas energéticas não-poluentes ou, no limite, menos poluentes do que as que

¹⁴² MARQUES, José Carlos – *Campanha para uma Moratória Nuclear*. Disponível online: <http://catbox.info/big-banf/ecologiaemdialogo/documento-4.htm>. Consultado em 4 de Outubro de 2015.

¹⁴³ PIZON, 1975: 30.

¹⁴⁴ PIZON, 1975: 30.

predominavam. Por fim, vinca-se a ideia de que o ambientalismo e a luta contra o nuclear não são compagináveis com os dois maiores sistemas político-económicos então vigentes.

Ou seja, na esteira daquilo que era o pensamento ecologista internacional predominante, entendem que nenhum dos regimes, entendidos ambos como produtivistas, pode dar uma resposta positiva aos problemas ambientais que o mundo enfrentava. Esta posição tem tanto mais interesse se tivermos a noção que, mesmo entre os defensores da energia nuclear, se procurou conduzir o debate para a escolha entre reactores americanos, canadianos, alemães ou soviéticos.

No outro texto, intitulado «Carácter Anti-Económico e de Desperdício das Centrais Nucleares», identificam-se os principais inimigos: «não surpreende assim que em Portugal encontremos na defesa das centrais nucleares uma estranha *santa aliança*: desde António Champalimaud que reclamava desde já duas (Verão de 1974) ou três centrais atómicas para Portugal passando pelo eng. Torres Campos, [...] afecto aos tecnocratas «ocidentais» da SEDES, até ao prof. Gomes Teixeira, afecto aos meios «progressistas» e representante de uma «tecnocracia de Leste», de mentalidade idêntica à anterior, apesar de todas as diferenças espectaculares»¹⁴⁵.

Como vimos no capítulo anterior, em carta de 16 de Setembro de 1975¹⁴⁶ assinada por José Carlos Marques, propunha-se a discussão pelo Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto, então em fase de formação, de uma eventual participação organizada no Encontro Nacional de Política Energética (ENPE), que se realizaria no Porto em Novembro desse ano. Certamente para aprofundar a discussão do Grupo sobre o problema atómico, é distribuído, em Outubro de 1975, aos seus membros um documento de trabalho e estudo intitulado «As Centrais Nucleares: Uma Ameaça à Saúde Pública». O texto consiste, essencialmente, na tradução de trechos de artigos franceses sobre a temática e aborda as implicações dos resíduos radioactivos na saúde humana e no ambiente. Procura ainda, de forma científica, informar os leitores sobre os níveis médios de poluição que uma central nuclear gera, assim como dos tempos necessários para a eliminação desses detritos tóxicos. Aventam-se também os resultados que um possível acidente numa central poderia implicar. Por fim, indicam-se ainda três obras complementares ao estudo da questão nuclear¹⁴⁷.

O GAIEP acabou por se decidir pela participação no I Encontro Nacional de Política Energética, tendo essa intervenção sido preparada nas reuniões do Grupo que até lá se foram sucedendo e das quais demos conta no capítulo anterior. Sobre essa decisão, diz José Carlos Marques «Quando nós soubemos disso [ENPE], e como o grupo já tinha uma posição anti-nuclear clara – em termos de utilização civil de energia nuclear [...] –, decidimos ir lá [...] e fizemos também uma distribuição de um comunicado nosso às pessoas que lá estavam»¹⁴⁸.

¹⁴⁵ PIZON, 1975: 382.

¹⁴⁶ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta de José Carlos Marques para os membros do Grupo de Intervenção Ecológica*. Porto, 16.09.1975. [dactilografado].

¹⁴⁷ Arquivo particular de José Carlos Marques – *As Centrais Nucleares: Uma Ameaça à Saúde Pública*. Porto, Outubro de 2015. [dactilografado].

¹⁴⁸ Entrevista a José Carlos Marques, 15 de Março de 2015.

Realizado nos dias 14, 15 e 16 de Novembro de 1975, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, o I ENPE foi organizado pela Ordem dos Engenheiros. Além de intervenções orais de membros do GAIEP na sessão sobre «Meio Ambiente e Política Energética», o Grupo distribuiu um comunicado de três páginas às cerca de quinhentas pessoas aí presentes. O referido comunicado foi estruturado em dois pontos: «I – Para uma Ecológica Energética» e «II – Que Debate sobre a Energia Nuclear?»¹⁴⁹. No primeiro desses pontos, identificam as principais fontes produtoras de energia como receptáculo do investimento de grandes somas de capital e, simultaneamente, «representam um meio de controle privilegiado com que os países ricos mantêm os restantes em dependência política, económica e tecnológica»¹⁵⁰. Denunciam ainda o silenciamento ou, na melhor das hipóteses, a secundarização a que são votados os estudos e experiências realizados sobre alternativas energéticas não-poluentes. Esse menosprezo é atribuído ao facto de os investidores não verem nestas alternativas, a curto prazo, a rentabilidade que as fontes tradicionais lhes proporcionavam.

Por outro lado, são ainda definidos os três vectores essenciais para o estabelecimento de uma ecológica energética no nosso país:

- «a) Independência nacional – auto-suficiência e diversificação;
- b) Bem-estar das populações – equilíbrio ecológico, não poluição, saúde física e mental;
- c) Poupança de energia – consumos e recursos renováveis»¹⁵¹.

No segundo ponto, acusam o III Governo Provisório de intransigência ao considerar, no seu Plano de Transição Económica, como inevitável a inclusão da energia nuclear no plano energético nacional. Reafirmam ainda a necessidade e urgência de um amplo e esclarecedor debate sobre a temática em questão. Por outro lado, «com surpresa e satisfação, o grupo veio a verificar nessa sessão a coincidência das suas posições com as que no Encontro foram expressas pelo engenheiro J. J. Delgado Domingos [...], tendo-se a partir daí iniciado contactos regulares e uma colaboração que se viria a tornar fecunda»¹⁵².

3.4. A ALTERNATIVA

Tal como vimos no capítulo anterior, na carta de 12 de Dezembro de 1975¹⁵³, informam-se os membros do GAIEP que se havia decidido pela criação de um jornal em que pudessem ser veiculadas

¹⁴⁹ Arquivo particular de José Carlos Marques – «*Não à Central Nuclear em Portugal*»: comunicado do Grupo de Intervenção Ecológica (Porto) a propósito do Encontro Nacional de Política Energética. Porto, 15.11.1975. [dactilografado].

¹⁵⁰ Arquivo particular de José Carlos Marques – «*Não à Central Nuclear em Portugal*»: comunicado do Grupo de Intervenção Ecológica (Porto) a propósito do Encontro Nacional de Política Energética. Porto, 15.11.1975. [dactilografado].

¹⁵¹ Arquivo particular de José Carlos Marques – «*Não à Central Nuclear em Portugal*»: comunicado do Grupo de Intervenção Ecológica (Porto) a propósito do Encontro Nacional de Política Energética. Porto, 15.11.1975. [dactilografado].

¹⁵² 1974: 40 Anos de Ecologia a Partir do Porto. Roteiro para um Percurso, p. 9.

¹⁵³ Arquivo particular de José Carlos Marques – *Carta do Grupo de Intervenção Ecológica para os seus membros*. Porto, 12.12.1975. [dactilografado].

as opiniões e preocupações do Grupo. Ora, o mês de Fevereiro de 1976 vê nascer a *Alternativa*. Neste primeiro número, com uma tiragem de mil exemplares, começa por se informar os leitores sobre o Centro de Documentação que o Grupo tinha em funcionamento nas instalações do NPEPVS e que podia ser por eles utilizado, no dia e horário estipulados pela organização.

O primeiro número tinha um grupo redactorial composto por doze elementos e, no seu editorial, apresentava a revista da seguinte forma:

*este jornal surge [...] como uma contra-informação. [...] O que se escreverá nestas páginas não quer ser crido como um dogma, ou como uma ideologia. É apenas um desafio à observação própria, à reflexão, à análise exigente. [...] pretende vir a ser feito por todos os seus leitores. Deles esperamos a concordância e a contradição, a colaboração e a rectificação. Cada leitor pode ser um correspondente local, cada grupo de leitores um grupo de redacção e difusão*¹⁵⁴.

Sobre a luta antinuclear, o primeiro número de *Alternativa* em análise recorda a participação do GAIEP no ENPE¹⁵⁵ e dá conta dos órgãos de comunicação social que fizeram eco dessa participação e do comunicado distribuído: *A Capital, Jornal de Notícias, Voz Portuguesa, Barlavento* e *Telejornal* da RTP. Mais, reproduzem ainda a carta que enviaram, posteriormente, à Comissão Promotora do ENPE e à qual continuavam a aguardar resposta, assim como aguardavam as conclusões do Encontro.

Enviada a 20 de Novembro de 1975, a carta insurge-se contra as declarações prestadas por um dos elementos dessa Comissão Promotora aos *media*, em que sonegava o debate e as posições contrárias à opção nuclear que se verificaram no Encontro. Assim, dirigem três perguntas à referida Comissão:

- 1 – Tem a Comissão Promotora do ENPE, a respeito da controvérsia nuclear, uma posição oficial ou oficiosa que se sobreponha ao próprio debate travado na sessão sobre ‘Meio Ambiente e Política Energética’?
- 2 – Tenciona a Comissão Promotora do ENPE rectificar a falsificação informativa resultante do silenciamento acima apontado?
- 3 – Tenciona a Comissão Promotora do ENPE obstar ou colaborar no amplo debate público a respeito da questão nuclear, sobre a necessidade do qual tão claro consenso se manifestou na sessão do ENPE já mencionada?¹⁵⁶.

No mesmo número da *Alternativa* reproduzem também uma notícia, publicada pelo semanário *O Jornal*, acerca da morte de um operário da RFA relacionada com o seu trabalho numa central atómica em Gundremmingen, Baviera. Faz-se também referência ao facto de nesse mesmo periódico, por altura do ENPE, terem sido publicados quatro artigos defendendo a instalação imediata de cen-

¹⁵⁴ «Modo de Usar». *Alternativa*, n.º 1, Fevereiro de 1976, p. 3.

¹⁵⁵ «Pelos Alternativas Energéticas/Não à Central Nuclear em Portugal». *Alternativa*, n.º 1, Fevereiro de 1976, p. 4.

¹⁵⁶ «Conspiração do Silêncio?». *Alternativa*, n.º 1, Fevereiro de 1976, p. 7.

trais nucleares no nosso país. Respondendo a esses artigos, um elemento, não identificado, do GAIEP, escreveu ao director de *O Jornal* contestando essa linha editorial e propondo que essa publicação abrisse as suas colunas de opinião àqueles que, em Portugal, se opunham à energia nuclear.

Por fim, alertam-se ainda os leitores para o prazo de sessenta dias de que dispunham para apresentar reclamações à intenção, já formalizada, da Companhia Portuguesa de Electricidade (CPE) tendente à instalação da primeira central nuclear em Portugal. Mais se informa que o período de construção previsto variava entre os cinco e os sete anos; logo, entraria em funcionamento entre 1981 e 1983.

Nesse mesmo mês de Fevereiro de 1976, Alberto Andrade, deputado do Partido Socialista à Assembleia Constituinte, solicitava esclarecimentos e denunciava a intenção da CPE de instalar em Portugal uma central.

3.5. FERREL: O POVO SAI À RUA CONTRA A ENERGIA NUCLEAR

Até aqui, a luta contra a opção pela energia nuclear mantinha-se reservada à academia, aos técnicos e aos pouco influentes movimentos ambientalistas. Contudo, quando começa a ser veiculada a mais do que provável instalação da primeira central nuclear portuguesa em Ferrel, Peniche, criaram-se as condições objectivas para a massificação da luta antinuclear entre as populações locais.

Tal como as restantes reivindicações ambientais populares desse período, a luta da população de Ferrel, e aldeias circundantes, inseriu-se na categoria dos protestos de tipo *nimby* (*not in my backyard*). Se técnicos e ambientalistas recusavam liminarmente a energia nuclear em Portugal, os habitantes de Ferrel não queriam, sobretudo, ver instalada uma central nuclear junto da sua aldeia.

Em *A Maldição das Bruxas de Ferrel*¹⁵⁷, Mariano Calado relata que «nos inícios de 1975, a Companhia Portuguesa de Electricidade [...] veio a realizar, um pouco à sorrelfa da população, trabalhos de fundações nas vizinhanças da aldeia de Ferrel, tendo, em Julho, informado a autarquia [...] de que tais trabalhos tinham em vista a instalação de uma central nuclear»¹⁵⁸.

As características geológicas da região de Peniche, na qual se insere Ferrel, eram factores que, não tendo sido levados em conta pela CPE e pelo Governo, preocupavam académicos, técnicos, ambientalistas e moradores. Será uma das principais linhas de argumentação utilizada para contestar a instalação da central naquela localidade.

A 15 de Março de 1976 inicia-se a imparável luta da população de Ferrel contra a instalação da central nuclear nas imediações da sua aldeia. A dianteira desse processo foi assumida pela Comissão de Moradores local. Esse órgão de poder popular procurou esclarecer os habitantes e, em Assembleia,

¹⁵⁷ Classificado pelo editor como um romance-realidade, posto que o autor à época vivia em Ferrel e esteve directamente envolvido nos protestos. É aqui usado por na obra ser feita uma distinção clara entre a realidade e a ficção, sendo a primeira corroborada pelas diversas fontes consultadas.

¹⁵⁸ CALADO, 2006: 51.

decidiu que na manhã de 15 de Março se reuniriam junto à igreja para daí partirem em direcção ao Moinho Velho – local onde se desenrolavam os trabalhos tendentes à instalação da central – com o intuito de obrigar à interrupção das obras.

Decidiram, então, que os trabalhos teriam de ser imediatamente interrompidos, avisando que, se essa resolução popular não fosse atendida, tomariam as medidas que considerassem mais adequadas para travar a prossecução dos trabalhos.

Sobre estas movimentações, o segundo número da *Alternativa* publicou três recortes¹⁵⁹ de notícias publicadas no jornal *O Diário* entre 16 e 22 de Março de 1976. Em notícia de 22 de Março, o periódico informa sobre a tentativa da CPE de convencer os habitantes do concelho de Peniche a aceitar a central nuclear. Para o efeito, enviou técnicos e engenheiros para que estes dialogassem com as populações locais. Contudo, em Ferrel, a sessão não pôde realizar-se devido à grande afluência de pessoas e à posição irredutível destas contra a instalação da referida central.

No mesmo número da revista do GAIEP dá-se ainda conta da resposta recebida da Comissão Promotora do ENPE à carta enviada a 20 de Novembro – e que, mais atrás, já abordámos. Entre outros assuntos, a missiva informa o GAIEP de que se encontrava em fase de preparação a realização de um encontro sobre centrais nucleares: «neste Encontro, que se espera poder vir a ter lugar até Abril, serão debatidas todas as grandes questões que se levantam quanto às centrais nucleares, em condições muito mais favoráveis do que no ENPE»¹⁶⁰. Reconhecendo a pertinência e a urgência de tal debate, o GAIEP, em carta de 26 de Março, propõe que Jean Pignero seja convidado para participar como orador.

A 28 de Março, em Ferrel, é criada a Comissão de Apoio à Luta Contra a Ameaça Nuclear (CALCAN) que logo a 31 de Março enviava um telegrama ao primeiro-ministro do VI Governo Provisório, almirante Pinheiro de Azevedo, exigindo a imediata suspensão de todos os trabalhos de instalação da central e a abertura de um amplo e esclarecedor debate em torno da opção nuclear. Sobre esta organização pode ler-se no número 5 da colecção *Viver é Preciso* que «obrigou toda a imprensa conformista a abandonar o silêncio que mantinha a respeito do problema da poluição radioactiva»¹⁶¹. Contudo, e como afirma J. Gil Nave:

*o sexto governo provisório optou por adiar a decisão [sobre a opção nuclear], pedindo à Companhia [Portuguesa] de Electricidade um relatório mais completo e que permitisse ao governo tomar uma decisão definitiva nos meses seguintes. Isto fez com que a contestação ao assunto acalmasse durante algum tempo, permitindo que as eleições para o I Governo Constitucional ignorassem o tema*¹⁶².

¹⁵⁹ *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 5.

¹⁶⁰ «Ainda acerca do ENPE». *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 12.

¹⁶¹ VICTORA et al., 1976: 95.

¹⁶² NAVE, 2000: 92.

Tomando posse a 23 de Julho de 1976, o I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, comprometeu-se a realizar um *Livro Branco* sobre a energia nuclear, prevendo que estivesse pronto no Outono de 1977.

Em Setembro de 1976, no número cinco da colecção *Viver é Preciso*, é publicado um editorial – que, não sendo assinado, sabemos ser da autoria de José Carlos Marques – intitulado «Somos Todos Moradores de Ferrel». Aí se afirma que com a acção desencadeada em Março pelos habitantes locais,

Portugal pode, se quiser, [...] ser o primeiro país do mundo a pronunciar-se contra o holocausto nuclear no seu território. [...] Sobre o povo de Ferrel, vão provavelmente abater-se os fogos cruzados do «progresso» e do «desenvolvimento», [...]. Provavelmente, serão usadas a sedução e o murro, o sorriso e a chantagem, a promessa de mais postos de trabalho e a ameaça pura e simples, a lei escrita e a lei do mais forte, e a velha máxima de todos os impérios, dividir para reinar. [...] Ferrel é já a trincheira que separará os portugueses em dois novos «partidos»: o partido da Morte e, do outro lado, do lado dos moradores de Ferrel, o partido da Vida¹⁶³.

A argumentação dos movimentos ecologistas será sempre, como veremos, muito centrada na questão da vida e da morte. Ao contrário das razões económicas e técnicas, que os académicos sublinhavam para justificar a sua recusa da energia nuclear, os ambientalistas procuravam expor as suas ideias através de uma oposição, algo retórica, entre uma utopia e uma distopia. A recusa do nuclear, a aposta no desenvolvimento e aplicação de energias leves e a eliminação do antagonismo cidade-campo – entre outras propostas que nos capítulos seguintes abordaremos – conduziriam Portugal a um cenário que, pela forma como é apresentado, pode ser considerado de idílico. Pelo contrário, a opção pela energia nuclear – assim como o prosseguimento de todas as práticas e comportamentos anti-ecológicos – poderia conduzir ao caos, à destruição e ao fim da própria espécie humana e do planeta que ela habita.

3.6. O DEBATE ALARGA-SE

De acordo com António Elói, em Fevereiro de 1977 foi lançado um apelo de âmbito nacional intitulado «Somos Todos Moradores de Ferrel»¹⁶⁴. Nesse mesmo mês sai a primeira edição de *Centrais Nucleares e Meio Ambiente*, da autoria de Isabel Torres. A autora entrou para a JEN em 1969 e, a partir de 1978, com a criação da Direcção-Geral de Energia, tornou-se a Directora de Serviços de Combustíveis e Reactores Nucleares da Subdirecção-Geral de Energia Nuclear. Num livro que se pretende didáctico, Isabel Torres expõe em catorze pontos o porquê de a energia nuclear ser a solução mais adequada para Portugal. Começa por apresentá-la como a mais moderna forma de produção energética, como a resposta às carências da nossa rede eléctrica – que levaram, inclusive, a restrições

¹⁶³ VICTORA et al.: 1976: 79-81.

¹⁶⁴ ELOY, 2014: 127.

ao fornecimento doméstico no Verão de 1976 –, destaca o elevado preço de exploração e a progressiva escassez dos recursos hidroelétricos portugueses, o encarecimento da energia produzida nas centrais térmicas convencionais em virtude das crises do petróleo e o estado pouco desenvolvido e eficiente das energias alternativas¹⁶⁵. Por outro lado, afirma que «basicamente, uma central nuclear é semelhante a uma central térmica convencional»¹⁶⁶ e que, do ponto de vista ecológico, as centrais nucleares seriam até menos poluentes e nocivas ao meio ambiente do que as térmicas¹⁶⁷. Assim, e ainda no que respeita à poluição, «quase todas as actividades humanas produzem resíduos: o escape dos automóveis, os fumos das fábricas, os desperdícios [...]. A indústria nuclear não é excepção»¹⁶⁸.

No mesmo sentido, e também no ano de 1977, Jaime da Costa Oliveira publica *A Energia Nuclear: Bases Para Uma Opção*. Aí, baseando-se nos mesmos argumentos técnicos, económicos e políticos de Isabel Torres, faz a defesa da opção nuclear para Portugal. Considera ainda que o alarmismo da comunicação social face ao tema lança a confusão junto da população, levando-a a reacções emocionais e pouco sustentadas em bases científicas. Contudo, reconhece «que não é de estranhar o aparecimento de tais reacções num país em que as pessoas não têm sido suficientemente informadas sobre um assunto que se presta a confusões»¹⁶⁹. Embora num campo oposto, os defensores da energia nuclear também acompanham a exigência dos ambientalistas de um debate nacional o mais amplo e esclarecedor possível sobre a matéria.

Correspondendo a esse apelo generalizado, a Comissão Organizadora do ENPE anuncia, em Fevereiro de 1977, a realização de um novo Encontro Nacional de Política Energética, em Lisboa, a 25 e 26 de Março. Numa jogada de antecipação, logo no início de Março, a CPE convoca, para 16 e 17 desse mês, em Sintra, um Seminário sobre Problemas Energéticos¹⁷⁰.

Para poderem dar uma resposta efectiva e organizada ao *lobby* nuclear português, os dispersos e ainda incipientes movimentos ambientalistas nacionais tinham de procurar estratégias de articulação de trabalho. Assim, a 9 e 10 de Junho de 1977 reúne-se, nas Caldas da Rainha, o Fórum de Junho. A proposta de realização deste encontro terá sido avançada, em Abril desse ano, por José Carlos Marques ao jornal *Gazeta das Caldas*¹⁷¹. Ainda de acordo com a mesma fonte, no Fórum de Junho pretendia-se lançar a campanha por uma «Moratória do Programa Nuclear Português» e a criação da «Intervenção Popular Criativa em Defesa dum Ambiente Não Degradado», ao mesmo tempo que era lançado um manifesto a apelar a um debate nuclear sobre a energia nuclear subscrito por cento e dez cientistas¹⁷². Ao Fórum de Junho terão comparecido cerca de uma centena de pessoas.

Encetados e consumados os esforços de pôr em contacto os vários grupos ambientalistas do país, e a referida necessidade de articulação de trabalho com vista à derrota da opção nuclear no nosso

¹⁶⁵ TORRES, 1985: 11-13.

¹⁶⁶ TORRES, 1985: 15.

¹⁶⁷ TORRES, 1985: 47.

¹⁶⁸ TORRES, 1985: 65.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, 1977.

¹⁷⁰ CALADO, 2006: 102.

¹⁷¹ AMIGOS DA TERRA, 1987: 79.

¹⁷² AMIGOS DA TERRA, 1987: 79-80.

país, conduziram, a 17 e 18 de Setembro de 1977, à primeira reunião da, então criada, Coordenadora Ecológica. Nela foi discutida e decidida a realização do Festival «Pela Vida e Contra o Nuclear», a ter lugar nas Caldas da Rainha. A *Gazeta das Caldas* começa também aí a planear o seu suplemento de informação ecológica, intitulado *Pela Vida*¹⁷³. Nestas Coordenadoras participavam o GAIEP, a Cooperativa Pirâmide – criada no Outono de 1977, no Porto, e que virá a absorver o GAIEP e a *Alternativa* –, o MEP, o Grupo NON – Não à Opção Nuclear, o Grupo Ecológico da Associação Académica de Coimbra, a CLAPA, a colecção *Viver é Preciso* e o jornal *Gazeta das Caldas*. Importa referir que em Fevereiro de 1976 José Carlos Marques se havia mudado para Lagos, local a partir do qual encetou os contactos com os diversos grupos e no qual lançará a iniciativa do *Renascimento Rural*, projecto que contou, desde o primeiro momento, com o decisivo empenho da Cooperativa Pirâmide.

Joaquim Gil Nave afirma que, nesse momento, «as expectativas de expansão do grupo eram muito optimistas. [...] A *Coordenadora Ecológica* era uma estrutura organizacional muito simples e descentralizada. Os representantes dos grupos podiam facilmente encontrar-se para debater e organizar iniciativas de mobilização e propaganda comuns»¹⁷⁴.

O primeiro número deste suplemento é publicado em Novembro de 1977. Nele se informa que «na segunda reunião da Coordenadora Ecológica foi decidido lançar a nível nacional um concurso de desenho ou gravuras, que poderão servir para a edição de um cartaz de propaganda do Festival e de três autocolantes, pelo menos»¹⁷⁵.

Apesar da aparente homogeneidade no movimento ambientalista em torno da luta antinuclear, existiam posições discordantes. É o caso de Nuno Gomes Oliveira que defende que «foi uma oportunidade que se perdeu [e] eu, na altura, escrevi sobre isso. Aliás, foi umas das coisas que levou a criar grande atritos. Na altura, o NPEPVS publicou um comunicado com essa posição e assumiu-a»¹⁷⁶. Não obstante a atitude pró-nuclear assumida por Nuno Gomes Oliveira, os outros intervenientes no processo que foram entrevistados dizem não ter qualquer memória dessa posição.

3.7. O FESTIVAL «PELA VIDA E CONTRA O NUCLEAR» E O NASCIMENTO DE A URTIGA

O ano de 1978 inicia-se com a publicação de novos números de *Pela Vida* e de *Alternativa*.

A uma semana da realização do Festival, o suplemento do jornal *Gazeta das Caldas* fazia os seguintes ponto de situação e perspectivas:

¹⁷³ Terá, ao longo da sua década de existência, vários artigos assinados por José Carlos Marques. Aliás, *Pela Vida*, começou por ser o título de uma circular-boletim que o próprio enviava, a partir de Lagos, aos interessados na organização do Festival.

¹⁷⁴ NAVE, 2000: 127.

¹⁷⁵ *Pela Vida*, n.º 1, Novembro de 1977, p. 1.

¹⁷⁶ Entrevista a Nuno Gomes Oliveira, 13 de Abril de 2015.

Caldas da Rainha e Ferrel irão receber no próximo fim-de-semana, cem, mil, dez mil ou cem mil pessoas (a quantidade não é para nós ponto fundamental), que virão dizer ao país, que estão interessadas numa vida melhor, num ambiente mais sadio, mais ao serviço do Homem e dizer fundamentalmente não à aventura nuclear. [...]

Sem apoios de máquinas partidárias, ou de organizações obscuras, alguns núcleos ecológicos espalhados pelo país, lançaram esta iniciativa, que terá decerto muitas imperfeições e problemas de organização. [...]

Neste momento ainda não nos é possível indicar exhaustivamente todos os grupos que participarão ou as actividades que estarão previstas. Mas teremos de certeza grupos de teatro, vídeos, música, canções, feira-mercado, debates sobre vários motivos, etc.

Mas o movimento não termina com o Festival. Para este ano pensa-se já no «I VERÃO IBÉRICO», que procurará reunir os grupos empenhados e vigilantes na luta ecológica da Península Ibérica¹⁷⁷.

Deste modo, os organizadores assumem o princípio ecológico anti-quantitativo, demarcam-se de ligações partidárias, antevêm as dificuldades que poderão surgir ao longo do Festival e deixam já perspectivas de prossecução do trabalho e da luta dos movimentos ambientalistas portugueses.

No seu quarto número – preparado claramente em função do Festival e para aí ser vendido –, a *Alternativa* é dedicada, exclusivamente, ao tema da energia nuclear. Maioritariamente composta de traduções de artigos estrangeiros sobre os perigos e impactos da indústria nuclear, cingir-nos-emos aqui aos textos originais publicados nesse número revista.

No seu editorial, não assinado, é dito que a redacção preferiria ter um número mais voltado para a apresentação de alternativas energéticas ao nuclear em vez de um número consagrado à recusa do mesmo. São abordadas as questões da poluição radioactiva, os perigos de acidente nuclear, mas são, sobretudo, as questões relativas ao modelo de desenvolvimento económico que aqui recebem maior destaque e aprofundamento. Assim, para que todas as pessoas do mundo pudessem imitar o nível de vida dos EUA, calculam que seriam necessárias 28.000 centrais nucleares espalhadas pelo globo. Deste modo, afirmam, «recusamos qualquer opinião que não se manifeste contra o actual modelo, ou que se limita a mudar a cor da bandeira. [...] Isto não implica a defesa da anarquia, mas a construção duma ordem e duma orgânica social, ecologicamente harmonizada com a natureza»¹⁷⁸. Para tal é preciso derrotar a lógica do progresso quantitativa, proceder à produção comunitária de energia e descentralizar a produção energética e industrial. Seguindo ainda a perspectiva distópica associada à energia nuclear, consideram que cabia aos portugueses, e aos habitantes de todo o mundo, «uma escolha pois estamos numa encruzilhada. Ecologia ou Morte»¹⁷⁹.

O pensamento do GAIEP em torno do modelo de sociedade e de desenvolvimento é aprofundado num artigo intitulado «Que Energia? Que Sociedade?», publicado no mesmo número da revista.

¹⁷⁷ «Caldas da Rainha, 21 e 22 de Janeiro-78 – Festival Pela Vida e Contra o Nuclear». *Pela Vida*, n.º 3, Janeiro de 1978, p. 1; 4.

¹⁷⁸ «Editorial». *Alternativa*, n.º 4, Janeiro de 1978, p. 2.

¹⁷⁹ «Editorial». *Alternativa*, n.º 4, Janeiro de 1978, p. 2.

Aí podemos ler que o Grupo considera que a construção de centrais nucleares no nosso país se insere, perfeitamente, no caminho de centralização dos meios de produção na faixa costeira do território. Por outro lado, e tal como nas indústrias mais avançadas que se iam instalando no país, consideravam que «um tipo de tecnologia complexa [...] impede a possibilidade de controle das massas sobre tais instrumentos de produção, deixando campo aberto à consolidação de castas e elites possuidoras do saber, da decisão, ou seja, do poder, que manejarão a vida da sociedade como lhes aprouver»¹⁸⁰. Por fim, e respondendo às acusações da facção pró-nuclear de que os ecologistas queriam um regresso ao passado, à idade da pedra, dizem não ser essa a sua intenção. Antes advogam um modelo de desenvolvimento e de inovação tecnológica que permita um progresso nas condições de vida da espécie humana em harmonia com o meio-ambiente. Esse modelo ecológico só poderia ser alcançado com um maior equilíbrio entre o trabalho rural e urbano, assim como uma mais equilibrada distribuição da população nesses dois espaços, com uma reconversão da actividade produtiva que privilegiasse as pequenas unidades de fabrico e taxas mais baixas de consumo energético.

Com o mesmo propósito é também o artigo assinado por Jacinto Rodrigues, «Questões sobre o Nuclear e a Sociedade»¹⁸¹. Além de reflectir sobre os perigos e impactos ecológicos da produção de energia nuclear, é sobre a necessidade de alargamento e definição política da luta ecológica que o autor mais se debruça. Um alargamento que fizesse da luta ecológica «uma verdadeira ecopolítica»¹⁸². Referindo também a lógica produtivista e quantitvista do modelo de desenvolvimento económico capitalista, assume que a sociedade alternativa preconizada pelos ecologistas deve ter como meta o socialismo. Um socialismo não à imagem do soviético, mas que se baseie nas tecnologias suaves, «repudiando a concentração, a tecnologia sofisticada, poderemos fazer opções de ecodesenvolvimento com técnicas apropriáveis pelas massas trabalhadoras, com tecnologias não poluentes e assentes em recursos inesgotáveis»¹⁸³. Assim, a ecopolítica deve combater a, considerada, via suicidária perpetrada pelos modelos de desenvolvimento capitalista e soviético – embora sejam reconhecidas diferenças – e assumir-se como uma verdadeira e radical ruptura social.

Por fim, este número da *Alternativa* dá ainda conta da convocação, para 13 de Janeiro, em todo o país, de uma acção de divulgação do Festival. Iniciativa que é também recordada por Franklim Pereira da seguinte forma: «lembro-me que saímos [...] à rua com máscaras anti-gás que se vendiam ali junto à Sé»¹⁸⁴.

Sobre os acontecimentos dos dias do Festival são o suplemento *Pela Vida* e a recém-nascida revista *A Urtiga* quem relata de forma mais precisa e completa o que se viveu nas Caldas da Rainha no fim-de-semana de 21 e 22 de Janeiro de 1978.

Na Sexta-Feira à noite, dia 20 de Janeiro, os vários grupos responsáveis pelo Festival reúnem-se na Casa da Cultura local para dividir entre si as diversas tarefas a desempenhar ao longo dos dois dias

¹⁸⁰ «Que Energia? Que Sociedade?». *Alternativa*, n.º 4, Suplemento «Nuclear», Janeiro de 1978, p. 12-13.

¹⁸¹ «Questões sobre o Nuclear e a Sociedade». *Alternativa*, n.º 4, Suplemento «Nuclear», Janeiro de 1978, p. 19-20.

¹⁸² «Questões sobre o Nuclear e a Sociedade». *Alternativa*, n.º 4, Suplemento «Nuclear», Janeiro de 1978, p. 20.

¹⁸³ «Questões sobre o Nuclear e a Sociedade». *Alternativa*, n.º 4, Suplemento «Nuclear», Janeiro de 1978, p. 20.

¹⁸⁴ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

do encontro. Em *Pela Vida* pode ler-se que, nessa noite, «já se notava [nas Caldas] certo movimento desusado, em especial de jovens, mochilas às costas»¹⁸⁵. Registou-se, de acordo com *Pela Vida*, pouca adesão à primeira actividade, realizada no Sábado de manhã, dedicada à animação infantil. Seguiu-se, a partir do almoço de Sábado, um espaço de refeições macrobióticas a cargo da Cooperativa Pirâmide – «apareceu a história do nuclear e fizemos uma grande preparação para as Caldas em que um dos colegas, o arq. Pedro Cavaco, emprestara um fogão e levámo-lo num furgão para as Caldas. Servimos refeições e teve imenso impacto e piada também»¹⁸⁶. Aí serviram pão de centeio macrobiótico que trouxeram do Porto, bifés de soja e arroz integral.

Pela hora do almoço estavam também já montadas as exposições que haveriam de abrir para o acesso do público ao início da tarde. Ainda que o número de exposições tenha ficado aquém do esperado pela organização, estiveram patentes trabalhos do NON, da CLAPA, da Cooperativa Pirâmide, desenhos sobre o Festival e documentação internacional sobre a luta antinuclear e ecológica desenvolvida em vários países do mundo. Montaram-se ainda bancas para a venda de publicações ecologistas, artigos artesanais, livros e autocolantes, entre outros materiais que os diversos grupos levaram para o certame.

O Sábado à tarde foi ainda animado pela realização de três debates: «Pacíficos Vs. Pacifistas», «Comunidades» e «A Luta do Povo do Alviela». Devido à escassez de tempo, teve de ser cancelado um quarto debate acerca de alternativas tecnológicas que iria ser animado pelo inventor português José Lopes. Simultaneamente à realização destes debates, e prolongando-se até à noite, numa outra sala eram projectados filmes, maioritariamente estrangeiros, sobre questões energéticas.

A enorme afluência de pessoas ao debate sobre a opção nuclear em Portugal, no Sábado à noite, obrigou os organizadores a procurarem alterar o local da sua realização da sala da Casa da Cultura das Caldas da Rainha para outro espaço com maior capacidade. Contudo, devido a desentendimentos e várias dificuldades levantadas pela Câmara Municipal, tiveram de voltar para a Casa da Cultura. Para que todos os presentes pudessem ouvir o debate, montaram um sistema de amplificação improvisado que permitia que as palavras fossem escutadas nos vários espaços desse edifício municipal.

Para esse debate estavam confirmadas as presenças de Manuel Gomes Guerreiro, secretário de Estado do Ambiente, do eng. Delgado Domingos e do eng. Matos Ferreira. Na impossibilidade de se deslocar às Caldas, Gomes Guerreiro enviou um extenso comunicado para ser lido no encontro. Falaram ainda como oradores convidados o professor António José Saraiva e o psiquiatra Carlos Caldeira. Neste encontro – e indo ao encontro de muito do que os ecologistas haviam escrito –, Delgado Domingos afirmou que «a via do nuclear é a via da guerra, da sociedade policial, da exploração e da alienação acrescida do Homem e da sua destruição final. A via das formas renováveis de energia é a via da democratização, do equilíbrio do Homem com a Natureza e consigo mesmo, a via da progressiva melhoria das condições de vida»¹⁸⁷.

¹⁸⁵ «Caldas da Rainha, 21 e 22 de Janeiro-78». *Pela Vida*, n.º 4, Fevereiro de 1978, p. 2.

¹⁸⁶ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

¹⁸⁷ DOMINGOS, 1978: 228 (Vol. II).

O momento mais emblemático deste Festival estava marcado para Domingo de manhã, quando os participantes do encontro se dirigiram a Ferrel e daí seguiram em manifestação até ao local em que se projectava a construção da primeira central nuclear portuguesa. Apesar dos esforços dos grupos ecologistas, «em Ferrel a população deficientemente informada, não estava na rua. Havia uns poucos no largo um tanto ou quanto assustados. Passados alguns momentos dá-se a junção dos primeiros»¹⁸⁸.

Já com uma maior adesão dos habitantes locais acabam por arrancar para o Moinho Velho, vão gritando palavras de ordem, improvisando canções e chamando, com sucesso, para a sua marcha as pessoas que se encontravam nos campos a trabalhar. A televisão e a imprensa escrita estiveram, de acordo com as duas publicações referidas, representadas – «a comunicação social, com raras e significativas excepções, noticiou profusamente os acontecimentos, tendo-se tornado uma aliada fundamental na luta antinuclear em Portugal. [...] A opção é, de facto, entre a Vida e a Morte, entre a sobrevivência e a destruição da Humanidade»¹⁸⁹.

A heterogeneidade dos participantes no Festival «Pela Vida e Contra o Nuclear», assim como as dificuldades e preocupações que ela levantava, é assim descrita por José Carlos Marques:

*Estava lá esse grupo de pessoas muita ligadas a interesses musicais, de música pop, de música contemporânea [...] e que seguiam aquelas modas dos cabelos compridos e essas coisas todas. Isto juntamente com um professor catedrático do IST, com uma imagem perfeitamente académica e ao mesmo tempo um jornal regional, como é o caso da Gazeta [das Caldas]. [...] Havia muito aquela preocupação da credibilidade, da parte dos sectores mais ligados ao mundo oficial, e havia um desinteresse pela credibilidade por parte dos grupos mais jovens. [...] E então haveria aquela tendência, do lado mais académico, de considerar que os outros podem ser pouco credíveis por terem um aspecto de carácter folclórico e, do outro lado, certa estranheza, da parte dos mais novos, dessas preocupações. Aquilo para eles era muito simples, muito aceitável, muito natural e muito espontâneo. Estranhavam que tivesse de ser filtrado através de categorias desse tipo – seriedade, credibilidade, folclore ou não, etc.*¹⁹⁰.

O objectivo último da marcha passava por, chegados ao local da central nuclear, fazer uma plantação simbólica de batatas. Contudo, «alguns indivíduos, em crise de afirmação pessoal, gritam que querem deitar aquilo abaixo [antena meteorológica entretanto instalada]; a crise dura alguns minutos em que não se passa de ruidosa manifestação de intenções»¹⁹¹. Resolvido o incidente, procede-se ao gesto simbólico e os manifestantes começam a dispersar, novamente, em direcção às Caldas da Rainha.

Nessa cidade do distrito de Leiria teve lugar, no Domingo à tarde, um grande concerto de apoio à luta ecologista e antinuclear. Pelo palco, instalado no Parque Municipal, passaram o Grupo de

¹⁸⁸ «Caldas da Rainha, 21 e 22 de Janeiro-78». *Pela Vida*, n.º 4, Fevereiro de 1978, p. 3.

¹⁸⁹ AMIGOS DA TERRA, 1987: 81.

¹⁹⁰ Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

¹⁹¹ «1.º Festival Pela Vida, Contra o Nuclear». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 32.

Acção Cultural – Vozes na Luta (G.A.C.), Fausto Bordalo Dias, Sérgio Godinho, José Afonso, Vitorino e Pedro Barroso.

De acordo com ambas as publicações terão passado cerca de 2000 pessoas pelo Festival. Em jeito de balanço, e reconhecendo os diversos méritos e sucessos da iniciativa, elencam também os aspectos negativos aí registados e que, de futuro, devem ser corrigidos. São eles: as deficiências de organização – atribuídas à expectativa de se deslocarem às Caldas menos pessoas do que aquelas que acabaram por aparecer – e a pouca ligação à população local – devido a uma deficiente informação da mesma.

3.8. AS PERSPECTIVAS QUE O FESTIVAL ABRIU E O QUE O MOVIMENTO CONSEGUIU REALIZAR

Na esteira dos resultados positivos do Festival, alguns dos organizadores acreditaram estarem reunidas as condições para se prosseguir o trabalho de unidade do movimento ecologista português. Por outro lado, a colecção *Viver é Preciso* prosseguiu também com a divulgação do pensamento antinuclear.

Neste último caso se insere a edição, em 1978, dos dois volumes de *Inteligência ou Subserviência Nacional?*¹⁹², da autoria de José J. Delgado Domingos, engenheiro e professor catedrático do Instituto Superior Técnico. Os volumes consistem, essencialmente, na recolha de textos que Delgado Domingos foi publicando em diversos jornais nacionais ou em intervenções que o mesmo foi fazendo em diversas conferências e debates. O texto mais antigo data de 1972 e o mais recente, à época, de 1978, que consiste no discurso que proferiu no debate do Festival.

Muito voltado para a argumentação de âmbito técnico ou económico, Delgado Domingos não deixa também de reflectir sobre as implicações ambientais da opção nuclear; assim como equaciona a influência que as determinadas opções energéticas em discussão têm no modelo de sociedade que se queria para Portugal. Deste modo, considera que «naturalmente, o agudizar da degradação do ambiente pode originar reflexos explosivos ao nível da massa, uma crise aguda de consciência ao nível de certas elites, alguns actos utópicos de renúncia individual, de contestação ou mal-estar proveniente das convicções abaladas ou de acomodações que se aceitam mas difusamente se rejeitam»¹⁹³.

Num outro texto, vai ainda mais longe ao considerar que a emotividade da reacção dos ecologistas à energia nuclear os faz, frequentemente, perderem a razão e apoiarem-se em argumentos pouco científicos¹⁹⁴. Apesar da visão crítica da estratégia ambientalista de combate à opção nuclear no nosso país, Delgado Domingos acaba por dar força a outra ideia chave desses movimentos ao afirmar

¹⁹² DOMINGOS, 1978 (Vol. II).

¹⁹³ DOMINGOS, 1978: 26 (Vol. I).

¹⁹⁴ DOMINGOS, 1978: 15 (Vol. II).

que «uma perspectiva global sobre a futura evolução da Humanidade e dos sistemas sociais diz-nos que a Natureza, ela própria, que pretendemos dominar e explorar, nos obrigará a caminhar para o socialismo... ou será o suicídio colectivo»¹⁹⁵.

Em Março de 1978, o suplemento *Pela Vida* dá conta dos dois momentos cruciais – para a luta antinuclear – que se seguiriam ao Festival. Por um lado, perspectivava-se para breve a discussão, na Assembleia da República, do projecto de instalação em Portugal de oito centrais nucleares – esta discussão, parece, terá sido também ela adiada. Por outro lado, convocava-se a 4.ª reunião nacional da Coordenadora Ecológica, que viria a ter lugar nos dias 15 e 16 de Abril de 1978. Nela, os diversos grupos iriam discutir a continuação da luta contra a energia nuclear em Portugal e decidir sobre as iniciativas conjuntas e de âmbito nacional a tomar¹⁹⁶.

No mesmo sentido de perspetivação do trabalho futuro aponta um artigo do segundo número de *A Urtiga*¹⁹⁷. Aí é dada conta da decisão, tomada a 1 de Março, pelo Centro de Cultura Operária – em colaboração com as publicações *Reflexão* e *Ação Socialista* – de não reconhecer autoridade à Assembleia da República para decidir sobre a opção nuclear em Portugal. Informa-se ainda do lançamento, pelo grupo Não à Opção Nuclear, de um livro com as imagens da exposição que levaram ao Festival das Caldas da Rainha. Por fim, realça-se também a colaboração prestada pela Associação de Moradores de Serralves na divulgação do Festival e a preparação, em Braga, de umas jornadas antinucleares. Estas últimas estariam à responsabilidade de Filipe Rocha, membro da Cooperativa Pirâmide. Noutro artigo, do mesmo número da referida revista, da autoria de José Carlos Marques, destaca-se a importância da participação, no Festival «Pela Vida e Contra o Nuclear», de grupos ecologistas provenientes de Madrid, Barcelona e Girona, colaboração ambientalista ibérica que o autor crê ter condições para se ir intensificando¹⁹⁸.

Contudo, os números de Junho de *Pela Vida* e de Julho de *A Urtiga* indicam, mais do que a capacidade do movimento se manter unido e prosseguir com a luta antinuclear, as divergências que se vão acentuando entre os diversos grupos. Ainda que, como veremos, algumas perspectivas futuras se mantenham em aberto.

Assim, *Pela Vida* releva que «a luta desenvolvida pelos ecologistas portugueses e pelos habitantes da região de Ferrel, contra a instalação da central nuclear em Ferrel é já longa e corre o risco de cansar e desmobilizar. Começam a aparecer os primeiros sintomas de profundas divergências no seio dos ecologistas portuguesas e, mais grave, entre a própria população de Ferrel»¹⁹⁹. Assim, poucos meses após a realização do Festival, aquela que havia sido a grande causa do ecologismo português e o motor da sua primeira grande realização pública, começava a perder capacidade de mobilização.

Não obstante as dificuldades sentidas, o mesmo suplemento informa que, em paralelo com o II Encontro Internacional da Juventude, os ecologistas nacionais iriam realizar um fim-de-semana

¹⁹⁵ DOMINGOS, 1978: 17 (Vol. II).

¹⁹⁶ «Há muito por fazer! MAS...». *Pela Vida*, n.º 5, Março de 1978, p. 1.

¹⁹⁷ «Luta Anti-Nuclear: Depois do festival, Que Fazer?». *A Urtiga*, n.º 2, Maio de 1978, p. 9.

¹⁹⁸ MARQUES, José Carlos – «A Alegre Espanha Verde». *A Urtiga*, n.º 2, Maio de 1978.

¹⁹⁹ «Não desmobilizar». *Pela Vida*, n.º 7, Junho/Julho de 1978, p. 1.

ecológico em Ferrel, a 5 e 6 de Agosto, em protesto contra a central nuclear para aí projectada. Nessa iniciativa haveria um fórum sobre «Ecologia e Vida Agrícola Comunitária» e nele participariam elementos ligados às cooperativas Soldado Luís (Alcácer do Sal), Unicampo (Cantanhede), Unigrota (Praia de Mira), Torrebela (Azambuja), Unimave (Lisboa) e Pirâmide (Porto) e, a título individual, Rocha Barbosa, Boaventura Sousa Santos, Pedro Olivais, José Machado Lopes, José Carlos Marques, Camilo Mortágua, Cláudio Cocquet, Manuel António Seródio, Luís Alberto Vilar, Deodato Santos, Manuel João Calado e Jacinto Vieira. Para a tarde de Domingo, 6 de Agosto, previa-se a realização de uma «FEIRA-FESTA Ecológica com canções, inauguração de exposições ecológicas, bancas de livros, artesanato e produtos agrícolas, venda de comes e bebes»²⁰⁰. O único eco que sobrou deste «Fim-de-Semana Ecológico» encontramos-lo em *A Urtiga*. Em muito curta nota, pode ler-se que foi «um fim-de-semana um pouco frustrado, devido a atitudes um pouco anazistadas de certos participantes [...]. A organização [do II Encontro Internacional da Juventude], afecta à UDP, mostrou-se incapaz de impedir que alguns jovens exaltados mostrassem a sua ‘tolerância’ derrubando aos pontapés as bancas de produtos dos (poucos) ecologistas presentes»²⁰¹. Apesar da animosidade registada, no final do Encontro realizou-se uma marcha antinuclear.

Em *A Urtiga*, novamente em texto assinado por José Carlos Marques, ficamos com uma perspectiva do que aconteceu na Quarta Coordenadora Ecológica Nacional e das dificuldades aí identificadas ao nível do trabalho a desenvolver conjuntamente pelos grupos ecologistas. Assim, «o que se revelou em Guimarães foi o regresso da ditadura da ideia, que tinha ficado posta de lado quando se iniciou a preparação do Festival. Quer dizer: conseguida a primeira grande realização da corrente ecológica em Portugal, voltaram ao de cima as ideologias ou doutrinas que cada pessoa ou cada grupo pensa serem as melhores, as salvadoras, as correctas, as puras e duras»²⁰².

Nas suas edições de Setembro/Outubro de 1978, ambas as publicações dão destaque a um texto intitulado «Antinuclear: Uma Internacional pela Vida»²⁰³, e que resulta de uma iniciativa de *A Urtiga*. Nele, parte-se do exemplo internacional em que os perigos da energia nuclear serviram para alimentar o crescimento de um forte movimento contestatário a essa solução e em que a luta antinuclear foi o principal dínamo da unificação de esforços dos diversos grupos ecológicos, para apelar a uma nova tentativa, em Portugal, de coordenação de esforços. Com quase um ano de antecedência, procuraram-se criar as condições para convocar uma Quinta Coordenadora Ecológica Nacional. Esta deveria corresponder ao apelo dos ecologistas suíços – realização de manifestações antinucleares, por todo o mundo, no dia 3 de Junho de 1979 – e preparar a iniciativa que, em Portugal, se deveria inserir nessa coordenação de esforços antinucleares à escala global.

²⁰⁰ «Fim-de-semana ecológico no II Encontro Internacional da Juventude». *Pela Vida*, n.º 7, Junho/Julho de 1978, p. 1.

²⁰¹ «Caminhos Cruzados. Ferrel». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 29.

²⁰² MARQUES, José Carlos – «GUIMARÃES: As bombas a arder dos ecologistas portugueses». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978.

²⁰³ «Antinuclear: Uma Internacional pela Vida». *Pela Vida*, n.º 9, Setembro/Outubro de 1978, p. 1-2; «Antinuclear: Uma Internacional pela Vida?». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 3.

3.9. O APROFUNDAR DAS DISSENSÕES É O FIM DA PRIMEIRA VAGA ANTINUCLEAR EM PORTUGAL

Apesar do contributo que o Partido Popular Monárquico, ou alguém a ele ligado, pode ter tido para a realização do primeiro encontro de pessoas com sensibilidade ambientalista no Porto, em Janeiro de 1979, José Carlos Marques dedica-lhe um texto em que critica a sua postura relativamente à luta antinuclear no nosso país. Além de polemizar com a posição do Partido Popular Monárquico e do seu dirigente histórico, Gonçalo Ribeiro Telles, o artigo entra ainda em discussão com quem, à esquerda, vê no movimento ecologista uma expressão de reacção ou àqueles que, no próprio movimento, se arvoram em posições sectárias face àquilo que a direita fazia em termos de defesa ambiental.

Afirma José Carlos Marques que «aparecem arautos a autoproclamar-se líderes da luta antinuclear. Foi, recentemente, o caso do Partido Popular Monárquico [...]. Ribeiro Teles parece pretender atrelar a luta antinuclear ao carro do PPM, luta essa que em parte alguma se atrela [...]. Há muita gente que não gosta, mas a luta nuclear é uma *luta autónoma*»²⁰⁴. Acrescenta ainda que, se o Partido Popular Monárquico se pretende colocar nesse papel, se devia questionar onde esteve o seu líder nos vários encontros nacionais do Movimento Ecológico Português, nas Coordenadoras Ecológicas nacionais que prepararam o Festival «Pela Vida e Contra o Nuclear» e, inclusive, onde esteve durante o próprio Festival. Reconhece, ao mesmo tempo, que na intervenção ecológica continua a predominar um tipo de pensamento maniqueísta que tende a dividir o mundo entre os bons e os maus²⁰⁵, o que não lhe permitiria um discernimento mais sereno do que se encontra realmente em causa. Por fim, e em contra-corrente com os sinais e testemunhos que vinham desde meados do ano anterior, realça o peso crescente da consciência antinuclear no nosso país, assim como a luta decorrente dessa consciência.

Ou seja, se a propósito da malograda 4.^a Coordenadora Ecológica Nacional se criticava o divi-sionismo aí registado, este artigo vem também estabelecer uma linha divisória entre aquilo que José Carlos Marques entende como movimento ecológico e aqueles que, como o dirigente do Partido Popular Monárquico, se afirmam como ecologistas não lhes sendo, contudo, aqui reconhecido esse papel.

No suplemento *Pela Vida* e a propósito da celebração do Dia Antinuclear Mundial, a 3 de Junho, José Carlos Marques volta a propor – já o havia feito na 4.^a Coordenadora Ecológica Nacional, em Guimarães – a criação de um Comité Antinuclear Português. Reconhecendo que, à data, «o movimento antinuclear entre nós *parece* [...] tão inarticulado como em 1977»²⁰⁶, o Comité proposto contribuiria, na opinião do autor, para alcançar uma mais larga base de alianças contra a energia nuclear, respeitando sempre a autonomia de cada um dos grupos e da própria luta antinuclear. Mais, tal Comité combateria ainda a recente tendência de apropriação da luta contra o nuclear pelos partidos

²⁰⁴ MARQUES, José Carlos – «A Luta Anti-Nuclear, o PPM e Nós». *A Urtiga*, n.º 6, Janeiro/Fevereiro de 1979, p. 12.

²⁰⁵ MARQUES, José Carlos – «A Luta Anti-Nuclear, o PPM e Nós». *A Urtiga*, n.º 6, Janeiro/Fevereiro de 1979, p. 12.

²⁰⁶ MARQUES, José Carlos – «Por um Comité Anti-Nuclear Português». *Pela Vida*, n.º 12, Março de 1979, p. 1.

políticos. Independentemente da criação ou não desse Comité, José Carlos Marques avança um plano de preparação do Dia Antinuclear Mundial.

Do referido plano constam a realização de três reuniões de âmbito regional: Porto ou Miranda do Douro, destinada ao Norte do país, à Galiza e a Castela; Évora ou Elvas, destinada ao Centro do país, à região de Madrid e de Badajoz; Vila Real de Santo António ou Faro, destinada ao Sul do país e à região da Andaluzia²⁰⁷. Estas reuniões deveriam ser realizadas no fim-de-semana antes do dia 3 de Junho. Para o dia em si, José Carlos Marques propunha a realização de uma marcha não-violenta e de um comício em Lisboa, que pudessem ter impacto público.

Apesar desta proposta *centralizadora* e dos esforços envidados nesse sentido, realizaram-se, pelo menos, duas acções públicas a assinalar o Dia Antinuclear Mundial: em Lisboa e em Portimão. A iniciativa da capital foi organizada pelo, entretanto criado, Comité Antinuclear de Lisboa, e previa um encontro no Parque Eduardo VII, onde estariam patentes exposições, haveria momentos musicais, bancas e intervenções antinucleares²⁰⁸. Lamentavelmente, pouca ou nenhuma informação há sobre estas iniciativas, tirando a afirmação de Joaquim Gil Nave de que «foram organizados festivais antinucleares em várias localidades, em celebração do dia Dia Antinuclear Mundial, mas apenas o que decorreu em Lisboa teve algum impacto»²⁰⁹.

A partir de 1979, as duas publicações pelas quais nos vimos guiando começam a ser publicadas com uma menor regularidade, sobretudo *A Urtiga*, e coincidindo com nova emigração de José Carlos Marques. Daí também a falta de informação que atrás apontámos. Em Janeiro de 1980, em editorial de *Pela Vida*, considera-se que «não tem sido vã a luta antinuclear [...]. Neste momento a instalação da central nuclear em Ferrel é cada vez mais problemática»²¹⁰. Não menosprezando o papel que os grupos ecologistas e a população local e a sua luta tiveram no impedimento da instalação, em Ferrel, de uma central nuclear, mais relevantes parecem ter sido a crise económica vivida no país e que levou à intervenção do Fundo Monetário Internacional em 1978 – voltaria a acontecer em 1983 – e o acidente em Three Mile Island, em Março de 1979. Se as consequências das intervenções do Fundo Monetário Internacional são sobejamente conhecidas, o acidente num reactor nuclear americano e o seu impacto destrutivo tiveram efeitos em todo o mundo, conduzindo ao arrefecimento da procura no nuclear como solução para os problemas energéticos do país. Se havia já, em parte significativa da população, uma reserva mental séria à opção nuclear, o acidente trataria de a ampliar e de tornar muito mais difícil aos governos pôr em prática uma estratégia de adopção do nuclear em Portugal. A crise económica e a necessidade de cortar na despesa pública e nas importações refrearam também esses intentos. Apesar de tudo isto, o referido editorial dá ainda conta dos rumores que apontavam para a realização de estudos exploratórios com o intuito de vir a instalar uma central nuclear em Viana do Castelo ou em Sines.

²⁰⁷ MARQUES, José Carlos – «Por um Comité Anti-Nuclear Português». *Pela Vida*, n.º 12, Março de 1979, p. 1.

²⁰⁸ «Editorial: Digamos claramente não! Às Centrais Nucleares no próximo dia 3 de Junho». *Pela Vida*, n.º 13, Abril/Maio de 1979, p. 1.

²⁰⁹ NAVE, 2000: 131.

²¹⁰ «Editorial: Ferrel – Local adiado? Viana do Castelo ou Sines – Manobra de diversão?». *Pela Vida*, n.º 15, Janeiro de 1980, p. 1.

Na impossibilidade de prosseguir em Portugal com a opção nuclear, o Governo português começa a voltar-se para acordos bilaterais com o Estado espanhol no sentido de participar nos empreendimentos nucleares do país vizinho. O suplemento *Pela Vida* denuncia que «através dos órgãos de comunicação social, os portugueses souberam que um dos assuntos discutidos pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Espanha [...] havia sido o da construção de centrais nucleares nos rios internacionais junto à nossa fronteira»²¹¹. Nesse mesmo artigo aventavam-se já os perigos que essas construções representavam para as populações ribeirinhas portuguesas e era lançado o repto ao Governo português de explicitar que medidas tomaria para controlar a radioactividade na parte portuguesa dos rios em causa.

O mesmo suplemento informa ainda os seus leitores, em Agosto de 1980, sobre as conclusões da Conferência Internacional para um Mundo Não Nuclear, que se havia realizado na Holanda em Junho, e lança a proposta de realização, até ao final do ano de 1980, de uma Conferência Nacional para um Mundo Não Nuclear²¹².

Pela Vida, através do seu editor, participou, a 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1981, na primeira Coordenadora Sobre Minas da Península Ibérica. Nesse encontro, realizado em Salamanca, decidiu-se que o próximo encontro teria lugar em Portugal, provavelmente nas Caldas da Rainha, no terceiro quartel de 1981²¹³. No mesmo editorial onde consta esta informação, encontram-se ainda mais duas de relevo. Por um lado, actualizam-se as informações sobre o *pacto* nuclear luso-espanhol – «segundo publicou certo semanário madrileno, existe um acordo secreto entre o governo português e o espanhol [...] que abre as portas ao investimento português nas centrais nucleares espanholas construídas junto à fronteira entre os dois países, a troco do fornecimento de energia ao nosso país»²¹⁴. Por outro lado, faz-se eco de uma notícia do *Expresso*, de 14 de Fevereiro de 1981, que denuncia a fuga de 200 litros de água contaminada do reactor experimental situado em Sacavém.

3.10. OS FESTIVAIS ECOLÓGICOS DE MIRANDA DO DOURO

A irregularidade da imprensa ecologista manteve-se e não nos permite acompanhar a preparação do Festival Antinuclear que teve lugar em Junho de 1981, em Miranda do Douro. O local foi escolhido pela sua proximidade com Sayago, onde se projectava – e se viria a construir – uma central nuclear do Estado espanhol. Com o apoio das autoridades locais, grupos portugueses e espanhóis participaram neste fim-de-semana de protesto antinuclear. Apesar da adesão popular, este Festival

²¹¹ «Acordo Luso-Espanhol sobre segurança nuclear firmado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos os países. Mas que acordo?». *Pela Vida*, n.º 17, Abril/Maio de 1980, p. 1.

²¹² «Os Ecologistas Portugueses». *Pela Vida*, n.º 21, Agosto/Setembro de 1980, p. 1.

²¹³ «Bem Prega Frei Tomás». *Pela Vida*, n.º 27, Março de 1981, p. 1.

²¹⁴ «Bem Prega Frei Tomás». *Pela Vida*, n.º 27, Março de 1981, p. 1.

não parece ter tido já tanto impacto quanto o de Ferrel. Contudo, voltou a abrir perspectivas de trabalho conjunto dos grupos ecologistas portugueses.

Por esta altura, o grupo mais interventivo do Porto era o Terra Viva – muito ligado ao Núcleo de Objectores de Consciência do Porto que, mais tarde, se acabaria mesmo por diluir no colectivo ecologista. Em artigo publicado em *A Urtiga*, em nome desse grupo, relata-se o fim-de-semana em Miranda do Douro²¹⁵. A iniciativa de maior impacto parece ter sido um colóquio, com a participação de um médico, de membros do Terra Viva e do Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua, acerca dos perigos de contaminação radioactiva que a central de Sayago podia causar aos habitantes de Miranda.

O ano de 1981 marca também o regresso de José Carlos Marques a Portugal e da importância do nuclear nas temáticas abordadas pela revista *A Urtiga* – desde 1980 mais voltada para as questões alimentares, dos modos de vida alternativos, comunitários ou rurais e com uma publicação bastante irregular. Em Agosto de 1981, no suplemento *Pela Vida*, José Carlos Marques lança a ideia de uma segunda edição do Festival Antinuclear de Miranda do Douro²¹⁶. Começa por recordar a preparação do Festival «Pela Vida e Contra o Nuclear» e a surpresa que o seu sucesso causou, para depois proceder à análise do movimento ecologista em Portugal. O agravamento dos problemas ambientais, uma progressiva tomada de consciência pelas pessoas desses problemas e a generalização da informação terão contribuído, em seu entender, para o surgimento de novos grupos ambientalistas. Mantendo-se, contudo, a ideia de que «alguns grupos ecologistas parecem debater-se com grandes dificuldades na sua acção, ressentindo-se de um certo isolamento, de dispersão de esforços, de divergências menores que [...] assumem ilusoriamente uma dimensão desproporcionada»²¹⁷. O sucesso do primeiro festival de Miranda do Douro leva José Carlos Marques a considerar que estão criadas as condições, assim como a necessidade, de um novo esforço de convergência entre os vários grupos ecologistas nacionais. Assegurando o respeito pela «independência, autonomia e especificidade de objectivos»²¹⁸ de cada colectivo, propõe que convirjam na realização de um segundo festival ecológico em Miranda do Douro no Verão de 1982.

Respondendo a este apelo, o grupo Terra Viva fica encarregue de organizar a Reunião de Coordenação do II Festival Ecológico. Esta teve lugar, no Porto, a 30 e 31 de Janeiro de 1982. Também por causa desta iniciativa, *Pela Vida* assume que «o ano de 1982 será dedicado pelos ecologistas e antinuclearistas portugueses à luta contra as centrais nucleares espanholas colocadas junto à fronteira portuguesa»²¹⁹. Na referida reunião decidiu-se que o Festival teria lugar entre os dias 9 e 15 de Agosto.

No lançamento, em Julho de 1982, do II Festival Ecológico, e apesar de lhe reconhecer grande importância no panorama português, *Pela Vida* identifica já várias dificuldades e prevê uma iniciativa

²¹⁵ TERRA VIVA – «Sayago ferve». *A Urtiga*, n.º 13, 1981, p. 2.

²¹⁶ MARQUES, José Carlos – «Uma Festa no Próximo Verão: Ecologia 82». *Pela Vida*, n.º 32. Agosto de 1981, p. 1.

²¹⁷ MARQUES, José Carlos – «Uma Festa no Próximo Verão: Ecologia 82». *Pela Vida*, n.º 32. Agosto de 1981, p. 1.

²¹⁸ MARQUES, José Carlos – «Uma Festa no Próximo Verão: Ecologia 82». *Pela Vida*, n.º 32. Agosto de 1981, p. 1.

²¹⁹ «1982 – Ano de Luta Contra as Centrais Nucleares Espanholas». *Pela Vida*, n.º 33, Janeiro de 1982, p. 1.

de impacto reduzido: «razões diversas [...] levam a concluir que, no presente momento, a mobilização popular é francamente mais reduzida e o Festival, apesar de lançado com bastante antecedência, não conseguiu congregiar os apoios e vontades necessárias para conseguir fazer convergir em Miranda do Douro os milhares de militantes ou simpatizantes da causa ecológica, da luta antinuclear e da defesa do meio ambiente»²²⁰.

O relato mais completo do que decorreu nessa semana em Miranda do Douro é da autoria de António Elói e foi publicado no suplemento *Pela Vida*²²¹. Começa por dar conta das cerca de trezentas pessoas que passaram por Miranda ao longo dos diversos dias do Festival. Nele estiveram presentes ecologistas de Portugal, do Estado espanhol, da Alemanha, de França e dos Estados Unidos da América. Os organizadores receberam ainda mensagens de solidariedade e apoio de grupos ambientalistas da Áustria, de Singapura, de Chipre e do Brasil. Além de valorizar a participação no Festival, António Elói destaca ainda a importância que o mesmo teve para uma reaproximação dos colectivos ecologistas nacionais, permitindo-lhes estabelecer relações de cooperação – sempre no respeito absoluto pela autonomia e diversidade – no sentido do que era realmente importante: «a oposição política à energia nuclear. A recusa do totalitarismo energético e social e do modelo de sociedade que subjaz a essa escolha. A recusa de Sayago! A denúncia [...] do programa energético português e do comprometimento do nosso governo com uma companhia privada do Estado espanhol»²²².

Como aspectos negativos, releva a deficiente organização dos espectáculos, o que levou a que muitos fossem cancelados, e a fraca ligação da organização às populações locais, o que significou uma fraca adesão destas. Contudo, «a dificuldade de contacto popular não foi só devida a isso, mas também à distância dos discursos (modos de estar, de vestir, de articular a palavra)»²²³. Realça ainda a atitude de alguns grupos que se demitiram das tarefas de organização e, desse modo, sobrecarregaram meia-dúzia de activistas com todo o trabalho, o que aumentou a probabilidade de falhas e a atitude das autoridades locais. Estas últimas não deram apoio à iniciativa e, de acordo com António Elói, estavam mais preocupadas em obter contrapartidas materiais pela aceitação da central de Sayago.

O agravamento das condições económicas, a intervenção do FMI em 1983, o arrefecimento do interesse da EDP e do Estado português na via nuclear e a condenação popular dessa solução energética vão remetendo para as calendas uma decisão sobre o tema. De acordo com Luís Humberto Teixeira, o programa nuclear português «foi definitivamente encerrado em 1984»²²⁴.

²²⁰ «Editorial». *Pela Vida*, n.º 37, Julho de 1982, p. 1.

²²¹ ELÓI, António – «A propósito do II Festival Ecológico». *Pela Vida*, n.º 39, Outubro de 1982, p. 1-2.

²²² ELÓI, António – «A propósito do II Festival Ecológico». *Pela Vida*, n.º 39, Outubro de 1982, p. 1.

²²³ ELÓI, António – «A propósito do II Festival Ecológico». *Pela Vida*, n.º 39, Outubro de 1982, p. 1.

²²⁴ TEIXEIRA, 2011: 96.

4.

DA TEORIA À PRÁTICA NA
IMPrensa ECOLOGISTA
PORTUENSE

Neste capítulo abordar-se-á a diversidade de caminhos que a ecologia procurou percorrer para enriquecer a sua mundividência. Em sintonia com o pensamento dos movimentos ecologistas e contra-culturais espalhados pelo mundo, também os ambientalistas portugueses procuraram aprofundar o conhecimento e interiorização de princípios ligados à filosofia alimentar, à agricultura biológica, às alternativas energéticas, ao urbanismo desconcentracional, à objecção de consciência e antimilitarismo, mas também às filosofias, terapias e espiritualidades orientais e à crítica da medicina e da escola ocidentais.

Destacaremos, aqui, a elaboração teórica produzida ou veiculada nos órgãos de imprensa do movimento ecologista português, ou a ele ligado, privilegiando a análise dos textos originais, e os resultados práticos que dessa produção teórica advieram.

4.1. MACROBIÓTICA, MODOS DE VIDA ALTERNATIVOS, FILOSOFIAS E TERAPIAS ORIENTAIS

4.1.1. – *Macrobiótica e Filosofias Alimentares*

A partir do seu terceiro número, a *Alternativa* começa a reflectir uma progressiva tendência do GAIEP para a macrobiótica. Como afirmou, em entrevista, Franklim Pereira, «todos nós pensávamos mais em comida do que em manifestações ecológicas»²²⁵. No referido número da publicação do Grupo, encontramos dois artigos sobre alimentação. O primeiro dos quais dedicado à poluição alimentar²²⁶ e o segundo intitulado «Macrobiótica – Uma questão de equilíbrio/Um modo de vida». Aí, é feita, em breve resumo, a explicitação do que é a via macrobiótica:

Já nada sabemos sobre nós próprios. Desconhecemo-nos e ignoramo-nos, para justificar a existência do especialista. É o especialista que nos o diz o que devemos comer, como o devemos fazer, o que devemos vestir, o que devemos ser, o que devemos dizer [...].

Quando, na década de 50, [George] Oshawa iniciou a divulgação deste regime, deu bastante ênfase ao seu uso terapêutico na cura das nossas doenças, não tendo sido suficientemente clara a concepção da macrobiótica como parte de uma filosofia e de um modo de vida. Consequentemente, os seus verdadeiros propósitos e princípios não são com frequência compreendidos. [...]

Este princípio encerra o conceito de forças duplas, antagónicas e complementares e é usado para a compreensão de todos os fenómenos do Universo²²⁷.

²²⁵ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

²²⁶ BOURGEOIS, Denis – «A Poluição Alimentar». *Alternativa*, n.º 3, Outubro 1977, p. 10-11.

²²⁷ «Macrobiótica – Uma questão de equilíbrio/Um modo de vida». *Alternativa*, n.º 3, Outubro 1977, p. 16-17.

O artigo em questão é ainda complementado com uma lista de receitas macrobióticas básicas e com a informação dos locais onde, no Porto, se podiam consumir e adquirir refeições e produtos macrobióticos – Cooperativa Pirâmide e Centro de Dietética Popular – Mercado do Bolhão.

Na sua última edição, Verão de 1978, a *Alternativa* inicia uma rubrica de receitas macrobióticas – que viria a ser recuperada por *A Urtiga* – intitulada «Receitas cá de Casa». Assinada por Filipe e António, ensina a fazer Bolos de Cenoura e Abóbora e Esparregado de Wakamé. Também nesse Verão, entre 19 e 24 de Julho, a Unimave – Centro Macobiótico Vegetariano, em Lisboa, promovia o seu quarto Seminário Internacional de Macrobiótica, tendo como oradores principais Michio e Aveline Kushi e Shisuko Yamamoto.

Contudo, seria *A Urtiga* a assumir mais claramente uma ligação mais estreita à macrobiótica – ao ponto de, a partir da década de oitenta, se dedicar quase exclusivamente a essa temática. Como reconhece José Carlos Marques, «*A Urtiga* afunilou-se um bocadinho na linha macro e na linha alimentar, embora sem nunca abandonar a questão da energia, a questão social e política»²²⁸.

No seu terceiro número, Artur Tomé discute a pertinência da dieta vegetariana. Conclui pela impossibilidade de uma discussão razoável entre macrobióticos e vegetarianos devido a estes últimos terem uma «posição [...] de natureza estética, para não dizer, em certos casos, religiosa»²²⁹. Considerando Michio Kushi o maior especialista do mundo em alimentação macrobiótica e tendo essa dieta como a mais apropriada, socorre-se ainda das palavras de Kushi, aquando da sua passagem por Portugal, que defendiam ser aceitável a inclusão de peixe fresco ou de carnes brancas numa alimentação macrobiótica, para contestar a opção vegetariana. Na mesma edição de *A Urtiga*, encontramos um outro artigo sobre a importância da inclusão do pão integral e dos vegetais marítimos na dieta de cada um²³⁰.

Um artigo mais completo sobre a filosofia alimentar macrobiótica é publicado no quinto número de *A Urtiga* e é assinado por Filipe Rocha. Em «A Ordem do Universo (N)a Alimentação», o autor explicita os sete princípios dinâmicos e universais que descrevem o mundo relativo e a sua relação com o todo e o princípio unificador – constituído por doze teoremas dinâmicos e universais que descrevem a criação e o funcionamento do mundo relativo. Assim, «estas leis e teoremas devem ser eficazmente reflectidas e observadas em todos os fenómenos visíveis e invisíveis com que nos deparamos a cada momento, fruto da nossa condição mental e espiritual (e física) de desenvolvimento»²³¹. Prossegue com a apresentação de uma extensa tabela de alimentos segundo o seu teor em Yin e em Yang, advertindo para o carácter auxiliar destas informações que não devem ser interpretadas de forma rígida. Ao invés, e servindo a tabela de guia, considera-se que a prioridade do leitor deve passar pelo auto-conhecimento que lhe permitirá perceber, em cada momento, qual o alimento que lhe é mais adequado e necessário.

²²⁸ Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

²²⁹ TOMÉ, Artur – «Vegetarianismo: Sim ou Não». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 12.

²³⁰ FÉLIX, António – «O Pão. As Algas». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 13 e 32.

²³¹ ROCHA, Filipe – «A Ordem do Universo (N)a Alimentação». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 6.

Filipe Rocha defende ainda que os cereais são o alimento para o homem e para uma nova era da sociedade humana:

1. São os alimentos mais equilibrados em termos de yin-yang.
2. Têm a carga vibratória própria para o homem [...].
3. São o alimento que permite uma mais rápida evolução espiritual do homem (em função de ser-lhe o mais próprio) [...].
4. Ao ser comido numa percentagem igual ou superior a 60% diários mantém o corpo e a mente saudáveis [...], permitindo ao espírito seguir o seu livre curso.
5. Ao pôr ordem no corpo e na mente, põem ordem na família. Ao pôr ordem na família põem ordem na sociedade. Ao pôr ordem na sociedade criam uma humanidade feliz. Assim, as nações violentas são de povos comedores de carne como alimento principal, as nações demasiado passivas são as de povos comedores de legumes e frutas²³².

Deste modo, além das implicações benéficas para a saúde de uma dieta macrobiótica, procura-se conferir-lhe uma dimensão potenciadora de transformação individual, familiar e social. A conceptualização de propriedades quase místicas na opção macrobiótica tenderá a ir-se acentuando nos textos desses ecologistas portugueses, muito inspirados pelos escritos e palestras de Michio Kushi.

As tabelas baseadas nas propriedades Yin e Yang dos alimentos seriam retomadas no número 10 de *A Urtiga*, assim como as instruções para a seguir²³³. É ainda retomada a rubrica culinária, agora assinada por Suzana Cavaco, e dedicada, nesta edição, a receitas macrobióticas envolvendo o arroz²³⁴.

Os textos de Michio Kushi, ou nele inspirados, tornar-se-ão uma constante nas várias edições de *A Urtiga*, mas, provavelmente, o que melhor sintetiza a concepção da macrobiótica como um intrincado sistema de valores que têm uma influência directa na vida das sociedades humanas, assim como a visão do que tem sido e do que será a história do mundo, é encontrado no número 11 da referida revista. Sob o título «A possibilidade de Guerra na década de 80» – e resultado de um Seminário proferido em Boston em Junho de 1980 –, Kushi considera que é enorme a probabilidade de se vir a desencadear uma guerra nos dez anos seguintes devido à «degeneração contínua biológica e psicológica [...], [ao] desenvolvimento constante e contínuo de poderes destrutivos incluindo as armas nucleares. [...] [e ao] contínuo desenvolvimento da tecnologia e automatização»²³⁵. Passa então a fazer uma síntese histórica do que considera ter sido a relação do homem com o meio ambiente nos últimos doze mil anos. Organiza-a em dez fases, sendo as três últimas, pela proximidade e pela antecipação de um futuro que se avizinhava, as mais relevantes para aqui reproduzir:

²³² ROCHA, Filipe – «A Ordem do Universo (N) a Alimentação». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 7.

²³³ «Yin-Yang nos Alimentos». *A Urtiga*, n.º 10, sem data, p. 19.

²³⁴ CAVACO, Suzana – «A arte de cozinhar... o arroz». *A Urtiga*, n.º 10, sem data, p. 23-26.

²³⁵ KUSHI, Michio – «A possibilidade de Guerra na década de 80». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 4.

- 8 – *A era do controle psíquico – grupos e movimentos orientados psicologicamente incluindo bio-feedback, ciência DNA, EST, [...] e experimentação de drogas que expandem a mente juntamente com o estudo de outras culturas e sabedoria tradicional [...];*
- 9 – *A era do controle do corpo – engenharia genética, ciência DNA, transplantações de órgãos [...], juntamente com a redescoberta da medicina natural, dieta tradicional e nutrição [...];*
- 10 – *Período de controle meta-psíquico – sabedoria espiritual, poderes para-psicológicos, espiritualidade universal [...].*

Durante os últimos 12 mil anos, o homem tem-se desenvolvido em direcção ao controle material do seu ambiente. Isto continuará até entrarmos na era do Controle Meta-Psíquico, o qual começará dentro do ano 2033²³⁶.

Considera ainda que, na eventualidade da deflagração de uma guerra nuclear, os indivíduos que sigam uma dieta macrobiótica são os que, biologicamente, têm maior probabilidade de sobreviver ao desastre atómico²³⁷. Pese embora este não seja um artigo redigido por elementos ligados ao GAIEP, ou às diversas ramificações que se lhe seguiram, é de grande significado porque corresponde ao pensamento dominante entre muitos dos que faziam parte do movimento ecologista que vimos estudando e porque, como afirma Franklim Pereira, «havia, de facto, militantes do GAIEP, onde eu estava, que levavam a peito [estas concepções] e havia coisas que eram crença. [...] Havia coisas que eram totalmente idealistas, ou pior do que isso»²³⁸.

No mesmo número de *A Urtiga* prossegue a rubrica «A Arte de Cozinhar...», assinada por Suzana Cavaco e, desta feita, dedicada ao trigo²³⁹. Há ainda uma extensa entrevista a Avelino Meireles – padeiro-poeta de Paços de Ferreira²⁴⁰ e fornecedor de pão da Cooperativa Pirâmide e de outros espaços da cidade do Porto. Apresentado pelo entrevistador como «uma das figuras marcantes no meio cultural e ecológico nortenho»²⁴¹, Avelino Meireles atribui a sua actividade a motivos filosófico-alimentares, à contradição cidade-campo e à «japonesite»²⁴² dos macrobióticos de Lisboa e do Porto. Sobre essa atitude diz: «aos meus olhos sempre teve o sabor de uma masturbaçãozinha com as características específicas da degeneração urbana. Creio que reagi a isto muito campesinamente: ligar-me a um produto de base por intuição e que tivesse o mais possível de anti-japonesite por espírito de contradição»²⁴³. Além da reacção às tendências orientalizantes da filosofia alimentar macrobiótica, Avelino Meireles procurava ainda incorporar alguns valores da tradição rural portuguesa: a recusa de fazer pão ao Domingo, ter em conta a influência das fases da Lua na levedação da massa, a recusa de que uma mulher em período menstrual amassasse o pão e a comutação do espírito com que o padeiro

²³⁶ KUSHI, Michio – «A possibilidade de Guerra na década de 80». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 6.

²³⁷ KUSHI, Michio – «A possibilidade de Guerra na década de 80», p. 7.

²³⁸ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015

²³⁹ CAVACO, Suzana – «A Arte de Cozinhar... o Trigo». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 24-27.

²⁴⁰ «Avelino Meireles. A poética do pão». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 28-33.

²⁴¹ «Avelino Meireles. A poética do pão». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 28.

²⁴² «Avelino Meireles. A poética do pão». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 28.

²⁴³ «Avelino Meireles. A poética do pão». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 28.

amassa o pão e a qualidade e características do pão²⁴⁴. Assim, também em relação à panificação se associava um conjunto de elementos característicos ao movimento ecologista deste período como um revivalismo da tradição rural em oposição à desenraizada urbanidade, a ligação ao alimento produzido biológica e artesanalmente e uma certa dimensão espiritual associada a tudo isso.

No Porto, a procura por espaços que servissem refeições macrobióticas levou à criação do restaurante Suribachi por Arminda Lima. Disso nos dá conta, em entrevista à fundadora, o número doze de *A Urtiga*. Arminda relata assim o processo:

*A ideia disto começa a partir de amigos que nos visitavam e connosco comiam e iam apreciando os cozinhados. Entretanto no Porto não havia nada [a Pirâmide, como veremos, havia-se tornado em centro budista]. [...] começamos a pensar se deveríamos avançar com um grupo grande, tipo cooperativa, ou com um grupo pequeno. Depois de pesarmos os prós e os contras escolhemos a segunda hipótese, dado que dava mais garantias de coesão do grupo*²⁴⁵.

Entretanto, e por solicitação dos clientes, o Suribachi preparava-se também para iniciar cursos de culinária e de massagem Shiatsu.

O mesmo número da revista traz ainda receitas de *millet* e *tofu*²⁴⁶, na habitual rubrica de Suzana Cavaco, e uma notícia-entrevista a Claudio Coquet – colaborador da *Alternativa* e de *A Urtiga* – em torno da sua mais recente actividade, no Porto, de fabrico doméstico de seitan e *tofu*²⁴⁷. Nos números 14 e 17, as rubricas culinárias são assinadas por Swami Jayesh (Franklim Pereira)²⁴⁸ e por Margarida Romão²⁴⁹, respectivamente.

Naturalmente, no ideário de alguns elementos do grupo a macrobiótica tem implicações a nível da saúde, da terapêutica e é condição essencial para um modo de vida alternativo e em harmonia com a Natureza. Esses aspectos foram aqui omitidos por se relacionarem com matérias que abordaremos de seguida.

4.1.2. A Cooperativa Pirâmide

Em Outubro de 1977, a *Alternativa* anunciava o nascimento da Cooperativa Pirâmide, uma clara continuação do GAIEP mas, agora, mais dirigida para a linha macrobiótica. A Pirâmide nasce no espaço da extinta livraria Contra Corrente, onde Franklim Pereira trabalhava, que se havia confrontado com sérias dificuldades financeiras para a prossecução da sua actividade. Perante o cenário de encerramento da livraria, Franklim Pereira sugeriu «ao pessoal do GAIEP que tomássemos

²⁴⁴ «Avelino Meireles. A poética do pão». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 31.

²⁴⁵ «Suribachi: a alegria de comer para viver». *A Urtiga*, n.º 12, Agosto de 1981, p. 7.

²⁴⁶ CAVACO, Suzana – «A arte de cozinhar...o millet e o tofu». *A Urtiga*, n.º 12, Agosto de 1981, p. 10-15.

²⁴⁷ «Cláudio Coquet: a tradição do seitan e do tofu em sua casa». *A Urtiga*, n.º 12, Agosto de 1981, p. 16-18.

²⁴⁸ JAYESH, Swami – «A arte de cozinhar... isto é, o Chapati». *A Urtiga*, n.º 14, sem data, p. 19-22.

²⁴⁹ ROMÃO, Margarida – «A arte de cozinhar...o milho». *A Urtiga*, n.º 17, Maio de 1983, p. 25-31.

conta daquilo»²⁵⁰. Também José Carlos Marques considera que «não se pode dizer que deixou de haver o GAIEP e passou a haver a Pirâmide, as coisas continuaram, mais ou menos, de uma maneira indistinta e não rígida, [...] [por] uma linha que estava, basicamente, ligada a jovens estudantes do GAIEP»²⁵¹.

No referido texto de apresentação, defende-se que a criação da Cooperativa permitiria um alargamento do campo de actividades e que esta seria um espaço aberto «a todos os que sintam alguma coisa pelas críticas e projectos alternativos à sociedade de classes em nome do ‘bem-estar’ da Humanidade que nos leva ao suicídio colectivo e planetário»²⁵². Neste sentido, colocam como objectivo da associação contribuir para a edificação de uma sociedade comunitária e respeitadora do equilíbrio e harmonia com o Universo. Esse propósito seria alcançado através das actividades a desenvolver pela Cooperativa que deveriam incluir: promoção da filosofia alimentar macrobiótica, produção agrícola biológica, promoção das fontes de energia renováveis e não-poluentes, produção artesanal dos produtos de consumo essenciais, promoção das medicinas paralelas e da compreensão de uma filosofia cósmica»²⁵³.

O espaço da Cooperativa Pirâmide passava também a funcionar como sede do GAIEP e aí poderiam adquirir-se livros sobre ecologia, produtos alimentares biológicos e refeições macrobióticas.

A principal actividade da Cooperativa era, então, a restauração. O grupo instalou um espaço de refeições, na cave da antiga livraria, «em que as mesas eram todas no chão, feitas por nós próprios, em barrotes de madeira e tábuas. E havia um fogão, dado pela mãe do Pedro Cavaco, e um forno»²⁵⁴. Vendiam cereais, arroz integral, flocos de aveia, milho tamari, algas e, mais tarde, tofu e seitan artesanais feitos, como vimos atrás, por Cláudio Cocquet.

Além da dimensão alimentar, a Pirâmide procurou ainda servir de elemento difusor de terapias alternativas e dos ideais comunitários e pacifistas. Para tal, dinamizou diversos cursos de shiatsu e de auto-massagem e organizou uma sessão com Lanza del Vasto, a 27 de Abril de 1978. Publicou ainda opúsculos acerca do Orgone de Wilhelm Reich e com textos de Michio Kushi, sendo ainda responsável pela composição e publicação dos três últimos números da *Alternativa*.

A 9 Julho de 1978, a Pirâmide promoveu nas suas instalações um encontro de agricultores interessados na agricultura biológica. Em artigo publicado em *A Urtiga*, Cláudio Cocquet dá conta da fraca afluência a essa sessão – dezasseis pessoas, das quais apenas seis eram, de facto, agricultores. Além da explicitação dos métodos empregues na agricultura biológica e das potencialidades da mesma, «o encontro começou com uma breve exposição sobre as bases espirituais do método biodinâmico em agricultura, expostas pelo Grupo de Estudos Antroposóficos Fernando Pessoa, Porto»²⁵⁵.

²⁵⁰ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

²⁵¹ Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

²⁵² «COOPERATIVA PIRÂMIDE: do nascimento ao renascimento». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 1.

²⁵³ «COOPERATIVA PIRÂMIDE: do nascimento ao renascimento». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 1.

²⁵⁴ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

²⁵⁵ COCQUET, Cláudio – «Alternativa à Agricultura Química». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 30.

A fraca adesão por parte dos agricultores levou os participantes a concluir pela não pertinência, pelo menos no imediato, da criação de uma associação de agricultores biológicos do Norte do país.

Com a partida para Lagos de alguns dos seus membros mais activos em 1978, os que ficaram no Porto decidiram converter a Pirâmide, em Outubro desse ano, num centro budista – «quem ficou teve uma necessidade de manter aquilo aberto e resolveu impor [...] as suas ideias face ao colectivo que não aparecia, que não colaborava»²⁵⁶.

Esta alteração implicou mudanças no tipo de alimentação servida no restaurante, que passou a incluir, por exemplo, açúcar e leite. Também o espaço sofreu alterações, as mesas tornaram-se mais altas, foram colocadas cadeiras e as paredes foram pintadas de acordo com a iconografia e as cores predominantes do budismo. Essa transformação da Pirâmide em centro budista fez ainda com que o espaço ficasse sob a alçada directa do Movimento Budista Português, fundado em Lisboa.

Permanecerá assim «até, salvo erro, 1983. E termina porque a hierarquia do Movimento Budista decide que vai apenas existir o mosteiro do Algarve [Salir, Loulé]»²⁵⁷.

4.1.3. *Modos de Vida Alternativos e Contracultura*

A saúde física e mental, a partir de certa altura correlacionada com a alimentação macrobiótica, assumiu também um grande peso nas iniciativas editoriais do movimento ecologista. Assim, em Outubro de 1976, no seu sexto número, a colecção *Viver é Preciso* publicava, integralmente, a obra *Nós, a Loucura e a Antipsiquiatria* de Ernesto Bono. O referido autor, psiquiatra, traduziu Robert Laing – um dos fundadores da corrente antipsiquiatria –, introduziu essa corrente no Brasil e foi ainda director, na primeira metade da década de 1970, da revista *Orion*. Na introdução, da autoria de Paulo Roberto Oldenburg, faz-se uma acérrima crítica à ciência oficial dizendo que «estabeleceu um domínio tão absoluto que só admite aplausos. Seus críticos, e são raríssimos, quando surgem são atacados, e os epítetos dirigidos vão em escala progressiva de *indivíduo fora da realidade, neurótico, sonhador, místico a demente ou psicótico e paranoide*»²⁵⁸.

A mesma crítica à ciência e à medicina oficiais surge no número 7 da colecção, uma antologia intitulada *O Direito à Diferença*. Aí, num texto de Ivan Illich, veicula-se a ideia de que o desenvolvimento da medicina e o edifício corporativo dos médicos especialistas ameaçam seriamente a saúde das populações. Associa as práticas médicas ao desenvolvimento de uma sociedade mais doente e mais susceptível à doença, mais que não seja por antecipação. Nesse sentido, Illich advoga «uma acção legal e política que favoreça a desprofissionalização dos cuidados de saúde»²⁵⁹.

Na mesma linha, e na mesma publicação, Afonso Cautela considera que entre as iniciativas a desenvolver pelos movimentos ecológicos que promovam a construção de uma sociedade paralela se devem inscrever:

²⁵⁶ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

²⁵⁷ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

²⁵⁸ OLDENBURG, 1976: 10.

²⁵⁹ ILLICH, Ivan – «A Expropriação da Saúde», p. 33.

- «– Campanha para o parto controlado e sem dor;
- Campanha pela anti-psiquiatria ou descolonização do doente mental;
- Campanha das medicinas paralelas ou para a descolonização do doente»²⁶⁰.

Neste campo, é também significativo e elucidativo o editorial do terceiro número da *Alternativa*, que pretendia estabelecer as linhas mestras pelas quais se passaria a guiar a publicação:

É necessário, por exemplo, recusar as instituições que alienam a participação real de nós próprios na nossa saúde, impondo uma medicalização da sociedade inteira. E fazer desta recusa, uma afirmação da nossa vontade de viver, e não sobreviver, reencontrando o controlo do nosso corpo através das medicinas paralelas, da utilização das plantas medicinais, dos diagnósticos simples e de uma alimentação que opõe à degeneração do nosso organismo a profilaxia. [...] mas também na luta anti-psiquiatria contra a psiquiatria repressiva, da bioenergia para a apropriação do nosso corpo libertado de todas as couraças, duma alimentação sã contra a intoxicação progressiva, das medicinas paralelas contra o poder absoluto dos especialistas, da parapsicologia para o desenvolvimento do potencial humano»²⁶¹.

Neste número publicam-se, então, artigos que pretendem dar corpo a este novo rumo da *Alternativa*: «A fantasia e a realidade – Visão Gestaltiana e Psicológica», por Fritz Pearls, e «Do Micro ao Macro Cosmos», entrevista a Gilberto Pereira que fala sobre as vantagens do Shiatsu e da alimentação macrobiótica.

No primeiro número de *A Urtiga*, encontramos dois artigos directamente relacionados com o modelo contracultural. No primeiro deles, «O yoga da educação», lê-se que a «ao recusarmo-nos a pensar, a sentir e a agir de uma forma automática e massificada, estamos a transformar-nos e ao mesmo tempo a transformar as relações humanas»²⁶². Assim, o primeiro passo para a transformação social é colocado ao nível do autoconhecimento, da evolução e do melhoramento do indivíduo. No segundo artigo, anuncia-se a vinda a Portugal de Lanza del Vasto, fundador, em 1948, da Comunidade da Arca em França, «organizada segundo os princípios de uma autoridade, justiça, economia, alimentação não-violentos (assim como a medicina e a educação), isto é baseia-se no Ahimsa ou Amor, que procura a harmonia e união dos seres entre si e com o universo»²⁶³. Lanza del Vasto afirma ter tido a visão desta comunidade na sua peregrinação à Índia, na década de 1930, onde se tornou também discípulo de Gandhi. Esta visita decorreria entre os dias 14 e 27 de Abril de 1978, com palestras proferidas em Cascais, Évora, Lisboa (quatro dias seguidos em quatro locais diferentes) e Porto (a 27 de Abril, na Cooperativa Pirâmide).

²⁶⁰ CAUTELA, Afonso – «Trabalhos para o Militante da Natureza no Ambiente Português». In CARVALHO; ILLICH; CAUTELA – *O Direito à Diferença*, p. 56.

²⁶¹ «O Novo Arranque». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 4.

²⁶² BRANCO, Maria Beatriz Serpa; GALVÃO, Maria Bárbara – «O yoga da educação». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 10.

²⁶³ LOURENÇO, Manuela – «Vem a Portugal Lanza del Vasto». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 21.

Aproveitando a vinda a Portugal de Lanza del Vasto, a colecção *Viver é Preciso* editou, em Abril de 1978, a sua obra *A Não-Violência e o Destino do Ocidente*. Face aos riscos iminentes que a humanidade corria, José Carlos Marques justificava esta publicação não como «um ecletismo amorfo ou de uma habilidade de remendão, mas antes de uma disponibilidade de espírito, fecunda para quem já experimentou o vazio dos sistemas que tudo explicam ou para quem já se desencantou definitivamente da irrespirável atmosfera de seita, hoje abundante no mercado para todos os gostos»²⁶⁴.

A temática da antipsiquiatria seria retomada no segundo número de *A Urtiga*, por Sílvia Montarroyos. O artigo começa por dar conta da edição, em Dezembro de 1977, pela Afrontamento, da obra *Psiquiatria e Antipsiquiatria em Debate* e permite acompanhar o nascimento e primeiras experiências dessa corrente psiquiátrica. Fundada por Ronald Laing, David Cooper e Aaron Esterson, entre outros, no início dos anos 1960, considerava «a loucura não como um estado patológico mas como uma reacção normal face a um meio social desequilibrado e hostil. [...] Nesse trabalho de denúncia e de subversão ideológica dos valores culturais, a antipsiquiatria insere-se no movimento contracultural e da sociedade paralela, de busca de formas de viver alternativas à família»²⁶⁵. A sequência da teorização da antipsiquiatria passou pela criação, em 1965, de um centro comunitário em Londres, *Kingsley Hall*. Nesse espaço viviam pessoas tidas como mentalmente sãs e pessoas tidas como loucas, «e todos os tipos de comportamento, por mais bizarros que fossem, eram aí possíveis e aceites. [...] Quando acontecia alguém entrar em crise fazia-se uma espécie de psicodrama e a experiência era vivida colectivamente»²⁶⁶. Esta experiência pioneira, tida aqui como exemplar, durou cinco anos.

Este número da revista inclui ainda um artigo que apresenta o *yoga* como técnica de libertação, praticável por qualquer pessoa e que não implica uma dieta vegetariana ou macrobiótica²⁶⁷.

Respondendo, de certa forma, a uma crítica do leitor Mário Roque à segunda edição da revista²⁶⁸, Artur Tomé questiona-se:

Justificarão estes factos que A Urtiga fale de ioga? Não só no seu aspecto imediato de ginástica ou agente de relax, mas como tentativa de experimentação prática de um estado místico? Misticismo ou religião são comumente considerados alienatórios. Religião, ópio do povo; misticismo, ópio do indivíduo. Não deveriam ter lugar num órgão de imprensa que aponta para a consciencialização do indivíduo. Não tem nada a ver com ecologia. Ou tem? Eu acho que sim. Desde que haja certos cuidados a tomar na forma como nos aproximamos de tal experiência. [...] E qual é a raiz do mal [do mundo]? Uma sociedade insegura, de homens inseguros, que desconhecem o que valem, quem são e quais os objectivos naturais da sua vida. É aqui que entram os iogas»²⁶⁹.

²⁶⁴ VASTO, Lanza del – *A Não-Violência e o Destino do Ocidente*, p. 3.

²⁶⁵ MONTARROYOS, Sílvia – «A Anti-Psiquiatria na civilização da Loucura». *A Urtiga*, n.º 2, Maio de 1978, p. 20.

²⁶⁶ MONTARROYOS, Sílvia – «A Anti-Psiquiatria na civilização da Loucura». *A Urtiga*, n.º 2, Maio de 1978, p. 21.

²⁶⁷ MARTINS, Rogério – «O que é o yoga». *A Urtiga*, n.º 2, Maio de 1978, p. 27.

²⁶⁸ «Não posso deixar de me chatear com os pedaços de prosa pseudo poética-esotérica-idiota». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 5.

²⁶⁹ TOMÉ, Artur – «Ecologia Interior». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 22.

A ideia do carácter eminentemente individual que conduz à transformação da sociedade enquanto um todo é também abordada por Franklim Pereira no editorial do quinto e último número da *Alternativa*²⁷⁰. O mesmo autor, num outro artigo, e inspirando-se na teoria da orgonomia de Wilhelm Reich, considera que «o estudo do corpo humano e do ambiente que o rodeia leva-nos ao reconhecimento de uma ‘energia’, força universal, abrangendo totalmente o espaço e o tempo, reguladora da actividade e repouso das tarefas da natureza visível e não visível»²⁷¹. Aprofunda-se assim a visão mística da relação do homem com a Natureza e procura-se explicá-la através de uma complexa troca de energias. Também neste sentido vai um texto assinado por Bernardo que a «Ecológica Mental passa pela reunificação da história, geografia, mineralogia, física, matemática, astronomia, medicina e da religião – para render ao homem uma nova Cosmologia – um novo operador totémico – integrativo e unificador»²⁷². O conceito de unicidade está presente na maioria do pensamento ecologista deste período, levando mesmo alguns a identificar a solução dos problemas ambientais e sociais num governo único à escala global – o único que poderia ter a legitimidade para implementar as medidas necessárias para travar o caminho auto-destrutivo das sociedades humanas.

Esta afirmação de um princípio unitário, tal como outras das expressões contraculturais e ideológicas do movimento ecologista, insere-se, perfeitamente, nos princípios da filosofia *New Age*. Assim, «o tema da unidade traduz-se por uma exigência de visão global, que se denomina ‘holismo’ ou ‘paradigma holístico’. O termo ‘holismo’ [...] significa que o mundo, físico e mental, não é uma justaposição de partes dissociáveis, mas uma única realidade»²⁷³. Contudo, como alerta Michel Lacroix, levar o projecto do *New Age* até às suas últimas consequências encerra, em si mesmo, um imenso perigo totalitário²⁷⁴.

Tanto José Carlos Marques²⁷⁵ como Franklim Pereira²⁷⁶ reconhecem algumas afinidades com o movimento do *New Age* de finais da década de 1970 e inícios da década de 1980, mas não na dimensão religiosa que lhe está associada. Por outro lado, ambos afirmam que o contacto com essa filosofia acontecia por intermédio de revistas estrangeiras que José Carlos Marques e outros recebiam e que estavam disponíveis, primeiro, no Centro de Documentação do GAIEP e, depois, no Centro Renascimento Rural.

Como já vimos, a reivindicação de uma desprofissionalização dos cuidados de saúde e de uma descolonação do doente correspondia ao apelo à prática das medicinas paralelas e simples. No número 4 de *A Urtiga*, Filipe Rocha descreve assim a doença: «é pois o estado em que o Céu e a Terra se encontram em desarmonia no Homem e a cura advém naturalmente do reequilíbrio de forças na sua totalidade, sendo impossível ‘curar o estômago’ sem ‘curar’ o Ser no seu complexo ‘corpo-espí-

²⁷⁰ PEREIRA, Franklim – «Editorial: Ecologia, Sim...». *Alternativa*, n.º 5, Verão de 1978, p. 1.

²⁷¹ PEREIRA, Franklim – «Mergulho no Oceano Biológico». *Alternativa*, n.º 5, Verão de 1978, p. 12.

²⁷² BERNARDO – «Ecologia Mental». *Alternativa*, n.º 5, Verão de 1978, p. 18-19.

²⁷³ LACROIX, Michel – *A Ideologia do New Age*, p. 34.

²⁷⁴ LACROIX, Michel – *A Ideologia do New Age*, p. 70.

²⁷⁵ Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

²⁷⁶ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

rito-alimento-ambiente'»²⁷⁷. Este artigo é anunciado como o primeiro de uma série de cinco, a ser assinada por Filipe Rocha, membro da Cooperativa Pirâmide. Neste número da revista inicia-se também uma rubrica de Ernesto Bono intitulada «Sociedade e Anti-Psiquiatria» e que prosseguirá até ao número 6 da publicação.

Desta edição de *A Urtiga*, devemos ainda relevar o início da publicação de um suplemento dedicado às mulheres e à sua luta, coordenado por Sílvia Montarroyos e intitulado «As Regras». Aí se faz um balanço da evolução histórica da sociedade patriarcal e do papel a que esta confinou a mulher. Importa, sobretudo, reter a análise crítica que Sílvia Montarroyos faz do feminismo que lhe era coevo:

*O que não aceito em certas mulheres [...] ditas feministas é que, em lugar de assumirem globalmente a sua feminilidade e tratarem [...] de feminizar o homem [...], fazem exactamente o contrário, [...] tratando de masculinizar-se e de seguir o exemplo execrável do homem, chegando a reivindicar para si uma aberrante e monstruosa igualdade a ele (e não a dele a ela, como seria mais óbvio) [...]. Chegam mesmo a querer abrir mão das pequenas conquistas até hoje conseguidas: a prioridade para entrar nos recintos, para se sentar quando há poucos assentos e a ajuda cavalheiresca para descer dos autocarros, etc.*²⁷⁸.

Por fim, a revista dá ainda conta da publicação, pelo Grupo Ecológico da Associação Académica de Coimbra, de uma brochura onde se contesta veementemente o plano nacional de vacinação obrigatória e da realização, pelos Amigos da Arca, de um acampamento ibérico, em Salamanca, entre os dias 20 e 27 de Julho de 1978 e que contou com a presença de Lanza del Vasto.

Também o tema da não-violência é retomado por Manuela Lourenço que considera que «em Portugal, o movimento vai também crescendo e comunicando-se»²⁷⁹, tendo no movimento dos objectores de consciência e no movimento ecologista os seus principais aliados.

Nos números seguintes de *A Urtiga* vão-se também sucedendo artigos sobre a doença, o diagnóstico e a mais-valia da aplicação das técnicas milenares das medicinas tradicionais do Oriente e que aqui nos escusamos a analisar, por considerarmos que a ideia principal está já apresentada. O número 11 da revista inicia uma nova rubrica, intitulada «Desporto e Zen» e que, nesta edição, passou pela realização de uma entrevista a Bo In Lee, coreano que ensinava *yoga*, meditação *zen*, artes marciais, exercícios de respiração e de massagem e exercícios tendentes à unificação da mente e do corpo²⁸⁰. Os derradeiros números da revista terão ainda uma quantidade considerável de artigos sobre a Índia – sua cultura, técnicas de meditação e modelos de vida comunitários – assinados por Swami Jayesh (pseudónimo de Franklim Pereira) e sobre as virtualidades do Dó-In – uma técnica de auto-massagem tradicional chinesa.

²⁷⁷ ROCHA, Filipe – «Medicina Tradicional Oriental: para uma descolonização do homem e a criação de uma sociedade livre». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 9-10.

²⁷⁸ MONTARROYOS, Sílvia (coord.) – «As Regras: Suplemento Bimenstrual de *A Urtiga*». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 25.

²⁷⁹ LOURENÇO, Manuela – «Voltar ao tempo das cavernas? Matar ou não matar, dizia um velho poeta sábio...». *A Urtiga*, n.º 7, Agosto/Setembro de 1979, p. 30.

²⁸⁰ «Desporto e Zen». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 34.

4.2. – ANTAGONISMO CIDADE-CAMPO E ANTAGONISMO AGRICULTURA QUÍMICA-AGRICULTURA BIOLÓGICA

4.2.1. – *O que se escreveu*

A problemática dos antagonismos cidade-campo, agricultura química-biológica e da produção industrial automatizada-artesanal é abordada desde o primeiro momento pelos grupos e publicações ecologistas portugueses. Todas surgem sempre articuladas e interligadas e conduzirão a ricas experiências comunitárias que, mais à frente, iremos tratar.

A colecção *Viver é Preciso*, como vimos no segundo capítulo, dedicou os seus dois primeiros números à crítica da agricultura química e industrial e ao traçar de uma visão ecológica da actividade agrícola. Contudo, seria apenas no quarto número que o organizador da colecção reflectiria sobre este antagonismo e sobre o movimento de regresso à terra. Numa antologia organizada e introduzida por Vítor Matias Ferreira²⁸¹ e em que se faz uma crítica dos ecologistas que defendem um renascimento rural e um amplo movimento de êxodo urbano em direcção aos campos, sendo essa perspectiva apoiada de passadista e até de reaccionária, A. Faia considera que se «haveria também que matizar a qualificação de reaccionário que se faz algures a propósito do movimento de ‘retorno à terra’. Tal como o culto de certo ‘progresso’ pode ser altamente reaccionário, também nem todo o apreço pelo passado o é forçosamente»²⁸².

Em Agosto de 1976, e ainda sob o pseudónimo A. Faia, José Carlos Marques assina dois curtos artigos no semanário *Gazeta da Semana*, versando sobre a relação cidade-campo e a necessidade de formação de um novo movimento rural. No primeiro desses textos, dedica-se à realização de uma radiografia das insuficiências sanitárias, escolares e culturais existentes nas localidades do interior do país. Simultaneamente, identifica nessas populações uma vocação tradicional e viva para a produção cultural autónoma e não-erudita e a sua tendência natural para a reciclagem e utilização de materiais simples. Deste modo, uma estratégia nacional de revitalização rural deveria passar pela dinamização de actividades artesanais tendentes à formação de novos e vibrantes polos económicos. Assim, crê, poder-se-ia reanimar as aldeias e captar novos habitantes²⁸³. O segundo artigo, e talvez no registo mais ácido que encontramos em José Carlos Marques, além de propor a formação de um movimento rural de novo tipo, consiste numa crítica acérrima àqueles que, reivindicando-se de revolucionários, de esquerda e pela aliança operário-camponesa, combatiam, no plano verbal e na praxis diária, qualquer tentativa de renascimento rural²⁸⁴.

Em Novembro de 1976, encontrava-se a primeira formalização de um projecto de retorno comunitário ao campo em Portugal, no sétimo volume da colecção *Viver é Preciso*. Não se querendo

²⁸¹ FERREIRA, Vítor Matias (org.) – *Ecologia*.

²⁸² FAIA, A. – «Esclarecimento». FERREIRA, Vítor Matias (org.) – *Ecologia*, p. 38.

²⁸³ FAIA, 1976a «Alfabetização e ecologia para o desenvolvimento rural». *Gazeta da Semana*, n.º 19, 5 a 12 de Agosto de 1976, p. 10.

²⁸⁴ FAIA, 1976b: 10.

ficar pela divulgação do pensamento ecologista, José Carlos Marques entende ser o momento de «constituir, como base e complemento do nosso trabalho informativo, um centro de investigação que abranja a vasta gama dos temas de que nos ocupamos»²⁸⁵. Esse centro deveria incorporar o acervo documental e bibliográfico do GAIEP, de *Viver é Preciso* e o que, entretanto, José Carlos Marques juntara em Lagos. Assim como dispor de uma parcela do terreno onde um grupo de pessoas se pudesse instalar e aí encetar experiências de agricultura biológica e de tecnologias leves e não poluentes. Para concretizar este projecto, avança-se com a perspectiva de criação de uma Cooperativa Viver é Preciso em que os assinantes da colecção se tornavam automaticamente associados no momento da sua eventual criação. Contudo, e para que o organizador sentisse haver apoio à sua proposta, requeria-se «da parte dos [...] leitores uma resposta amplamente positiva»²⁸⁶. Nesse sentido, apontam-se quinhentas novas assinaturas dos *Cadernos Viver é Preciso* como o elemento esclarecedor do apoio à iniciativa – eram contabilizáveis as assinaturas em qualquer uma das três modalidades disponíveis (simples, de apoio ou perpétua).

Cerca de meio ano depois, José Carlos Marques, novamente em editorial de um volume de *Viver é Preciso*, retoma a ideia e dá conta dos progressos verificados. Escrito em Abril de 1977, o texto reflecte sobre o número de assinantes da publicação. Assim, crê-se que os cerca de 110 assinantes correspondem apenas a «uns 7 ou 8% dos que seguem com interesse e atenção o nosso trabalho, os quais andarão por cerca de 1500 leitores fiéis»²⁸⁷. O amadurecimento do projecto leva a que, agora, a hipótese cooperativa seja relegada para segundo plano e se privilegie a criação de «uma associação de cunho cooperativista e de objectivos não lucrativos, a qual procurará entre outras coisas estimular a formação local de grupos cooperativos que prossigam objectivos semelhantes aos nossos, apoiando-os por todos os meios ao alcance e servindo de fórum de reflexão e acção coordenados a esses e outros grupos»²⁸⁸. Também a meta das quinhentas novas assinaturas fixada em Novembro de 1976 era agora secundarizada face a outras condicionantes tidas por prioritárias – a formação de núcleos de difusão e de apoio, os resultados obtidos das iniciativas a promover em Junho, Julho e Agosto de 1977, o *feedback* recebido de pessoas e grupos e, claro, o crescimento do número de assinantes dos *Cadernos*. O balanço do Verão de 1977 realizar-se-ia em Setembro desse ano e, «se esse balanço for amplamente positivo, como esperamos, convocaremos para os meses imediatos uma ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE DE LEITORES [...], a qual decidirá então do que haverá a fazer»²⁸⁹.

Fazendo a análise do estado de degradação das condições de vida e de habitabilidade no campo, considera-se que se «é certo que a destruição vai já avançada [...] muitas aldeias portuguesas estão apesar de tudo vivas e poderiam ainda ser cenário de uma forma superior e nova síntese entre o velho mundo agrário e o novo mundo industrial, desde que fosse gerado um amplo movimento que lhes

²⁸⁵ «Um Projecto de Longo Fôlego». In CARVALHO; ILLICH; CAUTELA – *O Direito à Diferença*, p. 89.

²⁸⁶ «Um Projecto de Longo Fôlego». In CARVALHO; ILLICH; CAUTELA – *O Direito à Diferença*, p. 88.

²⁸⁷ «Uma Publicação, Um Projecto». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 5.

²⁸⁸ «Uma Publicação, Um Projecto». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 20.

²⁸⁹ «Uma Publicação, Um Projecto». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 34.

proporcionasse os meios necessários»²⁹⁰. A colecção é apresentada como comungando plenamente dos objectivos a visar por esse amplo movimento e, portanto, como parte do mesmo.

Por outro lado, e noutro texto desta antologia, considera-se que a civilização industrial vive um momento crítico, cuja saída não pode ser encontrada na prossecução das mesmas opções que até aí foram tomadas. Por conseguinte, a proposta de resolução passa pela simplificação da técnica e do quotidiano e, no respeito absoluto pela natureza e seus limites biológicos, esta renovada consciência ecológica permitiria a operação de profundas alterações na estrutura social existente e a resolução do conflito cidade-campo. Essa resolução passava por «um vasto movimento de renascimento rural, de que já se notam sintomas, para um ‘regresso à terra que é hoje resposta inevitável ao desenvolvimento paroxístico do ‘progresso’, no sentido detestável da palavra»²⁹¹. Além das virtualidades atribuídas à actividade agrícola, ao combate à industrialização selvagem e a uma mais equilibrada distribuição populacional, este impulso pelo retorno à terra assentava ainda numa visão, podemos dizê-lo, idilizada do camponês e da cultura aldeã – apresentados, quase, como um último reduto de humanidade, de repositório das melhores tradições e de um viver quotidiano harmonioso com o meio ambiente. Por fim, a centralização, a litoralização e o conseqüente êxodo rural são caracterizados como uma «espoliação do campo pela cidade [...]. Por isso defendemos que o renascimento rural terá que beneficiar de um intenso e permanente desvio de recursos da cidade para o campo, desvio esse que tenda a repor, pelo menos parcialmente, o espólio que àquele foi arrancado»²⁹².

A reflexão mais vincadamente ideológica nesta antologia sobre o antagonismo cidade-campo é assinada por Rui Távora, um pseudónimo utilizado por José Carlos Marques. Aí, considera que a percepção da degradação ambiental motivada pela industrialização, pela agricultura química e pelas megalópoles conduziu camadas juvenis e das chamadas classes médias a despertarem para a necessidade de um regresso à terra, com todas as alterações do quotidiano que essa opção implica, de busca de modos de vida comunitários e de articulação mais harmoniosa entre os mundos urbano e rural. Critica a posição dos «movimentos marxistas tradicionais que reagiram a essas tendências com hostilidade, denunciando-as como ‘passadistas’ ou mesmo ‘reaccionárias’»²⁹³. No campo oposto, coloca os grupos e colectivos anarquistas e libertários. Olhando ao desenvolvimento da civilização industrial e dos seus efeitos sobre a natureza, crê que o conflito cidade-campo «assumiu a forma colossal de um antagonismo entre as sociedades humanas e o planeta que lhes serve de habitat»²⁹⁴. Esta conclusão serve-lhe para rebater as acusações de reaccionarismo ao movimento de retorno à terra, por ver neste último não uma expressão de romantismo passadista mas a única salvação possível da espécie humana e do planeta que ela habita.

²⁹⁰ «Roteiro para ajudar a ler esta Antologia». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 79.

²⁹¹ FAIA, A.; MARQUES, José Carlos – «Cidades: Apoio Logístico para o Renascimento Rural». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 15.

²⁹² FAIA, A.; MARQUES, José Carlos – «Cidades: Apoio Logístico para o Renascimento Rural». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 17.

²⁹³ TÁVORA, Rui – «Sobre o Antagonismo Cidade-Campo». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 98.

²⁹⁴ TÁVORA, Rui – «Sobre o Antagonismo Cidade-Campo». In FAIA, A. (org.) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*, p. 103.

Na sequência deste nono volume, mas mais com um intuito de divulgação de boas práticas agrícolas e rurais, surge um décimo número da colecção *Viver é Preciso* que «é um prolongamento óbvio, embora de certa forma especializado, do nosso anterior *Caderno*, no qual proclamámos a necessidade e inevitabilidade de um renascimento rural»²⁹⁵. A tecnologia de aldeia é, neste «Posfácio», defendida como fundamental na revitalização rural, no relançamento do espírito cooperativo e na revalorização das tradições artesanais aldeãs. Composto maioritariamente por artigos que reflectem experiências no estrangeiro – principalmente países do chamado Terceiro Mundo –, chama também a atenção para o exemplo da aldeia de Maljoga, Beira Baixa, onde o aproveitamento da força das águas da ribeira local, por parte de alguns residentes, permitiu a produção eléctrica²⁹⁶.

E, se a *Alternativa* teve poucos artigos sobre esta temática, *A Urtiga*, nos seus diversos números, apresentou muitos textos sobre retorno à terra e agricultura biológica. Na sua primeira edição, Carlos Pissarro faz um relato da sua experiência de êxodo urbano²⁹⁷. A revista tende, a partir de exemplos individuais, a incentivar os leitores a adoptarem comportamentos semelhantes. No mesmo número, Sílvia Montarroyos faz uma breve resenha da defesa da agricultura biológica entre a publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, e o movimento de renascimento rural. Nesse período, «cresceu enormemente o interesse pela agricultura orgânica ou biológica, ou ainda natural ou ecológica»²⁹⁸.

A defesa da agricultura biológica prossegue, no terceiro número da revista, com a reprodução de um texto de Valdecir B. de França, apresentado, originalmente, na primeira Semana de Ecoagricultura de São Paulo, e no qual se defende o retorno a uma prática agrícola e industrial que se limite a corresponder às reais necessidades das pessoas e que respeite a necessária harmonia com o meio ambiente e os seus recursos naturais²⁹⁹. No mesmo sentido vai o artigo de Carlos Pissarro³⁰⁰, que defende que, em vez da utilização de pesticidas, se aposte numa selecção mais afinada das sementes/plantas e a sua fertilização por meios naturais. Explicam-se ainda as várias soluções insecticidas orgânicas e que podem ser empregues na agricultura biológica.

No seu último número, a *Alternativa* iniciava uma secção intitulada «Agricultura», assinada por Cláudio Cocquet. Assim, «o objectivo desta secção é o de despertar o interesse das pessoas para uma agricultura que contribua para uma sociedade fraterna em harmonia com o Universo»³⁰¹. O mesmo autor dá-nos ainda a visão quase mística do trabalho na terra que pautava o pensamento deste grupo ao afirmar, em outro texto, que «é a mulher que deve levar as sementes no regaço [...] e é o homem que as semeia e grada a Terra. Depois, que se amem»³⁰².

²⁹⁵ «Posfácio». In MARQUES, José Carlos (org.) – *Tecnologia de Aldeia, Tecnologia de Futuro*, p. 76.

²⁹⁶ «Beira Baixa: Maljoga uma aldeia exemplar». In MARQUES, José Carlos (org.) – *Tecnologia de Aldeia, Tecnologia de Futuro*, p. 17-19.

²⁹⁷ PISSARRO, Carlos – «Era um estudante de Liceu quando decidi mudar de vida». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 8-9.

²⁹⁸ MONTARROYOS, Sílvia – «Da Primeira Silenciosa ao Renascimento Rural». *A Urtiga*, n.º1, Fevereiro de 1978, p. 9.

²⁹⁹ FRANÇA, Valdecir B. de – «Ecoagricultura». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 6-7.

³⁰⁰ PISSARRO, Carlos – «Parasitas ou Amigos?». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 8-9.

³⁰¹ COCQUET, Cláudio – «Agricultura». *Alternativa*, n.º 5, Verão de 1978, p. 6.

³⁰² COCQUET, Cláudio – «Trabalhar no Campo». *Alternativa*, n.º 5, Verão de 1978, p. 9.

A partir deste momento, as principais reflexões sobre a prática agrícola passam a ser dominadas pelos relatos das experiências encetadas no âmbito do *Renascimento Rural*, textos que abordaremos adiante. A partir do final de 1980, *A Urtiga* assume uma linha editorial diferente, mais voltada para as terapias alternativas e para as várias expressões do orientalismo, assim como à clara predominância de artigos traduzidos. Nesse campo, encontramos uma série de seis artigos – publicados em outros tantos números da revista – sobre agricultura natural, da autoria de Masanobu Fukuoka. Numa introdução de Larry Korn à obra de Fukuoka, podemos ler que «a agricultura natural não requiere máquinas, químicos e muito pouca mondagem. O M. Fukuoka não cava a sua terra nem usa composto preparado. Ele não aplica água em seus campos de arroz durante a fase de crescimento [...]. O solo dos seus campos está por cavar há mais de 25 anos, no entanto as suas colheitas comparam-se favoravelmente às das quintas japonesas mais produtivas»³⁰³.

No seu penúltimo número, *A Urtiga* publica uma narrativa de Pedro Teixeira da Mota sobre o Groupe de Chamarande, onde passou uma temporada. Tratava-se de uma cooperativa onde, «para além da vivência comunitária e trabalhadora à volta da agricultura biológica, da cozinha, das limpezas e reparações, existem as possibilidades de participarem nos mais diversos estágios que são organizados regularmente [...]: de yoga, de medicinas paralelas, de shamanismo, de danças sagradas, de crescimento pessoal»³⁰⁴.

Esta apresentação cronológica do pensamento ecologista portuense, ou a ele ligado, no que concerne ao antagonismo cidade-campo, permite aferir de uma evolução que parte de uma dimensão teórica e de defesa de uma profunda transformação social como única forma de resolver essa contradição, para uma dimensão mais prática e comunitária de questionamento da sociedade industrial. As transformações operadas na revista *A Urtiga* na década de oitenta permitem também perceber esse mesmo rumo e a opção por alternativas cada vez mais orientalizantes e de difícil acolhimento pela generalidade dos agricultores.

4.2.2. – O Centro de Renascimento Rural

Abordámos já, no ponto anterior, o germinar da ideia de criar uma experiência de renascimento rural e a predominância que este tipo de iniciativa tinha no pensamento ecologista em relação ao antagonismo cidade-campo. A experiência prática advém, mais uma vez, da acção de José Carlos Marques. Através das suas ligações ao Movimento Ecológico Português e a Afonso Cautela, tomou conhecimento das actividades comunitárias e de horticultura biológica que Deodato Santos, à época presidente da Junta de Freguesia de São João, Lagos, e a sua companheira Inge estavam a desenvolver nessa localidade algarvia. Sendo professor, José Carlos Marques participou no concurso para o ensino secundário, privilegiando o concelho de Lagos, tendo conseguido colocação. Muda-se com Sílvia Montarroyos para Barão de São João e aí adquire, em parceria com Deodato Santos, um terreno³⁰⁵.

³⁰³ KORN, Larry – «A Revolução pela Palha. Introdução à Agricultura Natural». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 18.

³⁰⁴ MOTA, Pedro Teixeira da – «Groupe de Chamarande». *A Urtiga*, n.º 18, sem data, p. 26.

³⁰⁵ Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

Fica mais próxima a concretização do projecto de renascimento rural idealizado por José Carlos Marques. Nele se deveriam abranger experiências de agricultura biológica, de construção artesanal e com recurso a materiais locais e simples e o seu depósito bibliográfico. No fundo, pretendia-se criar um centro de estudo e de divulgação de ecologia prática – iniciativa pioneira em Portugal. Pela mesma altura, «alguns membros do GAIEP andavam [...] à procura de um terreno onde se instalarem para tentar uma experiência comunitária rural. Procuraram no Norte, Serra da Freita, Arouca, por exemplo, mas acabaram por aceitar um convite que lhes fiz para se juntarem em Barão de São João»³⁰⁶.

Na edição de *A Urtiga* de Setembro/Outubro de 1978, e no rescaldo de um primeiro acampamento de Verão, faz-se um resumo do nascimento dessa experiência pioneira. Em primeiro lugar, a vontade de a concretizar resulta da recusa da civilização industrial e da subalternização do campo, o que os leva «a ver com novos olhos o Portugal rústico e labrego»³⁰⁷. Faz-se ainda recuar a ideia de um projecto nestes moldes a Dezembro de 1975 e atribui-se a sua efectivação, também, a um reforçar da amizade e da cooperação com a Cooperativa Pirâmide. Por outro lado, apresenta-se o *Renascimento Rural* como um dos três vértices de um triângulo ainda composto por *A Urtiga* e pela colecção *Viver é Preciso*. Aliás, como vimos, em determinado momento do processo de criação desta experiência prática, «chegámos a anunciar o lançamento de uma associação ecológica *Viver é Preciso*, e muitos nos manifestaram a sua adesão de princípio. Essa associação tentou arrancar com uma base em Lisboa. Mas nós, provincianos incorrigíveis, não atinámos com os meandros lisboetas. Por isso, regressámos à nossa base rústica»³⁰⁸. Deste modo, esse projecto associativo era agora integrado no Centro de Renascimento Rural.

O artigo serve ainda para informar que o acampamento de Verão se estenderia até 15 de Outubro, sendo apenas necessário avisar com antecedência a data de chegada e o período de permanência, levar uma tenda e 60\$00 por dia para a alimentação. Anunciavam-se também os próximos acampamentos, a decorrer na Páscoa e no Verão de 1979. Por fim, faz-se ainda um agradecimento a «WISE (Amsterdam) – pela documentação e apoio enviados. Leonardo Verde – pelo apoio e pelo donativo financeiro. Pirâmide – por tudo»³⁰⁹.

Contudo, é apenas na edição de *A Urtiga* de Novembro/Dezembro de 1978 que o relato dos trabalhos desenvolvidos no acampamento de Verão desse ano é feito mais pormenorizadamente e anuncia-se ainda que, ao contrário do que fora dito anteriormente, o acampamento não encerraria a 15 de Outubro, antes se prolongariam ininterruptamente os trabalhos. Nesse Verão de 1978, os trabalhos terão arrancado a 25 de Julho, depois da chegada de Filipe e de Kees. Segundo a descrição apresentada, o terreno é escarpado, de difícil acesso e coberto por uma densa mata. Ora, «primeiro paradoxo a enfrentar: o desejo de construir o Centro para incentivar a harmonia com a natureza vai levar-nos a ter que destruir a esteva e a urze, para que possamos ao menos ver o chão que pisamos»³¹⁰. Identifi-

³⁰⁶ Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

³⁰⁷ «Renascimento Rural – Um Projecto de Longo Fôlego». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 32.

³⁰⁸ «Renascimento Rural – Um Projecto de Longo Fôlego». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 32.

³⁰⁹ «Renascimento Rural – Um Projecto de Longo Fôlego». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 32.

³¹⁰ «Renascimento Rural – Um Projecto de Longo Fôlego». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 5.

cam ainda o forte calor de Agosto como outro dos obstáculos com que se depararam e que obrigaram à alteração dos planos iniciais. Por exemplo, o local onde iniciaram a terraplanagem era tão pedregoso e árduo que impedia a prossecução dos trabalhos. Além da participação de elementos ligados à *Alternativa*, estiveram também no acampamento membros do boletim *Frente Ecológica*, aos quais coube a tarefa de «apanhar, reunir e transportar toda a casta de pedras, de todo o tamanho e feitio»³¹¹ que encontrassem no terreno. Esta opção, além de mais económica, ia ao encontro do princípio de utilização de materiais locais e simples, logo de harmonia com a natureza. De acordo com Franklim Pereira, terão participado nestes campos de trabalho entre vinte a trinta pessoas. Importa ainda realçar que «não havia casas-de-banho, nem água corrente, nem sequer um rio. Era acampar no meio do monte e passar o dia todo empoeirado»³¹².

No sentido de fazer um balanço das primeiras actividades e de captar apoios financeiros e editoriais para *A Urtiga* e para o Centro de Renascimento Rural, a 28 de Dezembro de 1978 realizou-se um jantar no restaurante Espiral, Lisboa. Esse espaço passava também a funcionar como ponto de contactos e de difusão da revista e de Renascimento Rural³¹³ na capital.

No sexto número de *A Urtiga*, Pedro Cavaco escreve sobre o Centro de Ecologia e Alternativas Renascimento Rural. Começa por anunciar que o acampamento da Páscoa de 1979 teria dez dias de duração e um número limitado de participantes e que os de Verão seriam de quinze dias de duração entre os dias 15 de Julho e 15 de Outubro. Dá ainda nota de que havia sido publicado, em Dezembro, o primeiro número do boletim informativo do Centro. Passa então a caracterizar o espírito que subjaz à iniciativa e que está presente em todos os participantes, que são «guiados pelo próprio movimento do percurso, ou seja pelos passos que vamos dando, e seu eco no meio envolvente»³¹⁴. Por outro lado, reafirma o objectivo de compreensão das tradições locais e da sua aplicação nos trabalhos a desenvolver no Centro – daí a utilização prioritária das rochas locais, dos adobes e argilas e da utilização mínima de metais. Assume ainda a tendência do grupo «para a auto-suficiência, para a independência, relativamente à comunidade em que vivemos, pois não queremos nem consumir aquilo que nos fornece (de maneira geral), nem queremos produzir nas condições em que ela produz»³¹⁵, admitindo, contudo, que os constrangimentos da realidade podem obrigar à utilização, que se procurará que seja mínima, de materiais de origem industrial.

O suplemento *Pela Vida* noticia a realização, por altura do Carnaval de 1979, de um encontro nacional de amigos do Renascimento Rural, em Évora – «o objectivo deste encontro é oferecer uma alternativa às reuniões apressadas e teorizantes pouco propícias a bons contactos humanos [...]. Por vezes não podemos fugir a esse tipo de reuniões... mas podemos organizar outro tipo de encontros!»³¹⁶.

³¹¹ «Renascimento Rural – Um Projecto de Longo Fôlego». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 5.

³¹² Entrevista a Franklim Pereira, 15 de Abril de 2015.

³¹³ «Renascimento Rural: Próximas Actividades». *Pela Vida*, n.º 10, Novembro/Dezembro de 1978, p. 1-2.

³¹⁴ CAVACO, Pedro – «Renascimento Rural. Pirâmide». *A Urtiga*, n.º 6, Janeiro/Fevereiro de 1979, p. 10.

³¹⁵ CAVACO, Pedro – «Renascimento Rural. Pirâmide», p. 11.

³¹⁶ «Noticiário Nacional. Carnaval Ecológico – Encontro em Évora». *Pela Vida*, n.º 11, Janeiro/Fevereiro de 1979, p. 1.

Do programa deste encontro constavam sessões sobre comunicação, alimentação, ioga tibetano, artes marciais, agricultura biológica, trabalho do couro, movimentos não-violentos, objecção de consciência e anti-militarismo. No convite, desafiavam-se ainda os participantes a lançar os temas que gostassem de ver debatidos e a partilharem «saberes, técnicas ou experiências que possuam com os outros»³¹⁷.

Por fim, informa o suplemento da *Gazeta das Caldas*, discutir-se-ia ainda a cooperação entre os diversos movimentos ecologistas nacionais no sentido de elaborarem um plano conjunto para assinalar o Dia Antinuclear Mundial e o Dia Internacional do Sol.

Na sequência deste Carnaval Ecológico e do acampamento da Páscoa de 1979 – em que terão participado, de acordo com Franklim Pereira, cerca de vinte pessoas –, é publicado, em Junho de 1979, o terceiro número do boletim informativo do Centro de Renascimento Rural. Nele se dá conta de que o Centro dispõe de um tear e que continua a produzir artesanalmente carteiras, sacos e sandálias em couro, servindo as vendas como meio de financiamento das actividades. Por outro lado, o boletim informa que, antes da Páscoa, se havia já retomado a construção da primeira casa – em pedra e argila. Anuncia ainda que na primeira semana de Agosto, e englobado no programa dos acampamentos de Verão, decorrerá no Centro um seminário sobre agricultura biológica. Por fim, reiteram que «em qualquer altura do campo de trabalho [...] estaremos abertos também a ‘fazer algo’ com os rudimentos da macrobiótica, cabedal, energia vital, massagem... e abertos também à aprendizagem»³¹⁸.

No final de 1979, José Carlos Marques regressa ao Brasil e o Centro de Renascimento Rural fica entregue à direcção de Pedro Cavaco, Franklim Pereira e Cristina Carmo, tal como *A Urtiga*. Franklim Pereira acabará também por abandonar o país, primeiro, rumo à Holanda e, depois, à Índia. Tanto a revista como o Centro, sobretudo este, entram, então, numa actividade mais irregular. Como realça José Carlos Marques, «o grupo era muito jovem [...]. Alguns não tinham ainda vinte anos. Cada um foi sofrendo a sua evolução pessoal e cada um reagiu de forma diferente à evolução. Alguns acabaram por formar um grupo mais estruturado em volta do budismo tibetano»³¹⁹, outros, decorrência da vida, terão sido obrigados a privilegiar o estudo ou o trabalho.

Assim, quando, em 1981, José Carlos Marques regressa a Portugal e a Barão de São João, já só lá estariam Pedro Cavaco e a sua família. As últimas referências ao Centro surgem-nos pela mão de José Carlos Marques, em artigo publicado em *A Urtiga*, onde se anuncia que, depois de cerca de um ano de inactividade, se estava a procurar reactivar gradualmente os trabalhos. O autor esperava «poder enviar, até Outubro próximo, informações mais pormenorizadas aos elementos da nossa rede de amigos»³²⁰. A revista não mais falará do Centro e as fontes não permitem fixar, com exactidão, a data de encerramento desta experiência ecológica pioneira no nosso país.

³¹⁷ «Noticiário Nacional. Carnaval Ecológico – Encontro em Évora». *Pela Vida*, n.º 11, Janeiro/Fevereiro de 1979, p. 1.

³¹⁸ «Boletim Informativo Renascimento Rural». *A Urtiga*, n.º 7, Agosto/Setembro de 1979, p. 26.

³¹⁹ Entrevista a José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

³²⁰ MARQUES, José Carlos – «Renascimento Rural». *A Urtiga*, n.º 14, sem data, p. 59.

4.3. ENERGIAS ALTERNATIVAS E UTOPIAS URBANÍSTICAS

Neste campo, é incontornável o contributo de A. Jacinto Rodrigues, professor da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto e produtor de pensamento sobre urbanismo, energias alternativas e métodos de construção alternativos desde 1974. Sendo também um dos membros fundadores do GAIEP, organizou, em 1975, um seminário intitulado *Utopia*, na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, onde se incluíam temas como o efeito estufa e formas de energia obtidas directa ou indirectamente a partir da irradiação solar.

No seu primeiro número, a *Alternativa* faz eco de um texto elaborado pelo GAIEP, sob solicitação do Cine-Clube do Porto, em Janeiro de 1976, no qual se defendem «como objectivos imediatos: preservação dos ecossistemas, reciclagem de matérias-primas, alternativas energéticas (sol, vento, marés, gás metano), tecnologias leves de produção»³²¹.

Nesse mesmo número, Jacinto Rodrigues relata a evolução do grupo que com ele trabalhava na Escola Superior de Belas-Artes do Porto em direcção à realização de experiências práticas que envolviam não só a Escola como a área envolvente – «uma vontade de realizar na prática impunha-se para a ruptura com a passividade da escola burguesa»³²².

Ainda na mesma edição da *Alternativa* encontramos um artigo que faz a apologia da energia solar. Nela se vê a fonte energética do futuro por excelência, não só pelo que, em potência, poderia produzir como por ser uma energia limpa. Também nessa perspetivação futura de um mundo alimentado a energia solar encontramos uma certa dose de romantismo:

*A utilização fundamental da energia solar modificaria o ritmo de vida. A transformação de energia solar em energia eléctrica [...] diminuiria a velocidade normal de deslocação, e o prazer das longas viagens viria de novo ao de cima. [...] As bombas de gasolina desapareceriam dando lugar a centros para carregar baterias que seriam p. ex. novas pequenas vilas onde se passaria uma noite, enquanto a bateria carregava, através de uma eólica ou de uma pequena barragem*³²³.

Em editorial da sua revista, o GAIEP defendia a recusa do progresso tecnológico assente num consumo energético ilimitado e advogava ainda a descentralização dos centros produtores de energia – reduzindo-lhes também assim a dimensão – e o aproveitamento de fontes energéticas alternativas e não poluentes³²⁴. Esta visão descentralizadora dos centros de produção será a de muitos dos que se oporão à via da energia nuclear para Portugal, como vimos no capítulo anterior.

Do ponto de vista de modelos e técnicas de construção alternativos, o núcleo da ESBAP parece ter, pelo menos numa primeira fase, privilegiado o estudo prático das opções que os *domes* e os *zomes* possibilitavam. Além de poderem ser fabricados com métodos e materiais simples, eram «susceptíveis

³²¹ GAIEP – «O Futuro nas nossas mãos». *Alternativa*, n.º 1, Fevereiro de 1976, p. 5.

³²² RODRIGUES, Jacinto – «Da teoria à prática na E.S.B.A.P.». *Alternativa*, n.º 1, Fevereiro de 1976, p. 8.

³²³ «A Energia Solar e a Arquitectura». *Alternativa*, n.º 1, Fevereiro de 1976, p. 9.

³²⁴ «Editorial». *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 2.

de serem utilizados numa perspectiva de auto-construção ou de ‘soft-construção’, isto é, utilizados sem grandes infra-estruturas técnicas nem competências sofisticadas»³²⁵. O artigo citado é enriquecido por duas páginas onde são dadas indicações técnicas e ilustradas relativamente à construção dos *domes*.

Nessa edição da publicação do Grupo há ainda espaço para a defesa de uma fonte energética alternativa. Falamos do gás metano. Neste caso concreto, relata-se uma experiência conduzida em Segerém, Vila Nova de Cerveira, pelo médico veterinário Jaime Morgado. Dono de uma propriedade agro-pecuária na referida localidade, Jaime Morgado acumulava o estrume, proveniente da exploração pecuária, numa cuba e submetia-o a um processo de tratamento tendente à libertação do gás metano resultante da fermentação. Este entrava, depois, num sistema de canalização e era utilizado no «fogão da cozinha, iluminação e esquentador [...] sem necessidade de quaisquer aparelhos intermediários»³²⁶. A simplicidade do método de produção e a sua aplicabilidade em meio rural são os argumentos principais para o autor do artigo sugerir esta experiência como um caso exemplar e inspirador, devendo ser levada «a cabo autonomamente ao nível de pequenas comunidades ou aldeias que as poderão programar em função das suas necessidades energéticas»³²⁷.

Ainda no ano de 1976, e sem que tenhamos conseguido datar com mais precisão o documento, Jacinto Rodrigues elabora uma proposta de dinamização da cooperativa *Árvore* através da participação do GAIEP. Nela se defende a criação, no espaço da cooperativa, de um bar dietético, de um mercado ecológico, de uma creche comuna e de actividades ligadas à bioenergia e animadas pelo GAIEP³²⁸. Esta proposta, além de revelar os projectos que Jacinto Rodrigues entendia pertinentes para o Grupo, demonstra ainda um esforço de articulação do colectivo ecologista com outras associações portuenses – vimos já o contacto recebido de uma brigada SAAL, o grupo de apoio às escolas do GAIEP e o comunicado escrito a pedido do Cine-Clube do Porto.

O longo hiato registado entre a publicação do segundo e do terceiro números de *Alternativa* implica, também, que aqui não possamos fazer uma análise mais rica dos desenvolvimentos. Contudo, em Outubro de 1977, em editorial anunciando o nascimento da Cooperativa Pirâmide, enuncia-se como um dos objectivos dessa associação «a utilização de fontes de energia não poluentes e naturalmente renováveis»³²⁹.

As propostas de reformulação utópica da sociedade, do espaço e da escola prosseguem também nesta edição da revista. Em artigo não-assinado, explana-se o projecto do grupo da ESBAP para reformular e revitalizar a sua Escola. Pretendiam ver aí nascer um «novo mundo poético onde a comunidade social aparece construindo uma nova sociedade sem exploração e onde o socialismo se

³²⁵ «Domes». *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 7.

³²⁶ «Aproveitamento do Gás Metano». *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 10.

³²⁷ «Aproveitamento do Gás Metano». *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 11.

³²⁸ RODRIGUES, Jacinto – *Proposta: Dinamização da Cooperativa Árvore através da participação do G.A.I.E.P. como sócio colectivo*. Disponível em: http://www.mediafire.com/view/3jp2k1xp60b6off/Proposta_Dinamiza%C3%A7aoCoopArvore_1976.pdf [consultado em 3 de Fevereiro de 2016].

³²⁹ «Cooperativa Pirâmide: do nascimento ao renascimento». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 1.

identifica também com criatividade, ludismo e ‘direito à preguiça’³³⁰. Entendiam que este projecto conduziria à desescolarização da escola e da sociedade – na linha do pensamento desenvolvido por Ivan Illich – e que poderia ainda transformar uma pequena fábrica existente nas imediações num «laboratório de experiências ecológicas para a realização de tecnologias leves»³³¹.

Um mês depois, em volume organizado por José Carlos Marques, a colecção *Viver é Preciso* dedica o seu décimo volume às tecnologias alternativas. Maioritariamente composto de artigos internacionais traduzidos para o português, *Tecnologia de Aldeia, Tecnologia do Futuro* contém também três textos sobre experiências energéticas alternativas em Portugal. Por um lado, recupera as histórias de Jaime Morgado, e do seu aproveitamento de gás metano em Vila Nova de Cerveira, e da população de Maljoga que começou a produzir energia eléctrica a partir da força das águas da ribeira local. Por outro lado, anuncia a construção de um esquentador solar, ao serviço de um chuveiro comunitário, no Bairro da Liberdade, Lisboa³³².

Também sobre o aproveitamento da energia solar informa a edição de Fevereiro de 1978 do suplemento *Pela Vida*. Noticiavam-se os estudos da Direcção Geral das Construções Escolares e da Direcção Geral das Construções Hospitalares com o intuito de saber da rentabilidade do uso da energia solar para o aquecimento de água em estabelecimentos de ensino e de saúde, respectivamente³³³.

Nesse mesmo mês, o primeiro número de *A Urtiga* consagra três artigos às energias alternativas. Num deles, assinado por Jorge Lucas Leitão, explica-se o processo de fabrico e utilização de um relógio solar³³⁴ – esta rubrica tem continuação no número dois de *A Urtiga*. Noutro, dá-se conta da constituição, em Évora, de um núcleo «de experiências e pesquisas sobre o gás metano»³³⁵. Contudo, o mais esclarecedor consiste numa entrevista, realizada por Carlos Pissarro, ao inventor Agnelo David. Residente em Almeirim, Agnelo desenvolveu um protótipo para o aproveitamento da energia das ondas, «inspirando-se precisamente nas características da costa portuguesa à altura de Peniche»³³⁶. A entrevista centra-se, sobretudo, na invenção, no seu funcionamento e nos resultados que esta possibilitava. Mais, Agnelo David afirma mesmo que a verba destinada à construção da primeira central nuclear portuguesa permitiria a construção de trinta centrais ondomotrizas.

Em Maio de 1978, e dando força à ideia que vinha sendo já desenvolvida, a colecção *Viver é Preciso* dedica um volume ao aproveitamento do Gás Metano. Em nota introdutória, José Carlos Marques afirma que

a produção de gás metano é uma das tecnologias energéticas que maior interesse oferece para os países ditos ‘pobres’. A raiz desse facto encontra-se na confluência de aspectos básicos para o desenvolvimento que a produção põe em acção. Com efeito, ela implica uma articulação entre a

³³⁰ «Da Necessidade da Utopia». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 12.

³³¹ «Da Necessidade da Utopia». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 13.

³³² «Tecnologia Solar em Portugal?». In MARQUES, José Carlos (org.) – *Tecnologia de Aldeia, Tecnologia de Futuro*, p. 36.

³³³ «Noticiário». *Pela Vida*, n.º 4, Fevereiro de 1978, p. 3.

³³⁴ LEITÃO, Jorge Lucas – «Ao Ritmo do Sol – O Relógio de Sol». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 11-14.

³³⁵ «Na Onda Verde». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 34.

³³⁶ PISSARRO, Carlos – «Em Peniche: Energia sim, mas...das Ondas!!». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 18.

*agricultura, a pecuária, o saneamento básico, a engenharia, a arquitectura, a gestão dos lixos, a organização social das aldeias e aglomerados rurais*³³⁷.

Deste número fazem parte, maioritariamente, artigos e entrevistas publicados originalmente na revista *The Mother Earth News*, sendo ainda indicados um conjunto de referências bibliográficas para que os interessados possam aprofundar os seus conhecimentos relativamente à utilização do gás metano como fonte energética.

Ainda relacionada com o gás metano, surge uma nota da redacção de *A Urtiga* a uma banda desenhada, publicada no seu quinto número, em que se pode ler que «com a crise energética e económica, a merda, quer sob a forma de fertilizante para a agricultura, quer sob a forma de gás metano para produção de energia, já vale ouro»³³⁸.

Na edição de Abril/Maio de 1979, *Pela Vida* dá-nos conta da criação da Sociedade Portuguesa de Energia Solar, cujos objectivos passavam pela realização de testes e pela divulgação dos vários aproveitamentos energéticos que a energia solar permitia³³⁹. Em Janeiro de 1980, de acordo com a mesma publicação, era criada a Associação Regional de Energias Alternativas de Évora³⁴⁰.

Em 1980, Jacinto Rodrigues publica *Ecologia*, uma longa antologia de textos seus. Para os objectivos deste trabalho, interessa-nos analisar, sobretudo, dois deles. O primeiro versa sobre a sua concepção de Eco-Desenvolvimento. Assim, o primeiro passo, para o autor, é pôr de lado e desmistificar a noção de progresso que reinava no pensamento dominante. Simultaneamente, havia também que contribuir para que a discussão sobre o progresso almejado não oscilasse entre uma certa visão de modernismo e uma outra de regresso ao passado e de recusa total do que a sociedade industrial produziu – «ao defendermos o eco-desenvolvimento temos que nos precaver com esta mentalidade metafísica, deixar de confundir a concepção ideológica com tradicionalismo arcaico, de apodar a concepção eco-desenvolvimentista de visão retrógrada do mundo»³⁴¹.

Deste modo, caracteriza o eco-desenvolvimento em seis eixos fundamentais: descentralizar para desenvolver; utilização de energias alternativas e limpas; utilização de materiais inesgotáveis e não poluentes; complementaridade entre trabalho manual e intelectual, diminuição do tamanho das unidades de produção, utilização de técnicas artesanais e uma especialização mínima dos indivíduos e das unidades de produção; comunitarismo e complementaridade entre populações urbanas e rurais; reduzir o consumo ao essencial e produzir em função desse limite³⁴².

No outro texto mencionado, Jacinto Rodrigues dedica-se a destruir essa visão arcaísta e passadista que se pretendia colar aos ecologistas. Num registo muito crítico da população e irónico, refere-se assim às pessoas que desvalorizam as reivindicações e preocupações ambientalistas:

³³⁷ MARQUES, José Carlos – «Nota sobre o Presente Volume». In MARQUES, José Carlos (org.) – *Gás Metano*, p. 2.

³³⁸ «Merda Humana: O 'Ouro Castanho'». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 17.

³³⁹ «Criada a Sociedade Portuguesa de Energia Solar». *Pela Vida*, n.º 13, Abril/Maio de 1979, p. 1.

³⁴⁰ «Criada a Associação Regional de Energias Alternativas de Évora». *Pela Vida*, n.º 15, Janeiro de 1980, p. 1.

³⁴¹ RODRIGUES, 1980: 60.

³⁴² RODRIGUES, 1980: 65-66.

E muitos desses carneiros couraçados, pestiferados, a querer acreditar no cacique, no delegado, no deputado... sempre a mesma tutelação, a mesma dependência anal, o mesmo desejo sado-masoquista. Desde verdes anos, nos inculcaram à palmada, à palmadinha, ou com santinhos ou rebuçados de perfídia chantagem, esse modo de existir.

[...] Não queremos pôr moinhos de vento na Torre dos Clérigos, nem aquecedores solares nos pináculos da Câmara Municipal!

[...] Mas há sempre alguém que resiste. A resistência hoje é esmagar o apocalipse que se avizinha.

O apocalipse é o genocídio nuclear. É a cancerização do organismo humano, é o cancro urbano da poluição, do ruído, da destruição da natureza.

[...] Não seremos rebanho de alguns pastores. Somos nós inteiros, íntegros. Orientaremos a nossa passada sem guias nem caciques. Isto será o ecossocialismo autogestionário³⁴³.

Não obstante o tom duro que é empregue contra aqueles que criticam as posições dos ecologistas, que não as acompanham ou que as não compreendem, o escrito termina num registo de firme confiança de que cada vez serão mais, e mais libertos, os que caminharão lado a lado para evitar o apocalipse que os ambientalistas vinham anunciando. Por outro lado, a concepção ecossocialista autogestionária de Jacinto Rodrigues, nesta cronologia, vai já em contraciclo com aquilo que os mais activos ex-membros do GAIEP, e as suas publicações, vinham defendendo.

Como se depreende da ausência de referências à revista *A Urtiga*, também a década de oitenta significou uma diminuição do peso das energias alternativas no conteúdo editorial da publicação. Ainda assim, na edição de Agosto de 1981, é divulgada a notícia da criação, a 19 de Março desse ano, da Associação Regional Norte da Sociedade Portuguesa de Energia Solar. Esta secção da Sociedade Portuguesa de Energia Solar, contudo, teria um âmbito mais abrangente e estudaria também aplicações relacionadas com a energia eólica, a biomassa, a energia hídrica e a energia ondomotriz³⁴⁴.

Serão sobre o mar os dois últimos artigos que esta revista publicará em torno da temática das energias alternativas, ambos da autoria de Eugénio Silva. No primeiro, correlaciona-se o mar com os recursos petrolíferos e com a produção de energia nuclear – esta última através da relação do mar com o funcionamento das centrais (arrefecimento e libertação gases quentes), dos navios e submarinos atómicos e do mar como possível fonte de urânio³⁴⁵.

No segundo artigo, Eugénio Silva dedica-se a abordar as várias possibilidades de produção energética relacionadas com o mar: vento, marés, térmica marinha e vagas marítimas. Conclui, portanto, pelo manancial de potencialidades que da exploração dessas energias pode advir. Contudo, adverte para o elevado preço das instalações necessárias a essa produção, para o número limitado de locais de construção dessas unidades e para o perigo ecológico dessas explorações causarem desequilíbrios biofísicos nos locais de implantação³⁴⁶.

³⁴³ RODRIGUES, 1980: 94-95.

³⁴⁴ «Associação Regional do Norte da Sociedade Portuguesa de Energia Solar». *A Urtiga*, n.º 12, Agosto de 1981, p. 52.

³⁴⁵ SILVA, Eugénio – «O Mar e a Energia». *A Urtiga*, n.º 16, Março de 1983, p. 10.

³⁴⁶ SILVA, Eugénio – «A energia e o mar». *A Urtiga*, n.º 17, Maio de 1983, p. 22.

4.4. POLUIÇÕES, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Facilmente seríamos levados a crer, por antecipação, que o movimento ecologista dedicava parte considerável do seu discurso à denúncia de problemas e crimes ambientais que assolavam o país. Mais, partimos para este trabalho com a convicção de que a imprensa do movimento consagraria a essa denúncia um peso relevante. Contudo, a verdade dos factos não é essa. Como veremos, não serão tão abundantes quanto seria expectável as referências a problemas ambientais concretos. Parte da explicação parece residir na visão ideológica que o grupo, e suas posteriores ramificações, tinha do ambientalismo.

Logo no primeiro número de *Alternativa* encontramos uma crítica aos ‘ambientalistas’ que se limitam a lutar contra as ‘poluições’, ignorando (ou querendo ignorar) a verdadeira origem do mal. Para tal, apresentam publicamente, quando não por via governamental, métodos anti-poluição que rapidamente se põem por outras formas ao serviço desta, perpetuando-a³⁴⁷. Ainda assim, nessa edição da revista, reproduzem-se três notícias sobre flagelos ambientais: a degradação do rio Coura, a poluição gerada pela cimenteira de Souselas e o impacto ambiental da construção do porto de Sines.

Em Abril de 1976, no segundo número da publicação do GAIEP, reproduz-se uma notícia, do *Expresso*, que dá conta da luta do povo do Alviela contra a poluição do seu rio e publica-se uma proposta de «Estatuto de Protecção para os Rios». Defende-se a «urgência de se estabelecer um *Estatuto de Protecção* para certos rios, cujo interesse comunitário seja evidente e que ainda estejam a tempo de serem protegidos»³⁴⁸ e especificam-se as condições necessárias para os rios receberem esse Estatuto de Protecção. A título de exemplo, identificam ainda o rio que, no Norte do país, em melhores condições estaria e que mais necessidade teria de receber este Estatuto: o rio Cávado.

No editorial da terceira edição de *Alternativa* volta-se a questionar o aproveitamento mediático da temática da poluição: «a ecologia é agora a grande presa. Nos ministérios fala-se em poluição, fala-se em ecologia nas escolas, na imprensa. [...] A tática é a seguinte: confina-se a ecologia a mais uma definição estática e abstracta. Arranjam-se os especialistas da especialidade e especificam-se os domínios específicos. [...] A ecologia restringe-se aos fenómenos da poluição»³⁴⁹.

Este número da revista traz ainda um artigo de Júlio Castro sobre os *sprays*, que então se massificavam para os mais diferentes usos, e sobre o seu impacto na camada do ozono³⁵⁰.

Em Fevereiro de 1978, no primeiro número de *A Urtiga*, José Carlos Marques escreve sobre a acção que vinha sendo movida pela Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela. Relata as implicações que a poluição do rio tinha nas populações locais – inclusive casos de febre tifóide, de hepatite e de esterilidade e abortos. Classifica o Alviela como um monstro, e «esse monstro chama-se poluição, que é outra maneira de chamar à ambição de lucro, à exploração do semelhante, à incúria e crueldade

³⁴⁷ «O Futuro nas nossas mãos». *Alternativa*, n.º 1, Fevereiro de 1976, p. 5.

³⁴⁸ «Estatuto de Protecção para os Rios». *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 20.

³⁴⁹ «Editorial: O Novo Arranque». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 2.

³⁵⁰ CASTRO, Júlio – «A Destruição da Camada do Ozono...pelo gás de impulsão dos sprays». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 6-7.

humanas»³⁵¹. E em quanto tempo se teria chegado a esta situação de quase morte do próprio rio? Segundo José Carlos Marques, foram precisos menos de vinte anos. Antes, as águas do rio Alviela eram límpidas e, no Verão, as pessoas usavam-nas para se banharem. Contudo, as 120 fábricas que por ali se foram instalando e as suas constantes descargas de efluentes nocivos à vida fluvial destruíram o rio. O artigo tem, parece-nos, um objectivo central que passa por dar o exemplo da Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela, de modo a ser seguido por todas as populações ribeirinhas que vêem as suas águas inquinadas e poluídas. Assim, «um dia uma federação de ‘associações populares ecológicas’ poderá ser suficientemente forte para lançar um novo programa e uma nova palavra de ordem: ‘Fora da nossa terra com as vossas indústrias poluidoras, venenosas e mortíferas!’»³⁵².

Nessa mesma edição de *A Urtiga* anuncia-se ainda que está em fase de produção um documentário, por um grupo de Aveiro, sobre a poluição e destruição do rio Vouga³⁵³. Também no distrito de Aveiro se haveria de formar a Comissão Pró-Associação Contra a Poluição da Portucel-Cacia, com o objectivo de lutar contra a contaminação das águas, do ar e dos solos que esta fábrica gerava³⁵⁴.

No seu segundo número, *A Urtiga* inicia uma série de quatro artigos, noutras tantas edições da revista, em que aborda a poluição na sua implicação de classe. São, sobretudo, textos traduzidos, mas pela originalidade, à época, dessa posição em Portugal, interessa aqui determo-nos um pouco nas concepções veiculadas. Até porque procuram fazer da luta ambientalista e da luta anti-poluição uma causa primeira ou, pelo menos, integrante dos cadernos reivindicativos da classe operária.

Assim, em Maio de 1978, noticiam-se as lutas operárias italianas das quais também fizeram parte reivindicações ambientais e dois textos brasileiros. Num deles, procura-se contrariar o argumento de que «as fábricas não podem fechar por que os operários ficariam desempregados, criando um grave problema social»³⁵⁵. No outro, é feita a defesa de que a poluição é mais sentida pelos operários – pelo trabalho directo com a fonte de poluição, por as zonas residenciais mais baratas serem também as que menos espaços verdes têm e as que piores condições de habitabilidade e salubridade têm³⁵⁶.

Em Julho de 1978, enaltece-se o exemplo das greves verdes na Austrália e do seu sindicalismo ecológico. Citam-se ainda outros exemplos deste tipo de sindicalismo vindos do Japão e dos Estados Unidos da América³⁵⁷. O caso deste último país será abordado na edição da revista de Setembro/Outubro de 1978³⁵⁸ e discute-se ainda o papel da ecologia no mundo operário. Além da crítica aos que «peroram com ar enfatiado: ‘a contestação ecológica só raramente penetra no interior das fábricas’»³⁵⁹

³⁵¹ MARQUES, José Carlos – «A CLAPA faz frente ao monstro do Alviela». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 22.

³⁵² MARQUES, José Carlos – «A CLAPA faz frente ao monstro do Alviela». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 23.

³⁵³ «Na Onda Verde». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 34.

³⁵⁴ «Noticiário». *Pela Vida*, n.º 6, Abril/Maio de 1978, p. 4.

³⁵⁵ SILVA, Carlos Eduardo Lins da; JÚNIOR, Fausto Lourenço Gomes; RIOLINO, Regina Fadel – «A Saúde ou o Emprego?». *A Urtiga*, n.º 2, Maio de 1978, p. 12.

³⁵⁶ SILVA, Carlos Eduardo Lins da – «A Poluição é Sentida por Todos, Mas por Alguns com Mais Intensidade». *A Urtiga*, n.º 2, Maio de 1978, p. 13.

³⁵⁷ «Sindicalismo Ecológico: Greves Verdes na Austrália». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 3-5.

³⁵⁸ «Operários Americanos contra a Fábrica Poluidora». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 7-8.

³⁵⁹ «Poluição: Dentro ou fora das Fábricas?». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 7.

e aos que acusam os ecologistas de esquecerem, frequentemente, nas suas reivindicações a necessidade e a prioridade da colectivização dos meios de produção, serve este artigo para afirmar que os ambientalistas estão em perfeita harmonia com as aspirações operárias – como o comprovam as lutas dos «metalúrgicos italianos e brasileiros, os trabalhadores australianos da construção civil e os operários ingleses da Lucas Aerospace, os operários norte-americanos»³⁶⁰.

Por fim, no seu quinto número, *A Urtiga* parte de uma questão colocada por um participante numa sessão de esclarecimento sobre as actividades do Centro de Renascimento Rural para explicar o papel da ecologia no contexto revolucionário que se queria reanimar no país – «deparámos por parte de um deles [assistentes] com uma pergunta, [...] que, embora expressa numa intrincada teia de conceitos, trocada em miúdos queria dizer o seguinte: “Tudo isso é muito bonito, mas que interesse tem isso para a Revolução?”»³⁶¹. Critica-se a postura dos *progressistas* que esperam a chegada da revolução socialista, mas que até lá nada mudam no seu modo de vida, que esperam que a sociedade mude e que a burguesia seja destruída, mas que nada fazem para destruir a dependência que elas próprias têm da sociedade capitalista. Estes não compreenderiam, então, as alterações que se estavam a processar no movimento operário e a sua progressiva consciencialização para a urgência da luta ambientalista, como o anunciavam os exemplos estrangeiros enunciados no parágrafo anterior.

A partir desta data, a denúncia de casos de poluição e a reflexão classista dos problemas e da luta ambientais deixam de ter repercussão nos órgãos de imprensa ecologistas, correspondendo a um novo rumo que abordámos já no decorrer deste trabalho.

4.5. ANTI-MILITARISMO E OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA

4.5.1. – *O que se escreveu*

O antimilitarismo andou, no pensamento ecologista, sempre a par com as reivindicações anti-nucleares. No rescaldo de uma sangrenta e devastadora Guerra Colonial e no âmagio de uma Guerra Fria que ameaçava aquecer e degenerar em conflito mundial, os ambientalistas sempre pugnaram pelo pacifismo. Por outro lado, o antimilitarismo permitia formar uma frente mais ampla à qual vinham outras franjas da juventude que, eventualmente, se identificavam menos com a ecologia do que com a recusa do Serviço Militar Obrigatório.

Esta atitude de recusa perante o Serviço Militar Obrigatório era escudada legalmente no artigo 41.º da Constituição da República Portuguesa que consagrava o direito dos indivíduos à objecção de consciência. Será a concretização efectiva desse direito a tática escolhida por ecologistas e objectores para levarem a sua agenda antimilitarista por diante.

³⁶⁰ «Poluição: Dentro ou fora das Fábricas?». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 8.

³⁶¹ «Ecologia em Fato Macaco». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 3.

Assim, no terceiro número de *A Urtiga*, inicia-se a publicação de textos advogando a objecção de consciência e incitando os leitores a que a pratiquem. No caso concreto desta edição da revista, é apresentada uma entrevista a Paulo Mil-Homens, objector. Este faz uma breve resenha histórica da objecção de consciência, contabilizando as cerca de 150 mil deserções durante a Guerra Colonial como uma forma de objectar. Afirma que «neste momento, nós estamos tentando divulgar o mais possível esta questão, porque a esmagadora maioria dos jovens que recusam o serviço militar não sabem o que se passa, nem mesmo que têm a hipótese de objectar»³⁶². O entrevistado considera ainda que o relacionamento entre indivíduos no seio do aparelho militar se baseia no autoritarismo e numa disciplina repressiva, o que cerceava a liberdade e a formação de personalidade de cada um. Mais, enquadra esse modo de funcionamento interno num plano mais amplo de condicionamento ideológico que pretende formatar pessoas amorfas e sem espírito crítico ou reivindicativo para depois as inserir no mundo do trabalho já com essa postura submissa aos ditames das hierarquias empresariais. Por fim, fazer parte do exército é estar também contra os trabalhadores e o povo, «porque o exército [...] acaba por ser um órgão de repressão utilizado muitas vezes contra os explorados, maltratando-os ou furando-lhes as greves, defendendo sempre os exploradores que o utilizam com prepotência a seu belo prazer»³⁶³.

A *Alternativa*, na edição do Verão de 1978, junta-se a esta luta e reproduz o artigo 41.º da Constituição da República Portuguesa e publica ainda dois modelos de carta a utilizar por aqueles que desejem declarar-se objectores de consciência.

Fazendo, de certa forma, um ponto da situação, o número 11 de *A Urtiga* considera que reside na objecção de consciência o maior garante de não deflagração de uma terceira guerra mundial, ou de quaisquer outras guerras de âmbito local. Devido à ausência de uma coordenação nacional de esforços no campo objector, a publicação diz desconhecer todas as acções que foram desenvolvidas no país. Realça ainda, valorizando, a tendência que se vinha verificando nos países europeus de consagrar nas suas legislações o direito à objecção de consciência, «em homenagem à corajosa e inalienável liberdade moral exigida pela eminente dignidade da pessoa humana»³⁶⁴. Em Março de 1981³⁶⁵, começava-se a publicar *O Objector*, jornal sediado em Lisboa.

Em Maio de 1983, António Cândido Franco volta ao tema da objecção, considerando que «o interesse, o dogma, uma ideia ou simplesmente uma certa ignorância, e uma certa falta de discernimento têm feito dos homens uma massa amorfa sem vontade própria, destinada a obedecer ao interesse ou à razão de Estado»³⁶⁶. Perante estes interesses ou razões de Estado, devia ser sempre a liberdade do indivíduo e a sua consciência a imporem-se. Deste modo, e respondendo aos que viam na posição objectora uma deserção ou uma cobardia, defende que a objecção é, em primeiro lugar, o

³⁶² «Objecção de Consciência: Luta contra a Militarização». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 14.

³⁶³ «Objecção de Consciência: Luta contra a Militarização». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 14.

³⁶⁴ «Objecção de Consciência». *A Urtiga*, n.º 11, sem data, p. 9.

³⁶⁵ Nesse ano, o Estatuto do Objector de Consciência foi aprovado na Assembleia da República, por larga maioria, com os votos a favor do PSD, CDS, PS, PCP, PPM, ASDI e UEDS e com as abstenções do MDP-CDE e da UDP.

³⁶⁶ FRANCO, António – «Objecção de Consciência, uma perspectiva de Liberdade». *A Urtiga*, n.º 17, Maio de 1983, p. 2.

resultado de uma profunda meditação interna do indivíduo e a concretização de uma «atitude social, humana e altruísta quando recusa as leis que considera anti-sociais e anti-humanas»³⁶⁷.

4.5.2. – *Associação Livre dos Objectores e Objectoras de Consciência*

Na sequência do desejo expresso de uma maior articulação e coordenação entre os objectores de consciência, como vimos no ponto anterior, o décimo primeiro número de *A Urtiga* noticia uma reunião, em Lisboa, que juntou objectores, não-violentos e ecologistas oriundos de Portugal, Espanha, Sri Lanka e Estados Unidos. Nesse encontro foram abordadas as legislações portuguesa e espanhola no que concerne ao direito de objecção de consciência, «coordenação de uma acção cívica, a desmilitarização e a preparação da «marcha da paz 81».

Em Janeiro de 1981, o suplemento *Pela Vida* anuncia a realização, a 10 e 11 desse mês, do I Encontro Nacional de Objectores e Objectoras de Consciência, «com a finalidade de apresentar uma proposta de criação de uma estrutura organizativa nacional, representativa de todos os objectores de consciência, debaterem o projecto de Lei referente ao Estatuto do Objector de Consciência perante o Serviço Militar da autoria de Júlio da Silva e Sousa a enviar à Assembleia da República»³⁶⁸. Nascia a Associação Livre de Objectores e Objectoras de Consciência, impulsionada, sobretudo, por António Elói, Jorge Leandro Rosa, António Franco e Gertrudes Franco.

A esse Encontro dedica também um artigo *A Urtiga* de Agosto de 1981. Além da objecção de consciência, os participantes ter-se-ão ainda debruçado sobre «a vacinação obrigatória, o número nacional de contribuinte – parto, alimentação, saúde, educação e habitação»³⁶⁹. De acordo com a mesma fonte, participaram cooperativistas, objectores, jornalistas e religiosos.

O mesmo número da revista dá ainda conta da integração do Núcleo de Objectores de Consciência do Porto – do qual não temos qualquer outra referência – no grupo ecológico Terra Viva.

A grande realização da Associação Livre de Objectores e Objectoras de Consciência terá sido mesmo a organização de um desfile no Dia Internacional da Paz de 1981. Contudo, esta marcha realizou-se em simultâneo com uma outra que contestava apenas o militarismo norte-americano. Contestando a segunda,

a ALOOC, com o apoio de outros grupos organizou uma chamada de atenção para os mísseis do outro lado e para o desarmamento unilateral, necessário dos dois lados. Um sit-in, em frente aos milhares de marchadores, um sit-in simbólico, com cartazes festivos e flores. Fomos espancados e não foram alguns camaradas com bom senso e sangue, mais sangue teria manchado essa marcha 'soviética' na capital. [...] das agressões vistas e filmadas resultou a constituição de uma comissão parlamentar, onde fomos falar e tivemos ocasião de desenvolver o pensamento não-

³⁶⁷ FRANCO, António – «Objecção de Consciência, uma perspectiva de Liberdade». *A Urtiga*, n.º 17, Maio de 1983, p. 3.

³⁶⁸ «I Encontro Nacional de Objectores e Objectoras de Consciência». *Pela Vida*, n.º 25, Janeiro de 1981, p. 1.

³⁶⁹ FRANCO, António C. – «I Encontro Nacional de Objectores e Objectoras de Consciência». *A Urtiga*, n.º 12, Agosto de 1981, p. 52.

*-violento e a intransigência não-militarista. Deve ter sido a primeira vez que se ouviu Gandhi e Lanza del Vasto no Parlamento*³⁷⁰.

A participação de elementos ligados ao ecologismo, o contributo das publicações ecologistas na divulgação das reivindicações, das acções e da Associação dos Objectores e até a palavra de ordem «Militar? Não, Obrigado!» remetem para uma profunda ligação e articulação com os movimentos ecologistas e para um prolongamento antimilitarista da luta contra a instalação de centrais nucleares em Portugal.

³⁷⁰ ELOY, 1996: 53.

CONCLUSÕES

Por uma questão de organização da informação, a apresentação das conclusões seguirá a ordem das questões de investigação formuladas e explanadas na introdução. Por outro lado, e pelo facto de cremos ter, ao longo dos diversos capítulos, ido apresentando as conclusões relativas a cada um dos objectos de estudo concretos, procuraremos aqui produzir um texto muito sumário em que esses resultados da investigação se reflectam.

A génese do aparecimento do primeiro movimento ecologista portuense está inequivocamente ligada à experiência vivida por José Carlos Marques no exílio no Brasil e em França, sobretudo neste país europeu, e da sua curta passagem, logo após o 25 de Abril, por Lisboa, onde participou nos trabalhos iniciais do Movimento Ecológico Português. É também a José Carlos Marques que se fica a dever a fundação, em Outubro de 1974, da primeira colecção de livros ecologistas em Portugal – *Viver é Preciso*.

Confluem ainda neste esforço fundacional do primeiro colectivo ecológico do Porto, Jacinto Rodrigues e um grupo a si ligado de estudantes da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, que também ganhou e amadureceu a sua consciência ecológica durante o exílio em Paris, e o grupo dirigido por Nuno Gomes Oliveira – o Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem. Se a Jacinto Rodrigues se pode associar uma visão eco-utopista e de experimentação urbanística, energética e arquitectónica, a Nuno Gomes Oliveira e ao NPEPVS está associada uma dimensão conservacionista na linha da que vinha sendo desenvolvida, nos Estados Unidos da América e na Europa, desde os finais do século XIX.

As fontes orais, sobretudo José Carlos Marques, relevam ainda uma possível ligação de alguém relacionado com o Partido Popular Monárquico na marcação do encontro que reuniu, pela primeira vez no Porto, indivíduos com preocupações ambientais. Esta reunião e as que se lhe seguiram permitiram que pessoas com interesses de intervenção comuns, ainda que pudessem divergir em relação às opções ideológicas, se conhecessem, começassem a trocar ideias e a gizar actividades a desenvolver.

Para a percepção deste movimento inicial de formação de um grupo minimamente coeso, foi da maior importância o acesso às cartas/circulares de convocação destas reuniões. Estas permitiram-nos dar conta, como cremos ter ficado patente no II Capítulo, da evolução da discussão no seio do movimento que se ia projectando. Estes documentos são ainda fundamentais por informarem, regularmente, acerca das conclusões das sessões anteriores.

Assim, vão-se percebendo os objectivos traçados colectivamente: participação no I Encontro Nacional de Política Energética, organização de debates, exposições e mostras de filmes que contribuissem para a massificação das preocupações ambientais e para o encontrar de uma linha teórica e de intervenção em torno do qual todos os integrantes do Grupos se pudessem unir. Alcançada esta unidade, definem como passo seguinte actuar sobre os problemas locais, em articulação com os demais movimentos populares existentes.

Debruçam-se também, em documentos internos de trabalho, sobre o modelo social, económico e político que desejam ver implementado em Portugal – um socialismo expurgado dos erros e contradições que entendiam existir na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e que resolvesse harmoniosamente os problemas existentes nas sociedades ocidentais: produção, consumo, antago-

nismo cidade-campo, entre outros. Este seria, no seu entender à data, o único modelo capaz de salvar a humanidade de destruir a Natureza e o Mundo, numa exposição teórica que era já, embora se viesse a acentuar, muito assente em dicotomias, visões pessimistas das actividades e atitudes humanas e que via o futuro da Terra algures entre um cenário distópico ou idílico – no caso de serem adoptadas as propostas ecologistas.

Na esteira do pensamento ambientalista internacional, elegem também a agricultura química como um dos inimigos figadais e ao qual opunham a urgente e incontornável adopção da agricultura biológica ou natural. O nuclear, as poluições, a extinção de espécies animais e vegetais devido à intervenção humana são também outros dos temas que maior atenção merecerão destes primeiros ecologistas portugueses.

No fundo, o Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto nasce com o objectivo de contribuir para a implementação de uma ecolítica, cujo conteúdo vai sendo definido com mais precisão e, também, sofrendo alterações de objectivos – imediatos e de longo termo – a cada novo texto. Sendo esta ecolítica entendida como a única solução viável, ainda que podendo ser considerada utópica, tal a quantidade de mudanças radicais que implicava na sociedade, na produção, no consumo e no quotidiano, para evitar a destruição da Natureza e da vida pela depredação dos recursos naturais exercida pelo capitalismo ocidental e pelos modelos económicos produtivistas ou desenvolvimentistas.

Por fim, recusam-se a apresentar e a fazer da ecologia uma nova ciência, um novo ramo da Biologia e a fecharem-se na redoma das formulações e discussões puramente académicas, antes pretendem ver a ecologia como uma ideologia de transformação social.

Apesar das dissensões em relação ao projecto nuclear português existentes, de acordo com Nuno Gomes Oliveira, entre o Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem e o Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto, no curto período de existência do segundo parece ter existido algum grau de unidade interna e de comunhão de objectivos imediatos – assim o relevam as fontes. Talvez sobre os objectivos de longo-termo, da eco-utopia como modelo político, económico, cultural, social, educativo e de saúde pudessem haver sensibilidades diversas quanto à importância e quanto à formulação dessa alternativa.

Por outro lado, quando conviveram vários grupos cujas ramificações conduziam directamente à cidade do Porto – *Viver é Preciso*, Cooperativa Pirâmide, *A Urtiga* e Renascimento Rural –, a colaboração entre todos os envolvidos nestes diferentes projectos ecologistas é por demais evidente. Aliás, a sintonia de objectivos era tal que, primeiro, a revista *Alternativa* se fundiu com *A Urtiga* e, depois, os membros mais activos da Cooperativa Pirâmide acabaram por se integrar no Centro de Ecologia e Alternativas Renascimento Rural.

Já no plano nacional, e como a IV Coordenadora Ecológica e tentativas subsequentes comprovaram, foi muito difícil conciliar e coordenar os diversos grupos ambientalistas e as respectivas propostas, não obstante terem, conjuntamente, realizado um muito bem-sucedido *Festival Pela Vida e Contra o Nuclear*.

No que concerne às influências que marcaram esta primeira fase do ecologismo português, podem dividir-se em três esferas distintas e que foram tornadas comunicantes: ecologia radical, princípios e práticas associadas ao *New Age* e Macrobiótica. No campo do pensamento ecológico, os nomes mais influentes parecem ter sido os de Rachel Carson, René Dumont, Jean Pignero, Ivan Illich e Michel Bosquet, entre muitos outros nomes que os textos produzidos por elementos do Grupo vão identificando. Devemos ainda destacar a importância que os relatórios do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo tiveram no despertar da consciência ecológica. Na área da macrobiótica, a grande influência é, inequivocamente, Michio Kuchi. No que concerne à busca de uma espiritualidade conducente a uma harmonia com o universo, mais do que autores, buscavam-se exemplos como o de Findhorn (este mais próximo da filosofia *New Age*) ou o da Comunidade da Arca, de Lanza del Vasto. Além destes exemplos de vida comunitária, procuravam-se avidamente conhecer terapias, espiritualidades e práticas orientais que conduzissem ao equilíbrio harmonioso entre corpo e mente e entre indivíduo e Natureza.

Do ponto de vista nacional, parecem ter sido relevantes os exemplos e iniciativas de Afonso Cautela e da Comissão Nacional do Ambiente, assim como a recuperação das experiências energéticas levadas a cabo pelo padre Himalaya.

Também inspirados nos grupos ecologistas radicais estrangeiros, sobretudo franceses, os fundadores do GAIEP não quiseram dar ao colectivo um modelo organizativo demasiado formal. Aliás, essa parece ser característica inerente a todos os projectos ambientalistas que irradiaram do Grupo. Longe de buscarem lideranças fortes ou modelos organizativos demasiado rígidos e estruturados, viam na informalidade e num certo igualitarismo orgânico uma forma de demonstrarem a sua diferença relativamente a outros movimentos sociais, assim como o meio mais eficaz de conseguir concretizar os seus objectivos. Mesmo no relacionamento inter-grupos, é sempre ressalvada a autonomia de pensamento e de acção de cada um dos colectivos envolvidos.

Apesar das várias expressões e iniciativas, o movimento ecologista deste período nunca conseguiu massificar a sua agenda e as suas propostas. Com excepção da população de Ferrel e da luta dos povos do Alviela e do Almonda, a defesa do ideário ambientalista ficou sempre circunscrita a uma pequena elite intelectual e estudantil e daí, também, a explicação para algumas das iniciativas terem saído goradas. Como cremos ter evidenciado ao longo do trabalho, foram várias as razões que impediram a massificação das reivindicações ambientais. Por um lado, a forma como era apresentada a mensagem era pouco acessível a um povo acabado de sair de quarenta e oito anos de ditadura obscurantista e com baixíssimos níveis de literacia. Por outro lado, essa mesma ditadura manteve a larga maioria da população a viver abaixo do limiar da pobreza e sem um mínimo de condições materiais. Assim, as reivindicações populares tendiam a incidir sobre melhorias imediatas das suas condições de vida e a dar pouca atenção a valores pós-materiais. Mais, as características do Processo Revolucionário em Curso e a crise económica que se lhe seguiu – motivando, inclusive, intervenções do Fundo Monetário Internacional em 1978 e 1983 – relegaram para segundo plano a discussão dos problemas ambientais. Deste modo, as características do contexto sócio-económico português e a desadequação

da mensagem ecologista à compreensão e às preocupações populares parecem ter sido os principais obstáculos à generalização da consciência e da reivindicação ecológicas no nosso país.

Uma das grandes realizações dos ecologistas portugueses deste período, pela novidade e pela produção de conteúdos originais, deu-se no campo editorial, destacando-se, na área ecologista as Edições Afrontamento e a Regra do Jogo Edições. A primeira iniciativa a ser lançada foi a coleção *Viver é Preciso*, dirigida por José Carlos Marques, e que, entre 1974 e 1978, editou quinze números, versando sobre agricultura biológica, energia nuclear, crítica à sociedade capitalista e industrial, antagonismo cidade-campo, pacifismo, energias alternativas e antipsiquiatria. O Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto e, a partir de Outubro de 1977, a Cooperativa Pirâmide publicaram, entre Fevereiro de 1976 e o Verão de 1978, cinco números da revista *Alternativa*, sendo o último já muito mais voltado para as questões alimentares e da macrobiótica. Em Fevereiro de 1978, José Carlos Marques fundou outra revista, *A Urtiga*, com a qual a *Alternativa* se fundiria, oficialmente, em Agosto de 1979. *A Urtiga*, com uma grande regularidade até ao final da década de 70, entrará numa fase de menor constância e de menor produção de conteúdos originais a partir de 1980. Ainda assim, foram publicados dezanove números do periódico entre Fevereiro de 1978 e Janeiro de 1985.

Ainda a nível editorial, o Centro de Ecologia e Alternativas Renascimento Rural lançou, pelo menos, três números do seu *Boletim Informativo*. Por outro lado, e também com ligação ao Porto, pela importância que José Carlos Marques teve na sua fundação e pelos artigos que regularmente aí assinava, devemos ainda destacar o suplemento *Pela Vida* do jornal regional *Gazeta das Caldas*. Foi, sem dúvida, o órgão de divulgação ecologista nacional com maior volume de publicações – sessenta e um números entre Novembro de 1977 e Julho de 1986, embora tenha também registado um período de certa inactividade no início da década de oitenta.

Na cidade do Porto, o GAIEP – ou pessoas a ele ligadas – manteve em funcionamento, durante algum tempo, um Centro de Documentação constituído por livros e revistas, assinalou o Dia Mundial do Ambiente, constituiu um Grupo de Apoio às Escolas, promoveu debates e exposições de filmes, participou no I Encontro Nacional de Política Energética com a distribuição de documentos e com intervenções no Encontro e organizou, em parceria com o Instituto Francês do Porto, a exposição ‘Energies Libres’ na Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Nessa instituição de ensino superior, Jacinto Rodrigues, em conjunto com um grupo de alunos, promoveu ainda a construção experimental de domes e zomes. Jacinto Rodrigues foi ainda responsável pela organização, em 1975, do *Seminário Utopia* – onde se abordaram as alternativas energéticas – e por uma proposta de dinamização da Cooperativa Árvore, elaborada em Outubro de 1976, através da participação, como sócio colectivo, do GAIEP.

A actividade local seria prosseguida pela Cooperativa Pirâmide que vendia refeições e produtos macrobióticos e livros e organizou cursos de shiatsu e de auto-massagem. A Pirâmide organizou ainda uma sessão com Lanza del Vasto e um encontro de agricultores interessados na agricultura biológica. A partida dos seus elementos mais activos para Lagos – para participarem na experiência de Renascimento Rural – permitiu aos que ficaram transformar a Cooperativa num centro budista, condição em que se manteria até 1983.

Em Lagos, José Carlos Marques, acolhido inicialmente em Barão de São João, por Deodato Santos, lançou a ideia da primeira experiência de renascimento rural do nosso país e que ganhou forma com o contributo decisivo de elementos como Pedro Cavaco, Anabela Cavaco, Franklim Pereira e, durante algum tempo, Cláudio Coquet, Filipe Rocha e Cristina do Carmo. Em 1978 tinha lugar o primeiro acampamento de Verão, jornada de trabalho voluntário que seria prolongada até ao final desse ano. Como os trabalhos requeriam não só mão-de-obra mas, sobretudo, capital, o grupo empenhou-se em vários encontros com amigos e apoiantes do Centro de Ecologia e Alternativas Renascimento Rural. A mais marcante dessas sessões terá ocorrido em Évora, por altura do Carnaval de 1979, e com um plano de actividades bastante diversificado e rico. Seguir-se-iam mais dois acampamentos – Páscoa e Verão de 1979 – até à partida de José Carlos Marques para o Brasil e a um certo esmorecimento do projecto.

A experiência procurou, na medida do possível, incorporar todos os elementos constantes do ideário ecologista. Assim, além do regresso ao campo para a prática agrícola, pugnou-se pelo cultivo biológico dos produtos e na construção das infra-estruturas necessárias ao funcionamento do Centro empregaram-se técnicas e materiais locais. Esta opção, permitindo uma considerável poupança financeira, consagrava o princípio de existência harmoniosa com a Natureza, de auto-suficiência e de dependência mínima dos produtos industriais. O Centro estava ainda munido de um tear e os participantes manufacturavam produtos em couro para venda nos mercados locais.

Contudo, a última notícia que nos chega, em 1981 e pela mão de José Carlos Marques, do Centro de Ecologia e Alternativas Renascimento Rural, dá-nos conta de um período de interrupção de actividades e de apenas permanecerem no Centro o arquitecto Pedro Cavaco e a sua família. Apesar de neste escrito, como vimos, se perspectivar um progressivo reatamento do trabalho, esse não se veio a verificar e o espaço é hoje um alojamento de turismo rural, conservando, no entanto, na arquitectura e nos materiais utilizados, uma parte da filosofia inspiradora inicial.

Também no início dos anos 1980 começou a ganhar peso a problemática da objecção de consciência. Os objectores e antimilitaristas encontraram nos ecologistas um empenhado aliado na reivindicação de respeito pelo direito à objecção de consciência. No Porto, os protagonistas eram já outros, nomeadamente o Núcleo de Objectores do Porto e o Terra Viva.

Contudo, a maior realização do movimento ecologista desta cronologia foi em torno do nuclear. A história da energia nuclear em Portugal, do seu estudo, pelo menos, remonta a Outubro de 1952. O Estado Novo procurou dotar o país e as suas Universidades e centros de investigação de um amplo conhecimento dessa, então, nova alternativa energética apregoada como a solução do futuro e a única capaz de pôr em causa a dependência do petróleo. Em 1961, foi inaugurado, em Sacavém, o primeiro reaktor nuclear português. Trata-se de uma unidade ainda em funcionamento e de carácter meramente experimental.

A contestação à opção nuclear surgiria, depois do 25 de Abril de 1974, com o Movimento Ecológico Português a lançar a sua *Campanha para uma Moratória Nuclear*. A crítica à energia nuclear centrava-se, como é evidente, nos riscos biológicos e ambientais que representava e na sua duvidosa performance económica face a outras fontes de energia tradicionais – investimento para construção

de infra-estruturas, manutenção e funcionamento e rentabilidade. Por outro lado, não estando o país dotado de empresas de construção civil com competências para erguer e fazer a manutenção de um edifício da complexidade de uma central nuclear, de técnicos para a operar, de urânio em suficiência que sustentasse a produção a longo-termo e de capacidade de enriquecimento desse mineral, a opção pela energia nuclear era ainda vista como um acto de lesa pátria, de abdicação da independência e soberania nacionais e de sujeição ao imperialismo. Por fim, vários são os textos ecologistas que associam a opção nuclear a uma progressiva militarização do Estado.

Os órgãos de imprensa ecologistas envolvem-se determinadamente nesta contenda, mas, dada a sua pouca influência, maior impacto teve a participação de conceituados académicos e técnicos nesta discussão. Naturalmente, aos olhos da opinião pública o argumento de um estudioso das questões energéticas tinha maior peso do que o de um jovem ecologista. Os artigos na imprensa e a publicação de obras de carácter pedagógico com o intuito de moldar uma opinião pública favorável à via nuclear foi também uma realidade do lado dos apoiantes dessa alternativa energética.

O Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto assumiu, como vimos, a participação no I Encontro Nacional de Política Energética como uma das suas iniciativas primeiras, e não se furtou à discussão pública com a Comissão Organizadora do Encontro por esta não transmitir as conclusões do mesmo e por não fazer eco das opiniões contrárias à via nuclear que aí se fizeram ouvir.

Decisiva foi também a entrada em cena da população de Ferrel, para onde estava projectada a construção da primeira central nuclear do país, a 15 de Março de 1976. O envolvimento da larga maioria dos habitantes ferrelenses numa manifestação, que se dirigiu até ao local onde as obras haviam já arrancado, obrigou à interrupção dos trabalhos. Poucos dias depois, a população organiza-se na Comissão de Apoio à Luta Contra a Ameaça Nuclear. Ferrel, e aldeias circundantes, torna-se, então, alvo de campanhas de esclarecimento patrocinadas quer pelos defensores da energia nuclear, quer pelos seus opositores.

Em Setembro de 1977, reúne, pela primeira vez, a Coordenadora Ecológica. Nesse encontro de grupos ecologistas de todo o país decidiu-se a realização do Festival *Pela Vida e Contra o Nuclear*, a ter lugar em Janeiro de 1978 nas Caldas da Rainha. A 21 e 22 de Janeiro, e com algumas deficiências de organização reconhecidas, cerca de duas mil pessoas passaram por essa cidade da região do Oeste. No Festival estiveram patentes exposições, exibiram-se filmes, realizaram-se debates, serviram-se refeições macrobióticas e organizaram-se vendas de livros e de produtos artesanais. A 22 de Janeiro, os participantes do Festival juntaram-se a alguns habitantes locais e dirigiram-se em manifestação até ao local de construção a central, recriando a marcha de 15 de Março de 1976. Nesse mesmo dia, à tarde, houve ainda concertos com o Grupo de Acção Cultural – Vozes na Luta (GAC), Fausto, Sérgio Godinho, José Afonso, Vitorino e Pedro Barroso – nomes maiores da música portuguesa que, assim, se juntavam também à luta contra a produção de energia nuclear em Portugal.

Apesar das perspectivas de trabalho conjunto que a realização do Festival abriu para os movimentos ecológicos portugueses, a verdade é que foram as divergências a impor-se e a condenar ao fracasso e à dispersão de esforços as tentativas de prosseguimento da coordenação de actividades. Entendemos que o Festival foi a maior realização do movimento ecológico português e prova da sua

capacidade de intervenção e de mobilização. Mais do que princípios ideológicos pouco palpáveis, foi em torno de uma questão concreta, bem localizável e sentida pela população que permitiu aos ecologistas empreenderem uma acção tão bem-sucedida e participada.

Ainda assim, a luta anti-nuclear prosseguiria com o II Encontro Internacional da Juventude (Agosto de 1978) e os Festivais Ecológicos de Miranda do Douro (Junho de 1981 e Julho de 1982).

Entretanto, a profunda crise económico-financeira que o país vivia, aliada ao avultado investimento que o plano nuclear português implicava, fez com que os sucessivos governos da República tenham protelado sucessivamente o arranque do projecto de nuclearização do país. Assim, a luta popular, a intervenção dos movimentos ecológicos e os esclarecimentos prestados por técnicos e académicos geraram uma opinião pública maioritariamente anti-nuclear ou, pelo menos, ciente dos imensos riscos que essa opção acarretava – e, por isso, reticente quanto à adopção dessa forma de produção energética –, que, a par da periclitante situação financeira do país, levou os governos a arrumarem o nuclear na gaveta, lugar em que se manteve até aos dias de hoje.

Como já vimos, a dimensão mais facilmente compreensível pela maioria da população e aos seus olhos mais exequível passava pela proposta de uma ecolítica socialista – primórdio ideológico da definição teórica posterior do eco-socialismo – que revolucionasse os modelos instituídos de produção, desenvolvimento e consumo no sentido de uma revalorização e fortalecimento do campo e das actividades agrícolas e artesanais. Pretendia-se limitar ao máximo a agricultura química, a produção industrial e energética em larga escala e a dependência de combustíveis fósseis finitos e poluentes, eliminar o consumo de bens supérfluos, contrariar o êxodo rural e criar as condições para um movimento populacional em direcção às aldeias e vilas do interior do país. A ecolítica privilegiava ainda os materiais simples, recicláveis e abundantes localmente e o estudo e aplicação da produção energética a partir de fontes pouco poluentes e naturalmente renováveis e infinitas. Por outro lado, as unidades de produção energética e industrial deveriam ser redimensionadas e realocizadas – pequenas oficinas e centrais energéticas descentralizadas por todo o país.

Estes grupos não entendiam esta política de renascimento rural como saudosista de um romântico passado rural, como tradicionalista, reaccionária ou de regressão social e económica. Antes viam nela a resolução do antagonismo cidade-campo e uma solução de futuro e de real progresso e desenvolvimento, a única capaz de salvar a Humanidade do suicídio colectivo para que se encaminhava e de implementar uma relação equilibrada, harmoniosa e profícua entre o Homem e a Natureza.

E se, até aqui, inclusive pela dimensão comunitarista associada e transversal a todo este ideário político, podiam captar o apoio e estabelecer pontes de entendimento com sectores anarquistas, libertários e de grupos da extrema-esquerda estudantil e intelectual, as alterações que pretendiam ver instituídas no quotidiano e na vivência colectivas, tornavam mais difícil essa comunhão de objectivos, mas afirmavam também uma mundividência única no panorama nacional e plenamente sintonizada com os movimentos contra-culturais das décadas de 1960 e de 1970.

A partir da fundação da Cooperativa Pirâmide, o peso das filosofias alimentares, em particular da macrobiótica, tornou-se central no discurso ecologista. Usavam-se os seus órgãos de imprensa para divulgar e explicar o que entendiam ser a via macrobiótica, publicavam-se receitas, publicita-

vam-se casos de produções nacionais de bens alimentares macrobióticos e explicitavam-se os princípios e os benefícios para a saúde física e mental deste tipo de dieta. A macrobiótica era, nesta fase, também entendida numa dimensão espiritual e de harmonização humana com o Universo e a Natureza. No Porto, depois do fim da Cooperativa Pirâmide, surgiria ainda o restaurante Suribachi, que continua a funcionar.

Ainda no campo contracultural, e como demos conta, insere-se a defesa e divulgação dos princípios da anti-psiquiatria, da desprofissionalização dos cuidados de saúde, da descolonização do doente e da divulgação e aplicação das medicinas paralelas e alternativas na cura do doente. Aqui se insere também a defesa, na esteira das propostas de Ivan Illich, da desescolarização da sociedade e da própria escola.

Por fim, e em termos do relacionamento institucional do movimento ecologista com outras associações, partidos ou órgãos de poder político, parece evidente que os grupos ambientalistas com ligação ao Porto procuraram apenas coordenar-se com outros grupos nacionais do mesmo âmbito. Ainda que, numa fase embrionária do GAIEP, as fontes revelem contactos com o Cineclube do Porto, com a Cooperativa Árvore, com uma brigada do Serviço de Apoio Ambulatório Local e a constituição de um grupo de apoio às escolas que, segundo Franklim Pereira, chegou ainda a realizar algumas sessões de esclarecimento a estudantes, posteriormente o Grupo e seus elementos parecem ter afunilado a sua intervenção junto de outros movimentos ecologistas e, de certa forma, ter-se posto à margem do restante tecido associativo do país. No que concerne aos partidos políticos, e na linha da ecologia radical em que se inseria o Grupo, procuraram sempre manter uma relação de grande distância e de colocar o ideal ecologista acima das disputas partidárias. Mesmo em relação ao Partido Popular Monárquico que era o único a assumir os princípios de defesa e preservação ambiental, e não obstante futuras aproximações, foram feitas duras críticas à sua actuação e posto em causa o seu real empenhamento na defesa ambiental. As fontes, escritas e orais, não identificam qualquer tentativa de trabalho conjunto com os órgãos de poder local portuenses. Essa colaboração, contudo, foi levada a cabo com a autarquia de Peniche no quadro da luta contra a construção de uma central nuclear em Ferrel e com a autarquia de Miranda do Douro a propósito da luta contra a construção de uma central nuclear em Sayago – ainda que a cronologia em que este processo se registou ultrapasse já aquela em que entendemos situar-se a primeira vaga do ambientalismo português.

Assim, entre 1974 e 1979, multiplicaram-se os esforços, sobretudo editoriais, de divulgação do ideal ecologista. Trabalho muito centrado em torno de activistas como José Carlos Marques, no Porto, e Afonso Cautela, em Lisboa, e que não logrou a massificação da consciência ambiental pelas razões que vimos apontando. Apesar de um momento inicial de grande produção teórica e da realização do Festival *Pela Vida e Contra o Nuclear*, que marcaram o auge do ecologismo português deste período, as dissensões entre os vários colectivos e as vicissitudes dos percursos pessoais dos activistas ambientais ditaram o esmorecimento da ecologia radical em Portugal e o seu afunilamento em questões alimentares e espirituais que a distanciaram ainda mais da população. É também evidente que, apesar da rica produção teórica e de experiências pioneiras e riquíssimas como a do Centro de Ecologia e Alternativas Renascimento Rural ou a da Cooperativa Pirâmide, a capacidade de realização prática destes

grupos foi reduzida. Deste modo, mais do que uma análise quantitativa, impõe-se no estudo destes grupos e das suas actividades uma análise eminentemente qualitativa. Cremos ao longo deste trabalho e nas conclusões apresentadas ter conseguido transmitir a riqueza e multiplicidade de propostas e iniciativas dos grupos e activistas pioneiros da ecologia em Portugal e no Porto.

Contudo, e podendo as influências serem mais ou menos directas e evidentes, parece inegável que a acção desenvolvida pelos pioneiros da ecologia em Portugal criou um espaço crescente para a filosofia alimentar macrobiótica e para a defesa ambiental. Assim, o aparecimento de grupos como o Terra Viva, a Quercus ou o Geota e de organizações partidárias como o Partido Ecologista Os Verdes ou o Movimento Partido da Terra não pode ser desligado do trabalho de despertar da consciência ambiental em Portugal e das várias sensibilidades ideológicas que compuseram esse movimento inicial.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Fontes Hemerográficas:

Alternativa, Porto, 1976-1978.

Arteopinião, Lisboa, 1980.

A Urtiga, Lisboa, 1978-1985.

Frente Ecológica, Lisboa, 1976.

Pela Vida, Caldas da Rainha, 1977-1986.

Fontes Oraís:

Franklin Pereira, 15 de Abril de 2015.

José Carlos Marques, 17 de Março de 2015.

Nuno Gomes Oliveira, 13 de Abril de 2015.

Leonardo Verde, 6 de Abril de 2015.

Fontes On-line:

<http://catbox.info>

<http://jacintorodrigues.blogspot.com>

Bibliografia

1974: *40 Anos de Ecologia a Partir do Porto. Roteiro para um Percorso* (2015). Porto: Fábrica Social-Fundação José Rodrigues/Campo Aberto.

ACOT, Pascal (1990) – *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

ALLÈGRE, Claude (1993) – *Ecologia das Cidades, Ecologia dos Campos*. Lisboa: Instituto Piaget.

ALMEIDA, João Ferreira de, org. (2000) – *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre Ambiente*. Oeiras: Celta Editora.

AMIGOS DA TERRA (1987) – *Antes, Durante e Depois de Chernobyl – O Nuclear no Mundo e em Portugal*. Lisboa: Associação Portuguesa de Ecologistas, Amigos da Terra.

ANDRADE, Inácio Esteves Rebelo de (1974) – *Desenvolvimento, Poluição e Extensão Rural*. Separata do Primeiro Seminário Universitário de Évora 'Extensão Rural'. Évora: Instituto Universitário de Évora.

ANDRADE, Vítor (2011) – «Há um reactor nuclear às portas de Lisboa». *Expresso*, 17 de Março.

ASSIS, Ana Cristina Gonçalves (2007) – *Reconhecer-se Além-Fronteiras: Ecofeminismo e o Pensamento de Maria de Lourdes Pintassilgo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

AUBERT, Claude (1974a) – *Alimentos, Saúde e Agricultura*. Porto: Edições Afrontamento.

____ (1974b) – *A Industrialização da Agricultura, salvação ou suicídio da humanidade?* Porto: Edições Afrontamento.

BARRETO, Luís S. (1977) – *O Ambiente e a Economia*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente.

BARROS, Henrique de (1981) – *Economia e Ecologia: dois textos*. Lisboa: Livros Horizonte.

BARTHES, Roland (2015) – *O Grau Zero da Escrita*. Lisboa: Edições 70.

BEAUD, Michel (1992) – *História do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema.

BECKERT, Cristina, coord. (2001) – *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2010) – *A Construção Social da Realidade: um tratado da sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.

BIOLAT, Guy (1977) – *Marxismo e Meio Ambiente*. Lisboa: Seara Nova.

- BONO, Ernesto (1976) – *Nós, a Loucura e a Antipsiquiatria*. Porto: Edições Afrontamento.
- BOSQUET, Michel (1976) – *Ecologia e Política*. Lisboa: Editorial Notícias.
- ____ (1978) – *Ecologia e Liberdade*. Lisboa: Editorial Veja.
- BOURDIEU, Pierre (1997) – *Razões Práticas: sobre a teoria da acção*. Lisboa: Celta Editora.
- ____ (2011) – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICS, Ewa; HAUSLER, Sabine; WIERINGA, Saskia (2000) – *Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para uma síntese teórica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BRITO, J. M. Brandão de, coord., (2001) – *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias.
- BRODHAG, Christian (1994) – *As Quatro Verdades do Planeta: por outra civilização*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BURKE, Peter (2005) – *Historia y teoría social*. Madrid: Amorrortu Editores.
- CALADO, Mariano (2006) – *A Maldição das Bruxas de Ferrel*. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé.
- CAMPOS, Iola Ribeiro (2012) – *Jornalismo especializado na transição do papel para o online: o caso dos jornalistas de ambiente em Portugal*. Lisboa: FCSH.. Trabalho de Projecto de Mestrado em Jornalismo.
- CARSON, Rachel (1962) – *Silent Spring*. Cambridge: The Riverside Press Cambridge.
- CARVALHO, António; ILLICH, Ivan; CAUTELA, Afonso (1976) – *O Direito à Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- CARVALHO, L. Gonzaga (1980) – *A Opção Nuclear e a Indústria Metalomecânica Portuguesa*. Separata do Congresso da Ordem dos Engenheiros de 1980. Realizado em Coimbra, entre 23 e 29 de Março. Tema 3, Comunicação 7.
- CARVALHO, Nuno Manuel dos Santos (2003) – *A construção do ambiente como problema social em Portugal: anos 70-anos 90*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social.
- CASTELLS, Manuel (1974) – *Movimientos Sociales Urbanos*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores S.A.
- CASTRO, Josué de (1874) – *Geopolítica da Fome*. Porto: Brasília Editora.
- ____ (1966) – *O Livro Negro da Fome*. Porto: Brasília Editora.
- CAUTELA, Afonso – *Antecedentes Ideológicos do MEP*. Em linha. <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/admep-1.htm>.
- ____ – *Enquanto o M.E.P. repousa em paz...* Em linha. <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/mep-1.htm>.
- ____ – *O Contributo do Movimento Ecológico*. Em linha. <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/abril-4.htm>.
- ____ – *Para uma Política Planetária*. Em linha. <http://www.http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/planet%E1ria.htm>.
- ____ – *Programa Ecológico de Esquerda*. Em linha. <http://ecologiaemdialogo.blogspot.com/2009/02/ha-ja-31-anos.html>.
- ____ (1973) – *A Conferência do Terror*. Lisboa: Arcádia.
- ____ (1973) – *Os Últimos Dias da Terra*. Lisboa: Arcádia.
- ____ (1974) – *Depois do Petróleo, o Dilúvio*. Lisboa: Editorial Estúdios da Cor.
- ____ (1976) – «Trabalhos para o Militante da Natureza no Ambiente Português». In CARVALHO, António; ILLICH, Ivan; CAUTELA, Afonso – *O Direito à Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- ____ (1977) – *Ecologia e Luta de Classes em Portugal*. Lisboa: Sociocultur.
- CHILCOTE, Ronald H. (2014) – *A Revolução Portuguesa. Estado e Classes Sociais na Transição para a Democracia*. Porto: Edições Afrontamento.
- COELHO, Mário Brochado (2010) – *Confronto: Memória de uma Cooperativa Cultural. Porto 1966-1972*. Porto: Edições Afrontamento.
- COMISSÃO EUROPEIA (2006) – *Um Ambiente de Qualidade: O contributo da EU*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Constituição da República Portuguesa (1976). Em linha. <http://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>.
- COSTA, Alexandre Alves; SCHMIDT, Luísa; JORGE, Vitor Oliveira, Coord. (2001) – *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. Porto: ADECAP.
- COSTA, Jorge, org. (2010) – *Os Donos de Portugal – Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.

- COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch (2011) – *História Económica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- CRUZ, Humberto da (1985) – *Ecologia e Sociedade Alternativa*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições.
- CUISIN, Michel (1981) – *O que é a ecologia?* Lisboa: Livros Horizonte.
- DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR (1984) – *Perguntas e Respostas Sobre Energia Nuclear*. Lisboa: Departamento de Energia Nuclear. 5000 exemplares.
- DIAS, Eurípedes Dias da (2001) – *Arqueologia dos Movimentos Sociais*. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- DOMINGOS, J. J. Delgado (1978a) – *Inteligência ou Subserviência Nacional? Vol. I – Crise do Ambiente, Crise de Energia, Crise da Sociedade, Alternativas*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____ (1978b) – *Inteligência ou Subserviência Nacional? Vol. II – o absurdo numa opção nuclear*. Porto: Edições Afrontamento.
- DUARTE, Madalena (2007) – *Os Movimentos Sociais na Justiça – o uso do direito nas lutas do movimento ambientalista português*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- DUCHET, René; RODALE, Robert; MESSÉ, J. L. (1975) – *China, Estados Unidos, Terceiro Mundo: a agricultura numa perspectiva ecológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- DUMONT, René (1975) – *Utopia ou Morte!* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- _____ (1977) – *O Crescimento da Fome*. Lisboa: Editorial Vega.
- DUMONT, René; ROSIER, Bernard (1966) – *A Fome. Flagelo da Humanidade*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- ELOY, António (1996) – «O Ambiente e o Ordenamento do Território». In REIS, António, coord. – *Portugal: 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- _____ (2014) – *Um Grão de Areia em 40 Anos de Cidadanias e Ambientes*. Lisboa: Esfera do Caos.
- ESTANQUE, Elisio (1999) – Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, Novembro de 1999. Coimbra: CES, p. 85-111.
- FAIA, A. (1976a) – «Alfabetização e ecologia para o desenvolvimento Rural». *Gazeta da Semana*, Ano I, n.º 19, 5 a 12 de Agosto, Lisboa.
- _____ (1976b) – «Eclarecimento». In FERREIRA, Vítor Matias – *Ecologia: da cruzada humanista à crítica do capitalismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____ (1976c) – «Por um movimento Rural de novo tipo». *Gazeta da Semana*, Ano I, n.º 19, 5 a 12 de Agosto, Lisboa.
- _____ org. (1977) – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*. Porto: Edições Afrontamento.
- FAIA, A.; MARQUES, José Carlos, org. (1977) – «Cidades: Apoio Logístico para o Renascimento Rural». In FAIA, A., org. – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, J. Almeida; MONTEIRO, J. D. Calejo; TELLES, Gonçalo Ribeiro; SILVA, Maria Manuela; CARVALHO, G. Ribeiro de; BARREIRAS, J.A. (1975) – *Uns Comem os Figos...* Lisboa: Seara Nova.
- FERNANDES, J. de Almeida; MONTEIRO, J. D. Calejo (1975) – «A Poluição das Águas é Combate de Todos». In FERNANDES, J. Almeida; MONTEIRO, J. D. Calejo; TELLES, Gonçalo Ribeiro; SILVA, Maria Manuela; CARVALHO, G. Ribeiro de; BARREIRAS, J.A. – *Uns Comem os Figos...* Lisboa: Seara Nova.
- FERNANDES, José Luís (2007) – *Afonso Cautela: Jornalismo e Ecologia*. Em linha. <http://perfildojornalista.eusou.com/pt/entrevista.asp?id=1848&mid=279>.
- FERREIRA, Vítor Matias (1976) – *Ecologia: da cruzada humanista à crítica do capitalismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____ (2001) – *Ambiente, Património e Espaço Público – Uma Cidadania do Ambiente?* Lisboa: Departamento Sociologia ISCTE.
- FERRY, Luc (1993) – *A Nova Ordem Ecológica*. Porto: Edições ASA.
- FIGUEIREDO, Elisabete; FIDÉLIS, Teresa (2003) – Movimentos Ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 65, Maio 2003. Coimbra: CES.
- FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre (2013) – *Roteiros da Memória Urbana – Porto: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

- FREIRE, Roberto (1992) – *A Farsa Ecológica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GERALDES, Helena (2011) – *O Homem da Mala de Estocolmo: José Correia da Cunha e a Gênese da Política de Ambiente em Portugal. 1969-1974*. Lisboa: Esfera do Caos.
- GOLDBLATT, David (1998) – *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GOLDSMITH, Edward; ALLEN, Robert; ALLABY, Michael; DARVOLL, John; LAWRENCE, Sam (1977) – *Como Vamos Sobreviver*. Lisboa: Seara Nova.
- GONZALEZ DE MOLINA, Manuel; MARTINEZ ALIER, Juan, Eds. (1993) – *Historia y Ecologia*. Madrid: Marcial Pons.
- GROMIKO, Anatóli; LOMEIKO, Vladímir (1985) – *Um Novo Pensamento na Era Nuclear*. Lisboa: Editorial Caminho.
- GUERREIRO, Manuel Gomes (1977) – *A Defesa do Ambiente em Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente.
- ____ (1977) – *A Política do Ambiente e a Qualidade de Vida*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente.
- GUERREIRO, Manuel Gomes (1977) – *Para uma Melhor Compreensão do Conflito Tradicional entre o Mundo-Rural e o Mundo-Urbano*. Faro: Unidade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade do Algarve.
- HANNIGAN, John A. (2000) – *Sociologia Ambiental: A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- HENRIQUE, Wendel (2009) – *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA.
- HOBSBAWM, Eric (2011) – *A Era dos Extremos*. 5.ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- ILLICH, Ivan (1976) – «A Expropriação da Saúde». In CARVALHO, António; ILLICH, Ivan; CAUTELA, Afonso – *O Direito à Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- J., D. (1976) – «Tecnocratas, partidos e demagogia». In *Gazeta da Semana*, Lisboa, n.º 2, 8 Abril, p.12.
- KAPITSA, P.; VINOGRADOV, A.; GERASIMOV, I.; FYODOROV, Y. & NOVIK, I.; OLDAK, P.; SEMENOV, N.; DAVI-TAYA, F.; KOVDA, V.; TSAREGORODTSEV, G. (1977) – *Society and the Environment: a Soviet View*. Moscovo: Academia das Ciências da URSS.
- KEULARTZ, Jozef (1998) – *The Struggle for Nature. A Critique of Radical Ecology*. Londres: Routledge.
- LACROIX, Michel (2007) – *A Ideologia do New Age*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, org. (2005) – *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: ICS, Vol.3: O Século XX.
- LAMAS, António R. G., coord. (1996) – *Participação Pública e Planeamento. Prática da Democracia Ambiental*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- LEIS, Héctor Ricardo (1999) – *A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Santa Catarina: UFSC.
- LIMA, João da Silva Torres (2012) – *MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (1963-1970)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- LIMA, Luísa; CABRAL, Manuel Villaverde; VALA, Jorge (2004) – *Atitudes Sociais dos Portugueses 4. Ambiente e Desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MANSINHO, Maria Inês; SCHMIDT, Luísa (1994) – A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico. *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), (1.º-2.º), 441-481.
- MARQUES, José Carlos – *Campanha para uma Moratória Nuclear: Intervenção de José Carlos Marques no I Encontro em Portugal do Movimento Ecológico*. Em linha. <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/documento-4.htm>.
- ____ org. (1977) – *Tecnologia de Aldeia, Tecnologia do Futuro*. Porto: Edições Afrontamento.
- ____ org. (1978) – *Gás Metano, verdadeira energia 'atómica' para Portugal e países 'pobres'*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARTIN, Gilles (1991) – «Direito do Ambiente e Danos Ecológicos». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 31. Coimbra: FEUC. Março, p. 115-142.
- MASI, Domenico de, org. (2000) – *A Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Editora SENAC.
- MELA, Alfredo; BELLONI, Maria Carmen; DAVICO, Luca (2001) – *A Sociologia Ambiental*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MELO, Demian Bezerra de, org. (2014) – *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência.
- MONTARROYOS, Sílvia (1977) – *No País das Ruas Azuis*. Porto: Edições Afrontamento.
- ____ (1978) – *Na Floresta Encantada*. Porto: Edições Afrontamento.

- MOTA, Arsénio (1981) – *Como Vai o Movimento Ecológico Português?* 7 de Março. Em linha. <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/mota-1.htm>.
- MOURA, Domingos (1977) – *Reflexões sobre a eventual encomenda, em 1977, de uma central nuclear para Portugal*. Separata do n.º 442 da *Técnica, Revista de Engenharia*, p. 551-566. Lisboa: Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico.
- MOUTINHO, Paulo; PINTO, Regina Pahim (2009) – *Ambiente Complexo, propostas e perspectivas socioambientais*. São Paulo: Contexto.
- MOVIMENTO ECOLÓGICO PORTUGUÊS (1974) – *Manifesto do Movimento Ecológico Português*. 27 de Julho. Em linha. <http://catbox.info/big-bang/ecologiaemdialogo/documento-1.htm>.
- NAVE, J. Gil (2000) – *The Politics of Environmental Groups in Portugal*. Florença: European University Institute. Tese de Doutoramento.
- NETO, Pedro Pereira (2006) – «Novos Movimentos Sociais e Novos Media. Os Movimentos Ambientalistas em Portugal». *Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, N.ºs 8-9, p. 89-99. Lisboa: Fim de Século.
- NOGUEIRA, Vítor (2000) – *Introdução ao Pensamento Ecológico*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno (2003) – «Casas decentes para o povo»: movimentos urbanos e emancipação em Portugal». In SANTOS, Boaventura Sousa – *Democratizar a Democracia*. Porto: Edições Afrontamento.
- O'RIORDAN, T. (1981) – *Environmentalism*. Londres: Pion Limited.
- OLDENBURG, Paulo Roberto (1976) – «Introdução». In BONO, Ernesto – *Nós a Loucura e a Antipsiquiatria*.
- OLIVEIRA, Jaime da Costa (1977) – *A Energia Nuclear: Bases Para Uma Opção*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- ____ (2002) – *A Energia Nuclear em Portugal: Uma Esquina da História*. Santarém: Editora O Mirante.
- OLIVEIRA, Nuno Gomes (2008) – Áreas de importância natural da região do Porto. Gaia: Parque Biológico de Gaia.
- ____ (2009) – *Ecoturismo e Conservação da Natureza*. Gaia: Parque Biológico de Gaia.
- ____ (2011) – *José Bonifácio de Andrada e Silva. O primeiro ecologista de Portugal e do Brasil*. Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia.
- ____ coord. (2011) – *Guia da Reserva Natural Local do Estuário do Douro*. Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2003) – *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1977) – *Energia. Panorama das energias em Portugal. Indústrias de transformação de energia. Energia nuclear*. Lisboa: Editorial Avante!.
- PEPPER, David (2007a) – *Ambientalismo Moderno*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ____ (2007b) – *Socialismo Ecológico: Da Ecologia Profunda à Justiça Social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PEREIRA, Artur Torres (1974) – *A Perspectiva Ecológica das Modernas Condições de Saúde e os Factores de Base Condicionadores da Mesma*. Separata dos *Arquivos do Instituto Nacional de Saúde* – Volume III – Lisboa. Aparenta ser antes do 25 de Abril, fala no Portugal Ultramarino e Metropolitano.
- PESSOA, Fernando (1985) – *Ecologia e Território*. Porto: Edições Afrontamento.
- PHILLIPS, Louise; CARVALHO, Anabela; DOYLE, Julie (2012) – *Citizen Voices. Performing Public Participation in Science and Environment Communication*. Bristol: Intellect Ltd.
- PIZON, Pierre (1975a) – *O Átomo e a História*. Porto: Edições Afrontamento.
- ____ (1975b) – *O Átomo Pacífico*. Porto: Edições Afrontamento.
- QUEIROZ, Ana Isabel; CASTRO, Inês de Ornellas e; coord. (2011) – *Falas da Terra no Século XXI: What do we see green?* Lisboa: Esfera do Caos.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2013) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAMOS, Rui Manuel do Nascimento Lima (2005) – *Aspectos do discurso do ambientalismo nos media escritos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento.
- REBELO, José (2003) – *Novas formas de mobilização popular*. Porto: Campo das Letras.
- ____ dir. (1999) – *Ecologia e Ideologia*. Lisboa: Livros e Leituras.
- RODRIGUES, A. Jacinto (1975) – *Urbanismo e Revolução*. Lisboa: Afrodite.

- ____ (1976) – «Alternativas à ameaça nuclear». *Gazeta da Semana*, Lisboa, n.º 2, 8 Abril, p. 12.
- ____ (1976) – *Urbanismo: Uma Prática Social e Política*. Porto: Limiar.
- ____ (1980) – *Ecologia*. Porto: Edições Árvore.
- ____ (1999) – *A Conspiração Solar do Padre Himalaya. Esboço biográfico dum português pioneiro da ecologia*. Porto: Cooperativa Árvore.
- ____ (2007) – *Pedagogia para uma sustentabilidade*. Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes.
- RODRIGUES, Maria Eugénia (1995) – *Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal*. Coimbra: CES.
- ____ (2002) – *Ciência, públicos e ambiente: O discurso «científico» dos movimentos de protesto ambiental*. Cadernos do Noroeste – Vol. 18 (1-2), 2002. Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, p. 271-290.
- ROSAS, Fernando, coord. (1999) – *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.
- SACRISTÁN LUZON, Manuel (1987) – *Pacifismo, ecología y política alternativa*. Barcelona: Icaria Editorial.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995) – *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- ____ (1999) – *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHMIDT, Luísa (1999) – *Portugal Ambiental. Casos & Causas*. Oeiras: Celta Editora.
- ____ (2001) – *Representações Ambientais e os Média. Da Vida Animal à Questão Nuclear*. In Beckert, Cristina (Org.) – *Natureza e Ambiente. Representações na Cultura Portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- ____ (2003) – *Ambiente no Ecrã: Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SENA, Jorge (1963) – «A Morte, o Espaço, a Eternidade». In SENA, Jorge – *Metamorfoses*. Lisboa: Morais Editora.
- SIMONNET, Dominique (1981) – *O Ecologismo*. Lisboa: Moraes Editores.
- ____ (1983) – *O que é a Ecologia?* Lisboa: Editorial Notícias.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1993) – *Quercus. Documentos e informações fundamentais sobre a QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza*. Lisboa: Edições Colibri/QUERCUS.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1994) – *Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- ____ (1996) – *Ambiente e Futuro: o caso Português*. Matosinhos: Contemporânea Editora/Câmara Municipal de Matosinhos.
- ____ (1998) – *O Futuro Frágil. Os desafios da crise global do ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ____ (2001) – «Ambientalismo e Política em Portugal. Valores e Facetas de um Arco-Íris Débil». In BECKERT, Cristina (coord.) – *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- ____ (2005) – *Metamorfoses: entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- TAVARES, Bruno Ribeiro (2013) – *O Ambiente e as Políticas Ambientais em Portugal: Contributos Para Uma Abordagem Histórica*. Lisboa: Universidade Aberta. Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental.
- TÁVORA, Rui (1977) – «Sobre o Antagonismo Cidade-Campo». In FAIA, A., org. – *Sobre o Antagonismo Cidade-Campo*. Porto: Edições Afrontamento.
- TEIXEIRA, Luís Humberto (2011) – *Verdes Anos. História do ecologismo em Portugal {1947.2011}*. Lisboa: Esfera do Caos.
- TORRES, Isabel (1985) – *Centrais Nucleares e Meio Ambiente*. 2.ª Ed. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- VALLES, Miguel S. (2002) – *Entrevistas Cualitativas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- VARANDAS, Maria José (2009) – *Ambiente: Uma Questão de Ética*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- VARELA, Raquel (2014a) – *Conflito ou coesão social?: apontamentos sobre história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975)*. In MELO, Demian Bezerra de, org. – *A miséria da historiografia: crítica ao revisionismo contemporâneo*.
- ____ (2014b) – *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand Editora.
- VASTO, Lanza del (1978) – *A Não Violência e o Destino do Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento.
- ____ (2005) – *Elogio da Vida Simples. Princípios e Preceitos de Retorno à Evidência*. Planeta Vivo.

- VAZ (2000), Iria de Fátima Rodrigues Amado – *As origens do ambientalismo em Portugal: A Liga para a Protecção da Natureza*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- VERNETTE, Jean (1995) – *New Age*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- VICTORA, César; AVELINE, Alfredo; HEIERLI, Urs; AMIN, Samir (1976) – *Não à Industrialização Selvagem!*. Porto: Edições Afrontamento.
- VINGADA, Ana Alexandra Morais (2013) – *Ambiente e Relações Internacionais: A Greenpeace e a protecção das baleias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação.
- WARREN, Karen J. (1994) – *Ecological Feminism*. Londres: Routledge.
- WORSTER, Donald (1994) – *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- YEARLEY, Steven (1992) – *A Causa Verde: Uma Sociologia das Questões Ecológicas*. Oeiras: Celta Editora.

ANEXOS

Anexo 1

A análise do mundo e da sociedade e a proposta de alternativas³⁷¹

Da crise nas sociedades desenvolvidas

A crise nas sociedades desenvolvidas resulta directamente de o seu crescimento se apoiar de um modo exclusivo na *expansão industrial*. De facto, o motor das sociedades contemporâneas é o aumento ilimitado dos *consumos*. Este aumento constitui a única possibilidade de sobrevivência da sociedade instituída para a obtenção de lucros, mas provoca, paralelamente, um crescimento das contradições internas dessa sociedade. A estas contradições reponde a sociedade industrial com mecanismos de auto-regulação, de cujo aperfeiçoamento se encarrega, aliás, cuidadosamente. Ao seu serviço possui, por exemplo, uma máquina poderosa que é a informação (leia-se desinformação). Através dela são as pessoas bombardeadas por milhões de imagens, palavras e sons, que lhes desenvolvem os apetites, tornando-lhes *necessários* mil e um produtos perfeitamente *desnecessários*. Pressionadas por um aparelho monstruoso como este, as pessoas perdem a sua autonomia, tornando-se cada vez mais dependentes do próprio sistema, e incapazes de dele se libertarem.

Mas de facto, nas sociedades desenvolvidas, este processo aproxima-se do paroxismo de tal modo, que emperra, com uma frequência crescente. As pessoas vão-se dando conta das *agressões* a que estão sujeitas, e reagem. Quando nós *contestamos*, por exemplo, o sistema de transportes urbanos (se protestamos por ter de esperar horas numa bicha de autocarro, ou por irmos ‘prensados’ na carruagem do metro) incomodamos o sistema, porque se este está organizado de modo que lhe é impossível responder positivamente a tais ataques (pelo menos de uma maneira ‘rentável’). Os exemplos poder-se-iam multiplicar: a vida das cidades mergulha as pessoas em realidades desagradáveis: a poluição atmosférica, a inquinação das águas, o ruído permanente... Mas mesmo aqui o sistema se defende, porque joga na habituação das vítimas, confiando na sua crescente insensibilização a estas formas de violentação.

Dos países ricos e dos países pobres

Nos países ricos, as pessoas vão-se, contudo, saturando do ‘progresso’ e tomam cada vez mais consciência das múltiplas agressões quotidianas de que são vítimas. O sistema perde clientela, e para subsistir, tem de procurar novos mercados. Pega em malas e dirige-se para os países do terceiro mundo trazendo-lhes o ‘progresso’ debaixo da manga, e apresentando-lhes as delícias da sociedade capitalista avançada, como paradigma. É um neo-colonialismo sofisticado que se alastrou sub-repticiamente a todo o planeta, e que, em nome do bem-estar das populações, lhes rouba a independência nacional e as conquistas das suas culturas e tradições. E fazem-se promessas irrealizáveis. O nível de vida de um americano médio não pode ser alargado sequer 1/3 da população do globo, porque os recursos naturais, limitados, esgotar-se-iam rapidamente. A alternativa não é negar o progresso, mas sim tomar consciência de que há limites para os consumos, impostos pela Natureza. Perseverar nos desperdícios actuais pode, pura e simplesmente, fazer com que os actuais desequilíbrios latentes se tornem irreversíveis. É já a *sobrevivência do planeta* que está em jogo, e é para isso que os ecologistas chamam a atenção.

³⁷¹ «Editorial». *Alternativa*, n.º 2, Abril 1976, p. 3-4.

Do ambiente

São de facto os desgastes sofridos pelo ambiente (poluição do ar e da água, degradação dos campos, a morte das paisagens...) que nos levam a interrogarmo-nos sobre as 'intenções' daqueles que detêm o poder. Para os ecologistas estas distorções não passam de *sintomas* da irracionalidade inerente ao funcionamento da *sociedade industrial contemporânea*. Porque nos dirigimos rapidamente em direcção ao ponto de ruptura, nós dizemos de um modo claro que o objectivo último do homem não está no *crescimento económico ilimitado*, mas sim na obtenção de um estado de *equilíbrio* (dinâmico mais harmonioso) com o ambiente.

Da energia

A obtenção de um tal equilíbrio passa, necessariamente, pela recusa consciente de um progresso tecnológico e de um dispêndio energético ilimitados. Os ecologistas não pretendem, nem a estagnação da humanidade nem o seu regresso à idade das cavernas. Pretendem, isso sim, adequar a ciência e a tecnologia a um programa social consentâneo com o facto de ser o homem um animal inserido num contexto planetário.

Sob o ponto de vista energético, para além da óbvia recusa das formas produtoras poluentes, sugere-se a progressiva descentralização dos centros produtores (pela utilização de pequenos aproveitamentos hídricos, eólicas, captadores solares, etc.) criando, na prática, uma real *autonomia energética* das comunidades interessadas.

Do capitalismo e do socialismo

A *descentralização generalizada* e a todos os níveis é, aliás, uma característica da sociedade do futuro, pois só ela permitirá o fim definitivo dos monopólios e das tutelas opressoras. Mas o equilíbrio entre o Homem e a Natureza a que nos temos referido, só será possível quando o homem estiver em equilíbrio consigo próprio. Um tal estado exige obviamente o fim dos antagonismos *cidade-campo*, *trabalho manual-trabalho intelectual*, e a transformação das relações de produção, pelo fim da contradição *capital-trabalho* (definidora do sistema capitalista). Uma tal transformação sendo *condição necessária*, não é, no entanto, condição suficiente para atingir a sociedade ecologicamente equilibrada pela qual lutamos, como aliás o demonstram as experiências sociais do Leste. Nestes países, ditos socialistas, a sociedade não mudou no fundamental, isto é, no facto de o seu desenvolvimento assentar exclusivamente na expansão económica ilimitada. Tal como nas sociedades do Ocidente, trata-se de sociedades de consumo, onde se procura a *maximização* da produção e não a sua *optimização* no sentido da manutenção dos equilíbrios ambientais.

Da ecologia

De tudo o que ficou dito (embora de uma forma necessariamente muito incompleta), se infere o carácter globalista da ecologia, que surge como uma *atitude* perante a sociedade de consumo, e não como mais uma especialidade científica ou técnica. Isto não impede que a nossa acção se apoie prioritariamente em acontecimentos particulares (casos de degradação do ambiente, etc.) tal como temos feito até agora, já que pensamos ser a *consciência destas agressões pontuais* que levará as pessoas posteriormente a *oporem-se* de um modo conseqüente à sociedade de que são vítimas.

Anexo 2

Proposta de protecção para os rios portugueses³⁷²

A água é um dos bens mais preciosos que a terra nos oferece e sem ela a vida é impossível. Dizem os biólogos que a vida nasceu na água e também sabemos que as mais antigas civilizações surgiram à beira de grandes rios.

A água está pois intimamente ligada à nossa existência e essa união é indestrutível, sendo dever de todos nós proteger e utilizar racionalmente as reservas hídricas que a natureza pôs à nossa disposição. Da boa ou má utilização dessa água dependerá a boa ou má qualidade da nossa vida.

É dentro deste espírito que se enquadra a urgência de se estabelecer um *Estatuto de Protecção* para certos rios, cujo interesse comunitário seja evidente e que ainda estejam a tempo de ser protegidos.

Seria este Estatuto o garante da boa qualidade e bom aproveitamento das suas águas, bem como da protecção à sua vida aquática. Os rios passíveis de usufruir deste Estatuto obedeceriam em princípio a certas condições como sejam:

1. Terem toda a sua bacia de alimentação dentro dos limites do território nacional.
2. Terem caudal relativamente elevado.
3. Não estarem poluídos por efluentes industriais.
4. Haver possibilidade de controle efectivos dos efluentes urbanos concorrentes na sua bacia.
5. Poder prever-se a partir deles o abastecimento de zonas densamente povoadas.

Nestes rios *protegidos* seriam pois localizados preferencialmente:

- 1.º Captações de água para grandes abastecimentos de conjunto.
- 2.º Estações aquícolas para estudo da fauna fluvial e estações de repovoamento.
- 3.º Viveiros de peixes com vista à produção de espécies comestíveis próprias para o abastecimento público.

Os rios que vierem a ser colocados sob Estatuto de Protecção seriam como é evidente objecto de determinadas medidas restritivas como sejam:

- proibição de instalar na sua bacia indústrias poluentes, ou cujos efluentes não sejam passíveis de tratamento eficaz para os tornar perfeitamente inócuos.
- estabelecimento de uma zona marginal suficientemente larga, de protecção contra os poluentes agrícolas (pesticidas, herbicidas, etc...).
- o retorno da água extraída fazer-se sempre que possível para a sua bacia de alimentação.
- proibição de extracção de areia que possa perturbar o curso natural do rio ou levar à destruição de aluviões com boas características para a instalação de captações de água.
- proibição de navegação a motor.

³⁷² «Estatuto de Protecção para os Rios». *Alternativa*, n.º 2, Abril de 1976, p. 20.

- controle eficaz das indústrias extractivas situadas na bacia de molde aos produtos e esgoto das lavandarias não afectarem a qualidade das águas.

Aqui no norte, o exemplo mais flagrante de um rio com características indicadas para ser protegido seria o rio Cávado, de que passamos a considerar alguns aspectos. A partir dele são previstos os abastecimentos de água aos concelhos de: Esposende, Braga, Barcelos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Vila Verde, Amares, Maia e Matosinhos, na totalidade, ou em grande parte, beneficiando uma população de mais de 400 000 habitantes. Por outro lado, na sua bacia de recepção não há indústrias poluentes, e as que existem bem como os esgotos urbanos são susceptíveis de tratamento eficaz. Finalmente toda a sua bacia de alimentação se situa em território nacional o que permite um controle eficaz das suas águas. Para os habitantes indicados serão necessários 40 000 m³/dia de água, considerando uma captação de 100l/dia.

Se atendermos a que grande parte desta água não volta ao Cávado pois vai ser drenada para bacias de outros rios e a extracção de água para rega, também vultuosa, tem grandes percas por evaporação é curial que deve ser proibida toda a extracção maciça de água, para fins industriais e que não seja recuperável. É o caso do abastecimento do Parque Industrial Braga-Guimarães cujas necessidades diárias são da ordem dos 1 400 m³ de água que está previsto seja captada do Cávado. Pensamos que esta água industrial pode muito bem ser captada no Ave o qual de resto contacta com o Parque Industrial na zona de Briteiros/Barco. O destino do efluente deste Parque Industrial, que não irá para o Cávado, até por razões de ordem topográfica, será o Ave ou o rio Este. Em qualquer dos casos esperamos que o seu tratamento mereça as atenções dos especialistas de forma a poluir o menos possível estes dois rios, visto que no rio Este se encontram as captações de V. N. de Famalicão e no Ave as de St.º Tirso e grande parte do seu concelho. Façamos pois votos para que a legislação sobre a água que é urgente seja rapidamente revista consagre o princípio de *rio protegido* para que nos anos que se seguem possamos manter alguns rios vivos no meio do cemitério fluvial em que a indústria pretende transformar os nossos cursos de água.

Anexo 3

Sobre a luta da população de Ferrel contra a instalação de uma central nuclear³⁷³

Em Março de 1976, o povo de Ferrel mostrou o caminho: Portugal, em busca de outra Índia, passou a ter no povo de Ferrel o seu Infante das Novas Naus.

Quando os pescadores e camponeses de uma pequena aldeia marítima do litoral de Peniche tocam os sinos a rebate para dizer NÃO! à central nuclear que lhes querem impingir, estão a lançar mão de um fundo telúrico ancestral para a abertura das novas rotas do futuro do mundo. Graças a eles, Portugal pode, se quiser, se os Velhos do Restelo dos gabinetes da capital souberem recuar a tempo na sua loucura suicida, ser o primeiro país do mundo a pronunciar-se contra o holocausto nuclear no seu território.

Mas, atenção. Uma grande contra-ofensiva se prepara nos estados-maiores da industriocracia. A companhia de electricidade, aureolada agora de prestígio nacionalizado, fazendo prever na sua sigla EdP (macaqueada da sua congénere francesa EDF, useira e vezeira na arte de mentir sabiamente) a tática que vai usar, apresta-se para lançar a confusão envolta em gestos galantes. Um ministro socialista, à revelia de alguns dos seus correligionários, que desde as primeiras horas encontrámos na trincheira da luta anti-nuclear³⁷⁴, afirma sem vergonha que as centrais nucleares não apresentam riscos. O Palácio das Necessidades envia à URSS «científicas» missões da Junta de Energia Nuclear, para observarem *in loco* as benesses do átomo proletário. Um II Encontro Nacional de Política Energética, teoricamente destinado a um debate honesto da questão nuclear, faz-se preceder de seriíssimas conferências nas quais se discute se o país se deve hipotecar à radioactividade americana ou canadiana, à água leve ou à água pesada³⁷⁵. Nos bastidores, as matracas e as granadas lacrimogéneas das múltiplas polícias democráticas aguçam os dentes, aguardando o momento de cair sobre os pescadores, os camponeses, os apanhadores de algas de Ferrel. A intoxicação (des)informativa acelera-se: a democracia gosta que as vítimas

³⁷³ «Editorial: Somos Todos Moradores de Ferrel». In VICTORA, César; AVELINE, Alfredo; HEIERLI, Urs; AMIN, Samir – *Não à Industrialização Selvagem*. Porto: Edições Afrontamento, 1976, p. 79-83.

³⁷⁴ Por exemplo, Alberto Martins de Andrade, desde a primeira hora militante do Movimento Ecológico Português, deputado pelo P.S. à Assembleia Constituinte, onde pronunciou uma denúncia das centrais nucleares. O seu texto não conseguiu ser publicado no órgão do partido *Portugal Socialista*, só tendo vindo a lume na folha informativa da secção do P.S. de Vila Nova de Gaia e no jornal *Frente Ecológica!* O dr. Rocha Barbosa, médico no Montijo e militante do P.S., várias vezes se pronunciou, dentro e fora do MEP, a favor de uma moratória nuclear. No seu conjunto, porém, o P.S. português parece estar ainda longe da posição tomada pelo seu congénere francês: 'O partido socialista francês eleva-se contra a aplicação imediata do plano governamental de implantação de centrais nucleares. Independentemente das observações de fundo que a seu tempo apresentará, o partido socialista pede que sejam realizadas as consultas necessárias ao nível local, regional (conselhos regionais), nacional (deputados). Nessa ocasião, as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento da energia em França poderão ser propostas contraditoriamente, e o partido socialista dará a conhecer as suas próprias opiniões. Na expectativa desse grande debate, o partido socialista pede aos seus aderentes e representantes nas assembleias regionais, que têm a pronunciar-se sobre um plano de localização de centrais nucleares, que se oponham a uma tomada de consideração prematura de projectos que devem ser objecto de um debate global' (*Le Monde*, 18 de Janeiro de 1975).

³⁷⁵ Felizmente, algumas dessas conferências deram a palavra aos críticos da energia nuclear, como aquela que, em Junho de 1976, esteve a cargo do economista Daniel Ford, da Union of Concerned Scientists, co-autor do livro *The Nuclear Fuel Cycle*, analisado neste volume na rubrica «Livros no Crivo».

tenham votado por larga maioria nos seus carrascos³⁷⁶. Eles hão-de dizer ao povo de Ferrel que foi o povo que quis fazer da região de Peniche uma região-cobaia, uma região-mártir, pois o povo terá, ao que parece, votado neles.

Numa mão o voto, na outra a matraca.

Sobre o povo de Ferrel, vão provavelmente abater-se os fogos cruzados do 'progresso' e do 'desenvolvimento', do Ministério da Indústria e Tecnologia e da Electricidade de Portugal, da Junta de Energia Nuclear, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, dos partidos salvadores e dos técnicos messias. Provavelmente, serão usadas a sedução e o murro, o sorriso e a chantagem, a promessa de mais postos de trabalho e a ameaça pura e simples, a lei escrita e a lei do mais forte, e a velha máxima de todos os impérios, dividir para reinar. Todas as artimanhas e todas as manobras serão provavelmente usadas

*tão sábias, tão subtile e tão peritas
que não podem sequer ser bem descritas.*

Ferrel é já a trincheira que separará os portugueses em dois novos 'partidos': o partido da Morte e, do outro lado, do lado dos moradores de Ferrel, o partido da Vida.

Há já quem alerte para a contra-ofensiva que se prepara. O professor Delgado Domingos, catedrático do Instituto Superior Técnico, lúcido estudioso dos problemas energéticos portugueses, começou já a fazê-lo em artigos na imprensa e numa carta ao Movimento Ecológico Português³⁷⁷. Outros põem o dedo na mesma ferida. É necessário que os moradores de Ferrel, quando começar a apertar o cerco que em volta deles não deixará de fazer-se, encontrem a seu lado todos aqueles que militam no partido da Vida.

Há também já aqueles que, de urna em punho, prometem aos moradores de Ferrel, caso votem ajuizadamente, mandar a central nuclear para o Alentejo. Despudorada hipocrisia, como se, em caso de acidente grave, sempre teoricamente possível, a área afectada não fosse, independentemente do ponto de implantação da central, o pequeno Portugal inteiro! Quando, em Novembro de 1974, o Movimento Ecológico Português, primeiro entre os primeiros, lançava a sua campanha por uma moratória nuclear³⁷⁸, esses zeloso fariseus respondiam com um silêncio de chumbo. Quando, nas páginas de *A Capital*, em Maio e Junho de 1975, António Carvalho lançava o seu debate sobre centrais nucleares (veja-se, neste número, a rubrica «A Farsa do Átomo Pacífico»), ecoava apenas o silêncio dos infinitos espaços siderais. Mas eis que o povo de Ferrel se levanta e diz NÃO! e toda a tecnocracia e politicaria do reino cadaveroso descobre que sempre desconfiara da gangrena nuclear!

Repetindo Afonso Cautela, com a acção do povo de Ferrel a luta anti-nuclear está finalmente em boas mãos. Mãos, no entanto, que devem encontrar do seu lado milhares de outras mãos. Face às centrais nucleares, somos todos moradores de Ferrel, Ferrel é Portugal inteiro, e o mundo todo.

Preparemo-nos. A contra-ofensiva das multinacionais nucleares³⁷⁹ está para deflagrar. É preciso que por toda a parte, nas escolas e nos hospitais, nos bairros e nas fábricas, nas faculdades e nas associações científicas,

³⁷⁶ Não nos referimos aqui a um tipo particular de democracia (por exemplo, democracia ocidental versus democracia popular), mas em geral ao sistema da manipulação do cidadão pelo voto, o qual se encontra inclusive nas ditaduras modernas, todas elas aliás afirmando-se democráticas (basta pensar na democracia orgânica e nas eleições no Estado Novo salazarista). Preferimos opor sociedades abertas a sociedades fechadas, o que nem sempre coincide com as dicotomias políticas habituais.

³⁷⁷ Ver o jornal *Frente Ecológica*, n.º 7.

³⁷⁸ Ou seja, o adiamento das decisões de implantação de centrais nucleares até que os problemas de segurança envolvidos ganhassem soluções merecedoras de um consenso actualmente inexistente.

³⁷⁹ Westinghouse e General Electric, para citar as que maior importância poderão ter no contexto português.

surjam Comissões de Solidariedade com a Luta do Povo de Ferrel. A região de Peniche tem já a sua CALCAN (Comissão de Apoio à Luta Contra a Ameaça Nuclear). Mas é bom que por todo o país a ameaça nuclear encontre uma frente unida de partidários da Vida.

Quando publicámos, em Julho de 1975, o nosso terceiro número *O Átomo e a História*, sabíamos que estávamos a caminho, mas não supúnhamos que tão cedo o gesto vivo de tocar a rebate dos sinos de Ferrel viesse confirmar tão esplendidamente a justeza do nosso grito de alarme. Agora, que a farsa do átomo pacífico vai mostrando sob o manto diáfano da fantasia a nudez forte da verdade, é preciso que a luta anti-nuclear caminhe sobre as suas duas pernas: de um lado, a denúncia da mitologia tecnocrática; do outro, a investigação persistente de um tipo de desenvolvimento harmonioso, contando com as próprias forças, construindo com o esforço dos técnicos e cientistas e com o saber prático das populações rurais e urbanas a que esse desenvolvimento se destina, uma nova técnica em harmonia com o meio e com o homem que a utilize. A estimular essa investigação se dedicam as páginas que se seguem, e as mais que a seu tempo seguirão.

Anexo 4

A ecologia, a sociedade, o poder político e o que deve ser a Alternativa³⁸⁰

O estômago recuperador da ideologia burguesa é enorme. Se puder, tritura tudo o que é subversão e transforma a prática de contestação em discurso reformista e tecnocrático...

A ecologia é agora a grande presa. Nos ministérios fala-se em poluição, fala-se em ecologia nas escolas, na imprensa. Isto é um passo em frente para a ciência, pois a ecologia ressalta à luz do dia do silêncio em que a confinaram durante estes anos de lutas surdas...

Mas agora chegou a vez da burguesia abandonar a repressão grosseira para embrulhar em papel de seda a 'nova ciência'. A tática é a seguinte: confina-se a ecologia a mais uma definição estática e abstracta. Arranjam-se especialistas da especialidade e especificam-se os domínios específicos. Ecólogos, ecologistas, técnicos de ecologia pululam já para aí... A ecologia restringe-se aos fenómenos de poluição; medem-se temperaturas, filtram-se poeiras, avaliam-se decibéis de ruídos, etc., etc...

O rigor do laboratório, a análise matemática e científica é uma boa coisa! Mas o que se passa é também uma 'quantofrenia' para no cientifismo abstracto justificar a inércia das intervenções decisivas na vida concreta e quotidiana. É isto a metafísica das 'ciências', a religião em termos modernos, laicos e positivistas! É um ópio incolor empacotado em forma de pastilha científica... com livros e doutores da nova igreja!

A ecologia é pois uma visão global, é praxis quotidiana, a todos os níveis. A *Alternativa* não quer ficar confinada a este simples terreno que é a luta contra as poluições e formas energéticas alternativas. Pensamos que este domínio é importante. Mas a nossa visão geral impõe-nos um alargar da nossa reflexão e intervenção. Iremos desbravar alguns terrenos que são necessário contraponto a esta 'sociedade processo' que nos asfixia, nos manipula a todos os níveis. Assim procuraremos a alternativa que seja ruptura, que seja acção exemplar para nosso quotidiano.

A nossa militância é o dia-a-dia, a nossa militância será em cada minuto, hora do dia. É preciso criar um espaço político para todos os nossos gestos, não apenas nas maquinais reuniões do partido; o fascismo também pode ser 'fascismo vermelho' (retomando a expressão utilizada por W. Reich) quando prosseguimos com os mesmos gestos, com a reprodução maquinal dum quotidiano podre e manipulado pelas instituições e aparelhos ideológicos do poder da classe dominante. É ridícula e insignificante a militância de esquerda durante as poucas horas semanais, nas fileiras das organizações políticas, quando ao longo dos dias estamos a reproduzir um modo de vida burguês, reproduzir gestos maquinais que não mudam em nada a nossa vida igual à vida de todos os burgueses coerentes com o sistema que defendem e que os defende. Assim a política é apenas ilibação da culpabilidade acumulada. Mas essa ilibação é um saldo bem magro comparada ao peso da prática quotidiana ao serviço da reprodução das relações sociais impostas pelo poder. É também uma ilibação triste. É uma militância de má consciência, frustração e impasse defensivo. Não é luta radical e alegre. Não é combate mas sim fuga e castração.

³⁸⁰ «Editorial: O Novo Arranque». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 2-3.

O modelo desta sociedade tornou-se num 'universo concentracionário', tornou-se uma indelével teia de aranha que nos empurra maquinalmente com os nossos gestos de marionetes!...

Que fazer?

Contra a modorra estéril e triste do quotidiano é necessário lançar uma ofensiva cultural, redescobrir a festa e a alegria nas lutas e na vida quotidiana, transformando os 'tempos livres' e a sua passividade consumista na actividade criativa de movimentos de teatro, cinema militante... Contra a moral repressiva é necessário desencadear o movimento susceptível de abalar os valores opressivos, contribuindo à luta libertadora das mulheres, ao combate dos jovens pela liberdade sexual, à inversão de todas as instituições que asseguram a manutenção dos sistemas de poder da classe dominante. É necessário, por exemplo, recusar as instituições que alienam a participação real de nós próprios na nossa saúde, impondo uma medicalização da sociedade inteira. E fazer desta recusa, uma afirmação da nossa vontade de viver, e não sobreviver, reencontrando o controlo do nosso corpo através das medicinas paralelas, da utilização das plantas medicinais, dos diagnósticos simples e de uma alimentação que opõe à degeneração do nosso organismo a profilaxia.

A Alternativa deve tornar-se num instrumento de afirmação de uma nova vida, em todas as frentes de luta contra as mil e uma maneiras que o sistema dominante usa insidiosamente para reduzir a vida e os seus desejos múltiplos a uma sobrevivência repetitiva e castrante, em todas as frentes de luta onde surge a vontade colectiva de, aqui e agora, transformar o quotidiano criando 'zonas libertadas.' Na luta contra o crescimento tecnológico ilimitado ao serviço dos exploradores, contra as ameaças que fazem pesar sobre o futuro da humanidade, mas também na luta anti-psiquiatria contra a psiquiatria repressiva, da bioenergia para a apropriação do nosso corpo libertado de todas as couraças, numa alimentação sã contra a intoxicação progressiva, das medicinas paralelas contra o poder absoluto dos especialistas, da parapsicologia para o desenvolvimento do potencial humano e contra um racionalismo integrador à força de sistematismo...

Neste sentido a Alternativa deve vir a ser o órgão de um grupo aberto, de reflexão e de intervenção prática, que para fazer da ecologia um instrumento de subversão do quotidiano recusa a sua neutralização numa 'ciência', para especialistas.

Anexo 5

A filosofia alimentar macrobiótica³⁸¹

Hoje, já nem sequer sabemos aquilo que consumimos; muito menos sabemos aquilo que devemos consumir; e muito menos ainda sabemos se devemos consumir. Para já não falar no simples processo de não consumir, de não vendermos a nossa força de trabalho, enfim do simples processo de nos tornarmos autónomos. Já nada sabemos sobre nós próprios. Desconhecemo-nos e ignoramo-nos, para justificar a existência do especialista. É o especialista quem nos diz o que devemos comer, como o devemos fazer, o que devemos vestir, o que devemos ser, o que devemos dizer, o que devemos saber, como nos devemos comportar, onde devemos 'habitar', como devemos 'habitar', como nos devemos organizar, etc., etc. etc...

Por outro lado, para que isto seja uma realidade, o capital fornece-nos 'aquilo que devemos comer', aquilo que devemos habitar, aquilo que devemos vestir, aquilo que devemos ver, etc., etc., etc...

Até o próprio especialista nos é fornecido por ele.

Deste modo o especialista aliado ao capital, com um pouco de 'tecnologia de ponta' à mistura, e ao abrigo (sempre) do dado 'científico', habilmente umas vezes, outras descaradamente, programa-nos a vida. Em troca 'apenas' (!) temos de lhes vender a nossa força de trabalho, e consumirmos aquilo que produzimos.

Deste modo a libertação tem de ser total, pois estamos dependentes até à medula. De autónomos passamos a autómatos. Assim a libertação passa também pela reaprendizagem racionalizada, do controlo psico-físico de nós próprios. E como basicamente somos aquilo que comemos, é natural que comecemos a saber o que, como e porque comemos. Iniciamos esta rúbrica com a apresentação sumária de uma sistema de alimentação pouco divulgado e muito mal compreendido conhecido por MACROBIÓTICA.

A macrobiótica-zen é um processo de alimentação; como tal faz parte de um modo de vida geralmente conhecido por budismo-zen. É originário da antiga China, e praticado pelos monges budistas dentro e fora dos mosteiros. No Japão este regime alimentar é chamado Syozin ryori, que significa 'cozinha que melhora o discernimento supremo'.

O objectivo da macrobiótica é manter o processo bioquímico do nosso corpo em plena capacidade de funcionamento, com um mínimo de perda de energia física e mental.

Foi o japonês George Oshawa (Sakurasawa Nyoiti) quem introduziu a macrobiótica-zen no Ocidente. Aos dezasseis anos, a medicina ocidental não lhe deu mais que 2 anos de vida, dado que estava tuberculoso. Nessa altura já toda a sua família tinha morrido com doenças que não podiam ser curadas pela medicina ocidental dita 'científica'.

Não tendo nada a perder, decidiu-se pela antiga medicina chinesa, tendo ido ao encontro fundamentalmente da macrobiótica, com a qual sobreviveu integralmente até aos 72 anos.

Quando, na década de 50, Oshawa iniciou a divulgação deste regime, deu bastante ênfase ao seu uso terapêutico na cura das nossas doenças, não tendo sido suficientemente clara a concepção da macrobiótica como

³⁸¹ «Macrobiótica – Uma Questão de Equilíbrio/Um Modo de Vida». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 16-18.

parte de uma filosofia e de um modo de vida. Consequentemente, os seus verdadeiros propósitos e princípios não são com frequência compreendidos. Por exemplo a ideia de que é uma dieta com regras muito rígidas a seguir; ao contrário, é uma alimentação livre (o que não significa caótica). O seu verdadeiro significado é conseguir um princípio tão básico e essencial para cada forma de vida, que possa ser aplicado a qualquer situação individual ou metabolismo.

Este princípio encerra o conceito de forças duplas, antagónicas e complementares e é usado para a compreensão de todos os fenómenos do Universo. Os chineses chamaram-lhe princípio único ou Tao, e definiram-no metafisicamente. No Ocidente consideramos essas forças como positivo e negativo, a bioquímica define-as como ácido e alcalino ou potássio e sódio.

Definição física do *Yin-Yang*: a matéria é fisicamente uma concentração de energia yang. Ela é yang, uma verdadeira concentração de yang, apesar da sua aparência inerte. Todo o processo de concentração de energia designado sob o termo genérico de força centrípeta é, portanto, considerado como yang. Inversamente tudo o que é imaterial, todo o processo de desmaterialização, a perda de coesão física, designado sob o termo genérico de força centrífuga, constitui um desperdício de yang, de energia. Dito de outra forma, é um processo yin. Yang é centrípeta, yin é centrífuga.

Yin é expansão, movimento para fora, é matriarcal, frio, escuro, receptivo, água, fluído, mutável em relação com a face da Lua. Yang é contração, movimento para dentro, é patriarcal, calor, luz, criação, ar e fogo, rígido, constante em relação com a luz do Sol.

Nesta base podemos classificar todas as coisas, seres e fenómenos. Deste modo isto é também aplicável à alimentação.

Fisicamente falando, nós somos aquilo que comemos, e como todas as outras formas, o corpo humano tem um equilíbrio inerente criado pela interação das duas forças. Imagina o nosso corpo como um balancé em que uma ponta é o yang extremo, e a outra o yin extremo, equilibrado de modo a que se estabeleça uma constante harmonia, na qual podemos basear o nosso aumento de discernimento. Pode conseguir-se fortalecer o centro comendo alimentos cujo equilíbrio esteja próximo da nossa estrutura molecular. No entanto, a maioria das pessoas usa alimentos que apenas fortalecem uma ou outra ponta do balancé, e deste modo surge o desequilíbrio, que nada mais é do que a doença. Geralmente pensa-se que o sofrimento é algo perfeitamente natural, até um certo ponto, mas não é verdade. Existe uma coisa que é a perfeição física que se pode conseguir.

É uma questão de equilíbrio.

Há tantas maneiras diferentes de conseguir esse equilíbrio como diferentes pessoas. Mas os cereais integrais, por exemplo, contêm uma grande quantidade de elementos essenciais para o bom funcionamento do sistema humano, sendo a quantidade e variedade ingerida adaptadas a quaisquer necessidades individuais. O arroz integral, por exemplo, tem uma proporção yin-yang de potássio e sódio de 5 para 1, que é a proporção mais próxima da do corpo humano.

O arroz integral contém também proteínas, gordura, silício, magnésio, fósforo, cálcio e vitamina B1. Deste modo é um alimento equilibrado e completo. A aveia e o milho são ricos em gordura. A cevada é rica em sais minerais. O trigo e o trigo sarraceno são ricos em proteínas. Todos os cereais contêm ferro, cálcio, fósforo, magnésio, proteínas, açúcar, e uma variedade de vitaminas. Os frutos utilizados devem ser cultivados na região, mas nunca em estufas. As batatas, tomates e beringelas não são aconselháveis; a proporção de yin-yang numa batata é de 512 para 1, portanto é muito, muito yin, sendo considerada venenosa quando consumida em excesso. A maioria dos alimentos animais e os seus subprodutos são quimicamente tratados, por isso também não são aconselháveis. No entanto, a macrobiótica não pode ser confundida com o vegetarianismo, pois se

conseguirmos encontrar carne biológica podemos comê-la. O que não nos podemos esquecer é que estamos a comer o extremo yang do balancé, logo quando ingerida em quantidade perturbará o nosso equilíbrio.

Carne branca e peixe fresco são preferíveis em termos de equilíbrio. Sempre que tenha que ser consumida carne, esta deve ser vegetarianizada com apropriados temperos verdes, não excitantes dos nervos. Apesar disso, a proteína animal continua a pesar no nosso organismo com as toxinas. O leite animal está doseado para a cria da própria espécie; para o organismo humano contém factores estimulantes demasiado fortes, já que um bezerro se desenvolve mais depressa do que uma criança da espécie humana. Sobretudo quando a vaca recebe ração produzida com adubos químicos, o seu leite introduz no nosso organismo pus e outras bactérias indesejáveis; além disto, os produtos do leite são expostos mais ou menos a tratamento químico.

Determinando o que é melhor para cada um de nós, usamos o princípio yin-yang para analisarmos o nosso ambiente fisiológico. Um clima frio produz predominantemente yang. Observando a forma, cor e tamanho podemos saber se um vegetal ou um fruto é mais yin ou yang. Outro processo é o uso do pêndulo: um alimento yang provoca um movimento circular no sentido contrário do dos ponteiros do relógio, um alimento yin provoca a circulação no sentido dos ponteiros do relógio. A espécie de clima do local onde vivemos e a actividade que exercemos, determinam aquilo que devemos comer, e como comer. Por exemplo, quem vive num clima frio necessita de alimentos que sejam um pouco mais yang do que quem vive nos trópicos. Quem trabalha no campo tolera um pouco mais de alimentos yang do que aquele cujo trabalho é limitado ao intelecto.

O diagrama final mostra como grande parte dos alimentos são classificados em termos de yin-yang. Assim podemos ver por nós próprios que espécie de equilíbrio temos em cada momento, e consequentemente daquilo que precisamos.

Experimentando é a única forma de descobrir. E lembra-te que nós somos o nosso melhor médico.

Conforme a percentagem de cereais e acompanhantes, assim são cozinhadas refeições diferentes, mas as mais utilizadas são as seguintes:

- 50% de arroz integral com menor quantidade de outros cereais como trigo, centeio, cevada; 30% de legumes frescos: cebola, cenoura, abóbora, couve, nabo, rabanete; 10% de leguminosas: grão de bico, feijão, soja, lentilha; 10% de algas marinhas.
- 75% de cereais, 15% de legumes e algas, 10% de leguminosas.
- apenas cereais com um pouco de salsa picada.

Anexo 6

Relato de uma experiência na Escola Superior de Belas-Artes do Porto³⁸²

No mês de Julho de 76, andavam por aí umas ‘bocas’ que a Escola de Arquitectura ia mudar de sítio. O velho edifício da ESBAP, junto ao jardim de S. Lázaro, já não serve para albergar tanto aluno, diziam...

Essas ‘bocas’ ainda não se concretizaram, mas também não desapareceram. O problema fica inteiro. Falta o espaço.

E para onde iria a escola de Arquitectura? Parece que poderia ir para um edifício-garagem para os lados da faculdade de Engenharia. Mas o espaço da ESBAP é assim inaceitável para o desenvolvimento da Escola? Não há outras soluções que evitem o parcelismo corporativista do ensino?

Este projecto que aqui apresentamos é uma saída possível. É pelo menos um estandarte entre outros para uma luta que se murmura e desenha no seio dos alunos e professores que recusam a saída da Escola de Arquitectura daquele velho recanto do jardim de S. Lázaro.

Consciente do peso da ideologia dominante na produção dos ‘projectos’ tradicionais de arquitectura e urbanismo, o grupo seguiu uma metodologia que se pode definir do seguinte modo: um esforço crítico de ruptura com os modelos da sociedade dominante procurando libertar o imaginário para novas formas criadoras.

Interessa no entanto, desde já assinalar que este exercício não se apresenta apenas como criação formalista e gratuita. Houve sim uma vontade de acompanhar a ruptura ao modelo de sociedade dominante com ‘soluções’ que expressassem possibilidades de transição para um mundo diferente, mobilizando-nos já hoje, dando forma ao nosso desejo de mudar de vida. O exercício aqui apresentado é pois a criação de uma utopia realizável.

O grupo partiu da realidade concreta da Escola de Belas-Artes integrada numa área circundante complexa e rica em potencialidades sociais e espaciais. O grupo procura descobrir uma inter-relação das funções e potencialidades dessa área. Globalizando a visão dessa realidade, o grupo integra a óptica da ‘arquitectura’ a uma mais larga problemática que é a imagem futurológica dum amanhã desejável e possível. A realidade monótona de hoje, uma escola parcelarizada, um quotidiano esfarelado são rejeitados neste projecto.

Nasce então um novo mundo poético onde a comunidade social aparece construindo uma nova sociedade sem exploração e onde socialismo se identifica também com criatividade, ludismo e ‘direito à preguiça’. A poética dos lagos com peixinhos, os jardins aromáticos de mil flores, os recantos românticos do novo espaço transformam a actual escola e toda esta área num verdadeiro jardim de alegria para as crianças, os adultos e os velhos, integrados num sentimento de comunidade.

Assim desaparecem os asilos, as formas repressivas inscritas nas instituições de hoje (escolas, esquadras, etc.) para surgirem centros de actividades múltiplas. Estas novas estruturas integradas num espaço poético são maleáveis e evolutíveis, uma passarela liga o edifício da escola à biblioteca municipal. A sua poesia é também nova racionalidade não gratuita. Os jardins aromáticos e a piscicultura fazem parte integrante duma visão ecológica e comunista do mundo de amanhã.

³⁸² «Da Necessidade da Utopia». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 12-13.

A 'escola' descolariza-se. A 'fabriqueta' arcaica que hoje polui a zona aqui ao lado da ESBAP será um laboratório de experiências ecológicas para a realização de tecnologias leves. O povo trabalhador vai usufruir e apropriar-se dos jardins, dos lagos, piscinas, da mediateca, da nova ESBAP centro criativo de múltiplas actividades culturais. Formação-informação, sociedade-escola, teoria-prática, produção-criação são binómios integrados num novo modo de vida comunista implícito na proposta do grupo.

Esta velha zona de S. Lázaro até à Ribeira onde moram e nascem os sonhos desta gente triste de hoje será assim uma vasta comunidade verde onde florescem os risos e as esperanças das crianças e dos adultos. Na nova praia, à beira-rio, navegam barquinhos. E na encosta de S. Vítor correm comboios pequenos com as crianças que olham o novo mundo de amanhã: um mundo de flores e domes, de risos e sonhos libertários que esvoaçam como as nuvens de um grande céu aberto sobre o Porto.

Anexo 7

O nascimento da Cooperativa Pirâmide³⁸³

A Cooperativa Pirâmide nasceu pela passagem da Livraria Contra a Corrente a pessoas ligadas ao Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto – G.A.I.E.P., através de um processo de transição; com isto alargou-se o campo das actividades, começaram a aparecer novas pessoas, e, com mais ou menos lentidão ou desconhecimento, evoluiu até ao que é e ao que pode vir a ser. Encontra-se aberta a todos os que sintam alguma coisa pelas críticas e projectos alternativos à sociedade de classes que em nome do ‘bem-estar’ da Humanidade nos leva ao suicídio colectivo e planetário.

Assim: o principal objectivo é a construção de uma sociedade comunitária consciente do seu lugar no Universo. Para tal pretende criar actividades que só por si correspondam ao início da ruptura e à construção de uma realidade ecologicamente integrada, motivando:

- a transformação do regime alimentar no sentido de o adaptar mais correctamente ao meio, segundo a ordem do universo natural;
- a produção agrícola biológica e integral;
- a utilização de fontes de energia não poluentes e naturalmente renováveis;
- a produção artesanal de tudo aquilo que nos é indispensável;
- a utilização de medicinas paralelas;
- a compreensão duma filosofia cósmica.

³⁸³ «Cooperativa Pirâmide – do nascimento ao renascimento». *Alternativa*, n.º 3, Outubro de 1977, p. 1.

Anexo 8

Sobre a luta antinuclear³⁸⁴

Esta *Alternativa* n.º 4, exclusivamente sobre o nuclear, exprimindo pontos de vista, opiniões, relatando 'casos', pretende ser uma contribuição (in)formativa ao festival de ecologia a realizar nas Caldas da Rainha, a 21 e 22 de Janeiro.

Embora fosse mais do nosso agrado, que em vez de crítico este número fosse fundamentalmente construtivo, apresentando alternativas sociais e energéticas, é porque recusamos absoluta e incondicionalmente o nuclear, que tentamos mostrar as razões dessa atitude.

Para nós a discussão é muito difícil senão mesmo impossível, pois que os dois campos conflituosos, pró e contra, utilizam linguagens radicalmente diferentes, não havendo lugar para o diálogo. Não nos é possível encetar um diálogo com o poder (pró) pois este está comprometido com um modelo de desenvolvimento sócio-económico perfeitamente aberrante.

É com o nosso (de cidadãos) consentimento que ele subsiste, pois damos-lhe continuamente o nosso aval. Conscientemente porque temos interesses a defender, inconscientemente por falta de informação, pretendemos elevar indefinidamente o chamado 'nível de vida'. Nesta via, em que o que conta é ter cada vez mais coisas (consumir), não interessando qualificar o seu uso mas quantificar (todo o mundo tem, porque não hei-de ter eu?).

E é por esta atitude generalizada que para este modelo de progresso sócio-económico, não temos alternativa às centrais nucleares, que nos levarão certamente ao genocídio.

Para que todos os habitantes da terra tenham o mesmo nível de vida dos norte-americanos, é necessário construir 28.000 centrais!!!!

Embora os principais problemas que se põem à construção das centrais sejam os de segurança, que por muito que os governos contradigam, são os próprios técnicos a levantá-los, não cremos ser essa a principal fonte de perigos e destruição para a humanidade. As radiações que elas emitem em funcionamento normal, assim como os consequentes detritos, são mais que suficientes para não ser mais possível, em breve, a vida sobre o planeta.

A opinião dos especialistas pró, ligados ao poder, é que com o progresso da técnica vir-se-ão em breve a descobrir soluções para o problema. É uma ilusão! Não interessa, ou melhor, é de somenos interesse, a resolução de problemas específicos como o nuclear quando o verdadeiro problema é social, económico e político, de modelo de desenvolvimento. Pois é este desenvolvimento que é genocida (destruidor de si próprio e de todos nós). Não precisamos de incidentes nas centrais para que muita gente morra. Os constantes acidentes de aviação assim como os que se verificam em fábricas e refinarias embora sem o perigo de contaminação subsequente, podem ter consequências muito graves.

O problema é sócio-político. Recusamos qualquer opinião que não se manifeste contra o actual modelo, ou que se limita a mudar a cor da bandeira.

³⁸⁴ «Editorial», *Alternativa*, n.º 4, Janeiro de 1978, p. 2.

Não queremos centrais! Sejam elas muito ou pouco poluentes. Não queremos centrais ou megafábricas, sejam elas russas, americanas, chinesas, alemãs, francesas ou canadianas.

Não queremos estes problemas nas mãos de politiquinhos habilidosos, que se servem deles para especular sobre este ou aquele partido, este ou aquele modelo, com base no capital. Isto não implica a defesa da anarquia, mas a construção duma ordem e duma orgânica social, ecologicamente harmonizada com a natureza. Implica a salvação da humanidade realizada por ela própria.

Para tal o actual desenvolvimento tem de parar. Temos urgentemente que amarrar esse monstro que nos devorará chamado 'progresso'. Temos de dar lugar às alternativas sócio-económicas de índole comunitária, à escala do planeta.

Estas soluções têm sido construídas espontaneamente por associações de consumidores, produtores, moradores, etc., formadas nos últimos anos em todo o mundo. Para já não falar nas 'comunidades' como opção familiar que por todo o lado têm surgido como que do chão.

Temos que exigir o direito à produção individual (comunitária) de energia, exigindo a revogação das leis surgidas da sombra do fascismo para proteger as centrais hidroeléctricas ontem, e as nucleares hoje. Poderíamos até dizer que a EDP chama a si o monopólio da produção de energia eléctrica com uma lei do regime fascista de Salazar.

É necessário descentralizar a produção de energia. Temos de nos abrir às indústrias leves e descentralizadas dentro de uma certa mecanização não atentatória do equilíbrio do homem e da natureza.

Temos ainda de deixar de esventrar esta nossa terra mãe, dos seus minerais, sólidos, líquidos e gasosos.

Temos de respeitar a vida.

Só assim podemos ascender a uma posição de reis da criação.

Cabe-nos uma escolha pois estamos numa encruzilhada.

Ecologia ou Morte.

Anexo 9

Sobre as opções energéticas para Portugal³⁸⁵

Ainda há zonas do território em que as populações não têm acesso à energia eléctrica. A electrificação duma região sempre tem sido subordinada à lógica do lucro para quem produz, transporta e distribui a energia eléctrica. Como, aliás, acontece com a distribuição do resto do equipamento social. A produção de energia nuclear em Portugal não iria resolver o problema daquelas populações. O transporte da electricidade para essas zonas, que se situam no interior, teria um preço elevado pois a colocação e manutenção do material de suporte directo da condução da energia exigiria a abertura de vias de circulação. E, como se pode verificar pelos investimentos estatais em curso, o poder está muito mais interessado numa linha de auto-estrada Porto-Lisboa do que em proporcionar vias de comunicação e acesso às populações do interior (não-industrializado, logo não prometedora de grandes lucros).

A escolha da alternativa central nuclear está perfeitamente inserida na estratégia de centralização dos meios de produção, ou por outras palavras, na intenção de continuar a implantar na faixa litoral um tipo de grande indústria, que alimentará a tendência migratória da mão-d'obra das zonas rurais para as zonas urbanas, do despovoamento das áreas agrícolas, do crescimento desmedido dos centros urbanos com todo o tipo de efeitos miseráveis que produz: crise do alojamento (preços especulativos pelos terrenos, pocilgas pagas a ouro, ilhas, bairros da lata), a congestão da circulação (aumenta a cidade, aumentam as distâncias, aumenta o tempo perdido em esperas e trajectos arrastados), o ar torna-se irrespirável, cada vez é mais limitada a possibilidade das pessoas comunicarem entre si, fruírem prazer, disporem do tempo, viverem.

É que o problema da energia está, como todas as questões, relacionado com as opções económico-sociais de um país. Um tipo de política energética tem incidências no 'modelo' de sociedade.

Um tipo de tecnologia complexa, como o da central e de qualquer grande indústria, impede a possibilidade de controle das massas sobre tais instrumentos de produção, deixando campo aberto à consolidação de castas e elites possuidoras do saber, da decisão, ou seja, do poder, que manejarão a vida da sociedade como lhes aprouver. A questão da escolha da estratégia dos polos de crescimento é de extrema importância pelo papel decisivo que desempenha na estruturação duma sociedade.

³⁸⁵ «Que Energia? Que Sociedade?». *Alternativa*, n.º 4, Suplemento «Nuclear», Janeiro de 1978, p. 12-16.

2 tipos de opção:

• Sociedade de tecnologia complexa, centralizada	• Sociedade de tecnologia branda, descentralizada
• Ciência e tecnologia na mão de especialistas	• Praticada por toda a gente
• Alta especialização	• Conhecimentos veiculados pela compreensão das relações entre os elementos do ecossistema
• Distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual	• Distinção inexistente
• Gestão reservada à compreensão de alguns	• Compreendida e praticada organizadamente por todos
• Maioria silenciosa	• Debate democrático
• Produção em massa	• Produção artesanal e pequenas indústrias
• Pouca duração dos materiais	• Longa duração
• Materiais e energias não reciclados	• Materiais reciclados, apenas fontes de energia inesgotáveis
• Forte índice de poluição	• Pouca ou inexistente, lixo biodegradáveis
• Limites técnicos impostos pelo lucro	• Limites técnicos impostos pelo equilíbrio homem-natureza
• Inovação dependente do lucro e da guerra	• Inovação estimulada pelas necessidades
• Grande necessidade de energia	• Pequena necessidade de energia
• Comércio internacional (grandes transportes, grande consumo energético)	• Intercâmbio local
• Acidentes técnicos numerosos e graves	• Raros
• Grandes cidades e zonas ruais despovoadas	• Dissolução da contradição cidade-campo
• Desemprego elevado	• (conceito desconhecido)
• Trabalho para ganhar a vida	• Trabalho por prazer
• Distinção entre trabalho e tempo de lazer	• Fraca ou inexistente
• Destruição do meio natural e cultural	• Integrada nos particularismos culturais e naturais da região
• Destruição de outras espécies	• Interdependência equilibrada entre as espécies
• Aliena novos e velhos	• Integra-os
• Monocultura (alimentação doentia), fertilização química + insecticidas	• Culturas diversificadas (alimentos sãos) fertilizantes orgânicos + minerais + algas
• Cansaço da terra	• Autorregeneração do solo
• Quantidade	• Qualidade
• Produção alimentar industrializada	• Repartida por todos
• Países e regiões dependentes uns dos outros (dominantes e dominados)	• Pequenas unidades bastando-se a si próprias
• Sociedade ecologicamente doente	• Sociedade ecologicamente sã

A ciência ecológica é um instrumento de utilização no tratamento da recuperação do equilíbrio nas relações dos homens entre si e entre estes e o que os cerca, abrindo a possibilidade de um outro modelo de vida onde as pessoas seriam mais livres.

Dentro desta intenção inscreve-se a investigação e utilização de ‘tecnologias doces’, que procuram dar resposta aos problemas da poluição, esgotabilidade de recursos, desperdício dos materiais e controle da produção pelos especialistas.

Não se trata de voltar às cavernas duma sociedade pré-científica, mas, antes pelo contrário, promover um tipo de inovação que venha a investigar determinadas técnicas de princípios simples e que têm como objectivo assegurar, sem destruir o equilíbrio do meio natural, o bem-estar e a autonomia de pequenas unidades.

O sol, o vento, as marés, os compostos orgânicos são fontes inesgotáveis de energia não poluente, cuja captação se pode fazer por simples engenhos facilmente controláveis pelos trabalhadores.

Para uma utilização correcta (menos gastos, maior rentabilidade) deste tipo de energia precisaremos de estudos científicos sobre os recursos existentes e as melhores condições para o seu aproveitamento, com pequenas perspectivas de intervenção. O próprio organismo estatal poderia desviar dos seus fundos de financiamento (virados para a compra de tecnologia dispendiosa) subsídios para grupos de investigação de tecnologias doces, aproveitando laboratórios e oficinas já existentes e incrementando nos próprios programas de ensino das escolas a possibilidade real de efectivação de estudos e experiências práticas viradas para o mesmo objectivo.

Entretanto, não podemos esquecer a premência dum remedeio energético a curto prazo e a nível nacional.

Portugal está numa posição difícil. Em 1972 produziu apenas 26% da energia que consumiu, tendo esta situação vindo a deteriorar-se. A chamada ‘crise do petróleo’ veio agravar a posição de Portugal, na sua situação de dependência em relação ao imperialismo.

Para assegurar a independência nacional e construir o socialismo, Portugal tem que rejeitar francamente o modelo de ‘desenvolvimento’ dos países capitalistas em que existe um forte consumo de energia. A longo prazo, tem de se construir outro tipo de desenvolvimento em que a energia seja de outra natureza e prioritariamente despendida em consumos colectivos e na produção de bens que assegurem a satisfação das necessidades de qualidade de vida das populações.

No entanto, a realidade imediata é que dispomos de uma estrutura industrial legada pelo capitalismo e aferida ao modelo de desenvolvimento imposto pela divisão internacional do trabalho.

A necessidade de utilizar a infra-estrutura industrial disponível (reconvertendo-a sempre que possível) leva a que, a curto prazo, não seja possível cortar totalmente com a actual dependência energética. É evidente que as medidas a propor desde já se devem enquadrar num plano global cujo conteúdo ideológico levará a uma mudança radical dos actuais ‘padrões de vida’ e de consumo.

Impõe-se uma utilização dos recursos nacionais maximizada, diversificando as fontes.

Pequenas centrais hidráulicas, e talvez mesmo térmicas convencionais, utilizadas em diversas zonas do território poderiam, a curto prazo, absorver parte do investimento energético, já que existem técnicos que portugueses que dominam essa tecnologia, já que as importações de maquinaria seriam de menor importância. Como também já se referiu atrás, uma outra parte de investimentos seriam destinados a novas experiências como produção de energia solar, eólica, geotérmica, maremotriz.

Por outro lado, impõe-se a propaganda de ‘eco-tácticas’ que façam diminuir a quantidade total de energia consumida. Para além das medidas de não desperdício de luz em iluminações publicitárias e a nível caseiro, há que começar a dar primordial importância aos equipamentos colectivos em detrimento dos individuais, especialmente no que diz respeito a transportes, lavandarias, cantinas, etc.

Ainda dentro da mesma intenção, urge fazer campanhas de esclarecimento acerca das desvantagens e perigos de desequilíbrio ecológico numa agricultura conservadora – monocultura, adubos químicos, herbicidas, máquinas de grande calibre –, em que os gastos energéticos são muito grandes, apresentando a alternativa numa agricultura ‘biológica’ que saiba utilizar fertilizantes orgânicos, minerais e d’algas, com culturas diversificadas que permitirão suprimir o uso de pesticidas, e em que o consumo de energia será consideravelmente menor.

Os próprios hábitos alimentares actuais concorrem para o agravamento da crise. Existe um número de indústrias alimentares transformadoras da horta e do gado em pós e cubos de concentrado, cujo trabalho é perfeitamente inútil e até prejudicial para a saúde – as sucessivas refinações, filtragens, purificações, liofizações, pasteurizações, etc., gastando mão-d’obra e energia.

Perante o frio e o calor ou a necessidade de ventilação d’ar os técnicos abrem as goelas publicitárias atirando-nos aos olhos as milhentas marcas concorrenciais de aquecedores eléctricos, a fuel ou a gás, de ventoinhas eléctricas, de esquentadores a gás, de cilindros a electricidade, de fogões que reproduzem todas as temperaturas, das máquinas que consomem electricidade e produzem gelo. Ou seja, obrigam-nos a consumir cada vez mais energia, a depender cada vez mais quer das companhias produtoras de energia quer das produtoras de toda aquela maquinaria.

O que propomos?

Um outro tipo de arquitectura. Uma arquitectura integrada num micro-clima sabiamente preparado. Aproveitando o sol pode produzir-se calor ou frio por simples processos inseridos na própria construção dos imóveis. Captando a radiação solar, transformando-a em térmica e armazenando-a, podemos criar uma temperatura interior que supere os rigores do inverno, sem os problemas de ‘queimar o ar’, como acontece com a ‘chauffage’ artificial.

Com fossas apropriadas, podemos aproveitar para combustível o gás (metano) que se liberta da fermentação dos esgotos orgânicos. O mesmo processo se aplica aos estrumes e ramos secos.

A produção de electricidade em pequena escala pode ser efectuada através de eólicas, da transformação da energia solar, pelo aproveitamento das marés, utilizando engenhos simples, susceptíveis à auto-construção.

Uma nova repartição territorial da população, lançando mão deste tipo de infraestruturas técnicas descentralizadas, conjugada com uma relação de correspondência equilibrada entre a indústria e a agricultura, permitiria opôr ao crescimento desmedido das cidades e concentração dos equipamentos técnicos, uma alternativa de desenvolvimento harmonioso. Doutra forma, propôr uma tecnologia doce sem a integrar num processo descentralizador de novo planeamento social (onde sejam de facto as populações a gerir o seu destino) descambará num esquema rapidamente integrado nas estruturas capitalistas existentes.

Anexo 10

Sobre a instalação de uma central nuclear em Ferrel³⁸⁶

Esquema de funcionamento

O urânio é extraído das minas e transportado para uma oficina onde é refinado, concentrado e transformado em hexafluor d'urânio. Mas antes de poder ser utilizado na central tem de ser 'enriquecido', pois só o urânio 235 é físsil. Esta operação de enriquecimento exige todo um complexo tecnológico altamente sofisticado que Portugal não possui, daí que tenha que recorrer à indústria estrangeira. Pronto a entrar na central, o urânio enriquecido 'queimará' fornecendo uma parte de kilowatts-hora e outra parte de resíduos (94% d' U_{238} , 1% d' U_{235} , 1% de plutónio, metais, terras raras, etc.).

Achegas às questões de segurança

O urânio quimicamente é pouco manejável e à medida que as preparações se purificam (refinam e concentram) torna-se, pela sua radioactividade e toxicidade, cada vez mais perigoso. Mesmo nos locais de extracção do mineral existe um certo perigo de contaminação, como já foi referido atrás acerca de perturbações verificadas em alguns mineiros.

Para o transporte do mineral da mina para a oficina de refinação e sobretudo desta para a oficina de 'enriquecimento' (fora de Portugal) e daqui para a central utilizam-se grandes percursos, aumentando o perigo de contaminação radioactiva, mesmo sendo utilizadas instalações e mecanismos de técnica altamente complexa.

Já nos referimos também aos perigos que representam as fugas de radioactividade aquando da fissão do átomo do urânio no reactor da central. Especial importância e preocupação exige-nos o destino dos resíduos radioactivos resultantes do tratamento do urânio no reactor. Distinguem-se os resíduos gasosos e os sólidos. Os primeiros são retidos por filtros, filtros esses que se lavam com água, água do rio, contaminando radioactivamente a fauna e flora do curso de água. Os segundos são postos sob forma líquida por solventes, tais como ácido nítrico e desoxidantes de limpeza da máquina. O estado final quer duns quer de outros é de solução aquosa.

Qual o destino destas soluções, perigosas porque emitem radiações? Partindo do pressuposto que as águas profundas dos mares (fundos marinhos superiores a 1828m) são parados, aí se têm depositado os blocos de cimento armado contendo os resíduos. Mas, em 1957, os oceanógrafos deram o alarme:

– «As águas dos mares nas suas camadas mais profundas são oxigenadas o que quer dizer que há movimentação de águas. Verificou-se na fossa dos Tonga (Nova Zelândia) à profundidade de 10.816m as águas são tão bem providas de oxigénio que aí vivem vermes redondos e felpudos, moluscos bivalves, gasterópodes e plâncton».

A mobilidade das águas profundas, o risco de impregnação radioactiva do plâncton, fauna e flora profundas primeiro e depois superficialmente, desencadeando a longa corrente de contaminação de todas as formas de vida, levaram os oceanógrafos a pedir a supressão das imersões dos efluentes nos mares profundos. Esta posição foi reforçada quando se comprovou que a solidez dos vectores não está garantida, o que quer dizer que os blocos

³⁸⁶ «Acerca do projecto de construção duma central nuclear em Ferrel». *Alternativa*, n.º 4, Suplemento «Nuclear», Janeiro de 1978, p. 6-11.

de cimento são corroídos. Em 100 contentores imersos em 1961 ao largo da Califórnia na fossa de 2000m, um fissurou-se a 360m, 35 racharam ou deformaram-se, e 4 apenas pareciam intactos quando tocaram o fundo.

Que fazer então destas massas de resíduos que é preciso isolar por séculos? Na Conferência de Genebra de 1958 discutiu-se a possibilidade de armazenamento em antigas minas ou em cavernas, em cavidades escavadas no solo, delimitadas por paredes cimentadas de solidez a toda a prova, tudo isto murado a grande distância com controle permanente da radioactividade.

Mas nenhum geólogo pode assegurar com eficácia que não surja um sismo ou qualquer deslizamento de terras que ponha em risco todo o esquema montado! E também não pode assegurar a total estanqueidade do sistema em relação a fugas que atinjam cursos de águas subterrâneas.

Apenas 30% da energia libertada pela fissão do átomo são transformados em electricidade, sendo o resto transformado em calor. Isto exige um arrefecimento constante da central feito através das águas do rio (Ferrel). Segundo os especialistas em engenharia nuclear, uma central atómica com a potência de 1000 megawatts (o primeiro reactor a instalar está programado para 600MW) provoca uma elevação de 10 a 12 graus centígrados na temperatura das águas de que se serve para o arrefecimento, sendo este consumo de 30 a 40 mil metros cúbicos por segundo, ou seja, 10 vezes mais que o consumo de toda a Grande Lisboa.

Este fenómeno de elevação da temperatura vai ter consequências que se manifestarão ao nível do ecossistema aquático:

- modificação da flora e fauna
- diminuição do oxigénio
- perda das faculdades da água em se auto-regenerar destruindo organismos tóxicos.

Em Espanha, já não existem peixes num raio de 8 quilómetros (o qual se alarga todos os anos) em redor duma central de 500MW.

A protecção duma central é realmente impossível. Nada pode proscrever a eventualidade da queda dum avião ou de um engenho explosivo, a destruição em caso de guerra ou acções de sabotagem tipo terrorista o que significaria a morte de milhares de vidas.

Está calculado o período de actividade duma central em 25 anos. Ao fim deste tempo é preciso 'neutralizar' a central. Como fazê-lo?

Em alguns países, como a França e os Estados Unidos, 'embrulham' todo o sistema num envelope de cimento armado.

Mas por debaixo desse monstro de cimento armado continuará acesa por muitos anos a possibilidade de contaminação radioactiva, a possibilidade de destruição da vida.

Achegas às questões económicas

Está planeado um investimento de aproximadamente 30,9 milhões de contos para a construção duma central nuclear em Ferrel (instalação de 4 unidades na gama 600-700MW e 2 na gama 900-1000MW). Parece ser o empréstimo feito pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, com sede em Washington, à Companhia Portuguesa de Electricidade.

Dado que o assunto tem sido revestido duma auréola de bastidores, não sabemos ainda quais serão as condições financeiras desse empréstimo (taxa de juros, prazo de amortização e de carência, etc.). Conhece-se, no entanto, a pressão que a administração do citado Banco já fez a Portugal no respeitante ao aumento de 25%

nas tarifas da energia eléctrica, à unificação das companhias portuguesas de energia eléctrica 'sob um diploma aceitável para o Banco', no respeitante ao pagamento dos antigos accionistas, pelas nacionalizações.

A própria CPE (Companhia Portuguesa de Electricidade) reconhece no seu relatório que a participação da indústria nacional nos fornecimentos de equipamento técnico à construção da central é de apenas 50%, sendo o resto do equipamento comprado a um outro país, tudo leva a crer que será aos Estados Unidos da América. E com a tecnologia importada virá a importação de técnicos qualificados.

A construção duma central nuclear exige investimentos muito maiores do que se se tratasse de investir em centrais hidroeléctricas (97% de participação da indústria nacional) ou em centrais térmicas convencionais (80% de participação da indústria nacional), segundo os dados do relatório da CPE.

Dado o carácter radioactivo quer do urânio, quer dos efluentes, os materiais de construção empregues, a montagem e manutenção de todo o sistema exigem uma complexa tecnologia, o uso de matérias-primas muito diversas e por vezes rigorosamente puras, meticolosamente verificadas, o emprego permanente de aparelhagens de detecção, protecção, isolamento, de filtros de dispositivos mecânicos de manipulação automática ou à distância, etc. A radioactividade do reactor, só por si, obriga a blindagens consideráveis: para um reactor de 100MW -> um muro de betão de 2,90m com o peso de 1.200 toneladas, à volta de 2500 toneladas de ferragens, massas incríveis de chumbo, aço inoxidável, etc.

Como já se disse atrás, o tempo de actividade normal de uma central é de cerca de 25 anos, ao fim dos quais será 'inutilizada'. Mas, anteriormente aos 25 anos serão necessárias renovações de material, dada a extrema sensibilidade deste e necessidade de grau de segurança no seu funcionamento.

Como se pode ver no esquema geral de funcionamento da página 6, serão necessárias toneladas de mineral para obter uma pequena parte de urânio 235, o único físsil. Isto dá-nos uma ideia dos gastos em extracção e transportes necessários.

O urânio natural, depois de refinado e concentrado não contém mais que 0,7% de urânio 235. Para poder ser utilizado na central exige um tratamento de 'enriquecimento' (enquanto combustível da central deve compreender pelo menos 3% de urânio 235). Este tratamento, por envolver todo um sistema técnico muito complexo, especializadíssimo, não pode ser efectuado em Portugal. 'Existe um contrato condicional assinado com a Energy Resources Development Administration americana, referente ao fornecimento dos serviços de enriquecimento para o combustível do primeiro reactor. Este contrato passará a firme a 1 de Julho de 1976 no caso de entretanto ter sido emitida uma autorização de utilização do plutónio nos reactores americanos' - passagem do relatório 'Central Nuclear de Ferrel - Estudo Preliminar e de Localização' preparado pela CPE e datado de Outubro de 1975.

Sabe-se que grande número das centrais a nível mundial estão paradas por dificuldades técnicas e de segurança, acontecendo mesmo por vezes, como ainda há pouco na Alemanha Federal, a paragem completa de toda a actividade nuclear, por um curto espaço de tempo.

Só 30% da energia libertada pela fissão do átomo de U_{235} é transformada em electricidade, sendo a restante desperdiçada. O que equivale a dizer que o rendimento de uma central é consideravelmente fraco.

Fazendo o balanço do exposto parece que não restam dúvidas quanto à não-compensadora rentabilidade duma central em função dos gastos que exige e das dependências a que obriga. Agudizar-se-á a sujeição de Portugal a um país imperialista, apertando-se ainda mais o nó que já estrangula a garganta daqueles que nada mais possuem do que a sua força de trabalho:

Sintetizando, e no caso de a central vir a ser construída, tipos de sujeições que se agudizarão:

Dependência Tecnológica

Pela necessidade de importar licenças de fabrico, matérias-primas, mercadorias como metais, máquinas, aparelhagens de diversa ordem, e pela importação de técnicos especializados. Isto equivale a dizer que:

1. Aumentarão as reais possibilidades de o poder capitalista americano se opor a uma transformação socialista em Portugal, pois poderemos ver embargado o fornecimento de tecnologia, de técnicos, do urânio enriquecido, o que iria provocar a paralisação de parte da vida portuguesa (a central não funcionaria -> desemprego; paralisação dos sectores que dependessem energeticamente da produção nuclear -> desemprego; etc.).
2. Agravamento da tendência de não investimento no sector português de produção de meios de produção (máquinas, equipamento tecnológico) quase inexistente e ligado na sua maior parte à divisão internacional do trabalho, criando condições para a agudização das crises cíclicas próprias do sistema capitalista, e pagas sempre pelos trabalhadores.
3. Portugal sofrerá fortemente a inflação ao mínimo sintoma inflacionário no país dominante.

Portugal vai ajudar a desanuviar a crise de superprodução americana, pois vão-nos impingir material de stock já antiquado, que daqui a 10 anos necessitará ser renovado, ou seja, proporcionará novos lucros para as grandes empresas americanas fornecedoras.

À medida que as minas de urânio forem sendo esgotadas (calcula-se de 1980 a 1990 como data limite das reservas mundiais de urânio) aumentará o seu preço mundial.

A atitude recente d'Henry Kissinger, pressionando o Congresso Americano a desenvolver rapidamente a capacidade dos EUA em produção de urânio enriquecido, prova a vontade do capital americano em controlar o mercado mundial do urânio, já que em urânio enriquecido nenhuma central a água ligeira (63% das centrais nucleares) poderá funcionar. Existem 7 oficinas de enriquecimento: 3 nos EUA, 1 na URSS, 1 na GB, 1 em França, 1 na China. Não será difícil imaginar os lucros obtidos pelo monopólio americano do enriquecimento do urânio daqui a uns anos e o progressivo afogamento dos povos dos países de economia dominada cuja produção energética seja nuclear.

Dependência Financeira

Através da penetração dos investimentos americanos. Os lucros são sempre superiores ao capital investido, de outra forma não se compreenderia o interesse de um país imperialista investir em Portugal.

Esses lucros são formados à base da mais-valia sacada à mão-d'obra operária portuguesa.

Dependência Comercial

O valor das importações é esmagadoramente maior que o valor das exportações, em relação aos Estados Unidos da América. Daí, o agravamento do deficit da balança comercial.

Anexo 11

O nascimento de *A Urtiga*³⁸⁷

Pois aqui estou! O meu nome, *A Urtiga*, não passa do nome vulgar de várias plantas da família das urticáceas, que inclui plantas herbáceas espalhadas por todo o globo, eriçadas de pêlos cuja picada produz certo ardor passageiro...

Francamente: não pretendo provocar em ti, leitor amigo, qualquer ‘urticária’ persistente. Mas também não gostaria apenas de suscitar da tua parte um ardor passageiro. Quero estar contigo para durar, para te acompanhar por muito tempo. Assim tu me dês a mão. Não, não quero que me colhas todos os dias como a esse papel que suja as mãos e logo apetece atirar fora. Baterei à tua porta de dois em dois meses apenas, mas tenho a esperança de que mesmo assim me consideres companhia válida para todos os dias.

Do que sou, ao que venho, da força que me move, entendo que não adianta falar. Decerto não procuras em mim discursos e a resposta à tua perplexidade a meu respeito só nas minhas páginas...perdão, nas minhas folhas, poderás encontrá-la. Não peço que me julgues pelas minhas boas intenções, mas por aquilo que estiver ao alcance do teu olhar.

No entanto, sempre te vou dizendo que (*urtica dioica*) sou considerada de provável origem asiática, e sou uma dessas plantas que acompanham sempre o homem. Na antiguidade fui utilizada devido às fibras do meu caule. Várias tentativas para me cultivarem foram empreendidas na Europa, sobretudo na Alemanha. Mas, embora o tecido feito da minha fibra (fibra de urtiga não é qualquer um que tem!) seja tão bom como o do linho, a produção de filação foi, para os homens sempre obcecados com a produtividade, considerada fraca e de rendimento medíocre.

Muito me têm desprezado, na verdade. Se querem dizer que algo ou alguém não presta, dizem que o atirem às urtigas. Mal imagina essa gente desapiedada que eu, por incrível que pareça, eu urtiga silvestre, sou uma das verduras mais ricas em vitaminas e sais minerais. Com a vantagem que cresço em solo virgem, ao abrigo das zonas pulverizadas com insecticidas! Posso ser usada como alimento, condimento, medicamento e cosmético natural. Posso o dobro do valor nutritivo da cenoura, não desfazendo... Sou rica em vitaminas A, B, C e K, assim como em potássio, cálcio, ferro, fósforo, clorofila e glicose.

Também exerço óptimo efeito sobre o metabolismo e tanto o meu sumo fresco como o meu chá são poderosos remédios contra o reumatismo e cálculos renais e biliares, sendo o chá também usado com muito êxito nas diarreias (20 a 25 partes para 1000 de água) e o cozimento (de 50 por 1000) em irrigações vaginais, contra metrites e outras doenças do útero.

Como já gosto de ti, leitor, apesar de te conhecer há tão pouco tempo (sou dada a amores à primeira vista), vou confiar-te uma receita de um óptimo chá de urtigas: cozem-se, durante cinco minutos, em 6 a 7 decilitros de água, 2 colheres (das de sopa) de folhas minhas, *secas* (para me secar e manter, colocar-me à sombra, em lugar arejado e, ao fim de alguns dias, guardar-me num saco poroso), cortadas em pedaços bem finos. Tomar na quantidade de uma ou duas xícaras por dia. Também se pode tomar como bebida o chá frio

³⁸⁷ «*A Urtiga* apresenta *A Urtiga*». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 3.

das minhas folhas secas: despeja-se um litro de água fervente sobre 10 ou 20 gramas de folhas secas, deixa-se de infusão e cõa-se. Neste chá todos os meus sais nutritivos estão presentes em grandes quantidades.

Cozidas a vapor, nós, urtigas, somos um prato delicioso (bom, admito que haja quem não partilhe esta opinião...). Devemos ser escolhidas tenras; depois de lavadas, somos cozidas sem água, numa panela tapada, até nos tornarmos macias. Em seguida, somos cortadas bem finas e juntam-nos um pouco de manteiga enquanto estamos quentes.

Somos ainda valioso condimento. Os nossos rebentos macios podem ser empregados em saladas ou refogados. A minha amiga Ebba Waerland recomenda que no inverno se polvilhe a coalhada com urtigas em pó (por favor, triturem-nos com carinho, está bem?).

Sabem? A urtiga inteira – e sobretudo com a semente –, tomada como sumo cru é de bom efeito em qualquer tipo de hemorragia.

As nossas raízes são um preservativo excelente contra a queda do cabelo: cortadas em pedaços pequeninos e na quantidade de 200 gramas e fervidas num litro de água e meio litro de vinagre. Lavar e friccionar a cabeça diariamente com esse preparado.

E aqui está! Muito haveria ainda a dizer, mas hoje não me alongo mais. Tanto nos dizem que estamos em época de austeridade que é até para desconfiar. Mas se realmente for verdade, já sabem: têm em mim um grande arrimo para esses apertos. Posso ajudar-vos a diminuir a vossa conta da praça, da farmácia, do médico, da perfumaria, em cabeleiras postiças. E que contas, cada dia maiores! Não é para desprezar. E vejam, por mim nem precisam pagar (vá lá que sim, considerando-me sob o aspecto ‘jornalístico’...mas de dois em dois meses...).

Prometo que das próximas vezes vos apresentarei a algumas irmãs minhas, humildes plantas silvestres como eu, também senhoras de excelentes virtudes para épocas como a nossa e com segredos de preciosas receitas contra a inflação e contra a cintura frouxa.

Quanto a vocês, queridos leitores amigos, não se esqueçam de escrever-me. E enviem as vossas ideias, todos precisamos delas.

Até lá, um abraço amigo da vossa

A Urtiga.

Anexo 12

Relato do 1.º Festival Pela Vida e Contra o Nuclear³⁸⁸

Após atravessarem por estritos carreiros os campos de terra arenosa, onde as batatas semeadas já mostram a rama, homens, mulheres e crianças, vindos de todo o país, lado a lado com gente de Ferrel, caminham em longas colunas dispersas, lentamente... Aqui e ali há que atravessar um fio de água, que nasceu das chuvadas deste Inverno. Algumas centenas de metros à sua esquerda, o mar encapelado por um vento fresco, que se aspira com prazer.

Cheira a mar, e ouve-se o quebrar das ondas. Ao olhar para trás, tem-se a sensação de estar perante imagens de um filme bíblico! As várias colunas de caminhantes assomam em certos pontos das dunas, que as encobrem imediatamente a seguir, para deixar aparecer de novo, em grande extensão.

Muitas pessoas não podem deixar de se interrogar:

– Quantas vezes, no futuro, poderão ainda pisar sem medo esta areia? Respirar este ar? Será esta marcha, sob o sol de uma manhã de Domingo, o derradeiro encontro com a Natureza, em Ferrel?

Cada um dentro de si, sabe no entanto, que a resposta ainda não está dada.

O 1.º Festival *Pela Vida e Contra o Nuclear*, que se realizou nas Caldas da Rainha a 21 e 22 de Janeiro, significa a primeira fase dessa resposta: exteriorização do repúdio que, cada homem desejoso de viver em paz consigo e com o mundo, tem necessariamente que exprimir, face aos projectos do capitalismo internacional visando culminar a deterioração do espaço geográfico e social português, com a implantação de uma rede de centrais nucleares. A primeira tem como local designado, Ferrel.

No Sábado, dia 21, estava patente na Casa da Cultura das Caldas da Rainha, um conjunto de exposições sobre: energia nuclear e energias alternativas (N.O.N.), a luta do povo do Alviela (da C.L.A.P.A.), o humor na temática nuclear (da Coop. Pirâmide), e posters, autocolantes, desenhos, etc., sobre o mesmo assunto.

Durante toda a tarde decorreram sessões contínuas de filmes e ‘video-tapes’, assim como venda de publicações, abordando directa ou indirectamente o tema ecologia, e ainda artigos artesanais. A propósito da venda: já antes, à hora do almoço tivéramos oportunidade de conhecer o magnífico pão de centeio que a Coop. Pirâmide transportou para as Caldas, e pôs à venda, ao servir as suas refeições macrobióticas.

Uma sala foi reservada para colóquios-debate, nos quais foram abordados os assuntos ‘pacíficos versus pacifistas’, ‘comunidades’ e ‘a luta do povo do Alviela’. O tempo foi curto, acabando alguns inscritos por se verem impossibilitados de expôr as suas ideias, em outros tantos colóquios que se propunham animar. Entre eles figurava um inventor – José Lopes, já premiado internacionalmente, e de quem o relógio nos privou. Acabaria por explicar o esquema do seu invento (dispositivo hidráulico para produção de energia), rapidamente, a meia dúzia de curiosos.

³⁸⁸ «1.º Festival Pela Vida, Contra o Nuclear». A *Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 4-6 e 32.

Gomes Guerreiro, secretário de Estado do Ambiente, na impossibilidade de comparecer ao colóquio da noite, enviaria uma comunicação que foi lida. Esta traçava o inventário de diversas atitudes (ou falta de) ecológica e socialmente desequilibrantes.

‘- Ao dar-se tanta importância às centrais nucleares, fornecedoras de energia e, neste caso, à que se prevê venha a ser construída em Ferrel, receio que alguém possa supôr que este problema é de tal ordem que, se resolvido, desaparecem imediatamente todos os outros. Como não é assim, funcionaria como uma acção de diversão, que faria esquecer todos os restantes.’

E mais adiante:

‘- De facto, receio que, enquanto se discute a instalação de uma central nuclear, levando a convergir nesse sentido as atenções do país, sejamos levados a esquecer que...’

Seguir-se-ia o já referido inventário de várias depredações ao meio ambiente do cidadão português, que nos abtemos de transcrever aqui, por receio de que, enquanto o leitor neles converge a sua atenção, seja levado a esquecer o iminente perigo nuclear que nos bate à porta!

Delgado Domingos, catedrático do I.S.T., que falou em seguida, resumiu a importância da questão da central nuclear, neste momento. Tecnicamente insegura, politicamente uma fraude, economicamente jogo branco e ecologicamente uma catástrofe, foi a certeza que extraímos das suas palavras. O problema da (in)segurança para as populações, em caso de acidente nuclear, responde-nos porque qualquer importância atribuída a este problema, nunca é demasiada!

Carlos Matos Ferreira, também professor do I.S.T., deu uma visão crítica da técnica (ou a crítica de uma certa visão técnica), afirmando que esta não dispões de resposta a todas as questões, que se levantam em torno do aproveitamento da energia nuclear. Referiu ainda as alternativas possíveis à energia nuclear.

Falou depois o professor António José Saraiva, versando o tema: ‘decadência da sociedade tecno-burocrática’. Traçou o esboço da hiper-instituição social que abafa o nosso quotidiano, e ameaça a humanidade por inteiro. Pôs grandes reservas à fatalidade do vulgarmente chamado ‘processo histórico’, no que foi muito aplaudido pelos presentes.

Carlos Caldeira, psiquiatra, falou sobre ‘comunidades’, tendo as intervenções previstas terminado com as palavras de dois habitantes de Ferrel.

Seguiu-se um período de debate entre a assistência e os oradores, com que se encerraram as actividades deste primeiro dia de Festival, ao longo do qual alguns milhares de pessoas foram passando pelas exíguas (neste caso) instalações que foram postas à disposição da Coordenação Ecológica. De facto e, na impossibilidade de obter a cedência de um local mais amplo, muitas foram as pessoas que não puderam entrar na sala do colóquio da noite, ouvindo as intervenções no átrio contíguo.

Por seu lado, o tempo não permitiu que as exposições, bancas de venda, etc., viessem para a rua, como estava previsto.

Queremos mencionar a presença de alguns amigos espanhóis da revista ecológica *Alfalfa*, que vieram de Barcelona, propositadamente para este encontro.

Domingo trouxe o sol, logo de manhã, mas por breve tempo; o céu voltou a encobrir.

É ainda com o azul a servir de tecto, que as colunas de manifestantes se vão concentrando junto à torre de observações meteorológicas, no próprio local da central. A vigiar as instalações, algumas dezenas de agentes da G.N.R., vindos de Caldas e Peniche.

Alguns indivíduos, em crise de afirmação pessoal, gritam que querem deitar abaixo aquilo; a crise dura alguns minutos em que não se passa de ruidosa manifestação de intenções. Entretanto o Carlos (do N.O.N.) esforça-se porque os guardas aceitem ofertas de autocolantes, e muitos aceitam mesmo! À parte e pouco depois, um dos guardas, calmamente, confidencia-nos: ‘ – Eu até penso que vocês têm razão, que isto da central é muito mau... mas que havemos nós de fazer? Mandaram-nos para aqui!’».

O Zé Luís (da *Gazeta das Caldas*), que durante quilómetros carregou uma enxada e um saco de batatas, vai ter enfim oportunidade de se livrar do carregamento deste. É altura do plantio simbólico; mas antes, um breve problema técnico tem que ser resolvido: como plantar as batatas, em regos ou em covachos? É um jovem de Ferrel que vem mostrar como se faz, lá por aquelas bandas.

À tarde, novamente nas Caldas, actuam o G.A.C. (Grupo de Acção Cultural – Vozes na Luta), Pedro Barroso, Zé Afonso, Sérgio Godinho, Fausto e Vitorino. O Parque municipal serve de plateia.

E o festival terminou já noite cerrada.

O 1.º Festival *Pela Vida e Contra o Nuclear* suscita diversas opiniões. Falho de organização, segundo uns, carecendo de ligação à população, é o principal defeito que outros apontam. Ele teve o mérito, apesar de tudo, de ter sido a iniciativa ecológica que maior número de pessoas mobilizou, até agora em Portugal, e que mais contribuiu para a coesão dos diversos grupos de acção local, de motivações e cultura heterogénea.

O GRANDE Festival porém, não se resume ao fim de semana das Caldas da Rainha. No sentido lato, ele foi toda a movimentação, mobilização e divulgação ao longo de muitas semanas, que excedeu em muito todas as expectativas. Como tal, o encontro das Caldas é um acto na sequência de um Festival que já começara e que, obviamente, também não acabou nas Caldas! Não foi, pois, uma coisa isolada no tempo. Foi a primeira fase de uma resposta que se vai avolumando, foi já algo que resultou do toque a reunir.

O que se seguirá? Seja o que for, *A Urtiga* pode afirmar que as ‘manobras de diversão’ jamais virão do espírito que presidiu a este belo encontro de Janeiro!

Anexo 13

Cronologia da luta antinuclear em Portugal (1974-1977)³⁸⁹

Cronologia da Luta Anti-Nuclear em Portugal

Abril-Maio 1974

Constitui-se em Lisboa o Movimento Ecológico Português, que imediatamente toma posição contra o projecto, herdado do regime autocrático, de implantação de centrais nucleares, pronunciando-se a favor das energias alternativas.

Novembro 1974

No I Encontro do MEP é apresentada uma comunicação que pretende o lançamento de uma Campanha por uma Moratória Nuclear.

Torres Campos, então secretário de Estado para a Energia, declara a um jornal oficioso que as centrais nucleares são necessárias, serão certamente construídas e não apresentam perigo algum. Pela mesma época, Champalimaud, industrial de um truste posteriormente nacionalizado, declara que o país devia imediatamente construir duas ou três centrais.

Afonso Cautela, grande animador do MEP, exprime numa curta entrevista à TV, as posições anti-nucleares do Movimento.

Fevereiro 1975

No seu II Encontro, o MEP insiste na recusa do programa nuclear português.

Pela mesma época, Ribeiro Teles, então secretário de Estado do Ambiente, declara ao semanário *Expresso* que era necessário tomar em consideração os problemas ambientais levantados pelas centrais e alude ao perigo das radiações ionizantes.

Março 1975

Uma comissão do MEP apresenta ao governo um dossier denunciando os perigos das centrais. Uma carta assinada por mais de 500 pessoas tomando posição contra as centrais, é entregue à secretaria de Estado da Energia.

Essa secretaria faz publicar uma nota considerando aberto o debate nacional sobre a questão nuclear, declarando porém na mesma nota que Portugal não poderia dispensar o recurso às centrais.

Mai 1975

António Carvalho, um dos fundadores do MEP e jornalista do vespertino *A Capital*, abre nesse jornal um amplo inquérito sobre o problema nuclear.

Julho 1975

É publicada, pela colecção *Viver é Preciso* (Edições Afrontamento, Porto), a versão portuguesa do livro *O Átomo e a História*, de Pierre Pizon.

³⁸⁹ «Viva o Povo de Ferrel – Do Alerta Nuclear ao 1.º Festival Ecológico em Portugal». *A Urtiga*, n.º 1, Fevereiro de 1978, p. 16-17.

Setembro 1975

Forma-se no Porto o GAIEP (Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto) que publica e difunde alguns textos de informação sobre o problema nuclear.

Novembro 1975

Reúne-se no Porto, a 14, 15 e 16, o I Encontro Nacional de Política Energética, organizado por associações profissionais de engenheiros e técnicos. Na sessão consagrada ao tema 'Ambiente e Política Energética', a questão nuclear domina os debates, sendo a maioria das intervenções desfavoráveis às centrais. O GAIEP participa no debate e distribui um texto intitulado 'Pelos Alternativas Energéticas, não à central nuclear em Portugal'.

Março 1976

O Conselho de Ministros aprova o 'lançamento de concurso visando o fornecimento dos equipamentos principais para o primeiro grupo nuclear'.

Pela mesma época, é fundada a CALCAN (Comissão de Apoio à Luta Contra a Ameaça Nuclear), com sede em Peniche, em cujo concelho se situa a aldeia camponesa de Ferrel, local previsto para a implantação da primeira central nuclear portuguesa.

O jornal popular *O Arado*, publicado no concelho de Peniche, e o jornal regional *Gazeta das Caldas* alertam para o problema nuclear.

Dois abaixo-assinados recolhem assinaturas no concelho de Peniche exigindo um debate leal sobre o problema. Uma delegação do Sindicato de Pescadores de Peniche exprime a sua preocupação junto do governo.

A 15 de Março, a população de Ferrel toca os sinos a rebate e obriga à interrupção de trabalhos preparatórios executados no sítio previsto para a implantação da central. Os operários que se encontravam no terreno suspendem as obras e retiram.

Dezembro 1976

A imprensa brasileira reproduz declarações de Mário Soares, então primeiro-ministro, segundo as quais o seu governo estaria a estudar a possibilidade de fazer com a República Federal Alemã um acordo semelhante àquele que o Brasil fez com esse país no campo nuclear. É ventilada a hipótese de o urânio português ser utilizado no Brasil no âmbito desse acordo, apesar da oposição dos Estados Unidos ao acordo RFA-Brasil.

Fevereiro 1977

Alguns trabalhos preparatórios à central recomeçam em Ferrel. Elementos da população destroem tapumes de protecção nas obras da central após o recomeço dos trabalhos.

Março 1977

Tropas aquarteladas nas Caldas da Rainha realizam manobras de treinamento no local escolhido para a central nuclear.

O II Encontro Nacional de Política Energética (Lisboa, 25 e 26 de Março), organizado por associações profissionais de engenheiros, pronuncia-se claramente contra a central prevista para Ferrel. O professor J. J. Delgado Domingos lê nesse encontro um parecer da secretaria de Estado do Ambiente desfavorável ao programa nuclear.

Mai de 1977

Um grupo de 110 cientistas e técnicos, mais tarde alargado e que veio a incluir 74 técnicos da Electricidade de Portugal, empresa a quem caberá construir e gerir a central nuclear, publica o 'Manifesto sobre a

Política Energética' no qual se condena o programa nuclear português e se pede um verdadeiro e honesto debate nacional sobre o problema.

Junho 1977

Realiza-se nas Caldas da Rainha, por iniciativa dos *Cadernos de Ecologia e Sociedade Viver é Preciso* e do jornal *Gazeta das Caldas*, a I reunião de Coordenação Ecológica, que agrupa núcleos de vários pontos do país. É decidido convocar para as Caldas da Rainha uma 2.ª Coordenadora, a qual se realiza a 17 e 18 de Setembro, e na qual se programa a realização (nessa cidade, a 21 e 22 de Janeiro de 1978) de um I Festival pela Vida e Contra o Nuclear. Além dos dois grupos organizadores, aderem à iniciativa a Cooperativa Pirâmide (que integra o GAIEP), do Porto; o Grupo Ecológico e Anti-Militarista, de Coimbra; a CLAPA, Comissão de Luta contra a Poluição do Alviela, de Pernes; o jornal *Frente Ecológica*, de Lisboa; o grupo Não à Opção Nuclear, de Lisboa; o Núcleo de Ecologia, de Évora.

Novembro 1977

Começa a publicar-se *Pela Vida – suplemento de informação e coordenação ecológica* do semanário *Gazeta das Caldas*.

Um curto folheto para distribuição gratuita, intitulado 'Centrais Nucleares: Razões de uma Recusa' é publicado por *Viver é Preciso* e pela *Gazeta das Caldas*.

É publicado o dossier *O Suicídio Nuclear Português*, organizado por Afonso Cautela (editado por Socio-cultur, Lisboa), com numerosas informações sobre a questão nuclear.

Dezembro 1977

Reúne-se em Lisboa pela terceira vez a Coordenação Ecológica, para ultimar a preparação do I Festival pela Vida e Contra o Nuclear (21 e 22 de Janeiro de 1978, nas Caldas da Rainha).

Anexo 14

Relato sobre a Quarta Coordenadora Ecológica Nacional³⁹⁰

Quem não assistiu à Quarta Coordenadora Ecológica Nacional, que decorreu nos arredores de Guimarães a 15 e 16 de Abril, mas leu alguma notícia do que lá se passou, decerto ficou surpreendido pela aparente magreza dos resultados. Com efeito, o que de lá saiu foi apenas uma recomendação um tanto vaga acerca da necessidade de empreender esforços de coordenação a nível regional que, uma vez conseguidos, seriam patamar de coordenações mais vastas de âmbito nacional.

Quem assistiu, desanimado talvez pela dificuldade, um pouco inesperada, de entendimento das diversas linguagens e perspectivas ali focadas e representadas por pessoas e grupos muito heterogéneos, ficou surpreendido sobretudo como havia sido possível pouco antes a realização do Festival das Caldas da Rainha. Este resultado afinal de uma compreensão entre todos os que o prepararam, que só ela foi capaz de vencer a inércia e o desânimo em que, antes dele, se encontravam muitos daqueles para quem a acção ecológica se afigurava urgente mas que não viam modo de ela superar em Portugal o círculo restrito de iniciados em que ele se debatera até então.

A meu ver, além de outras causas, o que se revelou em Guimarães foi o regresso da ditadura da ideia, que tinha ficado posta de lado quando se iniciou a preparação do Festival. Quer dizer: conseguida a primeira grande realização da corrente ecológica em Portugal, voltaram ao de cima as ideologias ou doutrinas que cada pessoa ou cada grupo pensa serem as melhores, as salvadoras, as correctas, as puras e duras. Nada de mais estéril do que essa briga de galos das ideologias arvoradas em freios da mente livre e aberta. Também não adiantaria clamar contra o facto. Ele existiu, e tem raízes profundas na nossa formação cultural, no nosso francesismo de imitação, na nossa dificuldade, desde que ficou descoberto o caminho para a Índia, de fazer o que quer que seja de positivo e de real sem que antes discursemos e nos desentendamos durante intermináveis combates de palavras. Essa ditadura da ideia volta e meia pretende encurralar esse facto novo da nossa época que é a tomada de consciência ecológica, e a acção dela decorrente, nos moldes estreitos e asfixiantes dos rótulos filosóficos, políticos ou doutrinários do passado, que é o primeiro passo na escorregadia vertente da intolerância e da excomunhão, mania com que o fantasma do Santo Ofício ainda hoje assombra as almas portuguesas e seu fácil pendor inquisitorial.

Ora, onde essa ditadura da ideia abstracta e desencarnada, esse vício de se nortear a conduta não pela análise e enfrentamento do real mas pela citação do livro (pouco importa nesse caso se o autor é Cristo, Maomé, Marx, Bakunine, Debord, Gandhi ou qualquer outro medalhão do museu de cera das ideologias), onde essa ditadura, dizíamos, não vinga, surge então efectivamente a consciência ecológica. Ela é afinal a consciência de que a vida da espécie humana se encontra sob ameaça de catástrofes de grande amplitude devido a intervenções tecnológicas e económicas erradas da sociedade humana sobre o mundo natural. Ela leva todos aqueles que compreenderam a presente crise a uma atitude mental de grande disponibilidade, procurando, independentemente de preconceitos de ordem ideológica, doutrinária, religiosa ou outra, soluções ou indicações de solução

³⁹⁰ MARQUES, José Carlos – «Guimarães: As Barbas a Arder dos Ecologistas». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 1-2.

onde quer que elas se encontrem. Seja ou não o contexto geral do agrado do pesquisador, seria suicida da parte deste desdenhar os elementos úteis encontrados numa situação de urgência e gravidade reconhecidas. Não se trata de um ecletismo amorfo ou de uma habilidade de remendão, mas antes de uma predisposição de espírito, fecunda para quem já experimentou o vazio dos sistemas que tudo explicam ou para quem já se desencantou definitivamente da irrespirável atmosfera de seita, hoje abundante no mercado para todos os paladares.

O documento que se apresenta a seguir destinava-se a ser distribuído aos participantes na Coordenadora de Guimarães. Por falta de meios técnicos, não chegou a sê-lo. O espírito de Guimarães que nele se defendia é provável que não exista ainda em grau suficiente, a começar por mim próprio decerto. Mas não vejo bem como poderá surgir qualquer grande realização regional ou nacional, de carácter ecológico, que aprofunde e estenda os benefícios resultantes do I Festival, sem que esse espírito se desenvolva e amplie. Mas não é a nossa vontade que decidirá do seu surgimento: os factos encarregar-se-ão de situar na mesma trincheira aqueles a quem os espectros de ideias há muito já mortas aparentemente separam.

Para um 'Espírito de Guimarães'

1. Alguns receiam que a corrente ecológica não seja suficientemente revolucionária; outros, que ela não seja suficientemente conservadora; uns gostariam de eliminar as suas excrescências místicas, outros que ela não manifestasse qualquer preocupação positiva; uns acham necessário deixar de lado qualquer lirismo ou subjectivismo, outros abandonar qualquer laço com a ciência ou com o pensamento racional; uns receiam a vizinhança dos anarquistas, outros excomungariam os monárquicos; alguns não querem confundir-se com os folclóricos, ipis e marginais; outros sentem na gravata ou na pasta do universitário uma ameaça potencial; uns não admitem sequer ser convidados para um arroz integral, outros vêem no bife uma impossibilidade de se ser ecologista; uns gostariam que se fosse mais de esquerda, outros que se fosse mais de direita. Mas os que reconhecem a necessidade de 'coordenação ecológica' sabem que todas estas prevenções são bloqueadoras da acção, obstáculos que devem ser mantidos no limbo da unidade necessária.

2. O que caracteriza fundamentalmente a corrente ecológica não é nenhuma apelidação ou adjectivação do passado, nenhum enfeudamento a uma filosofia ou doutrina pré-existentes. A filosofia ou a doutrina da corrente ecológica estão por fazer, e pensar que fazê-la é uma condição para a pôr em marcha é uma maneira de a paralisar, de lhe tolher os movimentos, de a amarrar a correntes ou movimentos já existentes que são decerto muito justos e muito necessários, mas que não são ela.

3. O mesmo é dizer: a característica fundamental da corrente ecológica, é a sua clara, inequívoca e inconfundível AUTONOMIA. Não há que subordiná-la a nenhum partido ou sequer fazer dela um partido, isso seria destruí-la; não há que fazê-la depender de nenhuma ideologia, isso seria cloroformizá-la; não há que amarrá-la a nenhum chefe, líder, vedeta, isso seria banalizá-la e acefalizá-la; não há que fazê-la depender de nenhum poder, força ou dinheiro, isso seria dissolvê-la. A única prudência a manter é a sua autonomia. A ousadia que lhe basta é a de ser autónoma. E o que significa essa autonomia? Significa que a força da corrente ecológica, que é imensa, e que está em acto, reside na sua necessidade irrespondível, na sua livre fatalidade face à putrefacção da civilização industriocrata aparentemente dominante, pois ela nasce do mesmo solo da sociedade que combate. Nessa medida, ela é inteiramente espontânea, mas da sua espontaneidade fazem parte formulações organizativas que dependem da vontade consciente de indivíduos e grupos.

4. Buscar a unidade na acção, para a corrente ecológica, é totalmente diferente de forçar qualquer uniformidade de expressão ou qualquer identidade intelectual, de propor a subscrição de plataformas doutrinárias ou

socio-políticas. É mesmo o inverso disso: trata-se de partir da diversidade para chegar à diversidade, passando pela força de confluências decididas mas temporárias. Da confluência à disseminação, da disseminação a uma nova confluência. Pretender fixar e imobilizar no tempo uma confluência tão díspar seria abrir a porta a um entredevar-se que caracteriza tantos movimentos contemporâneos mas que, para a corrente ecológica, seria a autoaniquilação.

5. Não se decide que a luta antinuclear é um ponto de confluência privilegiado. Ela é-o independentemente de qualquer decisão, e contra isso ninguém nada pode. Há protectores da natureza que não são antinucleares: é que ainda não chegaram à corrente ecológica. Pessoalmente, cremos que lá chegarão. Mas não podemos esperar por eles. Nem há necessidade de esperar. A corrente ecológica alimenta-se de torrentes súbitas e a cada salto do seu crescimento surpreende os que ainda a viam com olhos de dois anos antes. Essa surpresa aconteceu com o I Festival Ecológico. E, provavelmente, há-de suceder ainda muitas vezes.

6. O revolucionário sincero tem no conservador antinuclear um aliado, e no revolucionário pró-nuclear um adversário decidido. O conservador antinuclear tem no conservador pró-nuclear um adversário e no revolucionário antinuclear um aliado. Este facto perturba os esquemas mentais vulgares, mas tem uma lógica de ferro sobre cujo desfecho as nossas conjecturas pouco adiantarão.

7. Dito isto, há uma infinidade de problemas ecológicos graves no país que necessitam resposta urgente. Mas a luta antinuclear, em vez de nos afastar, aproxima-nos de todos eles. O contrário, também viável, nem sempre é verdadeiro.

8. Pessoalmente, estou convencido de que, se os pontos focados forem tidos em conta, a corrente ecológica, eventualmente por meio de uma federação ou qualquer outro modelo organizativo eivado de espírito federalista, pode em Portugal assumir muito brevemente uma amplitude que surpreenderá muita gente de fora e de dentro dela. Caso se siga uma via 'doutrinista' que necessariamente desembocará em excomunhões e contra-excomunhões, o provável então é o que o desejo de vida e a revolta antisuicidária dispensem a corrente ecológica e se manifestem nas barbas (a arder) dos ecologistas.

Anexo 15

A filosofia alimentar macrobiótica II³⁹¹

Os portugueses comem mal. Não só por causa do cabaz de compras, mas por erros tradicionais de dieta alimentar.

Como a conversa surgiu a pretexto de um pedido de comentário e crítica à moda da macrobiótica, o dr. Castelo Branco citou os pontos positivos dessa filosofia alimentar: o apelo ao consumo de cereais integrais e a importância dada aos legumes e frutos consumidos no estado sólido original em vez de reduzidos a sumos.

Se bem que a refinação e a industrialização dos alimentos, sempre com implicações desnutritivas, possa surgir como um mal necessário para fazer chegar comida em condições de conservação a aglomerados populacionais não autónomos em matéria de produção alimentar, é evidente que os cereais integrais têm maior valor nutritivo que os refinados.

As vantagens dos legumes e frutos consumidos por inteiro em vez de sob a forma de sumos consiste em que, no primeiro caso são ingeridos, para além do material nutritivo presente no sumo, as fibras celulósicas que lhes dão corpo.

Ora as fibras celulósicas não são digeridas. Saem todinhas com as fezes. Mas, no seu trajecto pelo tubo digestivo, têm uma acção protectora das suas paredes, diminuindo as probabilidades de desenvolvimento de úlceras ou tumores nessa região do corpo.

A Guerra das Proteínas

Quanto à posição da macrobiótica sobre a ingestão de fontes proteicas, já a coisa fia mais fino.

Uma refeição normal de carne ou peixe tem excesso de proteínas – e, normalmente, ausência de legumes e cereais. Apesar de pesados, tratam-se de pratos desequilibrados.

Ao propor uma redução de consumo proteico, os macrobióticos estão a pôr o dedo numa ferida. Só que, ao recusarem as proteínas de origem animal, estão a cometer um erro grave.

E isto porque uma alimentação exclusivamente à base de proteínas de origem vegetal (soja, por exemplo) torna o corpo susceptível a hemorragias à mais pequena agressão (constipação com hemorragias nasais, menstruações com grande fluxo, etc.). A ingestão de proteínas de origem animal (leite, queijo, carne, peixe) é fundamental para um equilíbrio da saúde.

Passemos agora aos principais erros de nutrição dos portugueses, e mesmo de outros povos.

1. Açúcar. É uma droga, que provoca habituação, sem qualquer valor nutritivo. O seu uso começou a ser conhecido na Idade Média, ao entrar no formulário dos elixires mais amargos que se davam aos doentes. Tal como hoje se faz com os xaropes. Mas dada a sua raridade, era um produto de luxo, só acessível à bolsa dos nobres.

Só com as descobertas marítimas é que o açúcar entrou na alimentação. Mas ainda monopólio dos mais ricos. A sua utilização em doçaria era segredo dos conventos e os nobres iam às freiras e aos frades para conseguir a marmelada ou doçarias que lá eram preparadas.

³⁹¹ TOMÉ, Artur – «Ecologia Alimentar». *A Urtiga*, n.º 3, Julho de 1978, p. 12.

Só muito recentemente é que o açúcar entrou no consumo alimentar generalizado.

Primeira constatação: se o ser humano passou tantos séculos sem provar açúcar é porque este ‘alimento’ não faz qualquer falta ao bom funcionamento do seu corpo.

Segunda constatação: um doente com ameaças de diabetes a quem o médico recomenda eliminação do açúcar da sua dieta normal, pode desmaiar no meio da rua como que atacado numa baixa brusca de tensão; só que as análises do sangue vêm confirmar que a taxa de açúcar no sangue se mantém normal. Estamos face a uma sintomatologia típica da carência de um droga.

No entanto, o açúcar é uma constante dos alimentos ‘civilizados’ – refrigerantes, bolos (que somam o excesso de açúcar ao excesso de gordura), cafés (outra droga, a cafeína).

O excesso de consumo de gorduras é, aliás, tal como o do açúcar, símbolo de status numa sociedade desenvolvida. Quanto maior é o PNB (produto nacional bruto) de um país, maior é o seu consumo de natas, chantillies, ice-creams, etc.

Excessos

O ser humano civilizado, para além de viciado no açúcar, de ingerir gordura em excesso e alimentos des-vitaminados, peca quanto ao número e dimensão das refeições.

Durante milénios, o homem troglodita saiu da sua caverna, comia uma lesma aqui, uma fruta mais adiante, um rato acolá. As suas refeições eram numerosas e curtas.

E foi para esse regime que o nosso sistema digestivo se preparou e adaptou. As grandes comezainas são hábitos relativamente recentes e agressivos.

Vegetarianismo: Sim ou Não?

Aqui, uma discussão racional não é muito viável. A posição dos defensores do vegetarianismo é de natureza estética, para não dizer, em certos casos, religiosa.

Ouvimos uma posição curiosa por parte de um médico vegetariano ao explicar porque é que uma alimentação à base de carne torna as pessoas mais agressivas:

Os animais ingeridos não morrem de morte natural. Sofrem as aflições do afogamento ao ar (caso dos peixes) ou de uma morte violenta no abate. Ora, em qualquer animal, numa situação de perigo e medo, há libertação, no sangue, de adrenalina e outros produtos que põem o animal pronto para uma defesa agressiva da sua integridade física. Essa química do medo e desejo de ataque são espalhados nos músculos e são ingeridos por quem come a carne desses animais.

E a Macrobiótica?

Começámos este artigo com comentários à macrobiótica. Por questões de espaço, deixaremos a exposição das suas bases para um próximo número. Ficamo-nos, por enquanto, por estes princípios fundamentais de uma verdadeira alimentação racional. Deixando no entanto a observação de que os portugueses erram gravemente ao cair no hábito de uma macrobiótica vegetariana. O próprio papa de tal sistema alimentar, Michio Kushi, reconheceu, quando esteve em Portugal, ser perfeitamente aceitável a inclusão de peixe fresco ou carne branca (galinha, peru) numa refeição macrobiótica.

Para grande escândalo dos seus seguidores mais conservadores.

Anexo 16

Sobre o que entendiam ser a ecologia³⁹²

Não queremos entrar na utilização a que o termo 'ecologia', e seus derivados, está sujeito nos tempos actuais. Ecologia é uma simples palavra que utilizamos para significar 'tudo', o ambiente interior/exterior do qual somos um grão. Nada de departamentos para 'uma nova ciência'; a mentalidade dominante divide e encaixota termos e acções, separa conceitos que tenta definir como diferentes; divisões entre corpo-espírito, matéria-energia, trabalho-prazer, intelecto-manual, desporto-não desporto, poluição-zonas verdes...e muitos mais (pre)conceitos de divisão da vida, que se engendram e complicam, produto de pensamento dualista, de células em desordem, sem direcção; tratam-se as consequências abafando as causas – onde está a harmonia entre o ser humano e o Mundo? Apenas relações de violência para consigo próprio, os outros, os animais, as plantas,... Mudar as células, equilibrá-las nos seus pilares fundamentais – o sódio e o potássio – para nos sensibilizarmos a outras vibrações: despertar lentamente o fogo interior, a luz criadora da vida, que é tudo, Sincronizar/harmonizar com a (nossa) natureza, límpida e bela, unificarmo-nos e recebermos as energias do Cosmos infinito,... ou continuar reproduzindo esquemas onde investimos energia (vital), num vazio sem fundo, que nada nos diz? O conhecimento e possibilidades de cada um fará com que siga a estratégia mais correcta em cada momento. Um caminho que é diferente para cada um, mas comunitário como meio e fim; por vezes existem maiores ou menores relações com a podridão social que desejamos desfazer, que nos podem ajudar a conhecer os outros e a nós próprios, dando-nos flexibilidade mental para não separarmos as acções do pensamento. Será bom dominarmos um pouco de tudo, sermos alquimistas das transformações...

A ecologia é a visão ampla que começa pelo nosso próprio ser, como micro-galáxia...Acreditamos ser tempo de quem se proclama ser humano entrar em planos de realização efectiva, evoluir em conjunto, conscientemente, livremente, com as leis da Natureza.

³⁹² PEREIRA, Franklim – «Editorial: Ecologia, sim...». *Alternativa*, n. 5, Verão de 1978, p. 1.

Anexo 17

A dimensão mental e espiritual da consciência ecológica³⁹³

Em todos os tempos e em todas as sociedades o homem desenvolveu instrumentos quer de utilização física quer de utilização mental que lhe permitiram manipular a realidade e transformá-la.

Do somatório de instrumentos materiais que produziu e produz tiram-se as coordenadas do bem-estar físico e material das civilizações e das suas conquistas aos níveis de resposta-habilidade é que se determinam os coeficientes civilizacionais. Assim uma ciência arqueológica dos materiais e das suas manipulações técnicas é que tem esclarecido o homem perante a sua própria memória física, enquanto uma ciência arqueológica do mental começa efectivamente só agora a ter as suas bases e as suas consequências civilizacionais.

Falar de Eco-lógica Mental é falar do somatório de todas as mensagens Parentais – quer ao nível de provérbios, Livros Sagrados, ou tradições orais ou manuscritas, em que a sua experiência real, acumulada durante milénios, nos chega sob as mais diversas formas e sob os mais distintos resíduos – e a qual o homem se habituou a dividir por secções e a catalogá-las sobre as mais diversas experiências – assim a Eco-lógica Mental passa pela reunificação da história, geografia, mineralogia, física, matemática, astronomia, medicina e da religião – para render ao homem uma nova Cosmologia – um novo operador totémico – integrativo e unificador. Os parâmetros desta Cosmologia são o Universo – as suas subtis relações de equilíbrio e de harmonias polifónicas em que o todo é superior à soma das partes – isto é – a Terra separada dos seus elementos por compartimentos estanques continua a ser fundamentalmente a soma dos seus elementos variáveis – mas perderia uma qualidade essencial – o da possibilidade de gerar Vida; pois desde os níveis do Macrocosmos aos do Mínicosmos – os elementos detêm uma qualidade outra do que simplesmente a soma dos seus componentes. A ciência como meio eficaz de separação, análise e de síntese experimental tem-nos permitido um avanço quantitativo ao nível da intervenção material – mas dada a sua própria natureza de compartimentação ela nos tem rendido fascinados pela divisão e afastando-nos essencialmente duma visão global – Global – a que não pode corresponder o processo dedutivo, mesmo aos níveis das suas sínteses mais gerais.

Assim, neste último quartel do séc. XX, os problemas que se põem ao Homem são os de uma-nova-velha problemática que nasceu com ele e que se manterá pela necessidade dinâmica da transformação qualitativa e quantitativa da Vida.

Hoje, como sempre, o homem enfrenta problemas reais de sobrevivência, quer física quer ao nível da espécie, e para os quais terá de encontrar respostas adequadas para manter-se em equilíbrio dinâmico de grau zero com o seu ecossistema – alerta-nos a ciência e o bom senso. A noção de ecossistema é relativamente nova – na boca da ciência – mas é velha quanto à sabedoria humana – pois para apercebê-la e decifrá-la basta-nos que se estude a origem dos mitos – e das suas totologias – através dos inquéritos levados a cabo pela antropologia e pelas outras ciências humanas. Aí, sempre o sábio se deparou com algo que não pode analisar e separar, sem o risco de ficar com os fragmentos e os resíduos – datados e encaixotados nos museus – quando toca no Espiritual; ou então há algum mistério, segredo, essência que lhe escapa? Creio bem que não – mas há algo, que ele

³⁹³ «Ecologia Mental». *Alternativa*, n. 5, Verão de 1978, p. 18-20.

nunca foi ou é capaz de assimilar, que se manifesta concretamente através do comportamento. Falo do comportamento – duma maneira de estar no mundo, de comunicar com ele, de o manipular e de o transformar – que não está implícito na simples aquisição dos conhecimentos ou da sua decifração e codificação informacional.

A revolta dos jovens no mundo actual é a revolta contra os valores catalogados à força de saques, conquistas e extermínios de comunidades e civilizações. Toda a revolta pressupõe um sonho, uma utopia, um desejo de realização que a nós cabe impulsionar. Assim, vão imergindo pouco a pouco novos valores, conhecimentos, técnicas alternativas, que nos restituem colectivamente um potencial criativo. Como realizar a síntese? A gestalte? A unificação. Como descobrir um sentido, uma direcção, nesta multiplicidade de fragmentos e de situações? Aqui nasce a Eco-lógica Mental. O seu método é o jogo dinâmico e lúdico das sínteses, através do redescobrimto, dos valores psico-históricos, dos nossos antepassados. Do jogo lúdico das formas, da espontaneidade dos ciclos e do desejo intenso de actualização nasce a integridade do núcleo da personalidade – isto é a sua unidade sincrética.

Ao longo deste ciclo de estudos Eco-lógicos Mentais iremos estudar o tarot, o I King, o tangrame, etc., como somatórios verbais e visuais das culturas: Ocidente, versus Oriente, e mais tarde, numa intensa e maravilhosa viagem planetária iremos reavivar imagens, símbolos, lendas, contos de fadas, tragédias ou comédias, arquétipos do quotidiano, restituindo-lhes o intenso potencial comunicativo que contêm como agentes decifreadores do conhecimento Universal.

A vertigem entre as constantes da sabedoria humana quer no passado, quer no presente é que alimentarão o fogo sagrado da unificação, psico-histórica das comunidades. As psicologias actuais do verbo, a gestalte, a análise de transações, o grito.

Anexo 18

Coordenação por um Dia Internacional Antinuclear³⁹⁴

De dia para dia, perante a ameaça da catástrofe nuclear, cresce um forte movimento, praticamente em todos os países do mundo, de repúdio por essa via suicidária, movimento que ao mesmo tempo propugna, como alternativa, a via suave das energias livres.

Quer se goste ou não, a luta antinuclear, que é também uma luta em favor de alternativas de vida e de organização económica e social, é um ponto privilegiado para a unificação de esforços de todos os que se preocupam com os problemas da qualidade de vida e do ambiente, ou seja, para a unificação, sem uniformidade, da corrente ecológica. Entre nós, essa unificação tomou um bom impulso com a preparação e realização do I Festival Pela Vida e Contra o Nuclear (Caldas da Rainha, 21-22 de Jan. 78). Porém, a Quarta Coordenadora Ecológica Nacional (Guimarães, Abril 78) não foi capaz de prosseguir essa corrente unificadora, seguindo-se um certo esvaziamento do movimento que dera origem ao Festival.

A notícia de uma coordenação a nível internacional, com a realização de manifestações simultâneas no maior número possível de países (um comité de coordenação de mais de 50 grupos antinucleares suíços tomou a iniciativa de coordenar grupos à escala transnacional e a 24-25 de Junho último agrupou já movimentos de diversos países da Europa numa primeira reunião transnacional. *Contactos: André Froidevaux, Burgunderstr. 4, CH-4051 Basel, Suíça – tel. 42-61-229601), essa notícia, dizíamos, suscitou-nos a proposta de transformar a participação portuguesa nessa iniciativa internacional em um segundo fôlego do nosso movimento antinuclear e ecológico. Estando o coroamento da iniciativa previsto para 3 e 4 de Junho de 1979, apelamos para que todos os grupos e pessoas interessados em preparar conjuntamente essa realização entrem em contacto urgente com *A Urtiga*, de modo a que daí possa resultar a convocatória de uma Quinta Coordenadora. Essa Coordenadora teria por objectivo lançar com a máxima antecedência possível, e no maior número de regiões, a preparação da parte portuguesa dessa manifestação mundial simultânea.

³⁹⁴ «Antinuclear: Uma internacional pela vida». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 3.

Anexo 19

O lançamento de *Renascimento Rural*³⁹⁵

No início, era o exílio.

Moço, o desejo de paz nos levou de casa de nosso país para longes terras.

Na Europa próspera, sentimos que havia um engano: não era bem aquilo que queríamos para nós. Começámos a ver com novos olhos o Portugal rústico e labrego. O desenvolvimento que queríamos era outro. O ‘atraso’ do país, em vez de uma condenação, poderia tornar-se um ponto de partida para a busca da nossa nova Índia: um desenvolvimento harmonioso no qual haveria colaboração entre o homem e a natureza, e não a destruição desta.

Nova fase de exílio levou-nos a uma grande metrópole do Novo Mundo. O tumulto e o caos apenas confirmaram para nós a urgência inevitável de um Renascimento Rural.

De novo em Portugal, foi o lançamento de *Viver é Preciso*, colecção de livros sobre ecologia, hoje com 13 títulos publicados. A partir de Dezembro de 75, a formulação de um projecto: a fundação de um centro de pesquisas, encontros, experiências e documentação sobre novas energias e tecnologias, agricultura biológica, desenvolvimento alternativo.

E além disso não queríamos central nuclear nenhuma. O Festival Pela Vida e Contra o Nuclear, em Janeiro 1978, foi afinal também uma manifestação do mesmo projecto de fundo.

A *Urtiga* começou a publicar-se em Fevereiro seguinte, exprimindo as múltiplas buscas de um modo de vida adequado à nova consciência ecológica. Entretanto, reforçam-se os laços de amizade e colaboração entre nós e a Pirâmide, cooperativa cultural para uma sociedade em harmonia com a ordem do universo.

Dáí resulta então o arranque: um acampamento, a decorrer durante este Verão de 78, numa região rural do concelho de Lagos, para iniciar a construção de Renascimento Rural – Centro de Ecologia e Alternativas.

E já começou.

Todos os começos são difíceis, e é preciso saber ‘ver’ o todo futuro para compreender o humilde embrião que já lançámos.

De ti, leitor amigo, esperamos que, de longe ou ao perto, venhas dar a tua mão.

Há muitas formas de entrar nesta obra, mesmo que não possas sair da tua terra para te juntares a nós no próprio terreno. Um dia será. Enquanto isso, podes ir já entrando na roda.

Entra em contacto connosco!

Três expressões, um só projecto

‘Renascimento Rural’, ‘A Urtiga’ e ‘Viver é Preciso’ são três expressões diversas de um mesmo projecto.

Chegámos a anunciar o lançamento de uma associação ecológica *Viver é Preciso*, e muitos nos manifestaram a sua adesão de princípio. Essa associação tentou arrancar com uma base em Lisboa. Mas nós, provincianos incorrigíveis, não atinámos com os meandros lisboetas. Por isso, regressámos à nossa base rústica.

³⁹⁵ «Renascimento Rural – um projecto de longo fôlego». *A Urtiga*, n.º 4, Setembro/Outubro de 1978, p. 32.

Nestas andanças pela capital, perdemos o rasto de algumas fichas (retirados do folheto amarelo intitulado 'Ecologia, Kéisso?') de adesão provisória ao projecto de associação Viver é Preciso. Como esse projecto está a ser integrado e unificado com o de Renascimento Rural, agradecemos que as pessoas que nos enviaram essas fichas amarelas entrem de novo em contacto connosco, para que lhes enviemos, em breve, informações mais concretas a respeito desta metamorfose.

É sempre tempo de Algarve!

Não é isso que diz a propaganda turística?

Pois mesmo sem propaganda e com turismo apenas quanto baste, até 15 de Outubro continua a funcionar o nosso acampamento de Verão, aqui no concelho de Lagos. Cá esperamos a rapaziada que, enquanto não abrem as faculdades e outras escolas, se arrasta tristemente pelos cafés citadinos.

Venham encher os pulmões de ar!

Escrevam-nos e aguardem a nossa resposta com as informações necessárias para a vossa deslocação. Precisam de uma tenda, de 60\$00 por dia para alimentação, vontade de trabalhar algumas horas e gosto pelo campo ou pela praia para as horas de lazer.

Aliás, se bem que a Páscoa e o Verão 79 venham a ser épocas de acampamento especiais, o trabalho vai funcionar durante o ano todo: em qualquer época podes vir, desde que nos escrevas e aguardes, antes de te deslocares, a confirmação da nossa parte.

Agradecemos pelo apoio prestado até agora a:

WISE (Amsterdam). Pela documentação e apoio enviados.

LEONARDO VERDE (Porto). Pelo apoio e pelo donativo financeiro.

PIRÂMIDE. Por tudo.

Aquele abraço!

Anexo 20

Ecologia e movimento operário e sindical³⁹⁶

- Os ecologistas estão alheios à dura realidade das lutas sociais!
- O que eles querem é um refúgio bucólico, cheio de passarinhos e flores, para esquecerem o seu estatuto pequeno-burguês! O que eles propõem é a fuga!
- São uns místicos que ignoram a função da classe operária na sociedade!
- Estão apenas preocupados com aspectos relativos ao consumo, mas esquecem a importância central da produção, da luta de fábrica!

Opiniões como esta não são raras entre nós, sobretudo nos chamados meios politizados. E alguns, que se aproximam dos ecologistas com certa simpatia, não pensam de modo muito diferente, embora se exprimam com mais delicadeza. Recentemente, após larga explicação a um grupo de simpáticos cidadãos envolvidos na problemática social do país, a respeito do projecto do Centro de Renascimento Rural [...], deparamos por parte de um deles com uma pergunta, aliás cortês, que, embora expressa numa intrincada teia de conceitos, trocada em miúdos quereria dizer o seguinte: ‘Tudo isso é muito bonito, mas que interesse tem para a Revolução?’.

Nesse tipo de pessoas, para a maioria delas pelo menos, é claro que a palavra encantatória se escreve sempre com R grande. Como os ‘amanhãs cantantes’ vêm longe, todos o sabem, até lá nada será preciso mudar no seu modo de vida. O que tranquiliza bastante a rapaziada, apesar da insatisfação profunda que muitas vezes sente face à sua condição actual.

São essas pessoas que, em princípio, estão predispostas a uma abertura no sentido da mudança da nossa infeliz civilização actual, mas mantêm-se agarradas a uma concepção rigidamente restrita ao nível social, no seu aspecto mais evidente dos conflitos económicos ou das lutas pelo poder. Geralmente de formação socialista, marxista ou cristã progressista, oferecem forte resistência à compreensão do ponto de vista ecológico. É que, para elas, centrarem-se na questão do ‘proletariado’, dos ‘operários’, dos ‘explorados e oprimidos’, é uma maneira, quase sempre inconsciente, de se colocarem fora da necessidade de mudança. É a sociedade que tem de mudar, não elas. É a burguesia que tem de ser destruída, não a sua própria dependência, no alimento que comem e no mesmo ar que respiram, face aos produtos intoxicados e mortíferos dessa sociedade. Sob a capa de um activismo político frenético acoita-se frequentemente uma resignação que nem por não se reconhecida é menos real.

Acontece, porém, que a classe operária que tanto endeusam, nos seus sectores mais dinâmicos que sacodem a tutela imposta pelos espartilhos doutrinários do passado, descobre mais rapidamente do que esses (intelectuais ainda convictos de lhes caber a missão de injectar de fora aos trabalhadores a consciência que estes necessitariam para superarem a sua actuação ‘meramente’ sindicalista), a importância das lutas e concepções dos grupos ambientalistas [...]. A convergência ente os sectores efectivamente contemporâneos do movimento

³⁹⁶ «Ecologia em fato macaco». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 3-4.

operário e os movimentos ecológicos é um facto que se acentua rapidamente nos anos mais recentes. O que se passa na multinacional Lucas Aerospace é apenas um dos sintomas mais reveladores dessa convergência.

A Lucas Aerospace é um ramo da multinacional Lucas, com sede na Inglaterra. Produz peças para a indústria aeronáutica civil e militar, e depende em cerca de metade do seu trabalho de projectos de carácter militar. Em 1972, representantes dos trabalhadores das 17 fábricas inglesas da empresa formaram um comité sindical de base unificado (Combine Shop Stewards Committe). Embora integrando-se no movimento sindical convencional, o comité, como acontece em geral com o movimento inglês dos 'shop stewards', adquiriu uma dinâmica muito mais próxima das decisões da base. E, face às ameaças de despedimento que pairavam sobre os trabalhadores em sequência de planos de reestruturação da empresa, preparou e apresentou a sua própria contraproposta.

Esse plano ('Alternative Corporate Plan') é um conjunto de propostas para reconverter a fábrica em vista da produção de objectos investidos de utilidade social e que apresentam uma alternativa à orientação armamentista da indústria. E, característica notável, foi elaborado por um grupo de trabalho que incluía tanto trabalhadores manuais como quadros técnicos. Nas palavras de Mike Cooley, engenheiro e sindicalista, que tem tido actuação de relevo em todo o caso Lucas: 'Pela primeira vez, trabalhadores manuais e intelectuais foram capazes de analisar conjuntamente quais os produtos que as companhias fabricam, de que modo são eles fabricados, por que razão estão a ser feitos e no interesse de quem.' A generalização deste tipo de análise, como é óbvio, teria consequências sociais extraordinárias, e das mais benéficas à saúde, bem-estar e paz dos povos e da humanidade inteira.

Em resultado dessa análise, o comité propôs uma série de 150 produtos alternativos: bombas a calor, eólicas, colectores solares, fotopilhas, veículos a vapor, etc. Ao mesmo tempo, estudava o modo como essas técnicas (que de um modo geral apontavam no sentido das tecnologias brandas pouco ou nada agressivas do ambiente) poderiam ser integradas em sistemas de aquecimento e de força motriz baratos, ou em unidades descentralizadas de produção de energia para os camponeses do terceiro mundo, em equipamentos de aquacultura, ou ainda em máquinas-ferramenta para automatizar trabalhos desagradáveis ou perigosos.

O plano preocupa-se também com o modo como os produtos são fabricados, reagindo contra o desumanizante sistema taylorista de organização do trabalho que, segundo Mike Cooley, além de ter sido imposto há muito ao trabalhador, invade hoje também o trabalho de técnicos e profissionais, e até mesmo as escolas e universidades.

Em breve o plano obteve repercussão mundial e o apoio de muitos sectores sociais e, na primeira linha, do movimento ecológico mundial que rapidamente compreendeu as implicações que a sua execução prática poderia acarretar no controle dos múltiplos produtos e actividades nocivas pelas quais é responsável a indústria.

Mas não o entendeu assim a companhia, que rejeitou o plano e fez tudo para que as coisas seguissem o seu velho curso. Desde 1975, o comité vem lutando para defender o seu plano, e prossegue os estudos no sentido de o completar e aperfeiçoar. Paralelamente, fundou um Centro para Sistemas Industriais e Tecnológicos Alternativos, que funciona junto da Escola Politécnica do Nordeste de Londres.

Recentemente, a empresa apertou as suas pressões de retaliação sobre o comité, e está tentando forçar o despedimento de Mike Cooley, sob o pretexto de que ele dedica 4 dias e meio por semana (dias não pagos, note-se) a trabalhar no plano alternativo. Uma campanha de solidariedade, reunindo sindicalistas e ecologistas, desenvolve-se em Inglaterra e no mundo.

A coroar o reconhecimento mundial da importância da iniciativa do comité, o Secretariado Internacional para a Paz, com sede na Suíça, acaba de propor a candidatura dos delegados sindicais da Lucas Aerospace para o Prémio Nobel da Paz de 1979.

Poderão objectar os irredutíveis que citámos no início desta nota: 'Muito bonito sim senhor, mas apesar das alterações de pormenor a própria instituição 'empresa' permanece.' Claro: tudo isto é tão só, e não é pouco, manifestação à superfície de correntes profundas que revolvem a sociedade industrial contemporânea e com ela o movimento operário. As implicações últimas da problemática ecológica e alternativa, no entanto, caminham no sentido da constituição de grupos de produtores autónomos e autogeridos. A consciência ecológica no seu sentido mais amplo levar-nos-á, se queremos respirar ar puro, a comer pão que nos não prepare um cancro e beber água que nos não intoxique, a constituirmo-nos em grupos comunitários de produtores capazes de controlar a qualidade dos produtos básicos necessários à vida e a superar, finalmente, a condição de escravos assalariados, de capatazes diplomados ou de empresários aterrorizados com a perspectiva de um próximo enfarte de miocárdio.

Anexo 21

Renascimento Rural³⁹⁷

Mesmo sendo longo o fôlego, aqui já se respira melhor!

Creemos que essa é a opinião de quase todas as pessoas que, neste Verão de 1978, passaram pelo acampamento de trabalho que deu o arranque na construção de 'Renascimento Rural – Centro de Ecologia e Alternativas' há tanto tempo sonhado!

De início, pensávamos encerrar os trabalhos a 15 de Outubro. Mas as coisas foram-se dispondo de modo bem mais favorável do que ambicionáramos, e por isso decidimos que os trabalhos continuarão ininterruptamente durante todo o ano.

Para a Páscoa e Verão de 1979 (vai reservando na tua agenda!), estamos a planear acampamentos com um mínimo de 8 dias (Páscoa) e 15 dias de duração, e com um programa de actividades complementares aos trabalhos de construção: sessões e seminários sobre alimentação, energias, agricultura, shiatsu, do-in, etc. Durante o resto do ano, estaremos sempre preparados para receber algumas pessoas (e desde já!), que queiram vir dar uma ajuda num fim-de-semana, feriados ou outros dias disponíveis. Se estás interessado, escreve-nos primeiro e aguarda a nossa resposta com as necessárias informações (talão na pág. 33).

Não falando já da época em que a obra germinou sob a forma de sonho, tudo começou com a colaboração dos amigos da Pirâmide, cooperativa cultural para uma sociedade em harmonia com o universo. Em fins de Julho, o Filipe e o Kees batem-nos à porta, dispostos a lançar mãos à obra. Como o Verão já aí estava, a primeira coisa a fazer era alertar os possíveis interessados: uma carta a pessoas e grupos amigos, notícias para alguns jornais e, embora fosse já bastante tarde (quase toda a gente teria então as férias já destinadas), começam a surgir as primeiras adesões. É assim que, por volta de 25 de Julho, os trabalhos começam no terreno, uma linda colina arborizada voltada para o mar de Lagos e varrida pelos ventos de Sagres.

O terreno é escarpado, e grande parte dele parece inacessível, e quase misterioso, submerso num mata-gal perfumado de arbustos submediterrâneos. A ideia de desenhar desde logo um projecto global, como na arquitectura bem-comportada, terá em breve que ser posta de parte. Primeiro paradoxo a enfrentar: o desejo de construir um centro para incentivar a harmonia com a natureza vai levar-nos a ter que destruir a esteva e a urze, para que possamos ao menos ver o chão que pisamos. Desbravado um pouco o mato, ainda assim com bastante carinho, é a vez das picaretas. Há que preparar uma plataforma lisa o bastante na escarpa inclinada. Os grandes calores de Agosto começam a apertar e, há que confessá-lo, não estávamos muito habituados a pegar-lhe à unha. Mas não será a primeira resistência que nos irá deter.

Não nos deteve, mas obrigou-nos a ajustar o rumo. O local onde havíamos iniciado a terraplanagem, em breve se revela excessivamente pedregoso e árduo, impondo um ritmo tão lento que se arrisca a ser desmobilizador. Embora já quinze dias estejam investidos, não há volta a dar. Para evitar chamar um bulldozer, e desde logo nos entregarmos nas mãos da tecnologia pesada (nós, que queríamos construir um centro de tecnologias suaves!), tivemos que reduzir a nossa ambição a um objectivo mais modesto. Começaríamos pela mais pequena

³⁹⁷ «Renascimento Rural – um projecto de longo fôlego». A *Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 5.

unidade de alojamento que o projecto consentisse, num local mais plano. Mesmo assim, houve que remover um metro de altura de terra antes de abrir caboucos com cerca de meio metro. E como o sol de Agosto nos fez suar!

Ia chegando mais gente a quem suar um pouco ao ar livre não assusta e para quem o que fazíamos tinha sentido e densidade. Um grupo de amigos ligados ao boletim *Informação Ecológica* vai dar o arranque noutra fase dos trabalhos: apanhar, reunir e transportar toda a casta de pedras. A nossa regra de ouro é: sempre que possível, utilizar recursos locais. Porque é económico, porque nos dá autonomia face ao exterior, porque imprime a todo o trabalho uma relação de harmonia com o meio, isto é, porque é 'ecológico'.

Só que os recursos locais utilizáveis poderiam proporcionar três técnicas de construção, sem falar já das combinações possíveis entre elas: a construção em pedra, em taipa ou em adobe (ver «O Barro na Construção», pág. 36). Mas deste novo capítulo da aventura, fascinante, falaremos da próxima vez.

Até lá, amigo, se queres apoiar este projecto (dizemos-te que vale a pena!), corre à pág. 33, e preenche e envia-nos o cupão sobre 'Renascimento Rural'. E não percas o próximo episódio deste fascinante folhetim! Até lá, um abraço de

TODOS NÓS.

Anexo 22

A filosofia alimentar macrobiótica III³⁹⁸

Vimos brevemente no artigo anterior (ver *A Urtiga* 4, pág. 9) princípios pelos quais se rege o movimento universal e/ou energia. Estudemos agora um pouco a aplicação de ‘yin-yang’ na alimentação, e para isso é importante a compreensão das 7 leis e 12 teoremas do Princípio Único conforme enunciados por George Oshawa:

A ordem do universo:

7 princípios Dinâmicos e Universais, que descrevem o Mundo Relativo e a sua Relação com o Todo:

1. Todos os fenómenos visíveis e invisíveis são manifestações do infinito.
2. Todos os fenómenos visíveis e invisíveis estão constantemente em mudança.
3. Todos os antagonismos são complementares.
4. Todos os fenómenos visíveis e invisíveis são diferentes entre si.
5. Tudo o que tem uma frente tem um dorso.
6. Quanto maior a frente maior o dorso.
7. Tudo o que tem um princípio tem um fim.

O princípio unificador:

12 teoremas Dinâmicos e Universais que descrevem a Criação e o Funcionamento do Mundo Relativo:

1. Yin e Yang são os dois polos da expansão pura infinita; eles apresentam-se quando a pura expansão infinita atinge o ponto geométrico de vibração.
2. Yin e Yang surgem continuamente da pura expansão infinita.
3. Yin é centrífugo; Yang é centrípeto. Yin produz expansão, leveza, frio. Yang produz contracção, peso, calor, luz. Yin e Yang produzem energia.
4. Yin atrai Yang. Yang atrai Yin.
5. Yin repele Yin. Yang repele Yang.
6. A força de atracção e/ou repulsão entre duas coisas está na proporção inversa da diferença dos seus componentes Yin e Yang.
7. Todos os fenómenos são produzidos por combinações de Yin e Yang em variadas proporções.
8. Todos os fenómenos são efémeros, devidos às constantes alterações dos componentes Yin e Yang. O movimento é a energia mesma das coisas, tudo está sempre em movimento.
9. Nada é exclusivamente Yin ou Yang. Tudo encerra polaridade.
10. Nada existe neutro; em tudo Yin ou Yang estão em predominância.
11. Nos extremos Yin produz ou transforma-se em Yang e Yang produz ou transforma-se em Yin.
12. Todas as formas físicas e objectos são Yang no centro e Yin na periferia.

³⁹⁸ «A Ordem do Universo (N)a Alimentação». *A Urtiga*, n.º 5, Novembro/Dezembro de 1978, p. 6-7.

Estas leis e teoremas devem ser eficazmente reflectidos e observados em todos os fenómenos visíveis e invisíveis com que deparamos a cada momento, fruto da nossa condição mental e espiritual (e física) de desenvolvimento.

Seguem-se duas tabelas de classificação em Yin ou Yang, que poderão ajudar à compreensão da Ordem do Universo e neste particular à sua aplicação na alimentação.

Claro é que as tabelas não são valores rígidos a ter em conta mas sim auxiliares preciosos enquanto o vosso próprio discernimento não é suficiente para perceber o alimento que vos é, no momento específico, propício.

Consideremos para exemplo uma cenoura:

Vemos a parte mais yang; para baixo, laranja, compacta. Dessa parte o centro é o mais yang, particularmente na parte mais baixa (mais pequena e mais dura). As folhas, energia ascendente, verde, dispersa, é na cenoura a parte mais yin.

Não se esqueçam nunca de que yin e yang existem no mundo relativo e como tal devem ser compreendidos, ou seja nunca como valores absolutos. Por exemplo, para um comedor de carne, uma refeição à base de cereal é do tipo yin; a mesma refeição, para um comedor de legumes e frutas é do tipo yang. Adiante entraremos em conta com novos dados que nos irão familiarizar mais com este tipo de problemas. Por agora, apenas algumas considerações sobre a importância da alimentação baseada em cereais.

Cereal: o alimento para o homem e para a nova era

Enunciaremos de seguida várias teses que proponho como tema de estudo e reflexão, relativamente aos cereais:

1. São os alimentos mais equilibrados em termos de yin-yang.
2. Têm a carga vibratória própria para o homem, visto corresponderem, em termos de desenvolvimento, no reino vegetal, ao que o homem é no reino animal, e ainda por serem o alimento biologicamente mais afastado do homem.
3. São o alimento que permite uma mais rápida evolução espiritual no homem (em função de ser-lhe o mais próprio). Todas as grandes civilizações da antiguidade fizeram dele o seu alimento n.º 1. Possibilita na vida do homem a faculdade do grão de arroz que é de dar, de 1 semente, 10 mil. Permite ao homem retomar a harmonia com a natureza, lembrar-se da sua verdadeira identidade e não-individualidade.
4. Ao ser comido numa percentagem igual ou superior a 60% diários mantém o corpo e a mente saudáveis (pois mantém o equilíbrio yin-yang), permitindo ao espírito seguir o seu livre curso.
5. Ao pôr ordem no corpo e na mente, põem ordem na família. Ao pôr ordem na família, põem ordem na sociedade. Ao pôr ordem na sociedade, criam uma humanidade feliz. Assim, as nações violentas são de povos comedores de carne como alimento principal, as nações demasiado passivas são as de povos comedores de legumes e frutas.
6. Desenvolvem a sensibilidade no homem, proporcionando-lhes uma cultura e arte humanas e verdadeiramente ricas.
7. Despertam o homem para o respeito pela vida em todas as suas formas e manifestações, incluindo-se a si próprio.
8. Em termos ecológicos, acabariam com a fome no mundo, pois a quantidade de terreno cultivável em pasto para vacas que alimentariam 10 homens num ano, em cereais alimentariam 500 homens também num ano, tornando-se assim o alimento mais fácil de crescer em qualquer parte, em qualquer terreno e sem dificuldades.

Anexo 23

Sobre a luta antinuclear e a posição do Partido Popular Monárquico³⁹⁹

Isto da luta antinuclear (cuja mais recente vitória se situou na Áustria, onde os austríacos se pronunciaram pela recusa do programa nuclear local) deixa muita gente desorientada e outra tanta sobe-lhe o vinho à cabeça. As boas almas de esquerda angustiam-se ou zangam-se porque há muito gato sapato de direita (ou daquilo que eles entendem como tal) que lhes leva a palma, ou parece levar, em ardor antinuclear. Fascinadas pela direita, que secretamente julgam onipotente, esquecem simplesmente que nem sempre ela é burra. Por outro lado, aparecem arautos a autoproclamar-se líderes da luta antinuclear. Foi, recentemente, o caso do Partido Popular Monárquico, por intermédio de Gonçalo Ribeiro Teles, num semanário dito isento embora já se tivesse fartado de censurar os antinucleares (pois, *O Jornal!*). Ribeiro Teles, como secretário de Estado do Ambiente nos primeiros tempos do 25 de Abril teve uma obra em muitos pontos notável, se bem que ainda se encontrem ecologistas precipitados que, ao ouvir o seu nome, se ouriçam como cacheiros. Mas, como dirigente político, Ribeiro Teles parece pretender atrelar a luta antinuclear ao carro do PPM, luta essa que em parte alguma se atrela, e em Portugal não o fará também, a qualquer carro partidário ou mesmo extra-partidário, mesmo que se intitule Partido Ecológico ou qualquer outro bonifrate de feira, quanto mais intitulando-se monárquico. Há muita gente que não gosta, mas a luta nuclear é uma *luta autónoma*, sendo que a reflexão sobre as suas múltiplas implicações é precissão que ainda vai no adro!

De um lado os bons, do outro os maus. O maniqueísmo é, ainda, o molho habitual de grande parte dos raciocínios correntes na intervenção social e, portanto, na intervenção ecológica. Como alguns se horrorizam ao verem Ribeiro Teles batendo palmas às cabriolas paramilitares no Alentejo, logo desconfiam que isto da ecologia e luta antinuclear exala um esturradíssimo cheiro reacionário! Como este mundo seria um paraíso se tudo fosse assim tão simples e transparente! Mas, e talvez felizmente, para as coisas se tornarem simples (e terão que tornar-se *mais* simples), há que desembaraçar complicadíssimas meadas. Confessamos também não entender como se pode conciliar a recusa da militarização da sociedade, que se encontra subjacente à luta anti-nuclear em todo o mundo, com o doméstico transe perante as cavalgadas violentas da lei do mais forte (essa lei sempre considerada ímpia por todas as grandes tradições, inclusive a monárquica), ao longo da planície alentejana. E não nos digam que as unidades colectivas de produção devastaram matas de azinho e provocam a desertificação dos solos! Claro que isso é verdade! Mas nisso não fazem mais que seguir a via traçada pelos ardorosos defensores da propriedade privada que os antecederam sob o nome de latifundiários e que lhes querem suceder sob o nome delicado de reservatórios. Como todas as coisas, as unidades colectivas e a propriedade agrícola familiar privada têm as suas grandezas e misérias. E sob muita verdade ecológica arreganha o dente a mais vulgar e lupina hipocrisia grande proprietária. Menos conhecido é o facto que é uma cooperativa de reforma agrária, a Cooperativa Soldado Luís, de Alcácer do Sal, quem lançou em Portugal a produção significativa de arroz biológico, estando em vias de tornar-se o maior produtor europeu desse tipo de arroz.

³⁹⁹ MARQUES, José Carlos – «A Luta Anti-Nuclear, o PPM e Nós». *A Urtiga*, n.º 6, Janeiro/Fevereiro de 1979, p. 12-13.

E, apesar desse entusiasmo pelas fanfarras e pela poeira levantada dos cascos dos cavalos, recusamos ficar cegos aos argumentos judiciosos que saem da pena de Ribeiro Teles na sua recusa da nuclearização de Portugal. E não ignoramos que muitos desses argumentos, muito longe de serem propriedade de quaisquer monárquicos, republicanos ou mesmo anarquistas, foram bebidos na fonte dos movimentos ecológicos mundiais onde também nós os bebemos.

Já que Ribeiro Teles pretende que o PPM lidere em Portugal a luta antinuclear, sempre se pode perguntar onde estava ele nas reuniões coordenadoras que prepararam o Festival das Caldas da Rainha de Janeiro 78, ou durante o próprio Festival e marcha em Ferrel. Ou onde estava que não foi visto quando, em Novembro 74, apresentámos em Buarcos, no II Encontro do Movimento Ecológico Português (actualmente em reestruturação), a nossa proposta de uma campanha por uma moratória nuclear para Portugal. Não pretendemos com isto dizer que somos nós (ou até a simpática *Gazetas das Caldas* e o estupendo José Luís Almeida Silva, seu director interino), e não o PPM, quem lidera essa luta. Livrem-nos, encarecidamente pedimos, de liderar seja o que for! Mas já que se fala de lideranças, porque não dizer que é o aparentemente ferocíssimo mas de facto ternamente humano anti-abjeccionista Afonso Cautela quem a lidera? Ou, quando se cultuam e incensam os parlamentos, como é o caso dos adeptos do PPM, por que não dizer que é Alberto Martins de Andrade, deputado do PS, para já não falar de Helena Roseta, do PSD que, supomos, não pretenderá ter-se antecipado a esse ecologista sincero que é Alberto Andrade?

A luta antinuclear cresce dia-a-dia em todo o mundo e em Portugal, e não deixará de crescer enquanto o programa nuclear não for posto no caixote do lixo (desde que devidamente isolado). Não espante por isso que muitos partidos, sempre de olhar guloso no eleitor, atirem piropos desmesurados ao sentimento antinuclear cada vez mais espalhado. Mas por essa mesma razão cabe perguntar aos monárquicos antinucleares se estão dispostos a pôr à frente dos seus quiçá legítimos interesses partidários a sua sinceridade antinuclear, deixando de amalgamar essa luta com a reconquista da empresa agrária privada capitalista ou com a restauração da monarquia. Nenhuma dessas bandeiras tem cabimento na luta antinuclear que, aliás, não tem bandeira, mas sim um alegre 'badge' de difusão universal no qual o sol nos acena sorridente, sol esse que tanto pode iluminar o Rei como o plebeu alentejano acossado pela matilha uivante.

Anexo 24

Fusão da *Alternativa* e de *A Urtiga*⁴⁰⁰

Amigos:

Desde o nosso último encontro, no meu número 6 publicado em Fevereiro, muita coisa aconteceu a esta vossa amiga. A longa interrupção até este reaparecimento foi-me imposta por necessidade de grandes alterações para que pudesse continuar o meu convívio convosco. Disto mesmo vos falámos no encontro de amigos que realizámos em Évora, no Carnaval passado. Mas aí não encontrámos senão um começo de resposta às dificuldades. Agora reatamos a conversa. Mas de tudo isso, uma ponta do véu é levantada pelo nosso amigo Cláudio, que nos escreveu uma carta muito gentil e que muito lhe agradecemos. Ouçam lá:

Cara *Urtiga*:

Gostei muito da festa que deste no Carnaval, em Évora, juntamente com os nossos amigos e teus papazinhos do Renascimento Rural, que de renascimento têm muito mas de rural, coitadinhos, fazem o que podem...

Gostei de me encontrar lá com todos os teus amigos que agora são meus também. Aí demonstraste uma das tuas muitas virtudes, fazer com que nos encontrássemos. Claro que foi pena não ter sido com um bocadinho mais de tempo e preparado com um bocado mais de antecedência, para ver se podíamos assentar ideias comuns, que são com certeza muitas, ou não estaríamos lá, o que não tivemos oportunidade de fazer. De qualquer modo espero que a tua sobrevivência esteja assegurada. Tanto mais que agora te casaste.

Pois, agora casaste. Casaste com o jornal da Pirâmide, aquele bonitão chamado *Alternativa*, sempre com a mesma capa mas de cores diferentes, que no ano passado saiu com um número especial sobre o nuclear, pelo menos é o que dizem, se o casamento ainda não se efectuou não sei, mas dizem para aí que a coisa é certa... Já sei que ele também não costuma andar muito alto de finanças mas pelo menos tem muita gente que o ajuda. Desejo-te as maiores felicidades, com muitas realizações tuas filhas, e encontros.

Mas estava eu a escrever-te por causa do Carnaval que passámos em Évora. E como te dizia era porreiro que tivesse havido menos confusão, exaltação e outras coisas em ão, e mais bom senso. Claro que não é o bom senso dos nossos papás, é o bom senso de não se dizerem muitas asneiras em público e muito menos com visitas e...sabes? Compreender melhor e com mais paciência as que os outros dizem, sem levar tudo à letra. Mas apesar de tudo alguns dos teus amigos (eu não estou incluído) portaram-se muito bem, não disseram nada. Se todos ficassemos calados tinha sido uma chatice mas...também, nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

No meio disto tudo tens um bocadinho de culpa, oh *Urtiga*! Devias ter programado as coisas um bocadinho melhor! Claro que sei que não sabias com quem podias contar e estas coisas são fáceis de resolver vistas de fora, por dentro é um buraco dos diabos!

O que lá vai, lá vai, e para o ano acredito que saberás fazer com que tudo corra melhor.

Um grande abraço para ti e outro para os teus pais adoptivos, do Renascimento Rural, do

Cláudio.

⁴⁰⁰ «A menina *Urtiga* vai casar». *A Urtiga*, n.º 7, Agosto/Setembro de 1979, p. 3 e 38.

Pois é! Resumindo: *A Urtiga e Alternativa* vão passar a publicar-se conjuntamente a partir do nosso próximo n.º 8. É o casamento! Por outro lado, a revista passa a ser fabricada aqui mesmo, no nosso Centro de Renascimento Rural. Mais do que nunca precisamos da amizade e apoio dos leitores. Para conseguirmos continuar, tivemos que adquirir uma pequena oficina de off-set que nos permitiu baixar os custos e impedir subir o preço da revista para o leitor. Deixámos de aparecer nas bancas! É pena, mas talvez mais tarde lá voltemos. Por isso agora, leitor, para garantir o seu exemplar, o melhor processo é tornar-se assinante, sem perda de tempo! Dê a revista a conhecer em seu redor, obtenha mais leitores, e assinantes, se possível. Enfim, há vários processos de dar à *Urtiga* a oportunidade que ela verdadeiramente ainda não teve. Entre em contacto connosco, inteire-se das várias modalidades de ajuda que pode dar-nos, das várias iniciativas que estão ao alcance da sua mão. É só preencher e enviar o cupão, ou escrever um simples postal ou carta com o mesmo objectivo!

Anexo 25

Balanço de José Carlos Marques da sua experiência ecológica em Portugal antes de voltar a emigrar (1979)⁴⁰¹

Foi num relativo isolamento, físico que não humano, que se processou o trabalho das pessoas que imprimiram à *Urtiga*, no seu primeiro ano de vida, a via sinuosa que tem seguido. Este número, que já não poderia ter surgido sem a intervenção profunda e de momento ainda não muito evidente do grupo *Renascimento Rural*, é porém o último que ficará a dever-me o eixo da sua programação e o estilo e linguagem em que as suas diferentes componentes são relacionadas e apresentadas. A nota que abaixo se transcreve, redigida já há alguns meses, destinava-se a ser algo como que um editorial para o número agora publicado. Decorridas transformações que darão à revista, a partir de agora, um verdadeiro enraizamento, pareceu-me que este texto exprime mais uma intenção que esteve até agora presente do que a realidade do que a revista tem sido. Mais: ele exprime, com a sua carga lírica, mítica e utópica (aliás deliberadas) uma visão demasiado pessoal para merecer o destaque que inicialmente lhe era destinado. Tomem-no pois os leitores apenas como um desabafo, um sinal, uma despedida, como aquele ‘sou quem falhei ser’ que o poeta nos apontava como realização única sua. O mais, é programa muito vasto, que só multidões de gente livre, capaz de individualidade e sentimento comunitário, serão capazes de realizar.

Portugal, essa esfinge e a urtiga, essa plantas reles, ruim, ordinária

O leitor já se deu conta que *A Urtiga* ainda não deixou de ser desde o início uma apaixonada interrogação sobre esse enigma que se chama Portugal. Não nos declaramos nós no rumo da navegação de uma nova Índia (n.º 1, pág. 29) que traria no bojo o controlo de todos os processos produtivos exercidos no território (n.º 1, pág. 23)? Não nos situámos nós como uma busca que se reparte por vários oceanos onde se fala português (n.º 2, pág. 35) e não é aí ainda que a esfinge lusitana pode atingir algo de universal e criativo (n.º 4, pág. 14)? Não chamámos nós em nosso auxílio Fernando Pessoa, que considerava como sua única pátria a língua portuguesa, que visionava o Portugal que ainda não há mas o único efectivamente verdadeiro, aquele que também nós quisemos quando nos sentámos junto ao rio da nossa aldeia, e não junto ao esgoto dela (n.º 6, pág. 6)?

Pois hoje prossegue a nossa reflexão. No artigo que o dr. Almeida Fernandes nos confiou para igualmente a grande interrogação: que é pois, afinal, Portugal? Se ainda recentemente pareceu estar na moda ‘repensar Portugal’, receamos que esse pensar não tenha passado de preocupações conjunturais mais ou menos estreitas, na mira de achar um caminho que mais depressa nos leve a uma imitação servil do que já apodrece onde alguns o querem ir buscar. Onde a pesquisa do Portugal definido nas suas condicionantes ecológicas, nos seus recursos naturais aptos a uma tecnologia inovadora como é a da energia solar, eólica e do gás metano? Onde a

⁴⁰¹ MARQUES, José Carlos – «Despedida». *A Urtiga*, n.º 7, Agosto/Setembro de 1979, p. 11 e 36.

pesquisa das suas técnicas tradicionais, dos seus materiais esteticamente aptos à maravilha que é a arquitectura popular, onde a busca das energias sepultadas sob conformismos espontâneos e manipulados? Onde a criação, a invenção e o amor por esse Portugal que ainda não há e que, de europeu, tem apenas a matriz, sendo seu corpo muitos continentes? Pela primeira vez, agora que o império imperialista está feliz e irremediavelmente encerrado, que o Quinto Império esgotou os seus potenciais líricos na obra de Pessoa, se abre a Portugal o não-império de fraternidades falando e enriquecendo uma língua que não é propriedade nossa e de que somos, agora, e apenas, um de muitos 'falares'. Mas a esse vasto não-império poderá Portugal trazer ainda algum válido contributo: uma cultura de raiz pobre e que de seus aparentemente escassos recursos retire com dignidade e singeleza uma civilização sem miséria, sem necessidade, mas sem desperdício, e que não tenha como objectivo o abstracto e inalcançável 'conforto moderno' mas a vida na sua riqueza emocional, estética, humana.

De um desenvolvimento harmonioso em acordo com a natureza e não agredindo-a nos tem procurado falar *A Urtiga*. Planta reles, ruim, ordinária, pensam alguns. Não quisemos com ela espicaçar ninguém, mas apenas propor um símbolo para um projecto ambicioso na sua simplicidade. Portugal é país de pedras, rochas, cabeços estéreis. Aqui, o desafio é fazer a rocha dar pão, e onde não houver pão colher urtigas e delas fazer um uso imaginativo e benéfico. Tentámos explicar tudo isto na 'apresentação' do primeiro número da revista. Muitos viram nisso apenas uma propaganda de chazinhos medicinais, a que alguns torciam o nariz enquanto outros admitiam fazer a experiência. Quisemos chamar a atenção para este facto simples: tal como uma reles e ordinária plantinha sem prestígio podia esconder tesouros insuspeitos caso a analisássemos à luz da nova consciência ecológica, assim também um país ajoujado ao peso da delapidação do seu património, que um passado imperial nunca quis considerar com atenção, poderá encontrar tesouros insuspeitos nas suas ervas selvagens, nas suas flores, no seu sol, no seu vento, no estrume dos gados e nos excrementos dos esgotos, e, antes de mais na imaginação e inventividade, aparentemente tão aterrorizadas, manietadas, adormecidas ou escancaradamente decepcionadas ou doloridas das mulheres e dos homens que do ventre dessas mulheres nascem. Que é pois e afinal Portugal?

Anexo 26

Notas biobibliográficas

Afonso Cautela

Nasceu em Ferreira do Alentejo, Beja, em 1933. Tirou o Curso do Magistério Primário em Faro, concluindo-o em 1955. Nos anos de Algarve contribuiu para a organização de dois jornais: *A Escola Nova* e *O Pintassilgo*. Volta ao distrito de Beja, mais concretamente a Moura, para lecionar e aí ajuda a fundar o suplemento cultural Ângulo das Artes e das Letras no quinzenário *A Planície*, que obtém relativo sucesso entre as camadas intelectuais da capital. Em 1958, lança e dirige os dois únicos números de *Zero: Cadernos de Convívio, Crítica e Controvérsia*. Por pressões da tutela, desiste da carreira de professor e muda-se para Lisboa em 1959.

Entre várias ocupações que vai desempenhando chega, em 1965, ao jornalismo – profissão que abraçará até se reformar. Antes, teve ainda tempo, em 1960 e 1961, respetivamente, de lançar *Espaço Mortal* e *O Nariz* – as suas primeiras obras de poesia. Na imprensa passará pelos jornais *República* (1965-1966; 1967-1968), *O Século* (1968-1977) e *A Capital* (1982-1996), entre outros órgãos de comunicação social.

No que concerne ao trabalho em defesa do ambiente, em que se destacou também no domínio da intervenção cívica, as passagens por *O Século* e por *A Capital* foram as mais significativas em termos profissionais. Pioneiro do jornalismo de ambiente, especialização que só se viria a afirmar muitos anos depois, Afonso Cautela foi ainda responsável pela iniciativa editorial *Cadernos do Século* (1971-1977), nos quais abordou esses temas então quase desconhecidos no país.

Em 1974, contribui para a fundação do Movimento Ecológico Português – MEP. Será também o responsável pelo *Frente Ecológica*, jornal do MEP.

Em *A Capital* foi autor de *Crónica do Planeta Terra*, que durou doze anos, e de *Guia do Consumidor* (1984-1986).

No plano político, esteve ligado à tentativa de criação, na primeira metade da década de 1980, do Partido Ecologista e foi candidato independente nas listas do Movimento Alfacinha/Partido Popular Monárquico à Assembleia Municipal de Lisboa nas autárquicas de 1985. Na primeira metade dos anos 1990, acompanhou a fundação do Movimento O Partido da Terra, que teve como figura inspiradora o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles.

No domínio do ambiente e da ecologia, publicou, além de outros documentos, como bibliografia principal: *A Conferência do Terror* (Compil.). Lisboa: Arcádia, 1973; *Os Últimos Dias da Terra* (Compil.). Lisboa: Arcádia, 1973; *Depois do Petróleo, o Dilúvio: ecologia e dialéctica da crise*. Lisboa: Ed. Estúdios da Cor, 1974; *O Alentejo na Reforma Agrária: a viragem decisiva*. Lisboa: Diabril, 1975; *Ecologia e Luta de Classes em Portugal: reportagens*. Lisboa: Sociocultur, 1977; *O Suicídio Nuclear Português*. Lisboa: Sociocultur, 1977.

Franklim Pereira

Professor e músico de sitar. Frequentou a Escola Superior de Belas-Artes do Porto, onde foi participando nas experiências ecológicas de Jacinto Rodrigues. Integrou, quase desde o início, o Grupo Autónomo de Inter-

venção Ecológica do Porto e contribuiu para a *Alternativa* desse grupo – é sua a caligrafia do quinto e último número da revista.

Fez também parte da livraria Contra-a-Corrente antes desta fechar e o espaço ser transformado para albergar a Cooperativa Pirâmide, associação que ajudou a fundar. Colaborou activamente nos primeiros tempos do centro de Renascimento Rural, onde contribuiu para a gestão, limpeza do terreno, para a construção e como padeiro.

Em 1979 sai do país rumo à Holanda, seguindo depois até à Índia, mantendo, sob o pseudónimo Swami Jayesh, um relato regular da experiência nas páginas de *A Urtiga*, revista cuja criação foi contemporânea e esteve estreitamente ligada ao referido Centro.

Jacinto Rodrigues

Nascido em Luanda, em 1939, será no exílio parisiense que fará a sua formação e viverá o Maio de 1968. Em 1967, obtém um Certificado de Estudos Superiores em Sociologia atribuído pela Universidade Paris-Sorbonne. Entretanto, em 1973, obtém o grau de Mestre em Urbanismo, atribuído pela Universidade de Paris VIII. Em França foi ainda professor na Escola Superior de Arquitectura de Rennes, tendo leccionado Doutrinas Urbanas.

Regressa a Portugal depois do 25 de Abril e, no país, licencia-se, em 1979, em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutora-se, em 1986, em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É professor jubilado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, onde leccionou diversas cadeiras entre 1986 e 2009..

Será o introdutor, na Escola Superior de Belas-Artes do Porto – onde foi professor assistente entre 1975 e 1981, tendo leccionado cadeiras de organização do território e de História da Arte – quando aí era professor, de um conjunto de experiências de construção de cariz ecológico e por, dessa forma, interessar alguns alunos para a luta ambiental. Além da intervenção académica, Jacinto Rodrigues participou ainda no GAIEP e na Cooperativa Árvore.

Editou obras, realizou estudos e organizou exposições e conferências, centrando a sua intervenção, sobretudo, em torno da prática urbanística e das alternativas energéticas e de construção.

EXPOSIÇÕES:

Ecologia, 1976. Em colaboração com a Cooperativa Árvore e o GAIEP.

Arquitectura Orgânica, 1991. Exposição internacional, foi o responsável pela mesma em Portugal.

Arte, Natureza e Cidade, 1993. Exposição organizada pela Cooperativa Árvore e apoiada pela Câmara Municipal do Porto, foi o comissário da mesma.

Vida e Obra de M.A.G. Himalaya, 1999. Autor da exposição.

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA:

Urbanisme et Revolution. Paris: Ed. Universitaires, 1973. Foi traduzido para português em 1975 e lançado pelas Edições Afrontamento, e para castelhano em 1979.

Urbanismo: uma prática social e política. Porto: Ed. Limiar, 1976.

Viva Reich. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

Ecologia. Porto: Edições Árvore, 1982.

Ecodesenvolvimento, Arte, Urbanismo e Arquitectura. Vila Nova de Cerveira: Ed. Horizonte das Artes, 1993.

Arte, Natureza e Cidade. Porto: Edições Árvore-Câmara Municipal do Porto, 1993.

A Conspiração Solar de M.A.G. Himalaya, esboço biográfico dum pioneiro da ecologia. Porto: Edições Árvore, 1999.

Padre Himalaya: Antologia de Textos Inéditos. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013.

José Carlos Marques

Nasceu no Porto, em 1945. Licenciou-se em Filosofia e desenvolveu actividade profissional como professor secundário, tradutor, assessor editorial e editor. Desde cedo se envolve no associativismo social e cultural. Primeiro integrando o Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal (MOJAF), a Cooperativa Cultural Confronto e as Edições Afrontamento.

Em 1969 exila-se, voluntariamente, e passa por França, Brasil e Uruguai. É no exterior, e especialmente em França com a leitura dos escritos de Pierre Fournier, que adquire e amadurece a sua consciência ecológica. Regressa a Portugal, após o 25 de Abril de 1974, estabelecendo-se em Paço de Arcos, onde residia Afonso Cautela, com quem mantinha já uma relação epistolar. Começa aí a sua colaboração com o recém-criado Movimento Ecológico Português. É também em 1974 que lança, em parceria com as Edições Afrontamento, a colecção de livros *Viver é Preciso* – série que dirige até aos dias de hoje.

De regresso ao Porto no final desse ano, empenha-se na formação de um grupo que debata os problemas ambientais e que lhes procure dar resposta. Desse modo envolve-se activamente na criação do Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto e da sua revista, a *Alternativa*.

Razões profissionais levam-no para o Algarve, mais concretamente para Lagos. Estabelecendo aí novos contactos, lança as sementes do que viria a ser o Centro de Renascimento Rural – para o qual muito contribuiu – e inicia a publicação da revista ecologista *A Urtiga*. Ainda no campo editorial, foi colaborador – mais ou menos regular – da folha *Pela Vida*, cuja existência inicial teve a forma de uma simples circular distribuída pelo correio, e integrou depois como suplemento o jornal *Gazeta das Caldas* com o qual era distribuída. Apesar de razões pessoais e profissionais o levarem a abandonar mais uma vez o país, nunca deixará de fazer sentir a sua presença no meio ecologista nacional. Ainda antes da sua nova partida, co-organizou vários encontros nacionais de colectivos ambientalistas e envolveu-se dedicadamente na organização do *I Festival Pela Vida e Contra o Nuclear*, de janeiro de 1978.

Foi candidato a candidato a Presidente da República, em 1990-91, sob o lema «Sim à Terra: Fertilidade, Solidariedade, Criatividade», e apoiou inicialmente, na primeira metade dos anos 1990, a criação do Movimento O Partido da Terra, do qual se viria a afastar cerca de uma década mais tarde.

Foi fundador, ao longo dos anos, de várias publicações ecologistas, como em 1996 a revista *Ar Livre*, e um dos doze fundadores, em 2000, da associação de defesa do ambiente Campo Aberto, de cujos órgãos sociais tem feito parte desde então. É ainda editor da série *DiVersos – Poesia e Tradução* e das Edições Sempre-em-Pé.

Nuno Gomes Oliveira

Nasceu em Vila Nova de Gaia, em 1956. Licenciou-se em Biologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Fez o Mestrado em Ecologia Humana na Universidade de Bordéus e o Doutoramento em Biologia na Universidade de Coimbra.

A partir de 1971, com 15 anos, torna-se colaborador do Núcleo de Estudos Ornitológicos da Faculdade de Ciências do Porto. Nesse mesmo ano propõe a criação da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto. Ainda antes do 25 de Abril de 1974 envolve-se na criação, fracassada, de um Clube dos Amigos da Natureza.

É um dos fundadores, em 1974, do Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem (NPEPVS) e, em 1975, do Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto (GAIEP). Fruto desse envolvimento, colaborou na revista *Alternativa* e na folha quinzenal do NPEPVS.

A partir de 1983 encetou o projecto do Parque Biológico de Gaia, dirigindo-o até 2016. Foi ainda autor dos projectos do Parque de Dunas da Aguda, do Parque Municipal da Lavandeira, do Parque do Conde das Devesas e da Reserva Natural Local do Estuário do Douro, de que é diretor.

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA:

Áreas de Importância Natural da Região do Porto: memória para o futuro. Avintes: Parque Biológico de Gaia, 2008.

José Bonifácio de Andrada e Silva: o primeiro ecologista de Portugal e do Brasil. Avintes: Parque Biológico de Gaia, 2011.

Parque Biológico de Gaia – 1983-2013. Avintes: Parque Biológico de Gaia, 2013.

A Flore Portugaise e as Viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801). Lisboa: Chiado Editora, 2015.

